

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Clara Garcia de Carvalho Silva

“Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!”:
**O comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em
comunidades rurais das Minas setecentistas**

JUIZ DE FORA

2016

Clara Garcia de Carvalho Silva

“Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!”:
**O comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em
comunidades rurais das Minas setecentistas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito a obtenção do grau de Mestra em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientadora: Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Clara Garcia de Carvalho.

"Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!" : O comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em comunidades rurais das Minas setecentistas / Clara Garcia de Carvalho Silva. -- 2016.

208 p.

Orientadora: Mônica Ribeiro de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2016.

1. Migração. 2. Família luso-brasileira. 3. Comunidades rurais. I. Oliveira, Mônica Ribeiro de, orient. II. Título.

Clara Garcia de Carvalho Silva

“Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!”:

**O comportamento socioeconômico de famílias formadas por portugueses em
comunidades rurais das Minas setecentistas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito a obtenção do grau de Mestra em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Ana Silvia Volpi Scott
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora apresento não teria sido possível sem pessoas que ao meu redor manifestaram seu apoio sob diferentes e importantes maneiras.

Agradeço ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde encontrei incentivos e grandes mestres que contribuíram significativamente para a minha formação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelos auxílios imprescindíveis para a realização desta investigação histórica.

À minha querida orientadora, professora Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira, sou grata pela confiança em mim depositada desde a graduação, quando fui sua bolsista de iniciação científica, e por todo aprendizado que me proporcionou. Sinto-me honrada pela crença em meu trabalho e profundamente agradecida pela maneira generosa e motivadora com que sempre conduziu as discussões não apenas desta pesquisa, como também acerca dos caminhos a trilhar para o meu crescimento profissional.

Às professoras Dra. Carla Almeida e Dra. Ana Silvia Volpi Scott, agradeço pelo cuidado dedicado à leitura da dissertação e pelas preciosas contribuições manifestas por sugestões e, sem dúvidas, por seus estudos que tanto inspiraram e embasaram o presente trabalho.

Agradeço aos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN – São João del Rei) e do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi (ACAHMPAS – Barbacena) pela atenção disponibilizada, facilitando o trabalho de coleta de fontes. À Lene Del Vechio, Lidiane Silva e Sheldon Augusto, agradeço pelo auxílio nas pesquisas em ambas as instituições.

Aos amigos Ana Paula Bôscaro, Pedro Coelho e Thiago Firmino, queridos e divertidos companheiros do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), onde, juntos, crescemos na prática da investigação histórica. Ao sempre generoso Luiz Fernando Lopes pelas instigantes discussões e empréstimos de materiais que ajudaram a encaminhar a pesquisa. À querida Mariana de Oliveira, pela amizade sempre presente e pela generosidade dedicada à leitura e conversas sobre cada detalhe da dissertação. A esses amigos e também à Alice Rodrigues, Fabíola Pinudo, Gabriela Maciel, Laís Peixoto, Laura Marrero, Luciene Loures, Manoela Araújo, Mariane Alves e Nara Cantarutti, agradeço pelos momentos de

distração que contribuíram para que eu encarasse com mais leveza as fases em que a pesquisa exigia maiores esforços.

Ao amigo Marcelo Almeida, pelos anos de cumplicidade em todos os momentos de minha vida. Às queridas Andressa Mileto e Marcela Cortez por compartilharmos a Rua do Almada e todos os caminhos, cheiros, sabores e cores que conduziram a uma paixão imensurável por Portugal – que muito inspirou o desenvolvimento deste trabalho.

Finalmente, minha mais profunda gratidão eu dedico aos meus familiares. Aos meus amados pais, João e Adalgisa, o meu *muito obrigada* pelo esforço despendido para que eu alcançasse e desfrutasse das melhores oportunidades educacionais. Às minhas irmãs – Renata, Carolina e Camila –, agradeço pelo companheirismo, carinho, torcida e por todos os referenciais que são para mim. À Carol, especialmente, devo a generosidade dedicada à revisão dos meus textos. Agradeço às minhas queridas avós, Virgínia e Zizi, que ainda cedo despertaram o meu interesse pela História que se desenrola nos quintais, nas mesas de café, nas escolas, nas praças, nos namoros de portão...

*Não são pepitas de ouro que procuro.
Ouro dentro de mim, terra singela!
Busco apenas aquela
Universal riqueza
Do homem que resolve a solidão:
O tesouro sagrado
De nenhuma certeza,
Soterrado
Por mil certezas de aluvião.
Cavo,
Lavo,
Peneiro,
Mas só quero a fortuna
De me encontrar.
(...)*

Miguel Torga

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tecer uma análise do comportamento socioeconômico de famílias constituídas e chefiadas por indivíduos de origem declarada portuguesa que chegaram as Minas Gerais no século XVIII. A região mineira escolhida para este estudo foi a Serra da Mantiqueira, Comarca do Rio das Mortes, formada por pequenas localidades que, à época, contavam com datas minerais ainda não exploradas e vastas terras devolutas ideais para a exploração agropastoril. Foi esse o cenário propício para alimentar a esperança de enriquecimento com metais preciosos que há séculos permeavam o imaginário lusitano, bem como a perspectiva de acesso a bens de raiz que o contexto do Reino já não podia proporcionar a toda população. Sempre referenciando as características da vida pregressa à emigração, serão descortinados diversos aspectos da vivência colonial de reinóis de distintos estatutos e condições econômicas que se estabeleceram, ou, ao menos, estiveram de passagem pelas ditas localidades. Interessa-nos perceber os elementos que contribuíram para o enraizamento de muitos imigrantes na América Lusa; bem como a opção pela constituição de famílias; as escolhas matrimoniais e compadrescas; os percalços e as formas de acesso às terras das quais extraíram o sustento do agregado e toda materialidade que foram capazes de conceber no esperançoso solo brasileiro.

Palavras-chave: migração; família luso-brasileira; comunidades rurais.

ABSTRACT

This present work aims at analyzing the socioeconomic behavior of families constituted and headed by individuals from declared Portuguese origin which came to Minas Gerais in the XVIII century. The chosen Minas Gerais region for this study was The Mantiqueira Mountains, Rio das Mortes District, formed by small locations which, at that time, used to count on not yet explored mineral dates and vast unclaimed lands which were ideal for the agropastoral exploration. This scenario was suitable to feed the enrichment hope through collecting precious metals which for centuries used to permeate the Luso imagination, as well as the perspective of the access to assets which the Reign context could no longer provide the entire population. Always referring the characteristics of the early life to the migration, it is going to be unfolded several aspects of the colonial experiences of the Reign breed from distinct statutes and economic conditions which were established or, at least, they were passing by the mentioned locations. We are interested in perceiving the elements which had contributed for the settlement of lots of immigrants from the Luso-America as well as the option for the families constitution, the matrimonial and “compadrescas” choices, the mishaps and the ways of access to the lands from they used to extract their livelihood for the family unit and all the materiality which they were capable of conceiving on the hopeful Brazilian soil.

Key-words: migration; Luso-Brazilian family; countryside communities.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAHMPAS – Associação Cultural do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APM – Arquivo Público Mineiro

CMJF – Cúria Metropolitana de Juiz de Fora

IPHAN/SJDR – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / São João del Rei

ROGSE – Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado, 1780-1782

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ARRANJOS FAMILIARES

ARRANJO FAMILIAR 1 – Irmãos <i>Martins Evangelho</i>	51
ARRANJO FAMILIAR 2 – Família de João de Ávila da Silveira.....	59
ARRANJO FAMILIAR 3 – Irmãos <i>Rodrigues Carneiro</i>	74

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Procedência dos imigrantes portugueses que levaram filhos à pia batismal de freguesias da Serra da Mantiqueira – século XVIII	48
GRÁFICO 2 – Número de apadrinhamentos por indivíduo	71
GRÁFICO 3 – Posse de terras pelos imigrantes portugueses nos Sertões da Mantiqueira – Século XVIII	91
GRÁFICO 4 – Acesso a sesmarias pelos imigrantes portugueses nos Sertões da Mantiqueira – Século XVIII	96
GRÁFICO 5 – Cabeças de gado vacum por propriedade	122
GRÁFICO 6 – Distribuição do mobiliário por funcionalidade nos inventários <i>post-mortem</i> de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII	161
GRÁFICO 7 – Utensílios domésticos nos inventários <i>post-mortem</i> de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII	170

MAPAS

MAPA 1 – Divisão das províncias portuguesas (1758).....	20
MAPA 2 – Comunidades rurais da Serra da Mantiqueira eleitas para a análise do comportamento socioeconômico de famílias chefiadas por imigrantes portugueses – século XVIII	36

REDES DE APADRINHAMENTO

REDE 1 – Apadrinhamentos de Domingos Rodrigues Carneiro.....	73
REDE 2 – Apadrinhamentos de Manoel Lopes de Oliveira.....	76
REDE 3 – Apadrinhamentos de João Esteves Esgueirão	79
REDE 4 – Apadrinhamentos de João Álvares de Araújo	81

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Naturalidade das esposas dos imigrantes portugueses	58
TABELA 2 – Número de filhos legítimos por casais de imigrantes que tiveram ao menos um dos cônjuges inventariados	67
TABELA 3 – Patrimônio de imigrantes portugueses que constituíram família em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira	102
TABELA 4 – Evolução do monte-mor de imigrantes portugueses que constituíram família em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira	105
TABELA 5 – Tipos de propriedades rurais de imigrantes portugueses que habitaram Serra da Mantiqueira – século XVIII.....	110
TABELA 6 – Criação de animais nas propriedades de imigrantes portugueses que constituíram família em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira	121
TABELA 7 – Posse de escravos entre imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira – século XVIII	143
TABELA 8 – Número médio de escravos por faixas de fortunas	144
TABELA 9 – Representação dos escravos na composição do patrimônio de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII.....	145
TABELA 10 – Composição do mobiliário do interior das casas de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira – século XVIII	162
TABELA 11 – Roupas de casa nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII.....	173
TABELA 12 – Utensílios de higiene nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII	174
TABELA 13 – Vestuário nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII.....	176
TABELA 14 – Joias e adornos nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII.....	179
TABELA 15 – Armas nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII.....	181
TABELA 16 – Objetos religiosos e de devoção nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII.....	184

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: <i>O mar sem fim é português</i>	19
1.1 <i>Este, seu escasso campo</i>	19
1.1.1 A província do Entre-Douro-e-Minho	21
1.1.2 O Arquipélago dos Açores.....	27
1.2 <i>Súbito, brilha um chão de ouro</i>	30
1.1.1 A Serra da Mantiqueira.....	34
CAPÍTULO II: <i>E eu era parte de toda a gente que partia</i>	38
2.1 <i>Batizei e pus os Santos Óleos</i>	42
2.2 <i>Meu Manél bai pró Brazil</i>	46
2.3 <i>Meu curação lial quem mo qizér amar</i>	53
2.3.1 O matrimônio.....	53
2.3.2 Os filhos	65
2.3.3 As relações compadrescas	69
CAPÍTULO III: <i>E, no desembarcar, há aves, flores</i>	84
3.1 <i>Não sem lei, mas segundo leis diversas / Entre os homens reparte o fado</i>	85
3.2 <i>Bendito seja mesmo o sol de outras terras</i>	99
3.2.1 Agricultura	112
3.2.2 Pecuária	120
3.2.3 Artesanato rural e ofícios mecânicos	129
3.2.4 Força de trabalho	141

CAPÍTULO IV: <i>Meto-me para dentro, e fecho a janela / Trazem o candeeiro e dão as boas noites</i>	149
4.1 Espaço doméstico rural	151
4.2 Portas adentro	158
4.2.1 Mobiliário	160
4.2.2 Objetos	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICE	208

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muitos trabalhos tenderam a analisar, comparativamente, a presença portuguesa na América, bem como a sua influência no cotidiano social, cultural e familiar nas duas margens do Atlântico. A historiadora Júnia Ferreira Furtado (1999) dedicou seus estudos à presença portuguesa na América Portuguesa em *“Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas”*. Nessa obra, a autora tece uma reflexão sobre as relações entre a Colônia e a Metrópole, apresentando antagonismos e singularidades de uma sociedade nascente que, ao mesmo tempo em que recebia elementos de Portugal na constituição de sua identidade, resistia por meio de certos grupos e estruturas sociais peculiares, criando seus próprios elementos identitários. Por meio do estudo do comércio e dos comerciantes mineiros do século XVIII, ela busca, analisando a atuação desses indivíduos, compreender as formas pelas quais o poder metropolitano se reproduziu na sociedade colonial ao mesmo tempo em que procurava fundá-la e ordená-la.

Donald Ramos (1993), em *“From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Mineiro Family”*, elabora um trabalho voltado para a História da Família, apontando para possíveis semelhanças entre as famílias minhotas e mineiras, tendo como denominador comum o homem português. O historiador faz uma análise sociodemográfica para explicar o perfil da sociedade que se formou em Minas, que – sem se esquecer dos distintos elementos constitutivos de ambas as sociedades – trazia características do Minho: grande proporção de famílias chefiadas por mulheres, baixos índices de nupcialidade, casamentos tardios, uma tendência entre as mulheres solteiras de estabelecerem domicílios independentes, elevados índices de ilegitimidade, abandono infantil e baixas proporções de famílias nucleares sacramentadas pelo matrimônio. Para tal estudo, Ramos elegeu a então capital de Minas Gerais, Vila Rica, ou seja, o maior e mais rico núcleo urbano da Capitania no período.

Em conjunto, Caroline Brettel e Alida Metcalf (1993) elaboraram um estudo comparativo entre a freguesia minhota de Santa Eulália de Lanheses e Santana do Parnaíba, na região de São Paulo, no trabalho denominado *“Family customs in Portugal and Brazil: transatlantic parallels”*. Os resultados por elas encontrados apresentaram semelhanças entre as estruturas familiares luso-brasileiras, especialmente nos seguintes aspectos: ilegitimidade, domicílios com chefia feminina, herança e padrões de migração.

Ana Silvia Volppi Scott (2001), em “*Desvios morais nas duas margens do Atlântico: o concubinato no Minho e em Minas Gerais nos anos setecentos*”, também procura fazer uma análise comparativa entre regiões das duas margens do Atlântico. Ao analisar os comportamentos desviantes, ou seja, aqueles que não se adequavam ao modelo tradicional familiar defendido pela Igreja e endossado pelo Estado, a historiadora buscou compreender se as “patologias familiares” encontradas no Brasil foram recorrentes apenas no Novo Mundo ou se elas seguiram comportamentos de nossa matriz cultural. Tendo como fonte as visitas pastorais realizadas por todo o século XVIII e início do XIX, Ana Silvia Scott analisou a comunidade minhota de São Tiago do Ronfe, Concelho de Guimarães, e a Capitania de Minas Gerais.

Em 2009, Ana Luísa de Castro Pereira apresentou a tese de doutoramento “*Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português*”, em que desenvolve um estudo também comparado entre São João do Souto, região do Minho, e Nossa Senhora da Conceição de Sabará, Minas Gerais, no século XVIII. Ao analisar a constituição das famílias nos dois lados do Atlântico, a autora aborda especificamente a questão da ilegitimidade, apontando as possíveis aproximações e distanciamentos vividos por homens, mulheres e crianças no que diz respeito ao nascimento ilegítimo.

Por meio deste breve balanço historiográfico que remete a comparações entre localidades brasileiras e lusitanas, tendo como personagem em comum o homem português, é possível perceber que alguns trabalhos apresentam uma tendência de analisar essas comunidades do ponto de vista demográfico: índices de nupcialidade, idade média de casamento, estrutura familiar, porcentagem de mulheres solteiras, dados sobre a ilegitimidade, índices de abandono infantil, entre outros.

De caráter mais qualitativo, os trabalhos se adéquam aos estudos sociopolíticos, abordando a questão do poder metropolitano na Colônia, ou, então, aos estudos socioculturais, com a análise dos comportamentos desviantes presentes nas duas margens do Atlântico. Há, ainda, trabalhos como os de Carla Almeida, João Fragoso e Antônio Jucá, que abordam a presença de portugueses na América, bem como suas trajetórias e modos de vida. No entanto, esses indivíduos são percebidos como a elite que faz parte da nobreza da terra, o que, a princípio, parece distanciar-se de nosso objeto de estudo: imigrantes que partiram para o Novo Mundo movidos pelo ideal – real ou imaginário – de enriquecimento com o ouro e desfrute de oportunidades que pudessem contribuir para o sobrepujar de dificuldades enfrentadas no Reino.

Ao propor uma análise do comportamento socioeconômico de famílias constituídas e chefiadas por imigrantes portugueses, sempre referenciando a vivência da qual os reinóis se despediram ao partirem para o Brasil, o presente trabalho pretende lançar um contributo para os estudos que comparam as experiências passadas entre localidades das duas margens do Atlântico do Império Português. Optamos pela observação dos aspectos de vida de imigrantes que viveram no seio de comunidades essencialmente rurais no século XVIII: aqui, a Serra da Mantiqueira, Comarca do Rio das Mortes; no Reino, localidades compreendidas, sobretudo, na província do Entre-Douro-e-Minho e no Arquipélago dos Açores.

Ao levar em consideração a vida pregressa à travessia do Atlântico, interessa-nos a apreensão de suas escolhas e estratégias de sobrevivência, do desenvolver de suas economias, bem como do alcance de elementos que, dentro da sociedade em que estiveram inseridos, conferiram-lhe algum estatuto e distinção na hierarquia social. Ao tecer essas análises, serão observados práticas e costumes que foram transplantados por esses indivíduos aos se fixarem nas terras do além-mar, assim como possíveis adaptações e recriações de elementos e comportamentos que os reinóis precisaram dispor diante dos desafios de viver na América.

A partir dessa proposta, o Capítulo I, intitulado “*O mar sem fim é português*”, irá apresentar um panorama geral do contexto vivenciado pelos protagonistas dessa história nas terras do Reino, bem como os fatores que os atraíram para as localidades das Minas.

A relevância dessa seção consiste, portanto, na compreensão das causalidades que levaram diversos indivíduos minhotos e açorianos a cruzarem o Atlântico: questões relacionadas à disponibilidade de recursos para uma população densa; a complexidade da propriedade de terras e do sistema de herança e sucessão, que excluía parcelas da população do acesso a este bem – a base da sustentação familiar. Igualmente importante será a compreensão dos fatores que atraíram estes reinóis, dotados de uma cultura já habituada à migração, para a Serra da Mantiqueira. Aqui, serão apresentados os elementos mineiros que atuaram como um chamariz para a superação das dificuldades enfrentadas no Reino.

O Capítulo II, “*E eu era parte de toda a gente que partia*”, apresentará as primeiras informações relativas ao trabalho com as fontes primárias, a partir das quais serão conhecidos os reinóis que compuseram todo o grupo de análise – quantos eram? De onde vieram? –, bem como as famílias por eles constituídas – com quem se casaram? Quem foram os padrinhos de seus filhos?

Por meio dos dados extraídos dos assentos paroquiais de batismos, pensaremos na existência, ou não, de uma lógica na escolha matrimonial levando em consideração o papel fundamental atribuído ao casamento pelas sociedades portuguesa e brasileira; em questões

relativas aos casos de segundas núpcias; no número de filhos por casais e as condições e contextos que dão significado ao perfil do grupo familiar; nas estratégias presentes nas relações compadrescas, ressaltando a opção por uma abordagem da família como um grupo alargado. A partir de então, buscaremos apreender os fatores que condicionaram o enraizamento desses imigrantes em comunidades rurais da Capitania de Minas Gerais.

O descortinar das questões relativas à migração, nupcialidade, fecundidade e parentesco será realizado em constante relação dialógica com a historiografia brasileira e portuguesa, a fim de estabelecer paralelos e distanciamentos entre os comportamentos familiares encontrados nas comunidades rurais mineiras e aqueles que são característicos da casa camponesa minhota e açoriana.

Identificado o enraizamento dos imigrantes portugueses nas pequenas localidades da Serra da Mantiqueira, o Capítulo III, intitulado “*E, no desembarcar, há aves, flores*”, e o Capítulo IV, “*Meto-me para dentro, e fecho a janela / Trazem o candeeiro e dão as boas noites*”, serão dedicados à vida econômica e ao patrimônio alcançado pelos imigrantes na América Portuguesa.

Para este estudo, será utilizado um conjunto de documentos que contenham informações que remetam às conquistas materiais dos reinóis no Novo Mundo. O cruzamento entre os assentos paroquiais de batismos e inventários *post-mortem*, cartas de sesmarias, registros de posseiros, dízimos e outras fontes, viabilizará uma articulação entre vidas individuais, família e o contexto em que estavam inseridos.

Nessas duas últimas seções serão desenvolvidas análises que suscitem respostas aos seguintes questionamentos: Como se deu o acesso a terras? Que atividades foram desenvolvidas pelos reinóis? De que materialidade puderam usufruir? A conjuntura das Minas Gerais lhes proporcionou elementos de distinção social? O que mudou entre a vida pregressa à travessia do Atlântico e a vivência na América Lusa?

CAPÍTULO I

“O mar sem fim é português”¹

*O sonho é ver as formas invisíveis
Da distância imprecisa, e, com sensíveis
Movimentos da esp'rança e da vontade,
Buscar na linha do horizonte
A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte –
Os beijos merecidos da Verdade.*

Trecho de “Horizonte” – Fernando Pessoa

Para um estudo cuja proposta é a de análise dos comportamentos socioeconômicos de famílias chefiadas imigrantes portuguesas que habitaram comunidades rurais da Capitania de Minas Gerais setecentista, torna-se fundamental, antes de tudo, conhecer o contexto em que os nossos protagonistas viveram antes de lançarem-se na travessia do Atlântico em direção à América Portuguesa.

A escolha da região receptora, as estratégias de sobrevivência e a composição do patrimônio ganham significados ainda mais claros quando a vida pregressa à emigração tem seus aspectos delineados – sobretudo, os que dizem respeito à relação desses indivíduos com os meios de onde extraíam o sustento e a economia familiar. O capítulo que agora se desenrola irá apresentar um panorama geral dos fatores que impulsionaram a saída de tantos migrantes do Reino, bem como os elementos que, ao mesmo tempo, os atraíram para a Serra da Mantiqueira: região mineira onde muitos constituíram famílias, desenvolveram atividades de produção econômica e permaneceram até os últimos dias de suas vidas.

1.1 *Este, seu escasso campo*²

No século XVIII, período em que se insere este trabalho, Portugal continental apresentava-se como um país marcado por profundos contrastes entre Norte-Sul e litoral-interior, mesmo sendo um território de pequenas dimensões. As áreas geográficas do Reino eram compreendidas por seis províncias: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira,

¹ PESSOA, Fernando. Padrão. In: _____. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010. p. 57.

² PESSOA, Fernando. *Odes de Ricardo Reis*. Lisboa: Ática, 1994. p. 94. Disponível em: <<http://arquivo.pessoa.net/textos/468>>.

Estremadura, Alentejo e Algarve. Cada uma delas dividida em comarcas, que, por sua vez, se dividiam em freguesias.

MAPA 1:
Divisão das províncias portuguesas (1758)



Fonte: *Atlas – Cartografia Histórica*.

Disponível em: <<http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php>>.

Acesso em 28 de janeiro de 2015.

Em “*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*”, Orlando Ribeiro (1945) tece uma importante análise acerca das diferenças entre as regiões portuguesas a partir de suas características naturais, econômicas e culturais. Segundo o geógrafo e historiador português, os contrastes entre Norte e Sul se devem às influências mediterrâneas e atlânticas sobre os aspectos físicos e, conseqüentemente, sociais do país.

Grosso modo, a região Norte – com mais força à Noroeste – estaria sob as influências atlânticas, com bastante umidade e intensa pluviosidade que lhes proporcionariam paisagens verdes e uma policultura diversificada, cultivada em regime de pequena propriedade dentro de uma sociedade marcada pela densidade demográfica. A interferência mediterrânea recairia

sobre o Sul, com ambientes mais secos e cultura latifundiária de cereais efetuada por uma população de números bem mais reduzidos. As distinções entre as regiões, por sua vez, conduziram a variadas configurações sociais, culturais e econômicas em toda a península portuguesa (RIBEIRO, 1945).

No entanto, essas mesmas interferências mostram a complexidade da simples oposição dual: *“aspectos mediterrâneos que se insinuam, ao longo de vales e baixas, até o coração de Trás-os-Montes; traços de fisionomia atlântica, dominantes até ao Mondego inferior, que voltam, em recorrências episódicas, e ainda se deixam ver na mais alta serra algarvia”* (RIBEIRO, 1945, p. 237).

Para Orlando Ribeiro, desde tempos remotos a ação humana teria atenuado os contrastes entre as duas metades do país: do Sul para o Norte, os romanos levaram as pessoas a praticarem uma agricultura regular com base na produção de cereal, difundindo a vinha em terras de cidra e de cerveja e o centeio nas montanhas. No caminho inverso, a Época Moderna assistiu a grandes movimentos de homens do Norte a caminho do Sul, difundindo o milho de regadio e o pinheiro bravo na última região.

Mesmo diante de ações atenuantes e elementos que denotam a unificação portuguesa, as peculiaridades de cada região se fizeram marcantes e lhes renderam consequências ao longo dos séculos. Como observado na sucinta abordagem da obra de Orlando Ribeiro, do Norte, densamente povoado, saíram os movimentos populacionais que proporcionaram a *“mistura de gentes”* dentro do território lusitano. Foi também das províncias nortenhas, sobretudo, do Entre-Douro-e-Minho, que partiram as maiores levas de imigrantes portugueses para o Novo Mundo (RIBEIRO, 1945, p. 238).

Lancemos, portanto, nossos olhares para as características da região Norte de Portugal continental e os fatores que propiciaram os grandes movimentos migratórios da província do Entre-Douro-e-Minho com destino à América Portuguesa. Em seguida, dedicaremos nossas atenções ao Arquipélago dos Açores, território de Portugal insular – também dotado de contrastes entre suas ilhas –, cujo contexto comportou dificuldades que levaram centenas de seus habitantes a buscarem novos espaços.

1.1.2 A província do Entre-Douro-e-Minho

Situada no Noroeste lusitano, a província do Entre-Douro-e-Minho – formada pelos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo – é, nas palavras de Orlando Ribeiro (1945, p. 221), *“um anfiteatro voltado para o mar”* repleto de montanhas que cingem o seu interior e

fazem dessa região a mais rica em precipitação na Europa. A paisagem verde da área mais arborizada de Portugal, com seus pinheiros e carvalhos, aliada às chuvas abundantes, ao clima favorável e ao cuidado rotineiro e incansável do homem, transformaram as terras do cenário montanhoso minhoto em solos férteis e produtivos (BRETTEL, 1993; RIBEIRO, 1945).

Produtiva, a terra era base da sustentação familiar na centúria setecentista, período em que se insere o presente trabalho. Segundo Caroline Brettell (1991), a maioria dos trabalhos sobre o caráter do sistema fundiário e estrutura social descrevem o Noroeste português como uma região de minifúndio, herança divisível e explorações agrícolas familiares de pequena escala, voltadas para a autossustentação. Embora não sejam características incorretas, Brettell alerta para o fato de elas serem simplistas, dado o complexo sistema de propriedade de terras – e, conseqüentemente, complexo sistema de transmissão destes bens – em uma sociedade fortemente estratificada, como a minhota.

No Noroeste português, as terras estiveram concentradas nas mãos da nobreza e do clero. Desde longa data a propriedade rural nortista vinha se dividindo e, segundo Margarida Durães (2002), os grandes fomentadores do parcelamento das terras foram, a princípio, as doações régias – que deram início aos grandes domínios senhoriais – e as políticas de compras, legados e doações, que conduziram essas grandes propriedades a um estado de difícil administração, havendo a necessidade de encontrar formas de exploração que valorizassem os espaços. Para tanto, as terras dos senhorios foram sendo segmentadas em unidades menores e entregues a terceiros através de contratos (aforamento, emprazamento, arrendamento) para que pudessem cultivá-las.

Nota-se, portanto, que poucas famílias eram proprietárias diretas de todos os espaços em que cultivavam o seu sustento. O domínio direto da propriedade pertencia, em geral, aos grandes senhorios: a posse de bens fundiários seria, então, símbolo de poder e prestígio social. Aos camponeses cabia o domínio útil da propriedade, entregando parte de seus rendimentos ao senhorio. Segundo os contratos de aforamento ou emprazamento, ambos eram proprietários do espaço, porém, os primeiros possuíam o “*direito à percepção da renda*”, enquanto os segundos detinham o “*direito ao usufruto da coisa cedida*”. As rendas pelas terras eram compostas por gêneros (cereais, vinho, animais), serviços pessoais e uma pequena quantia em dinheiro – geralmente, estabelecidas de acordo com o tamanho da propriedade e não segundo a colheita anual. (BRETTEL, 1993; DURÃES, 2002; DURÃES, 2000, p. 127).

À medida que se verifica a divisão das propriedades senhoriais em unidades menores, a população fixara-se através da *quinta* ou do *casal*. A primeira eram explorações de maiores dimensões, constituídas, em geral, pelas casas dos proprietários e dos cultivadores, com terras

de cultura, pomares, vinhas e soutos. A *quinta* era de propriedade de uma classe média ou mesmo de membros da nobreza e cuidada por criados e caseiros. O *casal* era um núcleo de exploração agrícola com casas de morada e outros edifícios de anexo para abrigo de animais, instrumentos e produtos colhidos; além de parcelas de terras agricultáveis de diferentes dimensões e qualidades. Embora semelhante à *quinta*, o *casal* era possuído por homens da classe servil (BRANDÃO, 1994; DURÃES, 2000).

A estrutura do *casal* manteve-se inalterável por muito tempo; com casas, currais, adegas, lagares, palheiros, estrumeiras, corte de gado, hortas, campos, leiras, vinhas, pastos e matos. Esse conjunto de bens, detido pelas famílias camponesas através de contratos, garantia a sobrevivência, um modo de vida e o estatuto social de seus membros. No entanto, a divisão dos *casais* logo se impôs em função da falta de terrenos agricultáveis que pudessem atender os agregados familiares que continuamente se formavam e geravam uma pressão populacional: era a Noroeste que se encontravam as maiores densidades da população portuguesa e seus índices demográficos acabaram por também caracterizar as formas de ocupação e exploração do solo.

Divididas de acordo com a necessidade – um novo agregado ou quando ocorria uma sucessão –, as explorações assumiram dimensões exíguas, tornando aqueles espaços ideais em áreas insuficientes para a manutenção do sustento das famílias. Aos detentores dessas reduzidas explorações era forçoso suprir a insuficiência dos rendimentos agrícolas com outras atividades, como trabalhos artesanais, carros de produtos, entre outras. Para completar essas pequenas explorações, os camponeses podiam contar com os terrenos baldios ou maninhos que existiam pelos arredores (DURÃES, 2000).

Os espaços incultos eram, no entanto, de propriedade senhorial. Os habitantes os consideravam de uso comum e entendiam que tinham direitos de usufruir e explorar os pastos e matos que lá existissem sem que os senhorios pudessem arrendá-los a outrem. Logo, a importância dos maninhos para a casa camponesa acabou por gerar muitos conflitos entre os vários interessados na sua exploração: se o arrendamento dos baldios fosse feito a pessoas de fora da freguesia, seus habitantes o contestavam por se sentirem lesados em uma riqueza natural que consideravam lhes pertencer por direito (BRANDÃO, 1994; DURÃES, 2000).

No século XVIII, o arroteamento desses espaços incultos passou a ser dirigido pelas administrações municipais, transformando a exploração dos terrenos em fontes de receita. Porém, o processo desenvolveu-se de maneira desequilibrada e terá “*avivado as desigualdades no seio da população camponesa e agravado mesmo as condições das*

explorações agrícolas tornando muitas delas inviáveis ao impedir que pudessem recorrer aos rendimentos complementares oferecidos por esses terrenos” (DURÃES, 2000, p. 130).

Diante das dificuldades de se viver em um solo intensamente ocupado, com terras caracterizadas pela pequena dimensão e inseridas em contexto de desigualdades, a preocupação com o futuro da prole tornava-se uma constante para as famílias: Que destino lhes dar? Como as terras exploradas através de contratos seriam transmitidas para a geração seguinte? Os camponeses da região precisavam, então, recorrer a determinadas manobras que garantissem a sobrevivência do grupo familiar e a manutenção de seu patrimônio. Para compreender as estratégias de sobrevivência econômica das famílias camponesas minhotas setecentistas, é de suma importância recorrer ao conjunto de leis que regiam a sociedade da época. Tais estratégias estão diretamente ligadas às práticas sucessórias e hereditárias do mundo rural lusitano, sendo necessário, portanto, conhecer as linhas mestras do direito sucessório português.

Segundo Jean-Louis Flandrin, estudos de Frédéric Le Play – pioneiro na introdução do conhecimento do direito sucessório aos estudos históricos – classificavam a transmissão do patrimônio às novas gerações como a principal função e característica da família. Para ele, *“nada seria mais adequado para definir um tipo de família do que o sistema de devolução de herança que nele se adaptava”*. Assim, a cada um dos três tipos de família por ele designados (patriarcal, troncal e instável), haveria um determinado sistema de devolução de herança (coletiva, preciputária, igualitária) (FLANDRIN, 1979, p. 96 *apud* DURÃES, 2001, p. 177-178).

Muitos historiadores colocam à prova a visão playsiana de que a transmissão de herança bastava para classificar o grupo familiar por considerarem esta abordagem uma visão reconstruída da realidade, uma vez que ela é feita sob um universo rural complexo e cheio de contrastes. Para Margarida Durães (2001) há, sim, uma íntima ligação entre o direito sucessório e a constituição e organização do agregado familiar. Segundo a historiadora, em todos os tempos e em todas as organizações político-econômicas, o direito sucessório é o “espelho vivo” do contexto familiar – razão que nos leva ao seu estudo (2001, p. 178-179).

O direito sucessório da propriedade rural assentava-se em dois critérios fundamentais: *família* e *propriedade*, que, como todas as instituições, são sensíveis às transformações das condições socioeconômicas e jurídicas. Assim, ambos os critérios foram usados de maneiras diferentes: em algumas épocas, destacou-se o núcleo familiar, em outras, houve maior incidência da propriedade. Quando o critério da *família* tinha maior influência nos regulamentos do direito sucessório, prevaleciam as formas de sucessão legítima, ou seja, aí se

encontravam consignados os princípios da igualdade entre os herdeiros; quando o critério *propriedade* prevalecia sobre todos os outros aspectos, eram as formas de sucessão testamentária que organizavam a reprodução social e econômica. Em Portugal, esses princípios foram implantados no quadro jurídico nacional através da difusão do movimento romanístico e à medida que o poder absoluto do Rei se implantava. A partir de então, começaram a surgir um conjunto de leis que se concretizaram na publicação das Ordenações Afonsinas, em que há partes dedicadas a temas como o direito da família e o direito das sucessões. (DURÃES, 2001).

Sobre as regras que consubstanciavam o direito sucessório, as Ordenações Afonsinas – e, mais tarde, as Filipinas – definiam, entre outros pontos, que os critérios da família e da propriedade continuavam a moldar a organização jurídica desse campo; que a Lei era geral e a regulamentação sucessória deveria ser aplicada a todo Reino e a todas as categorias sociais; que todos os herdeiros legítimos tinham direito à sua porção no patrimônio e que a legítima de cada um teria um caráter sagrado e inviolável.

Os padrões hereditários minhotos inseriam-se na contradição de dois conjuntos normativos: se de um lado tínhamos as Ordenações, que decretavam para todo o Reino a igualdade na partilha dos bens entre os herdeiros; do outro tínhamos a principal forma de acesso à exploração da terra na região, os contratos. Apenas os bens alodiais, livres de quaisquer encargos e tributos, e os bens móveis eram suscetíveis à partilha. Para as propriedades enfiteúicas, havia uma legislação particular que as definiam como bens indivisíveis e de sucessão única. Quando o aforamento era perpétuo, o valor da propriedade entrava no cômputo da herança e fazia parte da legítima de apenas um dos herdeiros; no caso de aforamentos em vida, o caráter revogável do contrato impedia a integração do valor das terras no conjunto da herança – cenário que mudou em 1769, quando a renovação do contrato tornou-se obrigatória.

A designação do sucessor seguia com primazia dos homens sobre as mulheres, dos mais próximos sobre os mais distantes, dos mais velhos sobre os mais jovens, estabelecendo, portanto, a desigualdade entre os herdeiros. Enquanto as regras de herança impunham igualdade entre os herdeiros legítimos, as regras de sucessão de uma exploração aforada impunham a sucessão única, já que ela não podia ser dividida. Se a maioria das terras era cultivada através de contratos e a fragmentação das mesmas – devido às dimensões diminutas – causava a sua insuficiência para a sobrevivência familiar, a sucessão única foi o elemento a excluir parcelas da densa população minhota do acesso a bens de raiz (DURÃES, 2001).

Para a região de Braga no século XVIII, Durães (2001) identifica uma série de estratégias camponesas que visavam conciliar igualdade entre os herdeiros e indivisibilidade da propriedade no processo sucessório e de partilha de herança, práticas estas que nem sempre respeitavam o sistema jurídico da sociedade, mas que eram adotadas de acordo com as circunstâncias e necessidades de cada família. Ao analisar um conjunto de testamentos, a historiadora percebe que a divisão dos bens em muitos deles não seguiam as diretrizes das leis. Para a região minhota em questão, ela encontra uma diversidade dos padrões de herança: sucessão igualitária entre todos os herdeiros; sucessão única e herança indivisa ou ainda um herdeiro beneficiado com o maior quinhão.

A influência da legislação sobre a sociedade assumia uma forma bastante complexa: no discurso do poder, as leis vêm em primeiro lugar, ao nível social, elas nem sempre são cumpridas e, muitas das vezes, são contornadas de acordo com as conveniências. O quadro encontrado por Durães (2001), com múltiplas práticas sucessórias e hereditárias, é exemplar dessa primazia dos costumes cotidianos sobre o sistema jurídico da sociedade, embora esse não fosse relegado para um plano inferior. Entre famílias de todos os estatutos sociais, é perceptível uma adaptação do sistema jurídico com o intuito de não desassistir os herdeiros que ficariam à margem da sucessão e também de preservar a integridade do patrimônio da família.

Apesar da existência de tais estratégias de sobrevivência da família e de proteção de seu patrimônio, a densidade populacional exercia forte pressão sob a divisão das terras no Minho. Com o tempo, mesmo com todos os esforços despendidos, outras medidas precisaram ser tomadas e a emigração tornou-se uma opção para os membros excluídos da sucessão das propriedades rurais: um importante meio para se alcançar o equilíbrio entre alto índice populacional minhoto e a pouca disponibilidade de recursos.

Todos esses fatores transformaram a província do Minho no centro da emigração portuguesa, perfil que durou por vários séculos. Os chefes familiares preocupavam-se com a preparação dos filhos – homens e solteiros – para saírem de casa, enviando algum descendente para os estudos ou para aprender um ofício, visto que o sucesso do projeto migratório se reverteria para o benefício econômico do grupo.

Para outras partes do Reino ou para a Espanha, os indivíduos partiam em migrações sazonais em busca de rendimentos suplementares para a sobrevivência da família. O Brasil foi um grande atrativo para os migrantes e, apesar da longa distância, os movimentos para América Lusa também foram imbuídos de uma perspectiva de retorno, assim como o movimento no interior da Europa. Das terras brasileiras poderiam ser levadas riquezas

capazes de recuperar o investimento empregado na preparação para a travessia do Atlântico e importantes contributos para a manutenção do património familiar (BRETTEL, 1993; DURÃES, 2001).

1.1.2 O Arquipélago dos Açores

Foi no ano de 1427 que português Diogo de Silves descobriu as ilhas dos Açores, conforme registrara Gabriel Valsequa em carta de 1439. Entre esses anos, marinheiros lusitanos se embrenharam em expedições para de reconhecimento do espaço e confirmação de uma rota segura para as ilhas. Nesse ínterim, a povoação humana não se fez presente, lançando-se apenas gados nas mesmas.

Em 1439, uma carta régia autorizara o Infante D. Henrique a mandar povoar as sete ilhas já conhecidas do arquipélago. O Infante, por sua vez, não deu início a um povoamento sistemático, mas ordenou que fossem deixadas ovelhas naqueles espaços despovoados. Foi em 1440 que as ilhas começaram a receber os primeiros povoadores, iniciando-se por Santa Maria e São Miguel (RODRIGUES, 1995).

As terras açorianas foram dadas em regime de senhorio: o senhor, donatário, tornava-se responsável pela colonização, promovendo o povoamento e a implantação da agricultura, enquanto o rei lhe concedia diversos privilégios. Os donatários, no entanto, representavam um poder longínquo. No cotidiano, o poder sentido pelas populações vinha dos capitães e das câmaras. Membros da pequena nobreza, os chamados *capitães dos donatários* – por representarem o seu poder – chegaram às ilhas com parentes e dependentes e receberam as capitânicas em sub-doação. Ao analisar a sociedade de Santa Maria, José Damião Rodrigues (1995) observa que os capitães ocupavam o vértice da pirâmide social da ilha. Logo, é perceptível que os Açores foram ocupados aos moldes da sociedade portuguesa peninsular: o *status*, de certo modo, condicionara o acesso à propriedade e apenas um pequeno grupo fora agraciado por mercês de Sua Majestade (RODRIGUES, 1995; HAMEISTER, 2014).

À medida que as ilhas passaram a produzir e as famílias com fidalguia reproduziram, parte da prole continuou a habitar aqueles espaços, fazendo nascer povoados e crescer vilarejos, que receberam construções de igrejas, mosteiros e conventos. Ao longo dos séculos, de diversas partes do Reino também partiram migrantes para as ilhas atlânticas a procura de um espaço seu.

A terra era para os habitantes das ilhas a principal fonte de reprodução econômica:

Da terra eram extraídos os produtos da dieta alimentar básica e as produções mais valorizadas pelo mercado, utilizadas para venda, troca ou pagamento de rendas. A fruição dos principais materiais de construção e fontes de energia (as madeiras, as lenhas e a pedra), os meios de carga e de transporte (de onde se destacam os gados bovino, cavalar, asinino e muar), assim como as grandes produções artesanais para autoconsumo, venda ou troca (como objetos de tecnologia agrícola, a lã e o linho), dependiam igualmente do acesso a terra (SOUZA, 2007-2008, p. 75).

Todo o esforço para sustento do homem achava-se assentado na terra. No entanto, como observado para a província peninsular do Entre-Douro-e-Minho, a concentração fundiária também se fez presente no arquipélago, restando aos camponeses o enfretamento de grandes dificuldades. Paulo da Silveira e Souza (2007-2008), ao atentar-se para a gestão da propriedade na Ilha de São Jorge, observa que desde cedo aquele espaço fora marcado pelo arrendamento e aforamento de parcelas agrícolas das propriedades concentradas em mãos nobres e eclesiásticas: *“a maioria dos camponeses, mesmo aqueles mais abastados, via-se na contingência de explorar terras arrendadas, ou aforadas, pertença das elites locais ou de senhorios de fora, da Santa Casa de Misericórdia, das confrarias das igrejas ou dos conventos”* (SOUZA, 2007-2008, p. 80).

Conforme as leis do Reino anteriormente abordadas, as terras aforadas eram indivisíveis, trazendo dificuldades para o momento da transmissão das heranças. Do mal da pressão demográfica também sofriam os habitantes do arquipélago que não podia crescer: o oceano era o limite da expansão de qualquer produção. Se menos abastadas, as famílias não tinham muitas opções de expansão dos seus geradores de economia; se de melhores condições econômicas, estavam condenados a viver na dependência do único sucessor da chefia familiar na gestão da propriedade. Além disso, as ilhas distinguiam entre si em seus aspectos naturais que propiciavam ou impediam os tipos de produção, gerando situações de fome e de penúrias para as localidades mais desfavorecidas. Para agravar a situação, o arquipélago era suscetível a acidentes climáticos e geológicos, como tremores do solo, maremotos, grandes tempestades e erupções vulcânicas (HAMEISTER, 2014; ROCHA *et alii*, 2005; SOUZA, 2007-2008).

Diante das dificuldades, a mobilidade das gentes tornou-se uma característica fundamental das Ilhas Atlânticas. A ocupação dos Açores foi, em si mesmo, obra de migrantes: *“Às ilhas se chegava, das ilhas se partia... Por processos diversos e em circunstâncias que variam necessariamente, os habitantes das ilhas procuravam rasgar o cerco do mar, encontrar novos horizontes ou refugiar-se em formas utópicas – a evasão”* (GIL, 1979, p. 24 *apud* CORDEIRO e MADEIRA, 2003, p. 99).

Movimentos internos de entrada e saída de outros pontos do território açoriano; fixação temporária e emigração marcaram de forma indelével o evoluir daquela sociedade. As motivações e as determinantes para os indivíduos lançarem-se nos movimentos migratórios, como apontado, foram os mais variados, porém, de todos era a necessidade de fazê-lo.

Desde muito cedo, ainda no século XVI, a presença açoriana já estava por diversas partes do império luso: uma presença portuguesa “*na sua devoção a Deus e à Igreja*” e “*em sua lealdade ao Rei*”. Em 1550 a Coroa já incentivava o recrutamento de ilhéus para serem encaminhados para colonizar o Brasil, especialmente para a fundação da Bahia. Séculos mais tarde, Sua Majestade disponibilizara meio de transportes e prometera terras para casais que partissem rumo à colonização da América Lusa (CORDEIRO e MADEIRA, 2003; HAMEISTER, 2014, p. 153).

Em 1666, cerca de 50 casais partiram da Ilha do Faial e se estabeleceram no Pará. No ano seguinte, uma erupção vulcânica na mesma ilha provocou mais um importante fluxo migratório. Mais tarde, outros 100 casais dali partiram em direção ao Brasil. Sobre os casais, exigia-se que fosse compostos “*dos homens mais idoneos para o trabalho, cujas mulheres sejam capazes de propagação e tenham mais filhos para se formar uma nova povoação; para cujo efeito ordenareis sejam de todos os ofícios: lavradores, pedreiros, carpinteiros, e ferreiros, serralheiros, sapateiros e alfaiates*” (CORDEIRO e MADEIRA, 2003).

Ao final dos Seiscentos, a esperança de que o Brasil poderia ter minas de metais e pedras preciosas materializou-se. O ouro é descoberto no sertão paulista, seguindo para as explorações auríferas no espaço que viria a ser as Minas Gerais. O novo contexto confirmou a importância do Brasil no Império Português e para garantir a soberania lusitana no território, então muito visado em função de suas riquezas, a monarquia setecentista recorreu à presença de contingentes militares e à fixação de casais ilhéus na América do Sul. Com uma política semelhante a que enviara migrantes para o Norte brasileiro no século XVII, a Coroa promoveu a saída de açorianos para a Colônia com objetivo de povoar e defender as regiões fronteiriças meridionais e setentrionais. Torna-se, portanto, perceptível, a intensificação de um movimento migratório de perfil colonizador (BOXER, 2000; MENESES, 1999; RODRIGUES, 2010).

Decerto, a exploração aurífera aguçou o imaginário de enriquecimento das gentes insulares e de todas as partes do Reino. A expectativa de fortuna trouxera o alento para as dificuldades e as penúrias com as quais, inevitavelmente, os habitantes das ilhas tiveram que conviver. Essa perspectiva, segundo Avelino de Freitas de Meneses (2014), suscitou um novo

qualitativo para o movimento migratório açoriano: se antes foi o da colonização, nesse momento ele adquire um perfil pautado na ação individual, superando as estratégias da Coroa.

Do noroeste da península portuguesa ao Arquipélago dos Açores, vários fatores propiciaram a saída de seus habitantes para além-mar. A terra, pilar da economia rural, já não era suficiente para prover a sobrevivência de uma população crescente; o complexo sistema jurídico que regravava os regimes de sucessão e herança das propriedades enfitêuticas – principal forma de acesso a espaços agricultáveis para aqueles que não compunham a nobreza ou o clero – levava à exclusão sistemática de parcelas da população do usufruto do bem de raiz. Se no Minho a energia do trabalho humano foi capaz de propiciar a fertilidade de um solo que levou alimento em abundância para a mesa de seus habitantes, certas ilhas açorianas assistiram a escassez e a fome de suas gentes em função de uma terra ainda mais dificultosa. E ainda: as surpresas da natureza a abalar um espaço cujas fronteiras não podiam se estender, o oceano era o limite de Portugal insular.

Diversos foram os motivos e as razões para tantos portugueses lançarem-se em embarcações destinadas à América Lusa, da maioria – sobretudo, aqueles que o fizeram independente dos aportes de Sua Majestade – parece ter sido o desejo de conquistas para sobrepujar as insuficiências inerentes à vida dos grupos menos abastados do Reino. Minhotos e açorianos compuseram a maior parte dos imigrantes lusitanos recebidos pelas Minas Gerais setecentistas, que atraiu pessoas de todas as partes com suas riquezas recém-descobertas. Porém, esses grupos não se destinaram apenas aos grandes centros mineradores, tendo também rumado para áreas mais distantes, para os *matos gerais* e sertões mineiros.

Para alguns, uma ocupação temporária. Para outros, as Minas a assistir o envelhecer de quem em seu território um dia projetou a esperança de ganhos de uma vida mais gentil.

1.2 *Súbito, brilha um chão de ouro*³

A história das Minas Gerais é harmônica à história dos descobertos preciosos nos córregos e ribeirões que cortavam as montanhas daqueles matos gerais. O Reino português nunca perdeu a esperança de na América encontrar a fonte de enriquecimento: os

³ MEIRELES, Cecília. Romance I ou da revelação do ouro. In: _____. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S/A, 1977.

impressionantes fluxos de ouro e prata que os espanhóis levavam de suas colônias para Sevilha na primeira metade do século XVI manteve acesa a cobiça dos portugueses.

Em meados do século XVII, as finanças de Portugal encontravam-se comprometidas com os elevados custos da administração do Império. Ademais, a guerra pela restauração do trono, entre 1640 e 1668, trouxera muitas dívidas para a Coroa, agravadas pela perda de importantes possessões para a Holanda, outra importante potência marítima. Na América Lusa, os engenhos de açúcar do Nordeste, então as fontes de prosperidade, começavam a sentir o peso da concorrência da cana plantada nas Antilhas pelos holandeses. A descoberta de novos recursos se fazia urgente para reequilibrar a receita do Reino e realimentar o seu projeto imperial (BOXER, 2000; SCHWARCZ, 2015).

Uma série de providências foi tomada por Portugal para reverter o seu quadro econômico. Entre as medidas, houve incentivos cada vez maiores pela busca de metais preciosos. João de Lencastro, então governador-geral, mantinha-se cético quanto à extensão dos achados auríferos: se fosse semelhante à do ouro descoberto entre 1560 e 1561 nas terras que cortam os atuais estados de São Paulo e Paraná, certamente, não iria satisfazer a ambição portuguesa. Porém, suas desconfianças não convenceram a Coroa. Potosí, uma montanha inteira de prata encontrada pelos espanhóis em meio à cordilheira dos Andes, alimentava a imaginação lusitana de um mesmo cenário ser encontrado no Brasil. A única maneira de alcançar a riqueza seria penetrar nos sertões (BOXER, 2000; SCHWARCZ, 2015).

Aos paulistas couberam as incursões pelas áreas inóspitas da Colônia em função da reputação que alcançaram pelas práticas de desbravar os sertões, com capacidade admirável de sobrevivência nos perigosos e misteriosos ambientes naturais da América Lusa: os paulistas eram “a melhor ou a única defesa que tem os povos do Brasil contra os inimigos do sertão”, escrevia o procurador da Fazenda de Lisboa em 1693. A Coroa, por sua vez, explorava a vaidade desses homens, induzindo os seus principais sertanistas à busca de minas de ouro e prata através de promessas de que seriam feitos homens-gentis da casa real e cavaleiros de ordens militares (BOXER, 2000, p. 60).

Por solicitação em carta recebida do rei, que lhe elogiava por seus grandes serviços e dedicação nas tarefas mais árduas, em 1674, o sertanista Fernão Dias Paes Leme deixou a vila de São Paulo de Piratininga em busca da lendária montanha resplandecente de Sabarabuçu, onde se supunha encontrar um segundo Potosí. Na mítica narrativa indígena, de suas serras descia um rio do qual transbordavam pedras de prata, ouro e esmeraldas. Depois de montar uma base fixa de abastecimento e sobrevivência da bandeira, os arraiais de Santana e Sumidouro, nas imediações do Rio das Velhas, Fernão Dias cruzou o atual estado de Minas

Gerais entre os anos de 1675 e 1781. Ao atingir a região dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, acreditou ter, por fim, encontrado o lugar da mitologia indígena, porém, esse estava repleto de esmeraldas enganosas: pedras verdes que não passavam de turmalinas de pouco valor (ANDRADE, 2008; BOXER, 2000; SCHWARCZ, 2015; VASCONCELOS, 1999).

Embora a jornada de Fernão de Dias não tenha atingido o objetivo esperado, a bandeira foi a responsável pela condução dos primeiros descobertos auríferos: graças a ela, os sertanistas tiveram conhecimento das estratégias de sobrevivência e os meios de adaptabilidade naqueles sertões. Foi na década de 1690 que as notícias sobre as descobertas do ouro se alastraram, a partir do comunicado oficial realizado em 1695. A data e o lugar exatos da primeira descoberta de riqueza em quantidades vultosas não são conhecidos: Manoel Borba Gato, genro de Fernão Dias, já havia encontrado ouro de aluvião em quantias compensadoras, mas não manifestou o achado às autoridades (BOXER, 2000; SCHWARCZ, 2015).

Não demorou muito para a região das minas se encher de pessoas vindas de todas as partes da Colônia e do Reino, como descreveu o jesuíta Antonil no início do século XVIII:

Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem as minas. Das cidades, villas, reconcavos, e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos Índios de que os Paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil convento nem casa (ANTONIL, 1837, p. 149).

E assim teve início a ocupação do território que viria a ser a Capitania de Minas Gerais. Um povoamento espontâneo e desordenado, realizado pelos que “careciam de esperança para sair da miséria, os que se deixaram levar apenas pelo sonho de riqueza fácil, os que precisavam escapar do turbilhão político e religioso” – entre os últimos, enquadravam-se cristãos-novos, ciganos e hereges (SCHWARCZ, 2015, p. 114).

Os caminhos estavam abertos, mas percorrê-los exigia esforço e coragem de quem se dispunha a fazê-lo. O caminho traçado por Fernão Dias, o chamado Caminho Geral do Sertão – o Caminho Velho – ligava São Paulo e Rio de Janeiro ao ouro recém-descoberto nos ribeirões de Ouro Preto e Nossa Senhora do Carmo, bem como nas margens do Rio das Velhas. Seguir o Caminho Velho era lançar-se ao enfrentamento de inúmeros transtornos: encoberto por matas virgens e densos nevoeiros, a viagem se tornava demorada e demasiadamente insegura, sobretudo, por incluir a passagem pela Serra da Mantiqueira, de difícil transposição. O perigo era grande, inclusive, para as autoridades administrativas da

Coroa, que usavam o trajeto para transportar grandes quantidades de ouro. (ANTONIL, 1837; LAGUARDIA, 2015; SCHWARCZ, 2015).

Logo se tornou necessária a construção de um novo caminho. Em 1698, Garcia Rodrigues Paes – filho de Fernão Dias Paes Leme – comprometeu-se, por meio de carta dirigida ao governador-geral Artur de Sá e Meneses, a iniciar a abertura de um trajeto partindo do Rio de Janeiro em direção às Minas. Era o Caminho Novo, que reduziu o tempo da viagem de 74 para 25 dias e viabilizou a saída do ouro de aluvião, o fluxo de pessoas e mercadorias, bem como o abastecimento da região aurífera (LAGUARDIA, 2015; RODRIGUES, 2002).

A movimentação das tropas demandava a existência de pontos de abastecimento que contribuíssem para o bom resultado do projeto da Coroa de ocupação e exploração da fronteira que se abria. Paralelamente à atividade mineradora começou a se desenvolver o cultivo de roças e criação de animais aos arredores do caminho, impulsionando o desenvolvimento de atividades rurais na região. Assim, nas Minas havia espaço para grupos de diferentes dimensões: mineradores, roceiros, agricultores, criadores, tropeiros, mercadores, entre outros (OLIVEIRA, 2016; RESENDE, 2009).

Os movimentos logo redundaram na criação das três primeiras vilas das Minas já no ano de 1711: Nossa Senhora do Carmo; Vila Rica (reunião dos arraiais de Ouro Preto, Antônio Dias, Padre Faria e Tripuí) e Nossa Senhora da Conceição do Sabará (fundada no arraial de Sabarabuçu). Em 1714, estabeleceram as primeiras comarcas, a saber: Comarca de Vila Rica, com sede em Ouro Preto; Comarca do Rio das Velhas, com sede em Sabará; e Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João Del Rei. A partir de então, todas essas denominações não mais designariam zonas de ocupação espontânea, com contornos fluidos, mas verdadeiros territórios (FONSECA, 2011; GRAÇA FILHO, 2002; SCHWARCZ, 2015).

A partir dos centros mineradores principais, a população espalhou-se pelas regiões circunvizinhas e criou centenas de arraiais: era o processo de transformação dos sertões dos matos gerais em Colônia. Na marcha do povoamento, seguiu a instalação do poder eclesiástico a partir da construção de ermidas pelos colonos: “as capelas (...) faziam-se essenciais à conquista das Minas, ora por efetiva piedade religiosa, que era muita; ora por interesses máximos da colonização” (ANTONIL, 1974, p. 226 *apud* FONSECA, 2011, p. 83).

A instituição de sedes paroquiais se desenvolveu a partir da existência de um núcleo de povoamento estável. Na ausência de um Estado ordenador nas ocupações que se realizavam em ritmos acelerados, a Igreja surge como outra face do poder. Antes mesmo da chegada da administração colonial para tratar das fiscalizações, leis e justiças, “*dos crimes, que não são*

poucos, principalmente dos homicídios e furtos”, as instituições religiosas, – por meio do clero secular e da assistência religiosa das irmandades – já se faziam presentes em uma árdua trajetória de tentar dar ordem aos descaminhos espirituais naquela sociedade formada pela mistura de *“toda a condição de pessoas”* (ANTONIL, 1837, p. 149-150; FONSECA, 2011; OLIVEIRA, 2016).

Nas primeiras décadas dos setecentos, os primeiros povoados que surgiram em função da atividade mineradora começaram a adquirir um caráter mais estável com a construção de uma capela e pequenas moradias em torno desta e ao longo dos caminhos. A ocupação também se estendeu para áreas periféricas aos grandes centros mineradores. Periféricas, segundo Mônica Ribeiro de Oliveira (2016), não apenas devido à distância geográfica das principais vilas, mas também pelo fato de a extração de ouro não ter chegado a gerar efeitos multiplicadores sobre o espaço urbano. Entre as regiões que se enquadram nesse perfil, interessa atentar nossos olhares para a Serra da Mantiqueira, localidade onde encontramos as famílias de imigrantes portugueses que serão analisadas ao longo do presente trabalho.

1.2.1 A Serra da Mantiqueira

Pela Serra da Mantiqueira passava o Caminho Velho, tornando a passagem ainda mais penosa em função de sua difícil travessia. Transpor a Mantiqueira exigia força e coragem: erichada de morros elevados, recortada por picos altíssimos, habitada por nuvens de insetos – muitos deles peçonhentos – e grande umidade que provocava chuva constante.

A travessia tornava-se árdua em especial na estação das chuvas, quando as brumas cobriam as terras altas da Mantiqueira, o aguaceiro pingava quase ininterrupto pelas barbas dos viajantes, a água gelava até os ossos, a descida dos desfiladeiros apresentava-se ainda mais escorregadia, derrubando mulas e fardos, e a trilha dissolvia-se em lama e barro sob os pés (SCHWARCZ, 2015, p. 114).

Quem pelo Caminho Novo ia do Rio de Janeiro às Minas também passava pelos altos da Serra da Mantiqueira. Ali, às margens do caminho, na região compreendida pela Comarca do Rio das Mortes, nasceu um arraial em torno da capela de Igreja Nova de Campolide, mais tarde nomeada de freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo – atual cidade de Barbacena, elevada a vila em 1791.

Foi nessa região que o bandeirante Garcia Rodrigues Paes estabeleceu sua propriedade rural no início do século XVIII, terras que recebeu como recompensa por desbravar os matos

gerais e construir o Caminho Novo. Com auxílio de Domingos Rodrigues da Fonseca Lemes, seu primo e cunhado, – além da ajuda de alguns moradores e parentes da região – Rodrigues Paes edificou a primeira casa sede da fazenda Borda do Campo. A partir de então, diversas famílias receberam sesmarias naquelas proximidades e empenharam-se em ocupar as novas áreas da localidade (RODRIGUES, 2002).

Os primeiros habitantes da freguesia eram provenientes de São Paulo e Rio de Janeiro. Além de imigrantes paulistas e fluminenses, a Borda do Campo recebeu muitos reinóis oriundos, sobretudo, do Noroeste de Portugal. O grupo que para a região se destinou percebeu que a existência de roças ao longo do Caminho Novo seria essencial para o abastecimento de outras regiões e suprimento das necessidades de transeuntes que por ali circulavam. Logo, a freguesia se desenvolveu em posição vantajosa no Caminho, propiciando a participação de seus moradores nos circuitos mercantis (OLIVEIRA, 2011, 2016; RESENDE, 2009).

Ainda que a mineração tenha sido praticada naquela área, segundo Mônica Ribeiro de Oliveira (2016), foram as atividades agropecuárias a força motriz da economia da Borda do Campo. Com o enfraquecimento da extração aurífera e conseqüente mudança de eixo do carro-chefe econômico da Capitania de Minas Gerais, a região assistiu um desenvolvimento ainda maior de sua produção. Os solos férteis e agricultáveis, bem como seus espaços propícios para a criação de animais, proporcionaram dinamismo econômico para unidades rurais que ali se estabeleceram, fazendo surgir grandes potentados que congregaram considerável parte da riqueza produzida no conjunto de propriedades que se desenvolveu ao redor do Caminho Novo (OLIVEIRA, 2016; RODRIGUES, 2002).

No entanto, não apenas famílias detentoras de grandes propriedades rurais – com terras recebidas como benesses de Sua Majestade – compuseram a população que promoveu a ocupação da Borda do Campo. Grupos de estatutos e economias mais modestos também se dirigiram para a região em busca de novas jazidas de ouro e terras agricultáveis, mesmo sem o garantido acesso a sesmarias. Também, não somente de localidades bem posicionadas em relação ao Caminho Novo se constituiu a Serra da Mantiqueira.

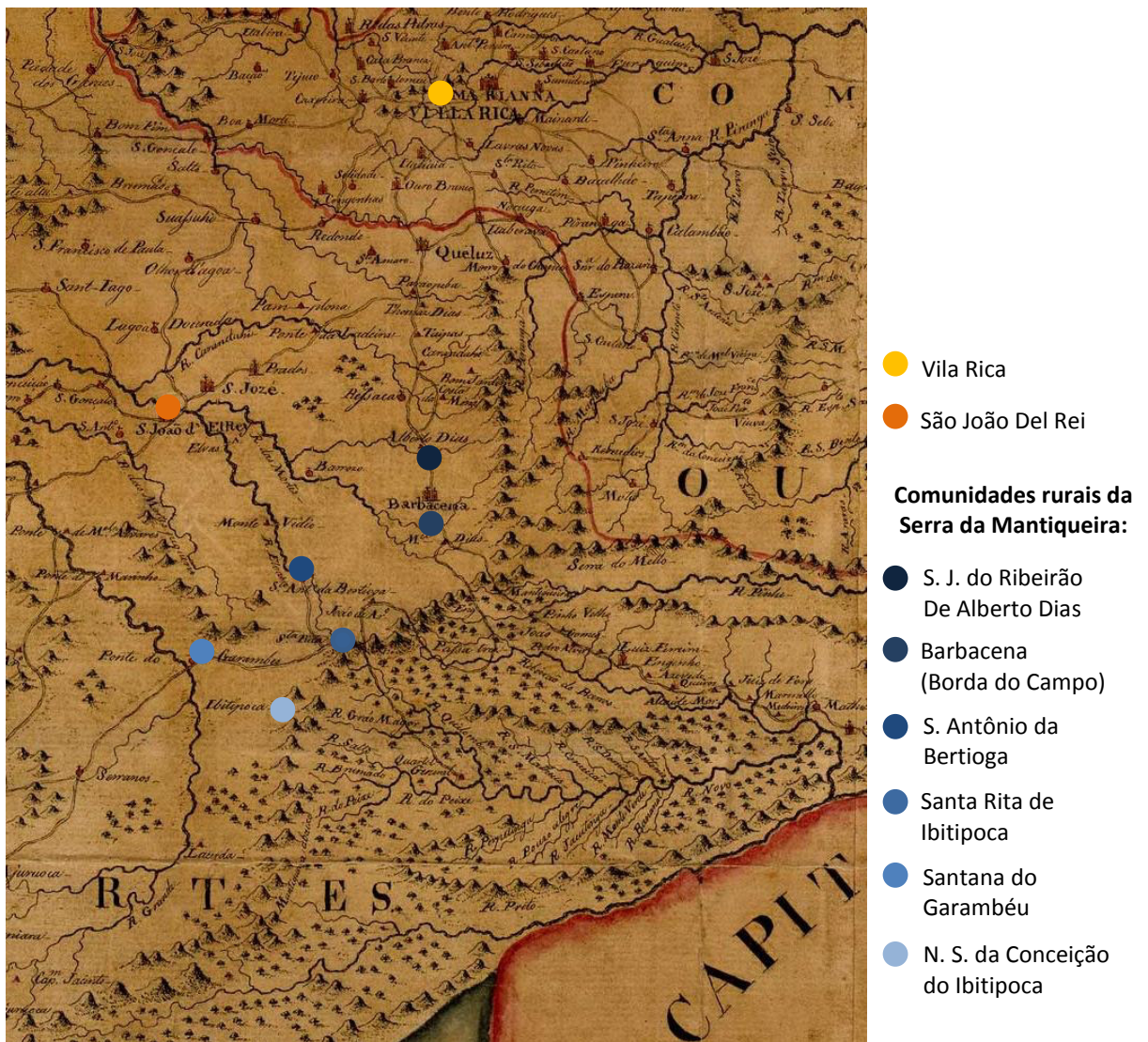
Nas palavras de Mônica Oliveira (2016), a Borda do Campo foi a “porta de entrada” para os inóspitos sertões da Mantiqueira, apenas habitados por povos indígenas e seres da fauna, permeados por lendas que narravam os perigos de se embrenhar por seus matos e florestas.

Nas regiões mais íngremes e incrustadas à Serra, de acesso dificultoso em função de seus relevos acidentados, cresceram as pequenas comunidades rurais, como Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca e Santa Rita de Ibitipoca, com seus vários córregos e ribeirões, que

contribuíam para apelidar a Mantiqueira de “serra que chora” e escondiam riquezas minerais ainda por explorar. Próximas a elas, se desenvolveram Santana do Garambéu e Santo Antônio da Bertioiga, com extensões de terras férteis, ideais para o cultivo de alimentos (SCHWARCZ, 2015, p.114; OLIVEIRA, 2016).

MAPA 2

Comunidades rurais da Serra da Mantiqueira eleitas para a análise do comportamento socioeconômico de famílias chefiadas por imigrantes portugueses – século XVIII



Detalhe do *Mappa da Capitania de Minas Gerais*. Biblioteca Nacional. [S.l.: s.n.], 1810. 1 mapa ms., desenho a nanquim, col., 95 x 82.

Foram nessas comunidades rurais, além da Borda do Campo e da freguesia de São José do Ribeirão de Alberto Dias – também próxima ao Caminho Novo –, que identificamos a

presença de famílias constituídas por imigrantes portugueses no século XVIII. Mesmo diante de peculiaridades, todas elas tiveram em comum a ausência de aparelhos administrativos de Sua Majestade, típica de comunidades periféricas. Logo, a falta de uma presente fiscalidade Real contribuiu para que centenas de pessoas rumassem para esses espaços de fronteiras movediças, onde vislumbraram a chance ocupar vastas terras devolutas para desenvolver roças e criações. Ademais, a região ainda inóspita alimentava a esperança de serem encontradas novas fontes de riquezas minerais, que, em meados dos setecentos, começaram a se deparar com o esgotamento.

Ora, se no Reino as pequeníssimas propriedades fundiárias já não eram mais suficientes para sustentar todo o agregado doméstico, bem como as leis que regiam a transmissão de bens para as gerações seguintes excluía numerosas parcelas da população do acesso a terra – base da sobrevivência lusitana –, foi nesse cenário da Serra da Mantiqueira que muitos imigrantes encontraram meios de sobrepujar as dificuldades.

Até aqui, apresentamos uma visão geral dos fatores que condicionaram os movimentos migratórios em direção à Colônia e dos atrativos que das Minas ecoaram como um convite para tantos portugueses. O que esses espaços, de fato, lhes proporcionaram e as dinâmicas de atuação desses indivíduos com o seu entorno serão apresentados no decorrer deste trabalho.

Sempre referenciando as características da vida pregressa à emigração, serão descortinados diversos aspectos da vivência colonial de reinóis de distintos estatutos e condições econômicas que se estabeleceram, ou, ao menos, estiveram de passagem pelas ditas localidades. Interessa-nos perceber os elementos que contribuíram para o enraizamento de muitos imigrantes na América Lusa; bem como a opção pela constituição de famílias; as escolhas matrimoniais e compadrecas; os percalços e as formas de acesso às terras das quais extraíram o sustento do agregado e toda materialidade que foram capazes de constituir no esperançoso solo brasileiro.

CAPÍTULO II

“E eu era parte de toda a gente que partia”⁴

*Dizem todos que a saudade nasceu lá em Portugal
Eis por que tal gente há de sofrer sempre deste mal
Mas eu creio com firmeza nesta expressão verdadeira:
Se a saudade é portuguesa, a esperança é brasileira*
Trecho de “Saudade, Esperança” – Luís Iglesias

Como uma *constante estrutural* é que o movimento migratório português foi conceituado por Vitorino Magalhães Godinho na década de 1970 e, desde então, há tal consenso na historiografia a respeito do fenômeno da migração lusa (GODINHO, 1978). Do Norte para o Sul de Portugal, da Península para as Ilhas Atlânticas, do Reino para as colônias, os lusitanos traçavam novas rotas, teciam novos caminhos e percorriam diferentes trajetórias com esperanças de uma nova vida. Para muitos dos emigrantes que embarcaram nas águas salgadas do Atlântico, a terra natal se tornou saudade, um passado em olvido.

O Brasil foi um grande receptor dos migrantes lusos. José Vicente Serrão (1998), ao tomar como referências as estimativas de Vitorino Magalhães Godinho, aponta que emigração chegou a alcançar picos entre 8 e 10 mil saídas anuais no período que compreende o século XVIII. Ainda nas primeiras décadas deste mesmo século, a Coroa demonstrava a sua preocupação com o elevado número de indivíduos que deixavam o continente com destino à América. A preocupação foi expressa por meio de decretos que buscariam inibir a saída dos reinos:

(...) Não tendo sido bastantes as providências, que até o presente tenha dado nos decretos de 25 de novembro de 1709 e de 19 de fevereiro de 1711, para se proibir que deste reino passe para as Capitâneas do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da Província do Minho, que, sendo a mais povoada, se acha hoje em tal estado, que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos povos. (SERRÃO, 1987, p. 107-108)

Os diversos estudos sobre a migração portuguesa para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX harmonizam-se aos fatos indicados pelo trecho acima do decreto: a região Norte de Portugal, sobretudo, o Entre-Douro-e-Minho, se destaca por ser o polo de maior procedência

⁴ PESSOA, Fernando. *2ª Ode*. In: _____. *Álvaro de Campos – Livro de versos*. Lisboa: Estampa, 1993. p. 37. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/2863>>.

dos imigrantes.⁵ Os incentivos para as saídas também são consensuais e relacionam-se, em linhas gerais, com a conjuntura demográfica e socioeconômica da região. Como abordado no capítulo anterior, o solo minhoto era intensamente ocupado, e as terras eram caracterizadas pela pequena dimensão: um quilômetro quadrado era disputado por quase 23 pessoas; enquanto no Alentejo e no Algarve, a mesma área era repartida por cerca de duas e cinco pessoas, respectivamente (SERRÃO, 1998 *apud* ALMEIDA, 2006). Diante desse quadro, a melhor solução para muitos daqueles indivíduos foi a partida da terra natal em busca de melhores oportunidades.

Embora haja um consenso historiográfico acerca do perfil de *permanência* ou *constância* para o movimento migratório português ao longo de centúrias, o fenômeno da migração não deixou de comportar importantes variações que interferiram no perfil dos migrantes; nos fatores de atração e repulsão; nas motivações que os lançaram ao além-mar e na inserção desses indivíduos na sociedade de destino (PEREIRA, 2013 *apud* CAVAZZANI 2013). Para os reinóis que atravessaram o Atlântico entre os anos de 1701 e 1850⁶, período que compreende o presente estudo, Joel Serrão descreve o perfil dos migrantes da seguinte maneira:

No seio de uma família rural minhota ou beirão, proprietária ou arrendatária de uma pequena parcela de terra, parte dos filhos machos não cabe nos acanhados limites da exploração familiar. Deitando contas à vida, os pais vendem ou hipotecam alguns de seus bens para pagar as viagens e mandam ao Brasil filhos que assim – e só assim – têm possibilidade de tentar uma vida nova. Eles partem, ou antes dos quatorze anos para eximirem-se às leis do recrutamento militar, ou ente os vinte e trinta anos. Esta emigração masculina e jovem vai recomendada a parentes e desembarca no Recife, na Bahia, sobretudo no Rio de Janeiro, por onde fica, dedicando-se, predominantemente ao negócio, ou seja, à rede de distribuição comercial de retalho: caixeiros, pequenos comerciantes, associando-se, por vezes a patrões abastados, até mediante o casamento com respectivas filhas (SERRÃO, 1977, p. 81 *apud* CAVAZZANI, 2013, p. 96).

A realidade apresentada por Joel Serrão é mesmo indubitável ao referir-se à predominante fixação e às atividades exercidas pelos migrantes nos grandes centros da Colônia, como também constata Carlos Bacellar (2000), ao analisar a presença de imigrantes portugueses na Capitania de São Paulo. No entanto, esse não foi o destino de muitos dos

⁵ Ver trabalhos de Caroline Brettel, Alida Metcalf, Ana Sílvia Volpi Scott, Carlos Bacellar, Donald Ramos, Carla Almeida, Júnia Furtado, Renato Pinto Venâncio, entre outros.

⁶ Renato Pinto Venâncio (2000) denomina esse período como “fase de *transição*” do movimento migratório português. O historiador desmembra o fenômeno da migração em cinco fases, a saber: 1) fase *restrita* (1500-1700); 2) fase de *transição* (1701-1850); 3) fase de migração de *massa* (1851-1960) e 4) fase de *declínio* (1961-1991).

migrantes, tampouco a dedicação aos negócios representou a sobrevivência de tantos outros homens que precisaram abandonar a terra natal.

Ora, a conjuntura do Reino apresentada no capítulo anterior e brevemente retomada neste capítulo, demonstra que a migração foi um importante recurso, sobretudo, para os reinóis provenientes de famílias extensas em que a relação com a terra e a divisão de bens tornavam-se cada vez mais delicadas. Para muitos membros da família camponesa lusitana, as zonas rurais, de economias sustentadas pelas atividades agropastoris, foram os seus locais de destino e fixação após partirem de suas terras natais. Embora sejam representantes minoritários desta corrente migratória, destinar-se às pequenas vilas e comunidades rurais foi a realidade de muitos destes homens, como os personagens que aqui serão apresentados.

Como já observado, o século XVIII, período de significativa intensidade do movimento migratório luso, coincidiu com a descoberta de ouro e pedras preciosas na região que deu origem à Capitania de Minas Gerais. Em decorrência das notícias de tal descoberta, o contínuo movimento populacional trouxe para a região das minas pessoas de todas as partes da Colônia, como também muitos portugueses – não só colonizadores, mas também migrantes.

Na historiografia mineira, diversos trabalhos se dedicaram a diferentes abordagens cujo elemento comum é o imigrante português. Todos eles são consensuais na identificação de uma forte tendência de migração luso-nortista: Iraci Del Nero encontrou uma taxa de 68,1% de indivíduos que vieram da região norte portuguesa para Vila Rica; para Paracatu, Renato Pinto Venâncio encontrou um percentual de 75%; em seu trabalho sobre comerciantes portugueses em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, Júnia Ferreira Furtado encontrou uma taxa de 77,4% desses indivíduos; Carla Almeida chegou a um grupo de 89% de homens naturais das províncias do norte português (ALMEIDA, 2006).

Boa parte dessas análises foi ambientada nos grandes centros urbanos e mineradores da Capitania de Minas Gerais, como Vila Rica, Mariana, São João Del Rei. De fato, elas foram regiões de destino da maioria dos migrantes, sobretudo, daqueles ligados aos negócios e às atividades voltadas para a administração da Colônia. Os portugueses que viveram nessas áreas foram percebidos nesses estudos como a elite ou os ilustres homens do Reino.

O enraizamento desses imigrantes às terras mineiras foi consequência, sobretudo, das relações pessoais que já possuíam ao chegarem a Minas ou que teceram na sociedade receptora. Ao analisar as trajetórias e os processos matrimoniais da elite mineira setecentista, Carla Almeida (2006, 2010) constatou que quase a totalidade desse grupo fora composta por portugueses nortistas que migraram para a Colônia ainda muito jovens, com idade média de

16 anos. Os rapazes eram acolhidos por parentes que aqui já estavam estabelecidos e ocupavam cargos administrativos e ostentavam títulos de nobreza e patentes militares. Tal condição proporcionava a esses meninos uma posição de destaque que dificilmente alcançariam em terras lusas e, assim, esse acolhimento familiar funcionaria como um dos elementos fundamentais para a fixação dos migrantes no Brasil.

Já adultos, entre eles predominavam os homens casados, sendo endogamia uma prática recorrente deste grupo como forma de resguardar o patrimônio. Esses homens foram destaques na sociedade mineira pelos cargos que ocuparam na administração colonial; pelas patentes militares que carregaram; por terem sido membros de Irmandades religiosas e proprietários de terras e escravos.

Em vias contrárias ao enraizamento e ao matrimônio, esteve grande parte dos comerciantes portugueses, personagens do estudo de Júnia Furtado (2006) sobre os homens de negócio das Minas setecentistas. Em função até mesmo das próprias características da profissão, marcada por uma constante mobilidade, a historiadora demonstrou que esses comerciantes não estabeleceram laços duradouros em suas terras de origem e, em solo mineiro, mantiveram esse perfil de não enraizamento e formação de famílias. Certamente, o perfil de homens solteiros entre homens de negócio não foi uma regra, havendo aqueles que optaram pela união sacralizada, assentando, assim, raízes sólidas – de maneira geral, eram comerciantes mais abastados, grandes proprietários de comércios nas áreas urbanas e procuravam inserir-se nos grupos de elite.

E para regiões como a Serra da Mantiqueira – à margem dos grandes centros mineradores, marcada pela mínima presença da Coroa em função da ausência de Câmaras, com uma economia voltada para a agropecuária e produção para o mercado interno –, qual teria sido o perfil do imigrante português que ali se estabeleceu? Se as condições de sobrevivência no Reino não eram as melhores, as riquezas minerais e disponibilidade de terras no Brasil foram um alento para a esperança do português, muitas vezes excluído do acesso a terras, que buscava melhor qualidade de vida. Logo, a escolha pelas diminutas comunidades rurais mineiras não parece ter sido aleatória para os emigrantes que não contavam com mercês ou benefícios da Coroa para cruzarem o Atlântico.

A seguir, buscaremos analisar a presença e a constituição de famílias por imigrantes lusos nas freguesias da Serra da Mantiqueira nos anos que compreendem o século XVIII: Quantos eram? De onde vieram? Quais possíveis caminhos e escolhas levaram ao enraizamento daqueles homens às terras mineiras? Pensaremos também em suas escolhas matrimoniais e no tecer de redes relacionais descortinadas pelos apadrinhamentos a fim de

realizarmos alguns apontamentos sobre o comportamento familiar desenvolvido pelo homem lusitano a partir de condições por ele vividas em pequenas localidades rurais da América Portuguesa.

2.1 “*Batizei e pus os Santos Óleos...*”

Ao apresentarmos uma proposta de análise da constituição e organização de famílias chefiadas por portugueses da Serra da Mantiqueira setecentista, o *corpus* documental que permite a identificação destes núcleos familiares é o de assentos paroquiais de casamentos e batismos.

Os assentos matrimoniais são de significativa importância para a reconstituição de famílias, pois evidenciam uma série de dados necessários a esse processo: data e local da união, nome dos cônjuges, identificação dos pais dos nubentes e das testemunhas eleitas para a ocasião. Alguns registros são ainda acrescidos de outras informações, como: a atividade miliciana exercida pelos pais ou pelo próprio noivo e a situação de viuvez quando se trata de segundas núpcias. Todos esses elementos nos fornecem subsídios para recuperar as ações dos indivíduos em um momento decisivo de suas vidas, como o casamento (NADALIN, 1994).

No entanto, essas não foram fontes possíveis para o presente trabalho. Para este estudo, dispomos dos assentos paroquiais de batismos que, embora não nos forneça afirmativas sobre o local e o momento em que ocorreu a união dos pais do batizando, já nos indicam as relações matrimoniais tecidas pelos imigrantes portugueses – tendo os casamentos ocorridos antes da travessia do Atlântico ou em solo brasileiro.

Embora sejam assentamentos sintéticos, eles nos fornecem todas as informações das quais precisamos para identificar as famílias constituídas por nossos personagens em freguesias da Serra da Mantiqueira: os nomes dos batizados e a data de cada sacramento; o nome de seus pais e as respectivas naturalidades; a identificação de seus avós maternos e paternos, muitas vezes também seguida de informações a respeito dos locais de nascimento de cada um; e quem foram os seus pais espirituais, ou seja, os seus padrinhos. Muitos eram acrescidos de observações, tais como: a patente militar dos pais e padrinhos; os locais de domicílio dos indivíduos e também o grau de parentesco de uns para com os outros.

Ao dar início a uma nova forma de instituição dos preceitos da Igreja Católica, o Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, estabeleceu a obrigatoriedade do sacramento do batismo a todos os inocentes – assim chamados pela pureza de suas almas – que acabavam de nascer. O ato sacramental do batismo, o primeiro dos sete sacramentos, representava a entrada

dos homens ao mundo cristão e sem ele não haveria a salvação das almas dos fiéis. Representava “(...) *um segundo nascimento, um nascimento social e religioso que definia desde a tenra idade a religião, e que por consequência, o conjunto de valores pelos quais o indivíduo deveria se pautar*” (VENÂNCIO, 1986/87 *apud* PEREIRA, 2009, p. 40).

O Brasil setecentista, período em que se insere este estudo, tivera a sua vida religiosa regulamentada pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. As Constituições determinavam que o sacramento do batismo fosse realizado preferencialmente na paróquia onde os pais fossem fregueses e após oito dias do nascimento da criança, cabendo aos pais ou responsáveis a sua apresentação ao pároco. Obrigatoriamente, duas pessoas deveriam ser escolhidas para apadrinharem a criança: um homem e uma mulher.

Conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos que no Batismo não haja mais do que um só padrinho, e uma só madrinha, e que se não admitam juntamente dois padrinhos e duas madrinhas; os quais padrinhos serão nomeados pelo pai ou mãe, ou pessoa a cujo cargo estiver a criança; e sendo adulto o que ele escolher. E mandamos aos Párocos não tomem outros padrinhos senão aqueles, que os sobreditos nomearem e escolherem, sendo pessoas já batizadas e o padrinho não será menor de quatorze anos, e a madrinha de doze, salvo de especial licença nossa. E não poderão ser padrinhos o pai ou mãe do batizado, nem também os infiéis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, ou mudos, e os que ignoram os princípios de nossa Santa Fé; nem Frade, Freira, Cônego, Regrante, ou qualquer Religioso professo de Religião aprovada, (exceto o das Ordens Militares) per si, nem por procurador. (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1720. Livro Primeiro, Título XVIII)

Os assentos de batismos possibilitam não apenas o reconhecimento da família biológica, mas também do vínculo de parentesco espiritual estabelecido entre os padrinhos, o batizando e os pais. Para além da inserção dos inocentes à vida religiosa, o rito, ao estabelecer um pacto entre os envolvidos, tem como grande objetivo assegurar a permanência da criança na fé cristã e a sua sobrevivência na ausência de seus pais. Assim, a documentação também descortina a extensão dos laços familiares para além da consanguinidade. O compadrio se revela um importante instrumento de solidariedade em função do dom e contra dom, comportamento característico do Antigo Regime (NADALIN, 1994).

Os registros paroquiais não privilegiam grupos sociais. Desta forma, todos os indivíduos, ricos e pobres, tiveram suas vidas catalogadas pela Igreja. Por fazerem uma cobertura da população, os registros permitem identificar cada indivíduo em família e em várias etapas de sua vida, uma vez que essa documentação possui caráter individual e

nominativo. Outra característica desses registros é a de que eles possuem a localidade bem demarcada, a Paróquia. Assim, é possível acompanhar a trajetória do sujeito não apenas no tempo, mas também no espaço. Por ser uma fonte que contempla o todo, os registros paroquiais compõem as únicas coleções seriadas e massivas para o estudo das várias conquistas da América Lusa, o que as torna tradicionais para a História Demográfica e fundamentais para a História Social de populações católicas, como a do presente estudo (AMORIM, 1993; FRAGOSO, 2014).

Os testemunhos eclesiásticos são fontes inestimáveis para a reconstituição de famílias e de redes sociais. Ao fazerem um estudo acerca da fecundidade da população francesa, Louis Henry e Michael Fleury desenvolveram uma técnica que transformava os registros paroquiais em bases para análises da demografia do passado, o que possibilitava uma maior aproximação com os ritmos e os mecanismos de reprodução das populações, surgindo, assim, o método Fleury-Henry de *Reconstituição de Família*, bem como a Demografia Histórica.

O método de *Reconstituição de Família* possibilita acompanhar a história reprodutiva de cada casal, o número de filhos, a idade do casamento, o período de convívio conjugal, entre outros enfoques. Por meio da metodologia Fleury-Henry, são elaboradas fichas de batismo, casamento e óbito para cada um dos cônjuges; em seguida, transferem-se esses dados para a ficha do casal. Na ficha do casal, incluem-se os dados de todos dos filhos, formando uma ficha de família com todas as informações relativas aos seus membros. Para o estudo francês, a elaboração de fichas por famílias foi possível graças ao perfil sistemático de transmissão de nomes e sobrenomes no país – o que facilita a identificação dos laços parentais (OLIVEIRA, 2006).

Maria Norberta Amorim (2004) sinaliza para a dificuldade de se realizarem análises de comportamento que sejam centradas no indivíduo, uma vez que as informações de todos os membros da família são inseridas em uma só ficha, a do casal. Outras limitações também são suscitadas, como a distorção da realidade familiar, apontada por Burguière: ao se elaborar uma ficha de cada casal, que após ser analisada individualmente tinha seus dados juntados a outros de demais fichas para obter padrões de comportamento demográfico, supunha-se uma sociedade composta essencialmente de famílias nucleares. Ora, os estudos atuais demonstram a existência de famílias extensas, havendo a possibilidade de co-residência entre primeira e segunda geração. Sendo assim, ao homogeneizar o comportamento demográfico baseando-se em análises de famílias nucleares, pode-se perder a noção de seu entorno, das diversas variações inerentes aos grupos domésticos. Há outras críticas ao método por seu caráter

essencialmente demográfico, uma vez que não inclui na análise os aspectos socioeconômicos e os contextos aos quais estas famílias e indivíduos estão inseridos (OLIVEIRA, 2006).

Outro problema do método Fleury-Henry diz respeito à sua aplicabilidade em lugares fora da França onde uma regularidade na transmissão dos sobrenomes se ausenta, como o caso luso-brasileiro, em que o nome do pai não era transmitido aos filhos e o sobrenome, adquirido no decorrer da existência daquele que foi batizado, não seguia nenhum padrão familiar. Para diminuir essas dificuldades, surgiu em Portugal um método denominado *Reconstituição de Paróquias*, doravante MRP, que permite acompanhar o percurso de vida de cada indivíduo em horizontes espaciais e temporais alargados.

Ao reavaliar o método francês, Maria Norberta Amorim criou um conjunto de procedimentos que contempla a realidade de uma ausência de sistematização na transmissão nominal, própria dos países ibéricos e da América Portuguesa. O MRP orienta a criação de uma ficha de família a partir dos levantamentos de dados do registro de batismo. Mais centrado no indivíduo, o método português propõe que as famílias sejam indexadas não pelo nome de família, mas pelo nome próprio, ou seja, aquele que o acompanha ao longo de sua vida, o que permite realizar o cruzamento dos dados coletados em documentos de natureza paroquial com outras fontes nominativas, como listas de habitantes, testamentos e listas fiscais, conduzindo-nos a uma reprodução de comportamentos em longa duração (AMORIM, 1993).

Embora o presente trabalho não contemple a longa duração, o MRP possibilita recuperação das ações e escolhas dos imigrantes, personagens centrais desta análise, nos momentos em que eles começam a assentar raízes nas Minas Gerais. Ao se elaborarem fichas individuais para cada registro de batismo, as primeiras informações nos conduzem a uma análise quantitativa acerca das origens dos imigrantes e suas esposas; taxas de fecundidade; intervalos protogenésico e intergenésico.

As análises microscópicas entram em cena para qualificar esses dados e conduzir a uma reconstrução das relações de parentesco entre os membros dessa sociedade; as interações entre os sujeitos; os padrões familiares desenvolvidos diante das novas circunstâncias e os pactos e alianças tecidas pelos reinóis.

Para compreender as minúcias da constituição de famílias por imigrantes portugueses Serra da Mantiqueira, é necessário conjugar diferentes olhares sobre os seus aspectos, uma vez que

dentre todas as instituições sociais, a família é a que menos poderá ser estudada isoladamente. Sua própria definição é inevitavelmente contextual. E por isso não

terá muito sentido propor o desenvolvimento da história da família como um campo autônomo de investigação histórica. Para ser viável e metodologicamente defensável, a história da família teria de ser simultaneamente uma história demográfica e uma história social, uma história cujo objeto se define não em termos das suas aparências imediatas, mas das suas funções sociológicas: uma história multifacetada, aberta à demografia e à antropologia, da organização social da reprodução. (ROWLAND, 1997, p. 11 *apud* SCOTT, 2012, p. 370)

Para além de um estudo demográfico sobre as famílias que os imigrantes portugueses constituíram nas Minas, a qualificação das informações, aliada ao cruzamento com outros documentos de carácter nominativo, permite-nos tecer uma História Social do universo rural luso pautada na investigação das escolhas efetuadas por nossos personagens em momentos decisivos de suas vidas (permanecer na América ou regressar ao Reino; casar ou não casar; com quem se casar) e os pactos sociais que puderam se amparar na cerimônia religiosa do batismo para realizarem estratégias de vida.

2.2 “*Meu Manél bai pró Brazil...*”⁷

Para os anos que compreendem o século XVIII, foram encontrados **4.592** registros de batismos realizados em paróquias da Serra da Mantiqueira⁸, a saber: Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo; Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca; Santa Rita do Ibitipoca; Santana do Garambéu; São José do Ribeirão de Alberto Dias e Santo Antônio da Bertioxa. Entre esses, identificamos **1.084** assentos, 24% do total, em que o pai do batizando declara ser de origem portuguesa.

A opção por centrar as pesquisas em famílias cujo imigrante português ocupe a chefia do lar, ou seja, na figura masculina, deu-se em função de sua maior ocorrência. Apenas em quatro lares foi identificada a chefia de um brasileiro cuja esposa é natural de Portugal – casos que, em situações oportunas, entrarão neste estudo. As demais imigrantes portuguesas se casaram com reinóis, portanto, estão inseridas em nosso grupo de análise.

Com a elaboração de fichas individuais para cada registro em uma base de dados no formato *Microsoft Office Access*, constatamos, como já esperado, que muitos indivíduos levaram inocentes à pia batismal por mais de uma vez. Para evitar o equívoco de duplicações

⁷ Trecho de uma quadra popular portuguesa. Segundo a cultura popular do país, entre as mulheres do Minho em idade de se casar havia a prática de bordar em lenços pequenas poesias com mensagens de amor e ternura. Nesses bordados, elas também expressavam suas saudades e promessas de amor aos rapazes que se ausentavam de suas terras (FAVARO, 2011).

⁸ Os registros paroquiais de batismos estão sob custódia da *Cúria Metropolitana de Juiz de Fora* e do *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, doravante CMJF e AEAM.

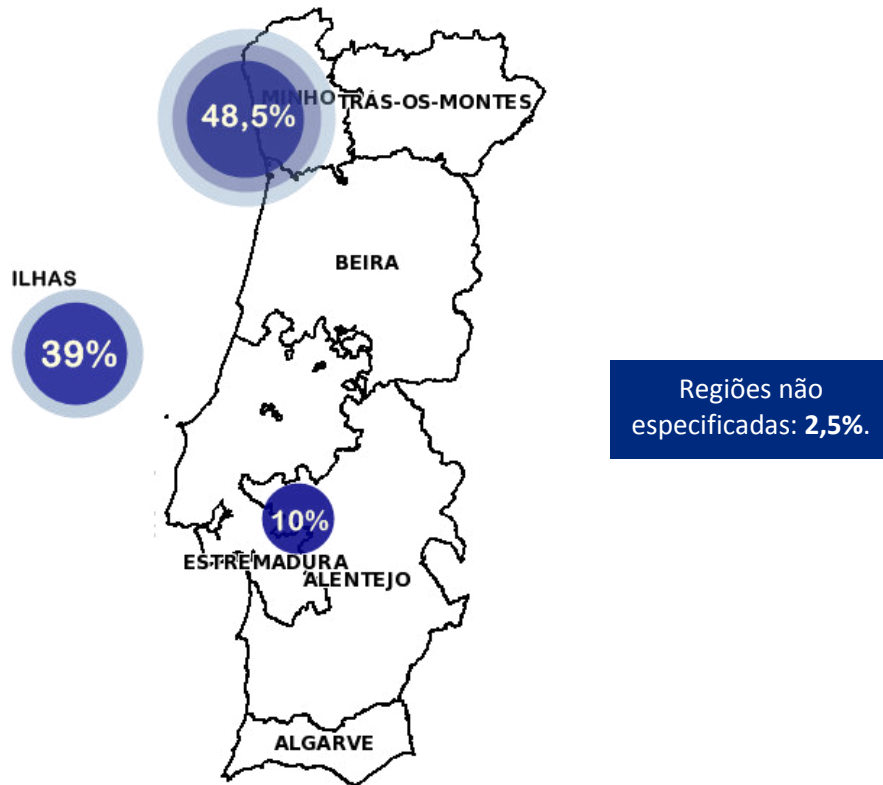
de indivíduos e, em consequência, a duplicação de famílias, foi necessário filtrar ainda mais os registros coletados em uma segunda base de dados para que houvesse apenas uma entrada por chefe de família. Dessa maneira, chegamos a **276** famílias cuja chefia é de responsabilidade de um imigrante português. Entre elas, cinco imigrantes aparecerem como chefes de dois núcleos familiares, ou seja, constituíram segundas núpcias ao longo de suas trajetórias de vida. Portanto, temos um total de **271** portugueses como chefes de famílias na Borda do Campo setecentista.

Como já mencionado, os registros paroquiais de batismos são fontes ricas de informações para reconstruirmos a história de famílias do passado. Sabemos que **Antônio da Costa Botelho**, pai de pelo menos nove crianças batizadas em Conceição do Ibitipoca, foi batizado na freguesia de Santo Antônio da Ilha de São Miguel, Bispado de Angra. **Antônio Corrêa de Lacerda**, que também batizou nove filhos na região mineira, declara ser natural da freguesia de Santa Cristina e Longos, Termo de Guimarães, Arcebispado de Braga. **Francisco dos Reis Esgueira** declara ser São Miguel da Ferreira, freguesia do Bispado de Coimbra, e para as comunidades mineiras foram identificados sete registros de batismo em que ele aparece como pai dos inocentes.

No entanto, nem todos os assentos são dotados de minúcias na descrição das origens dos personagens ali relatados: a fonte também pode apresentar apenas a jurisdição eclesiástica da qual ele provém; somente indicar que o indivíduo é de Portugal ou mesmo ocultar sua origem. Mesmo chegando a um número de pouco mais de 270 imigrantes, é provável que muitos outros não tenham entrado na contagem devido à ausência de mais informações sobre os indivíduos que batizaram seus filhos naquele momento.

Sem perder de vista as limitações das informações e levando em consideração que a documentação disponível pode não contemplar o todo, ao analisarmos as origens lusitanas dos pais das crianças batizadas nas comunidades eleitas para o estudo, chegamos à seguinte configuração:

GRÁFICO 1:
Procedência dos imigrantes portugueses que levaram filhos à pia batismal
de freguesias da Serra da Mantiqueira – século XVIII



Fonte: Registos Paroquiais de Batismos – AEAM e CMJF.

Entre os 271 portugueses, **48,5%** declararam serem provenientes de províncias do norte: 129 do Entre-Douro-E-Minho e dois da Beira. Seguidos dos imigrantes nortenhos, estão os ilhéus dos Açores, **39%**, um total de 106 imigrantes. Os imigrantes originários do centro-sul, Alentejo (3) e Estremadura (24), representam **10%** do grupo analisado. Não foram identificados reinóis provenientes do Sul e minoritários, **2,5%**, foram aqueles que não especificaram as províncias onde nasceram, declarando apenas serem oriundos de Portugal.

A maioria de imigrantes luso-nortistas na Serra da Mantiqueira está consonância com os resultados encontrados para outras regiões pela historiografia mineira, conforme abordado no início deste capítulo. Diante das já citadas condições socioeconômicas nas quais o Minho estava inserido nesse período, a Serra da Mantiqueira, com a vasta disponibilidade de terras para serem cultivadas e regiões minerais ainda não exploradas, apresentava-se como uma promessa de mudança de qualidade de vida para esses emigrantes.

É muito provável que assim tenha se sucedido com **Agostinho Pereira**, imigrante proveniente da freguesia de São Salvador de Vila Cava, Arcebispado de Braga, província do Entre-Douro-e-Minho. Se Agostinho possuía ou não planos de regressar ao Reino, as fontes das quais dispomos não nos permitem inferir sobre maiores particularidades de suas pretensões ao cruzar o Atlântico. No entanto, o inventário de sua esposa – da qual ele foi inventariante –, aberto em 1804, de fato comprova a sua fixação ao território mineiro no século XVIII⁹. Agostinho Pereira casou-se com Ana Maria Antônia, uma brasileira natural da Borda do Campo – possivelmente, o imigrante partiu para tão longínquas terras ainda solteiro. Sete foi o número de filhos do casal e para quatro deles foram encontrados registros de batismos entre os anos de 1772 e 1785: dois deles realizados na freguesia de Santa Rita de Ibitipoca e os outros dois em Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca¹⁰.

O seu acesso às terras não se deu pelo meio legal de distribuição de cartas de sesmarias em troca de serviços prestados à Coroa, mas, sim, por meio da posse. Em uma relação de posseiros¹¹ encontrados na serra da Mantiqueira, datada para o ano de 1780, aparece uma “*posse e fabricada há 4 para 5 anos*” para o dito Agostinho. Ao longo de sua trajetória, o imigrante se tornou proprietário de uma fazenda com casas de morada, “*casinha negreira*”, currais e terras de cultura. Dedicou-se à criação de porcos de terreiro, vacas e gado *vacum* e, em algum momento, parece ter conciliado as atividades agropastoris com a mineração devido à presença de ouro lavado e balança de peso entre os seus bens.

Ora, um possível projeto de retorno a Portugal certamente foi abandonado, e os motivos nos parecem bem claros: além da relação familiar estabelecida através do matrimônio, em Minas, Agostinho teve a oportunidade de construir e desfrutar de um patrimônio que, ainda que marcado pela simplicidade e rusticidade – como será abordado em detalhes no terceiro capítulo deste trabalho –, provavelmente não seria alcançado no mundo rural lusitano.

Outro dado significativo refere-se à presença de indivíduos do Arquipélago dos Açores na região das Minas, representantes de 39% do total de portugueses que batizaram seus filhos em localidades da Serra da Mantiqueira. Entre os ilhéus que chegaram e se estabeleceram na região, estiveram dois irmãos naturais da Ilha Terceira, **José e Simão Martins Evangelho**, filhos de Antônio Martins Evangelho e Maria dos Anjos¹². **José** casara-se com a também ilhéu Maria Antônia e juntos batizaram pelo menos oito filhos na capela de São José do

⁹ ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Ana Maria Antônia: 2SVC, Caixa 89/02, 1804.

¹⁰ AEAM e CMJF. Registros de batismos – diversos.

¹¹ APM. Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado, 1780-1782. Seção Colonial, Códice 224, fls. 41-48.

¹² AEAM. Registros de batismos – diversos.

Ribeirão de Alberto Dias entre os anos de 1756 e 1773. Assim como seu esposo, Maria Antônia também possuía um irmão nas terras mineiras: Manoel Diniz, presente na listagem dos imigrantes que batizaram filhos na Borda do Campo. Manoel casara-se com Joana Antônia, sua conterrânea. Também em Ribeirão de Alberto Dias, batizaram ao menos um filho, Francisco, em 1750. Através dos assentos de batismos não é possível inferir sobre a localidade em que os dois casamentos ocorreram: se ainda no Reino, antes da migração, ou no Brasil.

Quanto ao irmão de José, **Simão**, a fonte indica que ele fez a travessia do Atlântico ainda solteiro: casou-se com Luísa Maria da Silva, uma mineira da Borda do Campo, com a qual teve o pequeno Antônio, batizado em 1763 na mesma paróquia de seus primos.

Os irmãos Martins Evangelho não deixaram outros rastros sobre suas vidas nas Minas Gerais para além dos batismos de seus filhos. Se existiram outros documentos, não é difícil que tenham se perdido ao longo de séculos. No entanto, uma possível ausência de outros registros, como inventários *post-mortem*, em nome dos membros da dita família pode nos levar a algumas questões: teriam eles vivido condições tão ínfimas a ponto de não terem acesso à abertura de inventário? Teriam vivido apenas por um tempo naquela localidade e, em um dado momento de suas vidas, recorrido mais uma vez à migração em busca de novas oportunidades?

Embora o *ser português* – marcado pela pureza de sangue, sem as manchas da “raça infecta” do mulato, do índio, do negro – já lhes conferisse uma posição distinta entre os membros de uma sociedade fortemente hierarquizada (LEMOS e LOPES, 2008), a presença de imigrantes pobres entre os homens de sangue distinto também foi uma realidade na América Portuguesa. Sobre essa realidade, Ana Silvia Volpi Scott – ao retomar os estudos de Lená Menezes – ressalta que

(...) qualquer estudo sobre a imigração estará incompleto se contemplar apenas a história dos sucessos, pois além das vitórias cantadas em prosa e verso pelos que voltaram ricos à terra natal, ou os que se fixaram na nova terra como proprietários, é necessário que o processo seja virado do avesso para dar visibilidade à pobreza dos bastidores da imigração. (SCOTT, 2001, p. 24)

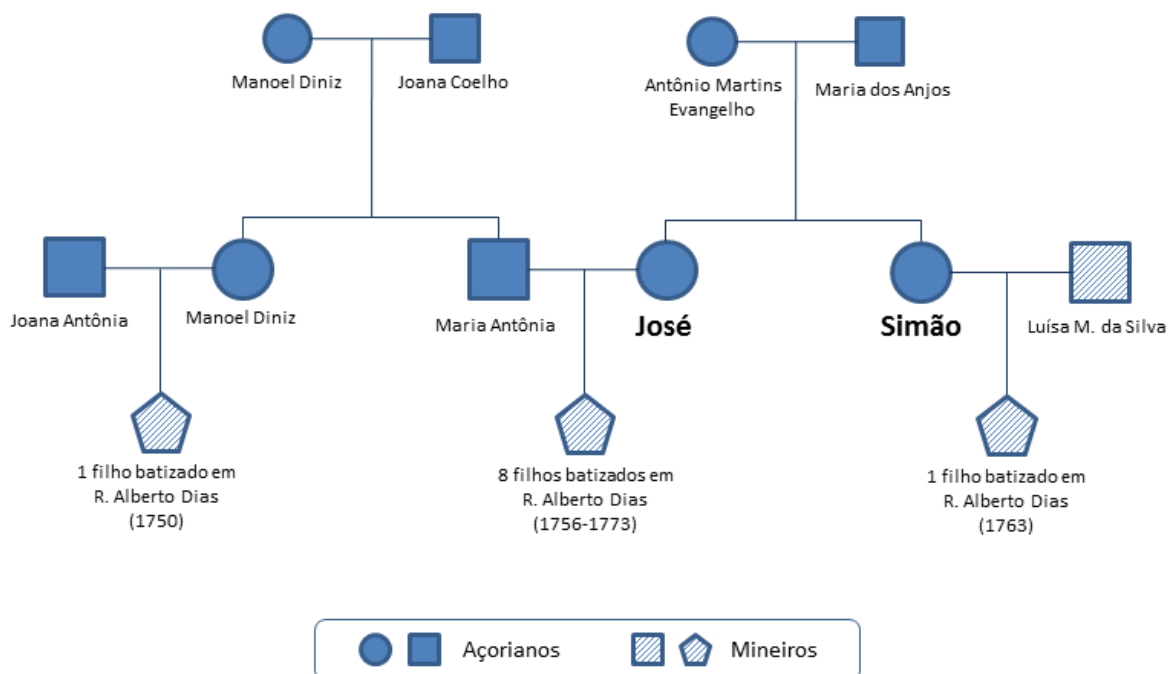
A ausência de dados sobre a vivência desses irmãos nos impede de realizarmos afirmações mais precisas sobre as motivações que os levaram a aportar no Brasil, assim como mais detalhes sobre suas vivências são para nós uma lacuna: o que construíram nas Minas,

quais atividades eles exerceram, como viveram, o que tiveram? Mesmo não possuindo tais informações de forma palpável, não é difícil imaginar a existência de um possível projeto familiar que almejava a melhoria da vida do grupo, indicado pela migração de ao menos dois filhos.

As fontes não nos revelam em que momento da vida dos imigrantes encontrados em comunidades da Serra da Mantiqueira ocorreu viagem para o além-mar – se ainda jovens ou mais maduros –, tampouco descortinam como se deu a travessia: sozinhos ou acompanhados. No entanto, o relato sobre a família Martins Evangelho é um caso, entre tantos outros, que remete a uma migração de vários membros de uma mesma família para a região. É importante não perder de vista o laço consanguíneo existente entre Maria Antônia, esposa de José Martins Evangelho, e Manoel Diniz, outro imigrante português que também aparece como pai em um assento batismal da capela de São José do Ribeirão de Alberto Dias. Logo, em um só caso apresentamos a migração de mais de um membro de duas famílias portuguesas para uma mesma região – a migração também pode ter ocorrido entre irmãos, esposa e cunhado.

ARRANJO FAMILIAR 1:

Irmãos José e Simão Martins Evangelho



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

Se para os jovens imigrantes que se tornaram membros da elite mineira, analisada por Carla Almeida (2006, 2010), a recepção e o acolhimento de parentes demonstravam ser

elementos fundamentais para o enraizamento dos reinóis nas grandes vilas da Capitania de Minas Gerais, para os imigrantes que habitaram as zonas rurais mineiras parece ter havido uma prática semelhante. Os registros de batismos, mesmo relacionados a outras fontes de caráter nominativo, pouco descortinam relações de parentesco que não sejam entre pais e filhos e irmãos consanguíneos. A presença de tios, sobrinhos e primos fica oculta em meio à limitação das informações dos registros, acrescidas da ausência de regras na transmissão do nome da família ao longo de gerações, característica da família ibérica¹³. Mesmo diante de dificuldades, foi possível detectar que pouco mais de 20, dos 271 imigrantes, possuíam na Serra da Mantiqueira um ou mais irmãos também nascidos no Reino.

As próprias características das pequenas comunidades que constituem nosso cenário de análise nos levam a crer que ali também se constituíram redes de acolhimento dos recém-chegados por parentes, vizinhos ou amigos já estabelecidos na Colônia. A disponibilidade de terras em uma região ainda inóspita, à margem dos grandes centros mineradores e de acesso dificultoso, parece mesmo ter sido noticiada aos familiares que no Reino havia ficado. Sendo assim, a chegada desses homens aos matos gerais da Mantiqueira não foi fruto de aventura pelo desconhecido ou escolhas aleatórias, mas, sim, fruto da concretização de possíveis projetos de ocupação e exploração de terras na América Portuguesa.

Se a descoberta de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais demandou, por um lado, a presença dos ilustres homens do Reino para ocuparem cargos da administração civil, militar ou como membros do clero, por outro, ela também atraiu homens comuns, sem vínculos com a Coroa, que viram em tal descoberta, bem como na ocupação da terra na América Portuguesa, a esperança de mudança da qualidade de vida. Os dois relatos apresentados anteriormente remetem a características muito comuns ao perfil dos imigrantes que viveram na Serra da Mantiqueira: os poucos ou ausentes registros encontrados sobre suas economias revelam a rusticidade na qual viveram, mas que ainda assim demonstram traços de uma vida que é muito improvável que fosse alcançada se esses homens não tivessem partido para tão longínquas terras.

Por hora, deixemos de lado o que a vivência dos imigrantes os proporcionou sócio e economicamente e voltemos aos fatores que proporcionaram enraizamento desses sujeitos às terras mineiras. Ora, pertencer a um grupo aparentemente menos abastado da sociedade portuguesa afastava esses homens de um garantido acesso a sesmarias na América Lusa e a

¹³ Como o caso dos irmãos lisboetas, Agostinho Almeida e Francisco Farto: não possuem o mesmo sobrenome, mas, por meio da análise nos nomes de seus pais, que ocuparam o campo dos avós paternos nos registros de batismos, foi possível detectar o parentesco.

outros tantos benefícios legais desprendidos pela Coroa aos colonizadores. Se o embarque para além-mar se deu a partir de uma migração livre para a maioria de nossos personagens, ao chegarem às novas terras, os imigrantes se depararam com situações que exigiram comportamentos e escolhas que os levassem a uma melhor adaptação: as redes relacionais revelaram-se um dos mais importantes meios para adequação às novas circunstâncias vividas.

Apesar de o caso da família **Martins Evangelho** exemplificar o movimento migratório de vários membros de uma só família – situação que, certamente, proporcionara segurança e situações de ajuda mútua entre esses indivíduos no momento de suas chegadas às Minas –, a maioria dos imigrantes chegara a Minas Gerais ainda solteiros, como **Agostinho Pereira**, personagem do primeiro caso narrado. Para aqueles, o estabelecimento de vínculos – através da constituição de famílias e extensão das redes relacionais por meio de relações compadrescas – foram fundamentais para a restituição dos laços familiares que ficaram para trás após a travessia do Atlântico e, sobretudo, para o não regresso destes homens ao Reino.

Vejam, a seguir, a constituição de famílias por imigrantes portugueses em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira.

2.3 “*Meu curação lial quem mo qizer amar...*”¹⁴

2.3.1 O matrimônio

Em um lugar privilegiado da sociedade camponesa minhota estivera o matrimônio. Mais do que uma união civil, para os habitantes do Minho a união entre os sexos deveria ser cristã:

“(…) O casamento e a casa assumem um caráter sagrado, porque são precisamente mediações entre o mal do sexo e a reprodução necessária do grupo. A divindade e a perfeita santidade estão fora do alcance do ser humano comum. Mas, no seio da casa, através do sacramento do matrimônio, é possível consumir o ideal de pureza na reprodução. (CABRAL, 1989, p. 76-77 *apud* SCOTT, 2012, p. 260)

A normalização do sacramento do matrimônio estava submetida às *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, publicadas em 1697, que definia uma série de regras para o seu acontecimento, entre elas: o conhecimento do catolicismo católico por parte dos

¹⁴ Ver nota 7.

nubentes; a idade mínima para subir ao altar, 12 anos para mulheres e 14 para os homens; a proibição de segundas núpcias estando ainda vivo um dos cônjuges do casamento anterior; entre outras normas (SCOTT, 2012).

Embora a união sacralizada tivesse tamanha importância nessa sociedade, muitos indivíduos optaram por outros caminhos possíveis, como o celibato¹⁵ ou as uniões consensuais – amancebamentos ou concubinagem. O celibato, por exemplo, apresentou-se em grandes proporções entre a população feminina. A cultura da migração, como já mencionado, trouxera impactos demográficos muito grandes para o Minho.

O trabalho de Caroline Brettel (1991) sobre as consequências da emigração no Noroeste português demonstra que a expectativa de retorno à terra natal foi uma realidade para muitos emigrantes, mas também houve aqueles que nunca mais regressaram às suas comunidades, uma vez que formaram famílias e se fixaram nas terras receptoras. Entre os efeitos dessa fixação, destaca-se a configuração de um padrão social de predominância feminina no quadro demográfico, em que a ausência dos homens elevaria

(...) o número de mulheres solteiras que podem ter sido noivas de jovens que partiram para o estrangeiro em busca de fortuna. Esperavam ano após ano, sem nunca terem sabido se o namorado estava vivo ou morto, até que chegaram a uma idade em que a esperança de casar era quase nula. (BRETTEL, 1991, p. 152)

A ausência de homens, que partiram em busca de melhores situações financeiras, configurou um perfil de casamentos tardios para as mulheres, após os 25 ou até mesmo 30 anos, e de altos índices de mulheres que nunca se casaram, como também exprime o poeta Fernando Pessoa em *Mar Português*: “*Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!*” (2010, p. 66).

O desequilíbrio entre os sexos na demográfica minhota criou um conjunto de características para a região, de maneira que a mulher alcançou certa independência e um padrão cultural que lhe permitiu escolher não se casar, sem que isso lhe gerasse qualquer estigma social. Esse perfil gerou uma sociedade com baixos índices de casamento e, conseqüentemente, elevados indicadores de fecundidade ilegítima.

¹⁵ Não entendido apenas como abstinência sexual, mas, sim, como uma situação relativa a indivíduos que não se casaram.

De maneira semelhante, o casamento representou uma importante instituição para a sociedade açoriana. Naquele arquipélago, a união entre o homem e a mulher também deveria ser sacramentada, e foram as *Constituições Sinodais da Diocese de Angra*, de 1560, que estabeleceram as normas do matrimônio, que “*foy instituído por Deos, para reprimir & honestar as concupiscencias da carne & para significar o inseparavel ajuntamento entre Christo & a ygreja*” (fl. 26).

Como à Noroeste de Portugal continental, a idade mínima para casamentos nos Açores era de 12 anos para mulheres e 14 para homens, de acordo com as *Constituições* de 1560. Na Ilha de São Jorge, no final do século XVIII, a média de idade com que se casavam pela primeira vez era de 29 anos para os homens e 28,4 para mulheres. Já as taxas de celibato na sociedade jorgense não tiveram índices tão elevados: 12,6% para homens e 14,9% para o sexo oposto (MADEIRA, MATOS e RODRIGUES, 1998).

Ao analisar a Matriz da Horta, Ilha do Faial, entre os séculos XVIII e XX, Maria Norberta Amorim (2011) também constatou índices de casamentos tardios, com agravante para o sexo masculino. Entre os anos de 1750 e 1799, a idade média para as mulheres casadoiras foi de 25,9 anos e para os homens, 27,6. O trânsito de gentes na região, segundo a historiadora, parece ter sido o elemento a limitar a efetuação dos casamentos: o celibato definitivo foi bastante frequente na Matriz – 23,4% para homens e 34,3% para mulheres. Em freguesias da Ilha do Pico, os fenômenos migratórios e a constante mobilidade demográfica também configuraram um perfil de casamentos tardios: 29,1 anos para homens e 25,7 para mulheres entre os anos de 1720 e 1809 – média que tendeu ao crescimento ao longo do século XIX (AMORIM, 1993).

Em “*Do Minho a Minas*”, Donald Ramos (2008) aponta para possíveis semelhanças entre as famílias minhotas e mineiras. O historiador faz uma análise sociodemográfica para explicar o perfil da sociedade que se formou em Minas, que, como concluiu, trouxera características do Minho: predominância de mulheres livres; uma grande proporção de famílias chefiadas por mulheres; baixos índices de nupcialidade; casamentos tardios, uma tendência entre as mulheres solteiras de estabelecerem domicílios independentes; altas taxas de ilegitimidade; abandono infantil e baixas proporções de famílias nucleares sacramentadas pelo matrimônio – sem deixar de considerar os elementos constitutivos de ambas as sociedades.

Embora estivesse inserida em uma sociedade de preceitos católicos, a propensão para acomodar situações não legitimadas foi uma realidade nas Minas setecentistas face às dificuldades de se casar na região naquele período: para os mais abastados, a dificuldade de

encontrar mulheres brancas e que ocupassem a mesma posição social; para os mais pobres, o alto custo de se estabelecer a união sacramentada.

Um dos principais motivos da falta de casamentos era a escassez de mulheres brancas. Aliada a essa escassez estava a preferência dos pais das moças por encaminhá-las para a carreira religiosa em detrimento de casá-las com homens abaixo de sua condição social, uma vez que a união entre pessoas de qualidades socioeconômicas distintas poderia acarretar em um desprestígio para a família mais abastada. Não é difícil supor que essa exiguidade do mercado matrimonial tenha sido fatal para as uniões legítimas, o que deu lugar aos altos índices de mancebia e concubinato nas Minas Gerais setecentistas (LEWKOWICZ, 2007).

Havia, porém, um enorme esforço das autoridades para regradar o espaço. A preocupação se dava em afirmar os laços sociais, pois o Estado português via nas uniões legítimas e na constituição de famílias uma forma de controlar uma população que recebia constantemente um grande fluxo de todo tipo de gente. Em carta ao governador, em 1721, o rei D. João V recomendou:

(...) procurei com toda diligência possível para que as pessoas principais da terra e ainda quaisquer outras tomem o estado de casados e se estabeleçam com suas famílias reguladas na parte que elegerem para sua povoação, porque por este modo ficarão tendo mais amor a terra e maior conveniência do sossego dela (...). (CARTA do rei a d. Pedro de Almeida, conde de Assumar. Lisboa, 22 mar. 1721, RAPM, n.31, 1980, p. 95 *apud* LEWKOWICZ, 2007, p. 532-533)

Embora o mercado matrimonial fosse limitado, em todas as camadas da sociedade havia um interesse pelo casamento. Para as famílias, o casamento dos filhos constituía uma preocupação primordial para garantir a honra e sobrevivência, sobretudo para as camadas mais pobres.

As dificuldades de se encontrar um par fazia nascer interesses e afeto entre parentes próximos, como tios e sobrinhas, ou primos em diferentes graus. O interesse em proteger o patrimônio era possível, mas as poucas opções de cônjuges também resultaram em casamentos consanguíneos. Na tentativa de se evitarem as uniões ilícitas, em 1790, o papa Pio VI concedeu aos bispos do Brasil a autorização para dispensas matrimoniais. Assim, fossem por sobrevivência dos bens da família ou por afeto, muitos casais se formaram no seio de uma só família (LEWKOWICZ, 2007; SAMARA, 1981).

Ao analisar os processos matrimoniais do Termo de Mariana, Carla Almeida (2006) constatou que 83,3% dos homens ricos que se casaram eram naturais do Reino e que entre as mulheres casadoiras predominavam as brasileiras, 88,6%. A historiadora ainda constatou que,

embora os imigrantes lusos tenham chegado às Minas em tenra idade, a idade média com que estabeleceram primeiras núpcias foi bastante elevada, aproximadamente 38 anos. Para as mulheres, a idade média ao casar era bem mais baixa, 19 anos.

Conforme mencionado anteriormente, a idade média de casamento para as mulheres do Noroeste português era elevada no século XVIII, e as taxas de celibato definitivo entre a população feminina existiram em maiores proporções – fatores relacionados à emigração masculina: o casamento era adiado até que o futuro parceiro dispusesse de meios suficientes para sustentar o domicílio (BRETTELL, 1993; RAMOS; 2008). Nos Açores, a mobilidade demográfica interferiu diretamente na configuração dos matrimônios, que aconteciam após os 25 anos para mulheres. Para Minas Gerais, Carla Almeida (2006) encontrou uma situação inversa: a maioria das mulheres se casou com idades entre 13 e 19 anos. Os dois quadros, embora invertidos, são complementares. Nas palavras da historiadora:

(...) o mesmo movimento, que definia os altos índices de celibato feminino e casamento em idade avançada para as mulheres na região norte de Portugal, é o que também explica as idades avançadas com que os homens se casavam com jovens meninas nascidas em Minas Gerais. A inexistência, nas primeiras décadas do século XVIII, de uma oferta de mulheres da mesma condição deste grande número de homens naturais do Reino, disponíveis para o casamento, deixava-os aguardando ansiosos que as meninas aqui nascidas atingissem a idade mínima para que pudessem se unir em matrimônio. Ou seja, a imigração teve papel fundamental na definição do padrão de arranjos matrimoniais predominantes nos dois lados do Atlântico. (ALMEIDA, 2006, p. 91)

As fontes das quais dispomos para identificarmos os enlaces matrimoniais de imigrantes portugueses que residiram em localidades da Serra da Mantiqueira no século XVIII, os registros paroquiais de batismos, não nos fornecem informações acerca da idade com que os cônjuges estabeleceram a união. No entanto, a partir de dados sobre os locais de nascimento e informações como cor e qualidade social de suas esposas podem suscitar questões a respeito das escolhas dos imigrantes em face de uma conjuntura de baixa disponibilidade de mulheres brancas nas Minas, possivelmente agravada pelas características de uma localidade ruralizada e afastada dos grandes centros mineiros.

Ao analisarmos a naturalidade das esposas dos portugueses aqui apresentados, chegamos à seguinte tabela:

TABELA 1:
Naturalidade das esposas dos imigrantes portugueses

ESPOSAS	Portuguesas		Brasileiras			Sem naturalidade declarada
	Entre-Douro-e-Minho	Ilhas Atlânticas	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	-
	4	35	161	24	33	
276*	39		218			19
<i>100%</i>	<i>14%</i>		<i>79%</i>			<i>7%</i>

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

*276 esposas, pois cinco dos 271 imigrantes tiveram um segundo casamento.

Os resultados encontrados para a Serra da Mantiqueira estão em consonância com aqueles apresentados por Carla Almeida (2006) para o Termo de Mariana: a maioria das uniões foi realizada com mulheres que se autodeclararam naturais da colônia (79%), com destaque para as referências às localidades da Capitania de Minas Gerais, como a própria Borda do Campo, Mariana e São João Del Rei; seguidas pelas freguesias da Capitania de São Paulo, como Jacareí, Mogi, Pindamonhangaba e Taubaté, e, por fim, pela Capitania do Rio de Janeiro, que é citada de forma geral.

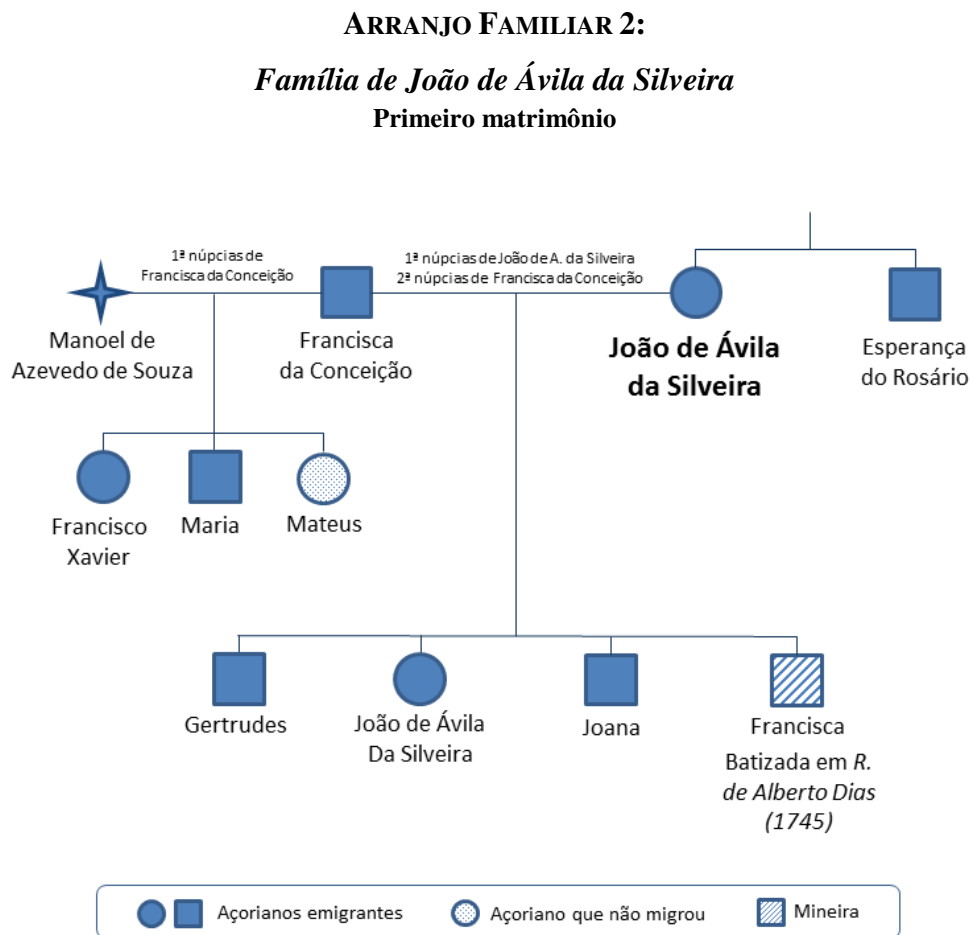
Entre os casamentos em que os dois cônjuges são portugueses (14%), destacam-se as uniões com mulheres naturais das ilhas Atlânticas, especificamente do arquipélago dos Açores. Daqueles, foram identificados 27 casais com naturalidade declarada açoriana, sendo os outros 12 casais portugueses de origens mistas: açorianos e minhotas; açorianas e naturais da Estremadura, por exemplo.

Entre as esposas que não tiveram a naturalidade declarada, constatamos, por meio da análise da naturalidade dos avós maternos, que seis mulheres são filhas de casais portugueses, o que pode sugerir a possibilidade de elas também serem naturais do Reino ou pertencerem a uma primeira geração de portugueses nascidos na América. Embora não seja possível afirmar que no lado do Atlântico tenham ocorrido as uniões, é bastante provável que ao menos uma parte desses pares tenha chegado a Minas Gerais já casados.

Um dos imigrantes que chegou à Borda do Campo casado foi **João de Ávila da Silveira**. Açoriano da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Ilha do Pico, no Arquipélago dos Açores, João chegou ao Brasil com sua esposa Francisca da Conceição, também açoriana, porém, da Ilha do Faial.

Esse foi o segundo matrimônio de Francisca, que já possuía três filhos: Francisco, Maria e Mateus. Pouco tempo após ficar viúva de Manoel de Azevedo de Souza, Francisca da Conceição se casou com João e, ainda em Portugal, tiveram três de seus quatro filhos: Gertrudes, João e Joana. Já no Brasil, na paróquia de São José do Ribeirão de Alberto Dias, batizaram a pequena Francisca em 1745.

Analisando-se os registros de batismos e inventários *post-mortem* do dito casal, foi possível constatar a migração de toda a família de João de Ávila da Silveira para as Minas: esposa, filhos, enteados – ficando para trás apenas Mateus, que se dedicou à carreira eclesiástica, sendo denominado no inventário de sua mãe como “*padre, religioso professo de São Francisco da Província das Ilhas*”.¹⁶



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

¹⁶ACAHPAS. Inventário *post-mortem* de Francisca da Conceição: Ordem 09, Caixa 112, 1756.

Conforme abordagem do capítulo anterior, em relação à migração de casais açorianos para o Brasil, no século XVIII houve uma política da Coroa de envio de pares das ilhas para resolver duas questões: a primeira refere-se ao anseio de uma colonização efetiva dos domínios coloniais na América; a segunda relaciona-se com a densidade populacional frente a pouca disponibilidade de recursos nos Arquipélagos, agravada pelo complexo sistema de transmissão de bens para as gerações seguintes.

Através de um documento que ficou conhecido como *O Edital de 1747*, foi feita a convocatória para o deslocamento de ilhéus para a Colônia, informando que

Sua Majestade atendia representações de moradores das Ilhas dos Açores, que lhe têm pedido mande tirar o número dos casais que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado. (*Edital de 1747*. FORTES, 1999 *apud* HAMEISTER, 2014)

O *Edital* não estabelecia para onde seriam dirigidos os casais que o aderissem. No entanto, em complemento ao mesmo havia uma Provisão Régia que definia as condições de transporte das famílias para a Ilha de Santa Catarina. Para Minas Gerais, por exemplo, não foi ainda encontrado nenhum documento que demonstre uma política de envio de casais como esta para a região. No entanto, Martha Hameister (2014) acredita que a Provisão que menciona Santa Catarina não tenha sido a única, uma vez que no mesmo período foram enviados casais para o Estado do Grão-Pará. Relembremos, ainda, que políticas de migração de casais açorianos já vinham sendo realizadas desde as décadas finais do século XVII.

Os dados encontrados para as localidades da Serra da Mantiqueira comprovam a presença de casais açorianos na Capitania de Minas Gerais. É possível que, caso não tenha havido uma convocatória de deslocamentos para a região mineira, esses casais se aproveitaram dos incentivos formais de migração dados pela Coroa aos habitantes das Ilhas: através de uma travessia mais livre, casais açorianos de baixo estatuto social optaram pela partida para uma região de onde chegavam as alvissareiras notícias de minerais preciosos e de vasta disponibilidade de terras cultiváveis – esperança de fortuna para indivíduos que poderiam estar longe das possibilidades de ganhos de mercês ou benefícios legais dados pelo Rei.

Embora a trajetória de João de Ávila da Silveira e Francisca da Conceição demonstre a emigração de um casal para as Minas, ela também ilustra, a partir das análises dos

matrimônios de seus filhos, casos de pares de portugueses que possivelmente tenham se formado em solo mineiro.

Maria, natural da Ilha Terceira, fruto do primeiro matrimônio de Francisca da Conceição, casou-se com Antônio Pinto da Silva, natural do Minho. Entre os batismos realizados na paróquia de São José do Ribeirão, foram localizados sete registros dos filhos do dito casal entre os anos de 1745 e 1765. Francisco, irmão de Maria, aparece nos registros de batismos como **Francisco Xavier**, casado com Esperança do Rosário, irmã de João de Ávila da Silveira, seu padraсто¹⁷. Entre os anos de 1743 e 1747, Francisco e Esperança batizaram três filhos na Borda do Campo, na capela mencionada anteriormente.

João de Ávila da Silveira, o filho, casou-se com Páscoa Maria da Ressurreição, natural da freguesia de São Roque da Ilha do Pico, nos Açores, e em São José do Ribeirão batizaram Antônio e Maria nos anos de 1762 e 1763, respectivamente. **Gertrudes da Encarnação**, irmã mais velha de João, casou-se com Manoel de Araújo Barbosa, natural do Minho, e juntos tiveram 12 filhos, todos batizados na capela de Santo Antônio da Bertioga entre os anos de 1748 e 1770.

Em 1756, João de Ávila da Silveira ficou viúvo de Francisca da Conceição. Para o seu segundo matrimônio, o imigrante optou por uma esposa também natural do Reino: Antônia Maria, açoriana da Ilha Terceira, com a qual gerou dez filhos. João foi proprietário da fazenda Palmital, na aplicação da freguesia da Igreja Nova de Campolide – posteriormente denominada de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo –, composta por casas de vivenda, um engenho velho que servia de paiol, senzala, campos e capoeiras; tudo avaliado em 1:400\$000 – um monte-mor ínfimo diante do patrimônio dos grandes potentados rurais de Minas Gerais. Possuía uma pequena criação de animais (éguas, vacas e cabeças de gado), instrumentos de roça de pouco valor e utensílios e mobília doméstica caracterizados por uma enorme simplicidade: apenas objetos funcionais para o mínimo conforto de um cotidiano rural (talheres, tachos, bacias, mesa, bancos e catres).

O bem de maior valor – além da terra – do patrimônio de João dá Ávila estaria em sua senzala, composta por 12 cativos: três de nação africana e nove crioulos e mulatos, havendo entre eles a presença de uma família escrava. Em seu inventário, com abertura datada em

¹⁷ Embora não represente um casamento consanguíneo, uma vez que a esposa de Francisco Xavier é irmã de seu padraсто, a escolha por um par no seio da própria família pode ter sido realizada em função da já mencionada escassez de mulheres brancas nas Minas setecentistas.

1788, não há menção à atividade que desenvolvia em sua propriedade, entretanto, o imigrante não deixou de ter escravos¹⁸.

Em um período de hierarquia social bem marcada, *ser português* já era um elemento de diferenciação social muito forte entre os membros do corpo social que compunha o Brasil colonial. As escolhas matrimoniais dos filhos e enteados de João de Ávila, bem como de sua segunda esposa, nos indicam a preferência da família por reunir-se com pessoas que possuíam a naturalidade lusitana em comum. A aplicação dos excedentes econômicos na compra de cativos – ainda que não saibamos qual era, de fato, a atividade que exercia em sua propriedade – pode nos revelar que João visava à reiteração dessa distinção social, na qual a posse de escravos também o diferenciaria dos demais que não tinham acesso a esse bem. João de Ávila da Silveira estava, portanto, inserido em um processo de manutenção do prestígio e situação social, que poderia acontecer não pelo patrimônio da família, mas, sim, por sua qualidade social.

Ainda que casamentos entre pares de mesma origem, ou seja, entre portugueses, possam ter ocorrido em solo brasileiro, seu número foi pouco significativo diante do número de casais cujas esposas nasceram na Colônia, 79%.

Entre as 218 esposas brasileiras, 22 são filhas de casais de portugueses e 70 são filhas de pai português e mãe brasileira. Embora elas tenham sido geradas em solo americano, o que diferencia essas 92 mulheres das demais também naturais da América Lusa é o fato de elas pertencerem a uma primeira geração de portugueses nascidos no Brasil, ou seja, carregam uma pureza de sangue. Mais uma vez, a família Ávila da Silveira é exemplificadora: em 1764, a filha caçula de João de Ávila e Francisca da Conceição, **Francisca**, então com 16 anos¹⁹, levava sua primogênita Maria à pia batismal – fruto de seu casamento com o reinol da Ilha do Pico, Antônio Jorge de Lemos.

Entre as esposas nascidas na Colônia, também foram identificadas 17 mulheres designadas como pardas/forras e duas como índias, além daquelas que não possuem a naturalidade declarada, mas que aparecem como descendentes de mulatas ou pretas forras.

Em “*Barrocas Famílias – Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*”, Luciano Figueiredo (1997) ressalta que, com o desenvolvimento da mineração nas Gerais, a Coroa tomou algumas medidas em relação à sua política familiar, que visava a combater as uniões ilícitas e a miscigenação da população através do olhar vigilante da Igreja – conforme a

¹⁸ ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de João de Ávila da Silveira: Ordem 14, Caixa 16, 1788.

¹⁹ Idade condizente com a média encontrada por Carla Almeida (2006) para as primeiras núpcias das mulheres casadoiras do Termo de Mariana no século XVIII.

abordagem anterior. Além do incentivo às relações legais, o Estado estimulava o casamento entre a população de pura descendência portuguesa, na tentativa de preservar a pureza racial. Para preservar tal pureza, estabeleceu-se que o critério de acesso a cargos de importância política e social na comunidade seria a cor, ou seja, o ser branco.

Antônio Francisco de Carvalho nasceu na freguesia de São Vicente de Campos, Arcebispado de Braga, região norte de Portugal. Sobre sua vivência nas Minas não foram encontradas informações além do batismo de quatro filhos em duas capelas da região. Em 1755, Antônio Francisco levou a pequena Antônia a pia batismal da capela de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. Entre os anos de 1757 e 1762, conduziu Miguel, Josefa e Francisca para receberem os santos óleos do batismo na capela de São José do Ribeirão de Alberto Dias²⁰.

A mãe das quatro crianças, Ana Maria, era uma mineira da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica. A esposa de Antônio Francisco foi ainda designada nos assentos como “parda forra”, filha de Dorotéia Maria – ex-escrava do tenente-coronel José Lopes de Oliveira, um imigrante minhoto que recebeu sesmarias e fixou residência na fazenda de Ribeirão de Alberto Dias na primeira metade do século XVIII, tornando-se um dos maiores proprietários rurais da região.

O fato de Antônio Francisco de Carvalho não ter deixado rastro algum sobre suas economias nos leva a pensar em questões semelhantes às da família Martins Evangelho²¹: teria ele vivido condições tão ínfimas a ponto de não ter acesso à abertura de inventário? Teria vivido apenas por um tempo na região e, em um dado momento de sua vida, recorrido mais uma vez à migração em busca de novas oportunidades?

Entretanto, Antônio não foi o único a ficar de fora do processo de inventariar os seus bens. Pelo contrário, ele faz parte de uma maioria: dentre os 271 imigrantes chefes de famílias localizadas em comunidades da Serra da Mantiqueira, foram localizados os inventários *post-mortem* de apenas 48 indivíduos (18%). Ainda que sejam consideradas algumas situações adversas, como deterioração e perdas de documentos, este é um número muito baixo para o nosso universo de imigrantes. Em contrapartida, as características do espaço em que esses homens estiveram inseridos, uma área mais alta e de acesso dificultoso, em muito estimulavam a mobilidade destes indivíduos dentro da Comarca do Rio das Mortes em busca de regiões com um maior fluxo de pessoas, o que facilitaria o mercado daquilo que

²⁰ AEAM. Registros de batismos – diversos.

²¹ Ver nota 13.

produziam, por exemplo. Aliado à mobilidade espacial, o perfil pequenas unidades agrícolas de caráter camponês podem melhor significar este baixo número de imigrantes inventariados.

Foi Bernardina Caetana do Sacramento, esposa do tenente-coronel José Lopes de Oliveira e uma das figuras de maior destaque entre as madrinhas das crianças batizadas na Borda do Campo, a mãe espiritual de três dos quatro filhos de Antônio Francisco de Carvalho e Ana Maria. Não há informações sobre como pode ter ocorrido a aproximação entre o imigrante e a família Lopes de Oliveira: a identidade portuguesa dos dois homens os aproximaram e fizeram com que Antônio conhecesse sua esposa? Foi a relação com Ana Maria que levou o imigrante à abastada família do antigo senhor de sua companheira?

A possível pobreza de Antônio Francisco e o perfil socioeconômico da região certamente interferiram em sua escolha matrimonial, que ultrapassou a noção de preservação de uma raça pura defendida pela Coroa. Estudos sobre cor e hierarquia social têm demonstrado que a miscigenação no Brasil foi também fruto de relações consensuais entre portugueses pobres e mulheres negras e indígenas. Retomando a fala de Manolo Florentino (2007), *“a riqueza aparta as pessoas, mas a pobreza une. Havia pelo Brasil, muitos portugueses pobres, aventureiros que vinham tentar a vida aqui. A miscigenação que existe hoje é também resultado dessa história de pobres amantes”* (MACHADO, 2008, p. 45).

Se o mercado matrimonial apresentou-se dificultoso para os homens de economias mais elevadas; para os de economias menos abastadas parece não ter havido dificuldade menor. A escassez de mulheres brancas possivelmente foi mais agravada nas zonas rurais da Capitania de Minas Gerais. A presença de casais cujas esposas são índias, pardas e descendentes de mulatas ou pretas forras pode ser explicada pelas características da própria região: fortemente ruralizada, com predomínio de pequenas propriedades e o mínimo controle da Coroa marcado pela ausência de Câmara na localidade. Nessas condições, as uniões matrimoniais poderiam ocorrer de forma mais livre, longe das diretrizes e olhares do Estado português, e mais adequadas às possibilidades apresentadas por comunidades de natureza ainda inóspita.

É bastante provável que todos esses imigrantes que para Minas Gerais vieram em busca de fortuna também visassem matrimônios dos quais pudessem extrair benefícios econômicos e sociais. A escolha de João de Ávila da Silveira por reunir os membros de sua família com seus iguais pode ser demonstrativa desse objetivo; no entanto, nem todos os imigrantes trilham o mesmo caminho. Uma visão estratégica ao estabelecer relações conjugais nem sempre se fez presente, uma vez que muitos pares tiveram sua união possibilitada muito mais pelas condições apresentadas pela região, como foi o caso da escolha matrimonial de Antônio Francisco de Carvalho.

O elemento comum entre esses dois tipos de trajetórias é a família como a razão da fixação dos reinóis na América Portuguesa: se aconteceu de alguns os migrantes de nosso grupo de análise regressarem a Portugal, lá não permaneceram. Foi em terras brasileiras que eles constituíram ou aumentaram suas famílias, recriaram os laços que ficaram do outro lado do Atlântico, fixaram-se e desenvolveram suas propriedades.

Se nem todos os imigrantes puderam eleger suas esposas de maneira estratégica, o matrimônio, por si só, apresentou-se como uma das primeiras estratégias dos reinóis para adaptação e superação de dificuldades com as quais possivelmente se depararam no Novo Mundo.

2.3.2 Os filhos

A nupcialidade condiciona a fecundidade dentro do casamento e, no norte de Portugal, a fecundidade legítima estava posicionada entre as mais elevadas do Reino. Sempre considerando variantes diversas que interferiam nos níveis de fecundidade – como casamentos tardios, por exemplo –, de maneira geral a mulher minhota gerou muitos filhos (BRETTELL, 1991).

Entre os séculos XVIII e XIX, Ana Silvia Volpi Scott (2012) constatou uma fecundidade elevada para a freguesia de São Tiago do Ronfe. O número médio de filhos nascidos por casal para 1701-1750 e 1750-1800 foi de 5,0 nascimentos; para os anos entre 1801 e 1850, 4,6; e, por fim, para 1850-1900, 4,7 nascimentos. Para a freguesia de Santa Eulália, no período de 1700 a 1799, Caroline Brettell (1991) identificou uma média de 6,1 a 7,1 nascimentos por famílias em que a mulher se casou com idade média de 20 a 24 anos e de 3,5 a 3,1 filhos de mulheres que se casaram entre 30 e 34 anos. Sobre as taxas de fecundidade legítima das gerações nascidas entre de 1680 e 1789, Maria Norberta Amorim (1993), ao considerar a vivência feminina em unidade conjugal dos 20 aos 49 anos, chegou aos seguintes resultados: uma média de 7,6 filhos por casal da paróquia transmontana de Poiães, enquanto na paróquia minhota de Ronfe nasceria uma média de 8,4 filhos por casal.

Os altos índices de fecundidade no Minho podem ser explicados pelo fato de a região ter apresentado melhores condições de vida do que outras partes Portugal, inclusive com baixos índices de mortalidade. Por essa mesma circunstância, a população minhota alcançou o desequilíbrio em relação aos recursos disponíveis. Entre os efeitos desse desequilíbrio, estivera o intenso movimento migratório em busca de alternativas de sobrevivência (SCOTT, 2012).

As taxas de fecundidade legítima nos Açores parecem ter sido semelhantes à do Noroeste de Portugal continental. Para o Sul da Ilha do Pico no século XVIII, Maria Norberta Amorim (1993) constatou uma média de 7,8 filhos para mulheres entre 20 e 24 anos inseridas em grupo de proprietários, e de 6,8 filhos para mulheres designadas pela historiadora como pobres na divisão dos grupos sociais. Para todas as idades de casamento, a média de filhos de casais pobres foi de 4,8 e os proprietários podiam contar com uma média de 5,9 filhos.

Mais uma vez retomando aos estudos de Carla Almeida (2006) acerca dos sistemas de casamento da elite mineira setecentista, as informações sobre os descendentes legítimos dos homens ricos – em que portugueses e ilhéus representavam 88,9% deste grupo – conduziram a uma média de 7 filhos por casal.

Para identificar a média de filhos que tiveram os casais formados pelos imigrantes portugueses em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira, optamos por utilizar as informações extraídas dos inventários *post-mortem* dos indivíduos. Os registros paroquiais de batismos, por indicarem os nascimentos da prole dos casais, seriam as fontes ideais para esta análise. No entanto, verificamos casos em que parte dos filhos dos imigrantes não foi batizada na região, como os primogênitos dos reinóis João de Ávila da Silveira e Francisca da Conceição, família açoriana abordada na seção 2.3.1 do presente capítulo. Há outras situações adversas que também ocultam certo número de filhos dos casais, como possíveis perdas de documentos, uma vez que constatamos que muitos dos filhos listados nos inventários dos imigrantes não aparecem na listagem de batismos.

Conforme mencionado anteriormente, foram identificados e coletados os inventários *post-mortem* de apenas 48 (18%) de nossos personagens. Embora seja um número baixo – que será mais bem explicado no capítulo seguinte, em que aprofundamos a questão acerca das condições socioeconômicas em que viveram as famílias dos imigrantes na Serra da Mantiqueira –, os inventários são os documentos que nos mostram com mais precisão a totalidade dos filhos gerados pelos reinóis que viveram em pequenas comunidades rurais das Minas setecentistas.

Ao analisarmos os 48 inventários, constatamos que mais cinco imigrantes se casaram pela segunda vez ao longo de suas trajetórias de vida. Esse número de segundas núpcias soma-se àqueles apresentados na seção 2.2 deste mesmo capítulo, em que outros cinco imigrantes listados nos registros paroquiais de batismos aparecem como esposos de duas mulheres diferentes. Portanto, foram 10 casos de segundas núpcias entre o grupo investigado. Dos 10 indivíduos, sete foram inventariados e entre eles, apenas três tiveram filhos em ambos os matrimônios.

Dois de nossos personagens, José Martins de Almeida e Manoel Medeiros da Rosa, foram dados como “dementes” no processo de inventariar seus bens e não tiveram os nomes de seus filhos listados no documento. Todas essas constatações nos levam aos seguintes números: dos 48 indivíduos inventariados, três foram pais de filhos gerados por duas mulheres distintas, ou seja, foram pais nos dois matrimônios nos quais se envolveram ao longo de suas vidas – o que acrescenta mais três famílias à soma de casais. Temos, portanto, 51 casais, sendo que dois chefes de famílias não apresentaram os nomes dos filhos em seus inventários. Logo, estamos investigando o número médio de filhos entre as famílias constituídas por portugueses na Serra da Mantiqueira a partir da análise da prole legítima de 49 casais cuja figura paterna é de origem lusa.

TABELA 2:
Número de filhos legítimos por casais de imigrantes
que tiveram ao menos um dos cônjuges inventariados

Número de filhos	Número de casais	Número de filhos	Número de casais
1	2	10	5
2	4	11	1
3	1	12	2
4	2	13	3
5	4	14	1
6	5	15	-
7	9	16	1
8	4	Não identificado	2
9	5		

Fonte: Inventários *post-mortem*, ACAHMPAS e IPHAN/São João Del Rei.

Foram totalizados 365 filhos legítimos gerados por 49 casais chefiados por imigrantes portugueses em pequenas comunidades mineiras – na documentação não há qualquer menção a filhos naturais, que poderiam em certos casos serem reconhecidos em testamento.

Analisando-se os dados, chegamos a uma média de 7,4 filhos por casal, com intervalos intergenésicos de dois anos.

O resultado encontrado para a Serra da Mantiqueira é bastante semelhante ao encontrado por Carla Almeida (2006) para o Termo de Mariana, que, por sua vez, está muito próximo média encontrada para o Minho setecentista. Estudos como o de Donald Ramos apontam que as correntes migratórias lusas tiveram forte influência sobre as organizações sociais e familiares e que a transposição do Atlântico não foi apenas geográfica, mas também sociocultural.

(...) Aqueles que vieram para o Brasil trouxeram consigo uma experiência e uma visão da família bem específicas, que formou a base da sociedade daqueles que a recriaram no Novo Mundo. O elo entre o norte de Portugal e Minas Gerais nasceu da convergência de valores e instituições sociais, não num sentido vago de herança cultural, mas no fluir constante de colonizadores portugueses para o Brasil e, com bastante frequência, de sua volta para Portugal (RAMOS, 1993, p. 73).

Os diversos estudos que buscaram analisar a presença portuguesa na América encontraram semelhanças existentes no que diz respeito à constituição de famílias nas duas margens do Atlântico. Se os índices de fecundidade ilegítima constatados por Donald Ramos (2008) nas Minas Gerais assemelham-se aos indicadores minhotos – sempre a resguardar as especificidades da sociedade que se formou em cada uma das margens do Atlântico –, o número de nascimentos ocorridos dentro de uniões legais e sacramentadas pela Igreja também é muito parecido com o do Reino, aproximando-se ainda mais do perfil minhoto.

No Minho, o fator preponderante para que os casais tivessem muitos filhos teria sido as condições de vida apresentada pela região. É possível que nas localidades da Serra da Mantiqueira, apesar de seu cenário rústico, os imigrantes lusos tenham conseguido desenvolver uma produção – questão aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho – que lhes garantissem o sustento de uma prole grande e, assim, puderam repetir a estrutura familiar da casa camponesa minhota na América Portuguesa.

2.3.3 As relações compadrescas

Em 1728, Raphael Bluteau registrou o significado de família como sendo “as pessoas de que se compõe uma casa, pais, filhos e domésticos” (BLUTEAU, 1728, p. 28). Mais tarde, em 1789, Antonio de Moraes Silva complementou: “as pessoas que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. § Os parentes, e aliados” (MORAES, 1789, p. 9).

António Manoel Hespanha (1993), ao tecer uma análise acerca da família na Época Moderna, expõe a família como uma instituição natural e comum a todos, fundada em relações e sentimentos que pertenciam à própria natureza das coisas. Esse caráter natural da família seria o responsável pelo traçar dos limites de seu âmbito como grupo social: em sentido estrito, a família engloba apenas os que se encontram sujeitos à autoridade do *paterfamilias*, já em sentido lato, ela integra as pessoas relacionadas pela geração ou pela afinidade, ligando-as por laços morais e jurídicos. Todo esse grupo estaria ligado por deveres recíprocos.

Um dos caminhos para extensão da família, em seu sentido lato, são as relações sociais intermediadas pela religião cristã, tecidas na pia batismal entre os pais do batizando e os padrinhos por eles escolhidos. Como abordado anteriormente, para além de garantia da permanência da criança na fé cristã, o apadrinhamento garantia a ela o amparo e o suporte necessários, fossem eles emocionais ou financeiros, em uma possível ausência dos pais. Assim sendo, a escolha de seus padrinhos por seus pais não seria de maneira alguma aleatória, já que os pais espirituais teriam deveres morais e espirituais para com as crianças batizadas.

Após o matrimônio e o nascimento da prole, percebemos, então, outra estratégia adotada pelos imigrantes portugueses nas terras mineiras: a extensão das redes relacionais por meio dos apadrinhamentos. Ao entendermos também o compadrio como um parentesco espiritual que colocava os personagens do rito sagrado do batismo sob um pacto de solidariedade mútua, adotamos o conceito de família de Giovanni Levi, isto é, “(...) *família no sentido de grupos não co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias (...) que serviam de autoafirmação diante das incertezas do mundo social*” (LEVI, 2000, p. 98-99).

A relação que se cria no batismo nos induz a pensar em laços sociais, em “redes”. O antropólogo Fredrik Barth (2000) afirma que na interação social existe o eu, o tu, o eles. Diante dessa noção, o historiador italiano Edoardo Grendi (2009) propõe estudar a sociedade, entendida como universo relacional, a partir de famílias (suas genealogias e ciclos de vida),

uma vez que a cada etapa do desenvolvimento familiar seriam recuperadas suas relações interpessoais: de vizinhança, de compadrio, de produção, etc.

Na Antropologia, o conceito de “rede social” foi primariamente desenvolvido pelo antropólogo britânico Radcliffe-Brown, que caracterizou “*a estrutura social como uma complexa rede de relações sociais existentes realmente entre os seres humanos*” (BARNES, 1954). Posteriormente, John A. Barnes deu ao termo uma definição mais precisa. Ao realizar um estudo em uma comunidade de pescadores noruegueses, Barnes assim definiu o conceito de “rede”:

Cada pessoa está, por assim dizer, em contato com um número de pessoas, algumas das quais estão diretamente em contato com cada uma das outras e algumas das quais não estão. Similarmente, cada pessoa tem um número de amigos, e estes amigos têm seus próprios amigos... Acho conveniente falar de um campo social deste tipo como uma rede (*network*). A imagem que possui é a de um conjunto de pontos, alguns dos quais ligados por linhas. Os pontos da imagem são pessoas, ou às vezes grupos, e as linhas indicam que pessoas interagem umas com as outras. (BARNES, 1954, p. 43)

Dos 1.084 registros de batismos realizados em freguesias da Serra da Mantiqueira, cuja figura paterna é de um imigrante português, pouco mais de 1.050 assentos apresentam pelo menos um dos padrinhos do batizando. Os assentos paroquiais não trazem muitas informações sobre os padrinhos a não ser o grau de parentesco dos mesmos com o inocente levado à pia batismal (avô, avó, tio, tia) e/ou a freguesia de seus domicílios. Essa ausência de maiores dados sobre os compadres do casal dificulta a elaboração uma análise mais aprofundada sobre as escolhas dos casais para os pais espirituais de seus filhos.

Uma proposta possível de análise das escolhas compadrescas remete à origem dos padrinhos: os pais, portugueses, escolheram para apadrinharem os seus filhos indivíduos também naturais do Reino ou optaram por padrinhos nascidos da Colônia? A escolha dos padrinhos foi motivada por relações de identidade, de vizinhança ou por negócios já efetuados entre as partes?

Pois bem, para iniciarmos tal análise, procuramos identificar o máximo de padrinhos que também são portugueses. Como já mencionado, a naturalidade dos padrinhos não é citada nos assentos de batismo. Assim, para termos certeza da naturalidade homens escolhidos para serem compadres, buscamos identificar os indivíduos que aparecem na documentação como *pai* e também como *padrinho* nos diversos assentos.

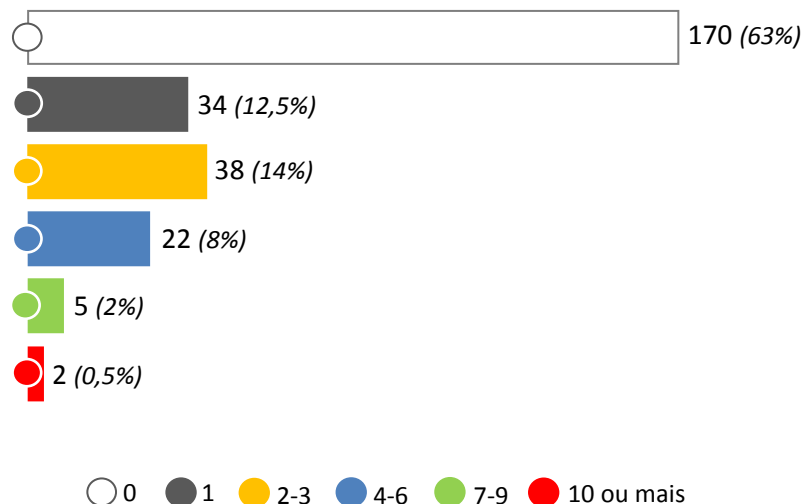
A confecção de redes de apadrinhamentos através do aplicativo *yEd – Graph Editor*, que resultou em uma rede final que pode ser visualizada no *Apêndice*, foi fundamental para descortinarmos os perfis das relações compadrescas tecidas pelos imigrantes portugueses nas pequenas localidades rurais da Serra da Mantiqueira.

Nesse processo, cada chefe de família foi simbolizado por um ponto demarcado pelo número que o identifica em nosso universo de 271 imigrantes. Feito isso, as relações estabelecidas entre os indivíduos foram representadas por linhas interligando os pontos: uma das extremidades, sem ponta de seta, representa o indivíduo que apadrinhou a criança; a outra, com a seta, indica que o indivíduo teve seu filho apadrinhado por outro português.

Identificados os vínculos, cada um desses pontos recebeu cores – entre cinza, amarelo, azul, verde e vermelho – para assinalar o número de vezes em que os chefes de família, agora na condição de *padrinhos*, estabeleceram relações compadrescas com outros portugueses do grupo de 271 imigrantes em que todos eles estiveram inseridos. A ausência de cor nos pontos indica que o chefe de família não foi identificado nos assentos de batismos como padrinho, o que também não o impediu de ter seus filhos batizados por outros portugueses. A partir de então, chegamos aos seguintes dados:

GRÁFICO 2:

Número de apadrinhamentos por indivíduo



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

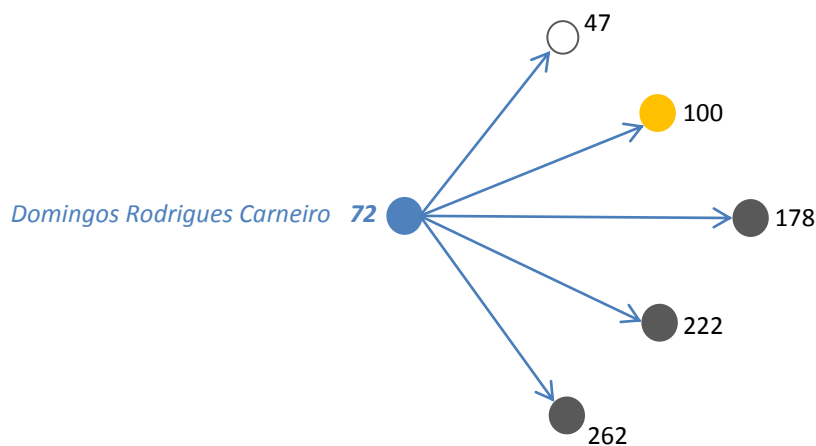
O *Gráfico 2* revelou um grupo em que 170 indivíduos (63%) não foram escolhidos para serem padrinhos dos filhos de seus compatriotas; no entanto, eles não deixaram de eleger

portugueses para apadrinharem seus próprios filhos. A designação de um padrinho reinol foi efetuada entre os 101 (37%) imigrantes restantes, que estreitaram laços através do compadrio com, ao menos, uma família cujo chefe também era de origem lusitana. Embora represente a minoria, a princípio, a escolha entre indivíduos de nacionalidade comum soa-nos de maneira bastante significativa quando nos atentamos para o fato de que os batismos foram realizados em oito paróquias distintas: a distância espacial parece não ter sido um obstáculo para a manutenção das relações entre essas pessoas.

A considerar que aqui estamos lidando com um grande número de imigrantes aparentemente de economias pouco abastadas, é importante compreendermos os sentidos mais sutis das escolhas dos compadres, que se deixam entrever somente a partir de uma microanálise. Embora seja um número alto de apadrinhamentos, buscaremos analisar o máximo de aspectos possíveis dessas relações, sem privilegiar aqueles que causam estranheza ou admiração em detrimento dos mais comuns. Assim, não pretendemos abordar apenas as relações compadrescas excepcionais, uma vez que todas elas trazem elementos que contribuirão para traçar alguns modelos constitutivos do perfil das relações compadrio entre os imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira setecentista. Vejamos alguns casos.

REDE 1:

Apadrinhamentos de Domingos Rodrigues Carneiro



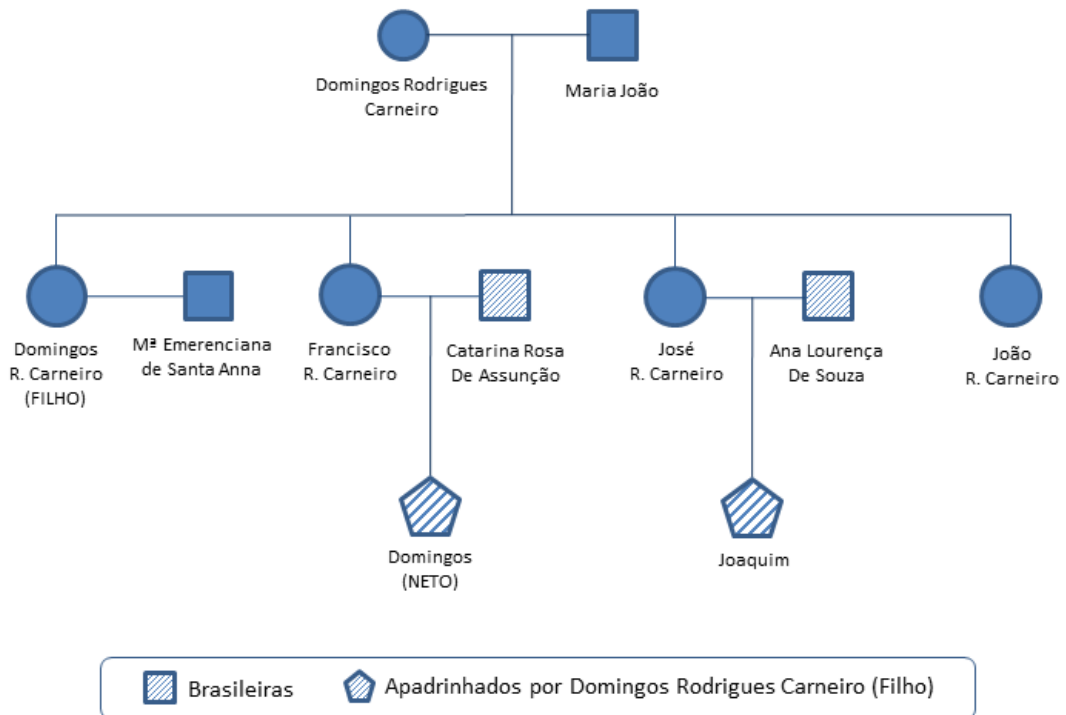
Nº de apadrinhamentos por indivíduo:
 ○ 0 ● 1 ● 2-3 ● 4-6 ● 7-9 ● 10 ou mais

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

Em 1765, **Francisco Rodrigues Carneiro** (número 100 da *Rede 1*), natural da região do Minho, e sua esposa Catarina Rosa de Assunção – sem naturalidade declarada no registro de batismo, porém, filha de um imigrante português com uma paulista de Taubaté – levaram à pia batismal da paróquia da freguesia de Santana do Garambéu o pequeno Domingos. O inocente foi então apadrinhado por **Domingos Rodrigues Carneiro** (número 72 da *Rede 1*) que, quatro anos depois, também foi padrinho de Joaquim, filho de **José Rodrigues Carneiro** (número 178 da *Rede 1*) e de Ana Lourença de Souza, ele natural de Braga e ela, uma mineira de Prados, filha de um casal de açorianos. José e Ana foram pais de 13 filhos, dentre os quais identificamos os assentos de batismos de Joaquim, Margarida, Ana e Teresa – sendo o **João Rodrigues Carneiro**, então solteiro, o padrinho da penúltima criança, batizada em 1774.

A igualdade entre os sobrenomes dos quatro indivíduos citados sugerem um parentesco entre os compadres, que pôde ser comprovado através da identificação dos avós paternos das crianças batizadas. Os quatro homens unidos pelas alianças espirituais também possuíam laços consanguíneos herdados de Domingos Rodrigues Carneiro – que deu o mesmo nome a um dos filhos – e Maria João, dois portugueses da freguesia de São Martinho do Carneiro, Arcebispado de Braga.

ARRANJO FAMILIAR 3:
Irmãos Rodrigues Carneiro



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

Segundo Sheila de Castro Faria (1998), para as estirpes economicamente mais bem situadas poderia ser mais difícil encontrar pessoas de condição superior à sua para apadrinharem seus filhos e formarem alianças verticais. Assim, a opção por parentes para ocuparem esse posto seria a solução para este problema de natureza material. Domingos Rodrigues Carneiro, o filho, fora proprietário de terras e criador de animais em Santana do Garambéu. Embora o seu patrimônio fosse pequeno quando comparado ao dos grandes proprietários mineiros, como aqueles analisados por Carla Almeida para o Termo de Mariana (2006), Domingos erigiu uma economia de destaque na rústica Serra da Mantiqueira: uma fazenda de cultura com uma grande morada de casas; engenho de cana; capela com várias imagens de santos católicos; um número de móveis não encontrado em outras residências;

vários utensílios domésticos, até mesmo de prata. Fora, ainda, senhor de 20 escravos e todos os seus bens foram avaliados em 4:771\$785²².

O irmão de Domingos, José Rodrigues Carneiro, tivera uma propriedade pouco menor do que a descrita anteriormente, mas um patrimônio de valor muito próximo ao dos bens de seu parente, com o monte-mor de 4:713\$610²³. O caso da família Rodrigues Carneiro parece mesmo reforçar a argumentação de Sheila Faria (1998): o tecer de uma rede de apadrinhamentos no seio da própria família como forma de realizar escolhas compadrescas entre indivíduos de mesma qualidade socioeconômica.

Embora os fatores financeiros tivessem relevância na escolha de padrinhos e madrinhas, não podemos perder de vista o contexto de chegada de tais imigrantes à região das Minas. Como vimos anteriormente, o acolhimento dos imigrantes por parentes no Novo Mundo foi uma prática também observada na Serra da Mantiqueira. Assim, muitas das ações de homens como os irmãos Rodrigues Carneiro podem ter sido movidas não apenas por compartilharem uma identidade socioeconômica, mas também pelo afeto e convivência cotidiana que, certamente, contribuíram para a superação de possíveis dificuldades encontradas em suas chegadas e conquistas de benefícios nas terras receptoras.

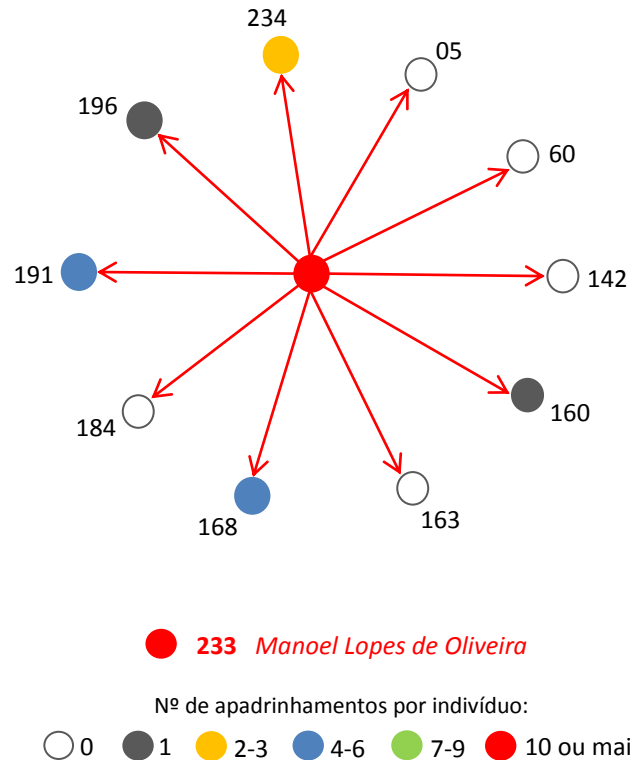
Além de redes de apadrinhamentos tecidas entre membros de uma mesma família, verificamos entre os imigrantes analisados alguns indivíduos que se destacaram por terem sido padrinhos de muitas crianças. É o caso do tenente-coronel **Manoel Lopes de Oliveira** (número 233 da *Rede 2*), que apadrinhou 16 crianças filhas de 13 portugueses.

²² IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro: Notação SJI-03207, Caixa R041, 1787.

²³ A esposa do capitão José Rodrigues Carneiro, Ana Lourença de Souza, falecera em 1811, sete anos antes de seu esposo. Em seu testamento a Fazenda do Capivari, propriedade da família, fora avaliada em 4:328\$000 e o monte-mor totalizado em 8:999\$628. Em 1818, o inventário de José enfatizara que o mesmo seria proprietário de “metade da fazenda denominada o Capivari”, com o valor de 2:060\$000 e o monte-mor totalizado em 4:713\$610.

Museu Regional de São João Del Rei. Inventário *post-mortem* de José Rodrigues Carneiro: C-43, 1818; Inventário *post-mortem* de Ana Lourença de Souza. C-265, 1811. Disponíveis em: <http://www.projeto compartilhar.org/DocsMgGL/joserodriguescarneiro1818analourencadesouza1811.htm>, Acesso em 14 de abril de 2015.

REDE 2:
Apadrinhamentos de Manoel Lopes de Oliveira



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

Manoel Lopes de Oliveira, natural do Bispado do Porto, região do Entre-Douro-e-Minho, encontrava-se entre os maiores proprietários de terras da região, juntamente com seu tio, o capitão **José Lopes de Oliveira** (número 168 da *Rede 2*). Já no ano de 1745, o tenente-coronel apareceu como senhor e possuidor de terras; dentre as sesmarias distribuídas para a região da Borda do Campo, ele foi proprietário de pelo menos cinco. Ao longo de sua trajetória de vida, foi expandindo a sua propriedade, denominada Fazenda Borda do Campo, e, posteriormente, seus filhos conquistaram mais áreas – o que permite observar o monopólio que a família detinha na freguesia (RODRIGUES, 2002)²⁴.

Manoel Lopes foi o padrinho das irmãs Ana e Mariana, filhas do reinol **Alexandre Lopes Raio** (número 5 da *Rede 2*). Alexandre nasceu no Termo de Guimarães, Arcebispo

²⁴ É de suma importância não perder de vista que os perfis de Manoel e José Lopes de Oliveira representam exceções entre as difíceis trajetórias percorridas pelos integrantes de nosso grupo de análise e estão mais próximos dos personagens estudados por Carla Almeida (2006) no Termo de Mariana setecentista. Em contrapartida, a menção a casos ímpares como este se faz necessária na medida em que eles são ilustrativos das alianças compadrescas realizadas “para cima”.

de Braga, também região do Entre-Douro-e-Minho, e casou-se com Micaela dos Santos, natural da freguesia de Santa Maria Madalena, Ilha Terceira, no Arquipélago dos Açores. Não foram encontrados documentos que mencionem como se deu a travessia de ambos: se já casados ou ainda solteiros. Apenas sabemos que, na capela de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, o casal batizou quatro filhos entre os anos de 1746 e 1753.

Alexandre Lopes Raio fora proprietário de terras de cultura de milho e feijão; animais como um cavalo “*muito velho e com várias moléstias*”; poucos gados e algumas cabeças de porcos. Entre os objetos de sua residência, encontramos pouquíssimos utensílios, como: pratos; bacias; uma mesa com tamboretas; instrumentos de trabalho (enxada, machado). Tudo de uma rusticidade característica de uma propriedade rural agropastoril. O objeto mais valioso era um cordão de ouro, avaliado em 12\$800, o que poderia ter sido um presente de casamento. Um significativo ativo econômico do casal, em um cabedal de 1:293\$932, estava na propriedade de oito escravos, seis deles de nação africana – importante elemento de distinção social²⁵.

Alexandre Lopes Raio, um proprietário rural com características modestas, parecia mesmo almejar uma mobilidade social: se as rendas de sua produção não favorecessem a ascensão de sua família, uma alternativa seria alcançá-la pelas vias dos vínculos com pessoas de maior estatuto social. Assim, é possível que a escolha pelo tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira como compadre não tenha sido aleatória, mas, sim, estratégica: colocar as pequenas Ana e Mariana sob a paternidade espiritual do chefe de uma família abastada era a garantia de que as meninas receberiam uma boa assistência não só na ausência de seus pais, mas também em momentos em que o auxílio do padrinho poderia sobrepujar suas dificuldades e de sua família.

Os documentos não apresentam as circunstâncias em que os dois compadres se conheceram e se aproximaram, mas alguns dados indicam a existência de relações entre as duas famílias. No inventário *post-mortem* de Alexandre Lopes Raio, foram arroladas nove dívidas do inventariado. Na listagem, consta uma dívida de 3\$600 a José Aires Gomes²⁶, grande proprietário da região, casado com Maria Ignácia, filha de Manoel Lopes de Oliveira. Mais do que um dado econômico, a informação demonstra a proximidade que Alexandre tinha com a família. Na busca por um *status* social elevado (também observado através da

²⁵ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Alexandre Lopes Raio: Notação SJI-01553, Caixa 200, 1770.

²⁶ José Aires Gomes participou da Inconfidência Mineira e foi preso devido à sua participação no movimento. Mesmo depois de sua prisão, a família permaneceu na posição de grande proprietária de terras na região (REZENDE, 2009).

posse de cativos), estreitar laços com o maior proprietário de terras da região certamente traria benefícios para Alexandre em seus negócios.

A rede de apadrinhamentos de Manoel Lopes de Oliveira não se restringiu apenas ao grupo de reinóis – como possivelmente ocorreu com outros tantos imigrantes, apesar de nosso universo documental não responder a essa questão de maneira pontual, uma vez que ele foi delimitado a partir da nacionalidade portuguesa dos indivíduos. É o trabalho de Mônica Oliveira (2016) que não apenas corrobora o destaque de Manoel, como também nos informa a extensão de sua rede compadresca na Serra da Mantiqueira: entre 1738 e 1803, o potentado foi padrinho de 41 crianças.

Segundo Oliveira (2016), entre suas relações destacaram-se familiares e amigos, aqueles com quem ele poderia tecer laços que viessem a reforçar e defender o seu poder. Salienta, ainda, sua estratégia de prestigiar outros imigrantes portugueses como uma maneira de integrá-los à sociedade local. E foi com o seu tio, José Lopes de Oliveira (número 168 da *Rede 2*), que Manoel estabeleceu relações de reciprocidade: foi padrinho de seus três filhos – Ana, Domingos e Maria –, enquanto o José Lopes apadrinhou o pequeno José, filho de Manoel Lopes de Oliveira²⁷.

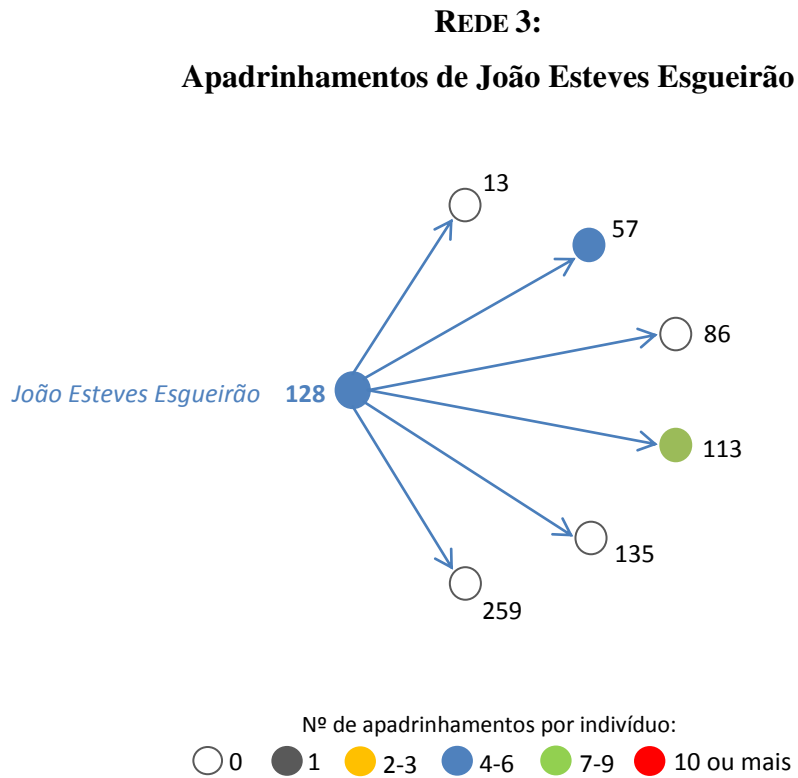
Ao tecer uma análise acerca do compadrio em São João Del Rei entre os séculos XVIII e XIX, Silvia Brugger (2007) identifica a recorrente escolha de alguns homens para apadrinharem crianças na Matriz de Nossa Senhora do Pilar ou em suas filiais. Nesse grupo, ela observa uma forte presença de sacerdotes e indivíduos possuidores de patentes militares – capitães, alferes, tenentes ou coronéis –, ou seja, homens portadores de prestígio perante a sociedade. Como observado no relato anterior, nas pequenas comunidades da Serra da Mantiqueira parece não ter sido diferente. Manoel e José Lopes de Oliveira, além de homens ricos, foram também distintos pela função militar que exerceram naquela sociedade.

João Esteves Esgueirão, um emigrante da freguesia de São Miguel, Bispo de Coimbra, obteve terras na Borda do Campo por meio de posse²⁸. Em Santa Rita de Ibitipoca, fora proprietário do sítio “*O Córrego de São João*”, composto por casas cobertas de telhas, monjolo, árvores de espinho e capoeiras. Possuía alguns cavalos, uma pequena criação de ovelhas e 30 cabeças de porcos. Poucos e velhos eram os instrumentos de trabalho e mínimos eram os utensílios domésticos. A mão de obra escrava era composta por 12 cativos: um importantíssimo ativo econômico para um patrimônio avaliado em 1:586\$375. Mesmo com o

²⁷ AEAM e CMJF. Registros de Batismos – diversos.

²⁸ APM. *Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado, 1780-1782*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 45.

número significativo de escravos, de maneira geral, a propriedade de João seguia o perfil rústico já observado na descrição dos bens de outros imigrantes portugueses que se estabeleceram na região no mesmo período²⁹.



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

Na rede de apadrinhamentos, João Esteves Esgueirão se destaca por ser o compadre de outros seis reinóis. Se como proprietário rural ele não se diferenciava da grande maioria, o que poderia ter proporcionado ao imigrante o encargo de proteger tantos afilhados? Além da atividade agropastoril, João ocupava um posto militar, o de tenente. Ao lado dessa posição, o imigrante era membro da *“Irmandade do Santíssimo Sacramento da Ordem Terceira de São Francisco e da Terra Santa de Jerusalém”*, como informa o seu inventário *post-mortem*. Certamente, o que auferiu notoriedade a João Esteves Esgueirão nas pequenas comunidades mineiras não foi a sua situação econômica, mas, sim, a patente militar que ostentava. O *status*, mais do que o bem material, distinguia o imigrante no corpo social em que esteve inserido. Ao eleger João Esgueirão como compadre, muitas famílias poderiam usufruir de um alto grau influência que este homem provavelmente alcançou naquela sociedade e, ao apadrinhar essas crianças, o tenente reforçava o seu estatuto distinto.

²⁹ ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de João Esteves Esgueirão: 2SVC, Caixa 3, Ordem 11, 1783.

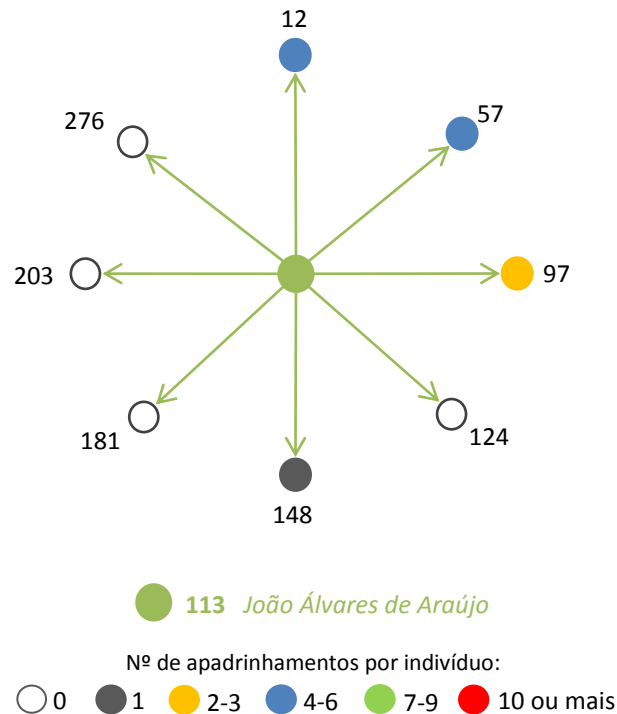
Entre a maioria dos indivíduos (63%) que não foram eleitos padrinhos de filhos de outros imigrantes portugueses estivera **Luís de Almeida Moreira** (número 276 da *Rede 4*), emigrante da freguesia de Santa Eulália, Bispado de Lamego. Luís Moreira teve seus bens inventariados em 1784. Entre eles, foi arrolada uma sesmaria na Paragem do Bom Retiro, no Alto da Mantiqueira, onde o imigrante parecia se dedicar à criação de porcos. Seus instrumentos de roça eram escassos e desgastados; os utensílios domésticos restringiam-se a poucos e “*velhos*” pratos de estanho e igualmente poucos talheres de metal. Seu humilde patrimônio foi avaliado em 529\$380, sendo Francisco *Angola* o segundo bem mais valioso – a terra ocupava a primeira posição – desse imigrante³⁰.

Com Quitéria Nunes Leal, uma mineira da Borda do Campo, o imigrante se casou e gerou oito filhos. Para cinco deles foram identificados os registros de batismos realizados na paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo entre os anos de 1762 e 1774. Entre os padrinhos das crianças estiveram a avó materna, Mariana Nunes Leal, um indivíduo de nome Manoel de Barros Leal – possivelmente, parente de Quitéria devido à semelhança do sobrenome – e um padre da região, Manoel Dias de Sá. Do pequeno José, batizado em 1769, **João Álvares de Araújo** (número 113 das *Redes 3 e 4*) foi o padrinho³¹.

³⁰ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Luis de Almeida Moreira: Notação SJI-01012, Caixa 168, 1780.

³¹ AEAM. Registros de batismos – diversos.

REDE 4:
Apadrinhamentos de João Álvares de Araújo



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – CMJF e AEAM

João Álvares de Araújo, natural da freguesia de Santo André de Fiães do Rio, Arcebispado de Braga, fora casado com Ana de São José, uma portuguesa proveniente da freguesia de Santa Bárbara, Bispado de Angra. Entre os anos de 1755 e 1764, o casal levou cinco filhos a pia batismal das paróquias de Santo Antônio da Bertioiga e Santa Rita de Ibitipoca. Sobre os bens, foi localizada apenas a informação de que fora listado como proprietário de uma sesmaria de “0,5 légua de quadra” na Borda do Campo no ano de 1756³². Apesar da ausência de dados que remetam ao viver de João, a rede apadrinhamentos nos revela que ele não foi uma pessoa comum na comunidade em que viveu: foi eleito o pai espiritual dos filhos de outros oito imigrantes portugueses que residiram na Serra da Mantiqueira setecentista³³.

Dada a simplicidade das posses de Luís de Almeida Moreira, colocar seu filho José sob o resguardo da figura notória de João Álvares de Araújo pode soar como uma clara intenção

³² APM. Relação de sesmarias da Borda do Campo: SC 112, fls. 112-112v.

³³ AEAM e CMJF. Registros de Batismos – diversos.

de formação de uma rede de proteção através do batismo. Muitos dos imigrantes que não aparecem na rede como padrinhos viveram em condições semelhantes à de Luís de Almeida, uma vivência marcada por simplicidade e rusticidade. É o caso de Agostinho Pereira, Francisco Furtado de Mendonça, Luís Antônio Nogueira e outros tantos reinóis cujos bens não chegaram ao valor de um conto de réis ao final de suas vidas – a considerar os que construíram um patrimônio inventariável. Possivelmente, a pobreza daqueles indivíduos não atraiu convites para se tornarem os protetores espirituais dos filhos de outros homens com os quais partilhavam uma identidade, o *ser português*.

De acordo com Mateus de Andrade e Gusthavo Lemos (2013), as escolhas verticais no momento da definição dos padrinhos eram muito difundidas na sociedade mineira, uma vez que, sob a ótica da lógica do Antigo Regime, estabelecer conexões pessoais com indivíduos em patamares mais altos da escala social representava um passo importante no difícil trajeto da mobilidade social. Cada um dos casos aqui apresentados tiveram suas particularidades, mas as estratégias dos imigrantes convergiram para um mesmo caminho: o tecer de uma rede “para cima” ao escolher como padrinhos de seus filhos indivíduos que se destacavam sócio e economicamente, dos quais poderiam usufruir de privilégios e influências.

Embora tenha sido comum a construção de redes de apadrinhamentos dentro de uma mesma estirpe como forma de garantir compadres de qualidades socioeconômicas no mínimo semelhantes, como o caso da família Rodrigues Carneiro, certamente ela não foi majoritária. Esses indivíduos não eram pais de uma prole pequena e não foi perceptível uma pessoa apadrinhar muitos filhos de um casal. José Rodrigues Carneiro, por exemplo, foi pai de 13 filhos e dois de seus irmãos tornaram-se seus compadres apadrinhando uma só criança cada um deles.

Percebemos, portanto, que as redes tecidas na pia batismal transcendiam o parentesco. Para além da questão de uma prole extensa para ser apadrinhada, vimos anteriormente que a maioria dos reinóis chegou às Minas ainda solteiros e essa situação transformou o rito do batismo em um importante mecanismo de expansão dos laços parentais para aqueles homens.

Outro fator que parece não ter sido preponderante na escolha de um compadre foi a identidade lusitana da qual compartilhavam. Apesar de a origem portuguesa ter sido o fator que unificou os homens em nosso grupo de análise, não podemos esquecer de que estamos a falar de uma sociedade fortemente hierarquizada, em que cada um ocupava um lugar, um “estado” (*status*) específico na ordem social: frente a uma “multiplicidade de estados, a materialidade física e psicológica do homem desaparece. A pessoa deixa de corresponder a um substrato físico, passando a constituir o ente que o direito cria para cada aspecto, face,

situação ou estado em que um indivíduo se lhe apresenta. A veste torna-se corpo.” (HESPANHA, 2010, p. 59). O número de portugueses que não apadrinharam os filhos de seus conterrâneos foi muito maior do que o daqueles que foram eleitos padrinhos – e os que assumiram este encargo tendiam a ser representantes de uma economia mais desenvolvida ou, então, traziam algum elemento que os distinguiam socialmente, como patentes militares. Àquela etapa da vida, com o aumento da família, é possível que só a pureza de sangue – comum a todos eles – não representasse suficiência no já mencionado dificultoso caminho da mobilidade social.

Ainda que os assentos de batismos não nos indiquem o tipo de relação existente entre os pais e os padrinhos – para além do vínculo de paternidade e maternidade, quando os avós eram escolhidos para apadrinharem seus netos –, é bastante possível que as relações compadrescas estabelecidas pelos imigrantes portugueses que habitaram as pequenas comunidades rurais da Serra da Mantiqueira também tenham sido pautadas nas amizades tecidas após a chegada às Minas, na vizinhança ou mesmo nos negócios aqui realizados.

Para esses reinóis, o compadrio teve o significado de fortalecimento dos laços de solidariedade entre aqueles que acabavam de chegar e aqueles que já estavam estabelecidos na América Portuguesa. Os laços estreitados por estas relações se tornara um significativo recurso de ajuda mútua que colaborou para a superação de possíveis dificuldades encontradas pelos imigrantes lusos no Novo Mundo.

CAPÍTULO III

“E, no desembarcar, há aves, flores”³⁴

Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e se abaixa. Mas que as curvas dos campos estendem sempre para mais longe. Ali envelhece vento.

João Guimarães Rosa – “Grande Sertão: veredas”

Foi no “*Ribeirão do Salto da Ibitipoca*” que, em seis de agosto de 1766, Alberto de Souza Monteiro deu o seu último suspiro de vida. Ainda solteiro, partiu do Reino de Portugal e deixou para trás a freguesia de Santa Maria Madalena do Convento de Santo Tirso, onde nascera, e, como outros tantos minhotos, rumou para a América.

No Brasil, conheceu Maria da Assunção, filha de portugueses batizada na Candelária, no Rio de Janeiro, com quem se casou e formou uma família com oito filhos. Não se sabe onde ocorrera o sacramento do matrimônio, mas em 1738 o casal levava o pequeno João, o terceiro descendente do casal, para ser batizado na capela de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca³⁵. Sobre os pais espirituais das crianças, pouco se sabe: não fazem parte do grupo de compatriotas de Alberto, que também habitaram a Serra da Mantiqueira. Depois de muitos caminhos e andanças, nas Minas, Alberto de Souza Monteiro e a família encontraram as “*terras de lavoura*” onde “*mais comodamente podia habitar-se*”³⁶.

Viveram em uma casa coberta de capim, plantavam milho e produziam os efeitos dos grãos com um monjolo. Criaram alguns poucos animais, entre bovinos e suínos. A mineração se fez presente e foi praticada ao lado de um sócio, também habitante da região. O imigrante foi senhor de escravos, seis, mas viveu em um ambiente de exiguidade e modéstia: não faltou a materialidade para gerar a economia da unidade rural, porém, poucos foram os bens para equipar a casa e dar descanso ao corpo de maneira confortável. Uma vida rústica de quem, ainda cedo, chegou aos matos gerais da Serra da Mantiqueira.

E para os demais reinóis que para a mesma região partiram e permaneceram até o fim de suas vidas: como se deu o acesso a terras? Que atividades desenvolveram? De que materialidade puderam usufruir? O Novo Mundo lhes proporcionou elementos de distinção

³⁴ PESSOA, Fernando. Horizonte. In: _____. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010. p. 56.

³⁵ AEAM. *Registros de Batismos*.

³⁶ IPHAN/SJDR. Testamento de Alberto de Souza Monteiro: SJI-00958, Caixa 163, 1767.

social? O que mudou entre a vida pregressa à travessia do Atlântico e a vivência na América Lusa? Na tentativa de dar respostas a essas questões é que o presente capítulo irá se desenvolver.

3.1 Não sem lei, mas segundo leis diversas / Entre os homens reparte o fado³⁷

Como já sabido, desde o final do século XVII os caminhos das Minas Gerais, até então habitados apenas por povos indígenas, encheram-se daqueles que viram na extração aurífera a oportunidade de enriquecimento. O agrupamento de uma população numerosa e heterogênea deu origem aos primeiros territórios junto às datas de mineração, destacando-se as vilas do ouro, como Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, entre outras. Além dos centros mineradores, desenvolveram-se roças e paragens que se dedicavam à produção agropastoril direcionada ao abastecimento interno da capitania que emergia.

O controle dos caminhos por onde se escoava o ouro seria imprescindível para o sucesso do projeto lusitano de exploração das minas. Os caminhos regulares contavam com os registros da administração das Minas, onde era feito o controle de entrada e saída de pessoas e mercadorias e a cobrança de impostos. Os registros não tinham localização fixa, mas variavam conforme as necessidades estratégicas, situando-se em pontos onde os extraviadores encontrariam dificuldade para buscarem outra rota. No entanto, mesmo com a presença de controle, a Coroa se defrontava com a constante abertura de rotas e picadas clandestinas que levavam ao descaminho do ouro. Em 1720, a proibição de abertura de caminhos foi determinada em ato régio e os infratores receberiam penalidades pelo ato ilícito. Em 1733, uma ordem do Conselho Ultramarino reafirmou a dita proibição (FURTADO, 2006).

Mais tarde, demonstrando a dificuldade de se efetivarem essas ordens, o governo mandou que se fechassem quaisquer trilhas e logradouros existentes nas imediações das áreas mineradoras que não contassem com os registros. Em 1736, as regiões por onde poderia ocorrer o extravio do ouro foram denominadas “áreas proibidas” pelo Bando de Aditamento ao Regime de Minerar, no qual o governador Gomes Freire de Andrade ordenou não poder lançar posses nas extremidades não povoadas da capitania sem a sua licença ou de seus

³⁷ PESSOA, Fernando. *Poemas de Ricardo Reis*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994. p. 82. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/46>>.

sucessores – licença que seria negada ou concedida conforme a utilidade pública dessas posses e o desejo de Sua Majestade³⁸.

Tomar a direção das imensas regiões ainda inóspitas das Minas Gerais era enveredar-se para os chamados sertões. Os sertões coloniais foram imaginados por seus contemporâneos como ambientes fantásticos, povoados por animais e plantas de tipos inimagináveis, além de populações muitas vezes confundidas com a própria fauna: os “negros da terra”. O caráter misterioso e atraente dos sertões, onde se esperava encontrar riquezas incalculáveis, despertara o ímpeto do desbravamento dessas regiões em busca de enriquecimento rápido e fácil (VAINFAS, 2000).

A historiadora Cláudia Damasceno Fonseca (2011) desenvolve uma análise acerca do vocabulário empregado pelos colonizadores de Minas Gerais para melhor compreender o processo de ocupação da região, das rápidas incursões nos sertões mineiros à criação dos seus primeiros núcleos estáveis de povoamento. De acordo com os seus estudos, o termo “sertão” pode ser considerado como um dado preexistente à colonização, relacionando-se à noção de *Espace étendu*, ou espaço “bruto”. Esse conceito opõe-se ao de “território”, uma vez que o sertão apresenta-se como uma superfície de contornos imprecisos por onde os agentes da colonização ainda iriam inscrever a sua dominação.

No *Vocabulario portuguez & latino...*, Raphael Bluteau (1728, p. 613) descrevera o sertão como uma “*região apartada do mar (...)*”; definição complementada por Antonio de Moraes Silva (1789, p. 693): “*o interior, o coração das terras (...)*”. Em viagem ao Brasil no século XIX, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire utilizara a palavra “deserto” para designar o sertão por ele percorrido na capitania de Minas Gerais:

A palavra sertão ou deserto não designa em absoluto uma divisão política do território, indicando tão somente uma espécie de divisão vaga e convencional, determinada pela natureza particular da região e sobretudo por sua reduzida população (...). Não se deve imaginar que o sertão esteja limitado à província de Minas Gerais; ao contrário, ele se estende pela Bahia e Pernambuco, e toda a província de Goiás, que lhe é contígua, e talvez todas elas, têm seu sertão, que é a sua parte mais deserta. Os sertões de Minas, Bahia, Pernambuco são espaços abertos, enquanto que o da província do Espírito Santo apresenta espessas florestas. Não é descabido afirmar que uma só província possa ter mais de um sertão, visto que além do sertão da Bahia, vizinha do sertão das minas, as florestas desertas que se estendem a oeste do litoral, perto de Belmonte, também são um sertão. (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 299 *apud* FONSECA, 2011, p. 53)

³⁸ Arquivo Público Mineiro. *Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado*, 1780-1782. Sessão Colonial, Códice 224, fl. 29.

O conceito de sertão estaria próximo da noção de “fronteira”, denominada por Frederick Jackson Turner (1893, 1921) como um “*limite movente que separa as regiões povoadas das que ainda não são, que marca a extremidade do avanço da sociedade civilizada*”, uma espécie de ponto de encontro da “selvageria” e da “civilização” (REMOND, 1921, p. 17 *apud* FONSECA, 2011, p. 55). Na historiografia brasileira, a problemática da fronteira aparece ainda muito cedo, desde as discussões acerca da fronteira geopolítica decorrente dos limites territoriais entre Portugal e Espanha definidos pelo Tratado de Tordesilhas em 1494.

Capistrano de Abreu, no início do século XX, destacou a interiorização da colonização através dos domínios do sertão, interpretando a fronteira como “*conquista e luta para assegurar a posse de determinados territórios, antes de ser limite diplomaticamente acordado*”. Mais tarde, em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda sugeriu o próprio Brasil como uma região de fronteira onde tradições, instituições e valores do Reino iriam fundir-se às tradições nativas e africanas (VAINFAS, 2000, p. 254-255). Em *Caminhos e Fronteiras* (1957), o historiador avançou acerca dessa reflexão:

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se pra deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que tivessem revelados mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. Nessa acepção a palavra “fronteira” já surge nos textos contemporâneos da primeira fase da colonização do Brasil e bem poderia ser utilizada aqui independentemente de quaisquer relações com o significado que adquiriu na moderna historiografia norte-americana desde os trabalhos já clássicos de Frederick Jackson Turner. (HOLANDA, 1975, p. 8-9)

A Riobaldo e Diadorim, jagunços do *Grande sertão: veredas*, João Guimarães Rosa (1956) destinou que a única maneira de saírem daquele sertão fronteiriço, acredita-se, entre Minas Gerais e a Bahia seria “*tomando conta dele adentro*”. Em suma, retomando as palavras de Cláudia Damasceno (2011, p. 54), o sertão colonial seria “*um espaço em perpétuo vir a ser*”: preexistente ao território – feito com o avanço e intensificação do povoamento – e, ao mesmo tempo, a fronteira indefinida e em constante movimento desta extensão de terras ocupadas.

Vários foram os sertões existentes nas Minas Gerais. Na Comarca do Rio das Mortes, para os que residiam na região da Borda do Campo, puma das localidades em que detemos nossas atenções, eles eram as escarpas da Mantiqueira³⁹. Ali adentrar e enraizar-se exigia coragem, desprendimento e sacrifício, sobretudo para os primeiros povoadores. Para essa

³⁹ Sobre a variedade de sertões existentes em Minas Gerais, ver “*Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*”, de Laura de Mello e Souza.

região, a visão de sertão era associada às tribos indígenas que lá habitavam: os coroados, carapós e puris; todos autóctones muito temidos, denominados botocudos antropófagos – nas palavras de Diogo Vasconcelos: seres devoradores de “animais da mesma espécie” que, sendo insensíveis às “vozes da razão e da humanidade”, não admitem “convenções de paz e amizade” (RODRIGUES, 2002; VASCONCELOS, 1994, p. 156-157).

Dirigir-se para as partes mais remotas da América Portuguesa fora um esforço quase mortal. Júnia Furtado (2006) relata o medo que os caminhos das Minas provocavam nos comerciantes errantes, que, tomados pela incerteza dos perigos da viagem, deixavam, de antemão, suas vontades declaradas em testamentos. Enveredar-se para áreas desconhecidas, vencer as condições ambientais e os seres que viviam naqueles sertões era esforço para poucos.

Durante muito tempo, o chamado “distrito da Mantiqueira” estivera longe dos olhares das autoridades portuguesas, mas muito perto da curiosidade de indivíduos diversos. Por ser uma área de fronteira “*erichada de morros elevadas e coberta de vegetação espessa, foi vista desde cedo o início da exploração aurífera como terreno propício ao descaminho e contrabando de ouro e pedras preciosas*”, ou seja, representara um ponto estratégico da capitania (SOUZA, 1998, p. 5 *apud* RODRIGUES, 2002).

O povoamento fortuito dos sertões da Mantiqueira foi inscrito pelo governador D. Rodrigo José de Meneses (1780-1783) entre os anos de 1780 e 1782 no chamado *Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado*⁴⁰. Em um livro com pouco mais de 200 fólios, o governador registrou diversas informações que remetiam ao extravio do ouro e à diminuição da arrecadação aurífera, os grandes vilões da Real Fazenda naquele momento.

Conta-nos D. Rodrigo José de Meneses que em 1755 o então governador interino, José Antônio Freire de Andrada (1752 – 1758), foi noticiado de que algumas pessoas tinham aberto picadas que cruzavam aquela região considerada inóspita. No mesmo ano, por meio do Bando de 20 de setembro, ele declarou os sertões do distrito da Mantiqueira como “áreas proibidas”. Foi o tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira⁴¹, imigrante português residente da Borda do Campo – contígua ao dito sertão –, o interlocutor da boa nova de utilidade pública. Porém, o fizera por um interesse particular e, portanto, “alucinara” (subornara) o governador com o intuito de ser “*o único possuidor de todo o terreno que quisesse apropriar-*

⁴⁰ APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224.

⁴¹ Ver *Rede 2*, notas 24, 25, e 27.

se”, fazendo todos os esforços para “*conhecer os intrincados caminhos*” e apossar-se das riquezas sertões da Mantiqueira⁴².

D. Rodrigo José de Meneses registrara as vistas grossas do governador José Antônio Freire de Andrada para com a região em benefício dos interesses de Manoel Lopes de Oliveira, uma vez que seus sucessores continuaram a desconhecer os sertões em que o imigrante lusitano empreendera sua política de expansão de terras. O genro de Manoel, José Aires Gomes, deu continuidade à sua prática, procurando afastar toda a ideia de que nos ditos sertões houvesse ouro para, assim, impedir que as autoridades tomassem providências naquela região⁴³.

Os planos de Manoel Lopes de Oliveira e José Aires Gomes conseguiram ludibriar as autoridades da Coroa por algum tempo, no entanto, “*os povos que não se enganam facilmente nos seus imediatos interesses, se foram por aqueles sertões furtivamente introduzindo e [se] estabelecendo ocultamente*”. Guiados pelo exemplo da família de Manoel Lopes de Oliveira na abertura dos matos gerais, centenas de indivíduos enveredaram-se pelos sertões da Mantiqueira e daqueles caminhos surgiram povoações sabidas por muitos e desconhecidas do governo por onde poderiam passar aqueles que quisessem desencontrar as patrulhas responsáveis pela fiscalização do ouro e dos pedestres nos registros⁴⁴.

Os boatos de grande exploração aurífera na região levaram o governador D. Rodrigo José de Meneses a encaminhar o Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Mortes, Felix Vital Nogueira, para examinar o estado em que se achava o “Distrito da Mantiqueira” e se os interesses de particulares estavam a se sobrepôr aos da Real Fazenda. O que o intendente encontrara fora, de fato, um imenso número de habitantes lá estabelecidos e uma grande dificuldade de se controlar aquele sertão cujas terras estavam concentradas em mãos de José Aires Gomes⁴⁵.

Os sertões do ribeirão de Santa Rita foram, segundo registros do governador, os de ocupação mais frequente. Em 1780, o tenente-coronel Francisco Antônio Rabelo comandara uma expedição que saíra de Vila Rica rumo à dita localidade, tomando nota de suas primeiras impressões:

(...) girei por ela abaixo seis léguas, por caminhos abertos e cultivados de arroz mais de três léguas, e dali para diante continua o mesmo caminho, pelo qual andam bestas carregadas conduzindo mantimentos até o rio do Peixe, que dista toda a estrada oito

⁴² APM. *ROGSE*. Sessão Colonial, Códice 224, fls. 29-30.

⁴³ *Idem*, fls. 29-30.

⁴⁴ *Ibidem*, fls. 30-31; 39.

⁴⁵ *Ibidem*, fls. 30-31.

léguas. Em toda esta extensão que girei achei várias roças antigas e modernas; e me informaram que não só neste lugar, mas em sete estradas mais, que tem a referida serra, desde a Borda do Campo até a lagoa da Aiuruoca, aonde é também constante ser frequente entrada, me certificaram acharam-se todos os referidos matos povoados por um número muito avantajado de moradores, os quais se comunicam por caminhos e picadas de uns para outros, com roças feitas, paíóis e ranchos em que se recolhem⁴⁶.

A frequência da exploração mineral na região também foi verificada pela expedição de Francisco Antônio Rabelo, que constatou os montantes de ouro extraído pelos habitantes dos sertões. Antônio Tavares, por exemplo, um dos descobridores do ouro na região, relatou ter extraído das águas que desaguam no Rio do Peixe a quantia de 222 oitavas e 4 vinténs de ouro⁴⁷. As povoações que desordenadamente emergiram nas áreas vedadas da capitania mineira, bem como o seu potencial econômico, surpreenderam o então governador interino, D. Rodrigo de Meneses. Segundo os relatos de Felix Nogueira: *“Um exército bem disciplinado não seria suficiente para espoliar aqueles habitantes de seus respectivos domicílios. A humanidade se revoltaria de se fazerem tantos infelizes quando podem ser úteis a si e ao Estado.”* Assim, a sugestão do Intendente do Ouro fora a de repartir as terras legalmente com aqueles que estavam usufruindo delas sem título algum a fim de se evitarem os descaminhos do ouro e garantir os interesses régios de arrecadação fiscal: *“A política pede [que] se conservem vassalos laboriosos que não carregam o país com o peso de sua inutilidade, antes, pelo contrário, trabalham para o bem comum”*⁴⁸.

Para ordenar a região, transformando as áreas inóspitas em colônia e seus habitantes em vassalos da Coroa, pessoalmente o governador D. Rodrigo José de Meneses lançou-se em viagem para os sertões da Mantiqueira em 11 de junho de 1781 com *“grande esperança que este novo estabelecimento [viria] a ser um dos mais florescentes desta capitania pela sua situação, fertilidade das terras e riqueza dos córpos”*. Além da repartição legal das terras agrícolas e das datas minerais, a observação dos limites entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro também fora projetada pela expedição do governo a fim de acautelarem os descaminhos da cobiça favorecidos pela natureza⁴⁹.

Naqueles matos distantes, D. Rodrigo estabelecera um Quartel General às margens do Rio do Peixe e percorrera seus caminhos observando e confirmando o que fora descrito pelas expedições anteriores. Para melhor conhecer a ocupação daqueles sertões e a capacidade produtiva de suas terras, o governador solicitou uma listagem de todos os moradores que

⁴⁶ APM. *ROGSE*. Sessão Colonial, Códice 224, fl. 38.

⁴⁷ *Idem*, fl. 38.

⁴⁸ *Ibidem*, fls. 30-31.

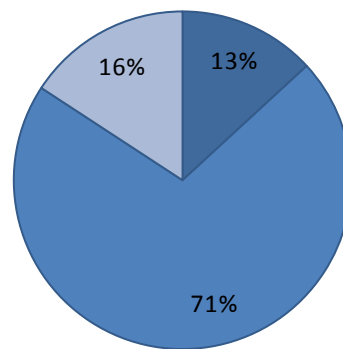
⁴⁹ *Ibidem*, fl. 31 e 61.

residiam no local, com informações acerca do tempo em que ali estavam instalados e sua principal atividade econômica. Foram, portanto, confeccionadas três listas, uma para cada uma destas localidades: Borda do Campo, Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca e Santa Rita de Ibitipoca. Com exceção do relatório referente à Borda do Campo, que não se encontra anexado, assim como os demais, ao *Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado*, foram contabilizados 198 posseiros que teriam se alocado nas escarpas da Mantiqueira⁵⁰.

Dos 198 posseiros listados, 38 fazem parte do universo de 271 imigrantes portugueses que constituíram famílias na Serra da Mantiqueira. As posses que ocorreram anteriormente ao Bando de 1755 foram denominadas na listagem como “posses antigas” e as que foram realizadas após a proibição da exploração das áreas sertanejas aparecem como “posses modernas”.

GRÁFICO 3:
Posse de terras pelos imigrantes portugueses nos Sertões da Mantiqueira

■ Antiga ■ Moderna ■ Antiga e Moderna



Fonte: APM. *Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado*, 1780-1782. Sessão Colonial, Códice 224, fls. 41-48.

Entre os 38 reinóis listados como posseiros nos sertões da Mantiqueira, cinco (13%) se apossaram das terras antes que a dita localidade fosse novamente decretada como “área proibida” em 1755. Em Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, na entrada do Ribeirão do Salto, fora identificada uma posse com tempo de 40 anos listada em nome de João de Souza

⁵⁰ APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224, fls. 41-48.

Monteiro e seus irmãos⁵¹. João fora o terceiro filho de **Alberto de Souza Monteiro**, imigrante oriundo de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, Bispado do Porto – personagem da história narrada na abertura do presente capítulo.

Como mencionado anteriormente, a cerimônia batismal de João ocorrera em 1738 na paróquia de Conceição do Ibitipoca, e o assento de seu batismo foi identificado entre o *corpus* documental deste trabalho como o mais antigo registro de sacramento de filhos de imigrantes lusos na região – obviamente, sempre considerando e resguardando as devidas possibilidades de perdas de documentos ao longo do tempo⁵². É possível que Alberto Monteiro tenha chegado àqueles sertões em um tempo próximo ao que chegou Manoel Lopes de Oliveira, que na década de 1740 já se encontrava entre os maiores proprietários de terra na região da Borda do Campo.

À altura da feitura da lista encomendada por D. Rodrigo de Meneses, o imigrante já havia falecido. No ano de 1767, o seu inventário *post-mortem* teve o seu processo de abertura iniciado e o que indica o documento é que o imigrante minhoto vivera seus últimos momentos de vida no sítio *O Feijoal*. Em seu testamento, Alberto de Souza Monteiro deixara informações acerca da posse de suas terras nos sertões da Mantiqueira:

(...) Declaro que antiquissimamente, muito antes das novas ordens de Sua Majestade, respeito pedir por sesmarias as terras de lavoura [que] se usava cada um onde mais comodamente podia habitar-se e roçava e plantava e ficavam possuindo os matos que vertiam as capoeiras e córregos onde se a situavam e, por este uso nesse tempo, me a situei neste Ribeirão do Salto, ao pé de uma cachoeira alta, e rocei e plantei uma capoeira que hoje se chama de Antônio de Oliveira. Por este algum tempo nela plantar ao meu favor e daí vir continuando para cima possuindo, desta forma, os matos que a dita primeira situação havia para cima até o campo que sai a Capela da Ibitipoca (...) ⁵³.

Outros seis indivíduos (16%) foram listados também como detentores de posses antigas. Além dessas, eles aparecem com lançamentos de posses modernas, o que possivelmente representa a expansão de seus domínios territoriais com o passar dos anos. É o caso do posseiro **José Rodrigues Braga**.

Natural da freguesia de São Martinho do Couto de Moure, Arcebispado de Braga, José Rodrigues Braga constituíra e vivera com sua família em Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca. Com Bernardina Caetana do Sacramento levou, ao menos, dez filhos à pia batismal

⁵¹ APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 42.

⁵² AEAM. *Registros de Batismos*.

⁵³ IPHAN/SJDR. Testamento de Alberto de Souza Monteiro: SJI-00958, Caixa 163, 1767.

da paróquia da dita localidade entre os anos de 1762 e 1783⁵⁴. A posse das terras na entrada do Ribeirão do Salto ocorreu antes mesmo da última proibição dos matos gerais e nelas o imigrante desenvolvera uma fazenda de cultura, cuja produção não é especificada na listagem. José Rodrigues Braga teve uma segunda posse lançada em seu nome: caracterizada como uma posse moderna, fora “pegada a sua fazenda” em algum momento posterior à proibição determinada pelo Bando de 1755⁵⁵.

Semelhante ocupação foi a de **Antônio José Machado**, também natural da região minhota de Braga. Entre os anos de 1755 e 1786 ele batizou ao menos sete filhos na capela de Santa Rita de Ibitipoca ao lado de sua esposa, a mineira Isabel Corrêa de Moraes. O imigrante “minerava com ferros” na gleba ocupada por seus antecessores há 40 anos e mais tarde ampliara os seus domínios com uma posse moderna, onde desenvolvia atividades agropastoris⁵⁶. Ao lado dessa estiveram as de Bernardo José Machado, com uma posse, e Miguel José Machado, com duas. A semelhança entre os nomes e a proximidade das possessões pode sugerir algum grau de parentesco entre os três indivíduos, revelando-nos, mais uma vez, as redes de recrutamento e acolhimento como importantes elementos de enraizamento dos imigrantes no Novo Mundo – conforme a abordagem expressa no segundo capítulo do presente trabalho.

Os outros 27 (71%) imigrantes portugueses arrolados como posseiros ocuparam-se daquelas terras posteriormente ao ano em que o governador interino José Antônio Freire de Andrada lançara o Bando – que, observando-o a olhos nus, enxergava-se a proteção da Real Fazenda contra os descaminhos do ouro, mas que com um exame atento de seus objetivos descobriu-se que fora um favorecimento aos interesses privados da família de Manoel Lopes de Oliveira, que se apossara de um grande número de léguas nas escarpas da Mantiqueira. A maioria de posses modernas é significativa não apenas em número, como também pela confirmação da nota tomada por D. Rodrigo José de Meneses no *Registro de Ofícios do Governador*: de fato, o exemplo de sucesso do projeto de exploração dos sertões efetuado por Manoel Lopes e José Aires Gomes fora um atrativo para que outras tantas pessoas rumassem para as áreas proibidas da capitania mineira.

Ao redor do acampamento assentado por D. Rodrigo às margens do Rio do Peixe, formou-se um arraial composto por inúmeras pessoas que o havia seguido para se beneficiarem da distribuição das terras. A então secretaria provisória de governo recebeu mais

⁵⁴ AEAM. *Registros de Batismos*.

⁵⁵ CMJF e AEAM. *Registros de Batismos*; APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 42.

⁵⁶ CMJF e AEAM. *Registros de Batismos*; APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 45.

de 800 requerimentos solicitando a repartição das terras agrícolas e minerais da Mantiqueira. Maior do que 300 foi o número as cartas de sesmarias expedidas para oficializar a ocupação daquele território⁵⁷. É importante que não se perca de vista as implicações para se obter uma carta e a onerosidade do processo para o sesmeiro, como descrevera Auguste de Saint-Hilaire no início do século XIX:

Quando alguém pretende tornar-se o possuidor de um terreno livre (terra devoluta), dirige uma petição ao general da capitania, e este remete o pedido à municipalidade (câmara) do distrito, a fim de que se faça um inquérito para saber-se se realmente a área solicitada não tem dono. Se o inquérito for favorável ao solicitante, o general oficia ao magistrado denominado *juiz de sesmarias* para que conceda as terras requeridas. Este manda medi-las e demarcá-las e entrega ao concessionário o título de posse (carta de sesmaria), que este último é obrigado a fazer confirmar pelo Rei. As despesas a pagar para obter-se uma sesmaria, podem elevar-se a 100.000 réis. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 209)

Embora as devidas proporções temporais entre a descrição do naturalista francês e o contexto aqui narrado estejam resguardadas, a obtenção de cartas de sesmarias esteve longe da população mais pobre em função dos poucos recursos por ela dispostos para solicitá-las. A concessão de sesmarias foi regrada pelas Ordenações Filipinas em inúmeras ordens régias e entre os requisitos para a confirmação das cartas estava a propriedade cativa para ser empregada no trabalho da terra. A ausência de recursos financeiros e de posse de escravos minavam as possibilidades de muitos virem a se tornar sesmeiros (CARRARA, 2007; RODRIGUES, 2002).

Contudo, para que “*os pobres não ficassem descontentes*” com a exclusão no processo de concessão de sesmarias por “*não terem escravos, nem dinheiro necessário para as despesas que traz contigo uma sesmaria formal*”, D. Rodrigo determinou, mediante requerimento, que se distribuísse meia légua de terra de cultura a todos que comprovassem poder lavrá-las com os seus próprios braços e também com os de seus filhos⁵⁸. Ora, legalizar as posses dos indivíduos menos favorecidos representara mais do que o desejo sensível de assistir a essa parcela da população: transformá-los em vassallos de Sua Majestade era colocá-los na posição de provedores de riquezas para a Real Fazenda, que agora precisava de medidas mais efetivas para sobrepujar os baixos rendimentos do ouro.

Para as comunidades rurais da Serra da Mantiqueira foram identificadas 25 sesmarias em nome de 12 indivíduos compreendidos no grupo de 271 imigrantes portugueses protagonistas deste trabalho – três reinóis detiveram mais de uma sesmaria em seus nomes,

⁵⁷ APM. *ROGSE*. Sessão Colonial, Códice 224, fl. 61-62.

⁵⁸ APM. *ROGSE*. Sessão Colonial, Códice 224, fl. 62.

como os aparentados José e Manoel Lopes de Oliveira, com seis e cinco glebas, respectivamente. Das 25 cartas de sesmarias, apenas oito – seis delas concentradas em mãos dos Lopes de Oliveira – tiveram a exigência da confirmação cumprida, o que significa que os seus peticionários tiveram condições ou se preocuparam em cumprir as determinações legais expressas nas cartas de sesmarias.

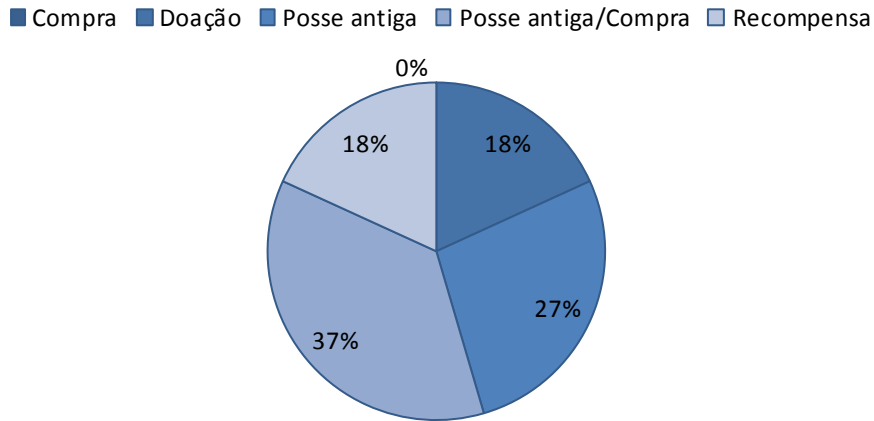
Após conceder a carta de sesmaria, o Conselho Ultramarino prescrevia que o requerimento de confirmação das terras deveria ser feito no prazo de quatro anos corridos a partir da data de concessão do dito documento. O seu descumprimento figuraria as terras como devolutas, passíveis de denúncias. Ora, a recusa em se confirmar a carta de doação de sesmaria pode ser vista sob alguns aspectos: o primeiro refere-se às dificuldades em se custear o processo, que envolvia pagamento de foros, pilotos, publicação do documento e outros débitos relativos à demarcação e medição das terras. O segundo fundamento para a inadimplência poderia ser o abandono da propriedade pelo sesmeiro, uma vez que o sistema agrário da região demandava a exploração do solo até sua quase esterilidade, o que ocasionava a necessidade de apropriação de novas terras (RODRIGUES, 2002).

Para as áreas sertanejas da Serra da Mantiqueira, foram localizadas onze sesmarias – seis delas com carta de confirmação das terras –, distribuídas entre oito sesmeiros. Porém, nenhum título fora concedido no tempo em que D. Rodrigo José de Meneses ali estivera, uma vez que as datas de confirmação são dos anos entre 1748 e 1760⁵⁹.

A relação dos sesmeiros com a terra foi designada na documentação a partir de quatro situações: compra, doação, posse antiga e recompensa, ocorrendo também a conjugação entre posse antiga e compra.

⁵⁹ APM, AHU. *Cartas de sesmarias* – diversas.

GRÁFICO 4:
Acesso a sesmarias pelos imigrantes portugueses
nos Sertões da Mantiqueira



Fonte: APM, AHU. *Registros de sesmarias* – diversos.

Pois bem, entre as 11 sesmarias das áreas sertanejas, duas foram qualificadas como *recompensas* (18%) recebidas em 1753 e 1754, respectivamente, por José e Manoel Lopes de Oliveira – constatação coincidente com o episódio que gerou o Bando de 1755. O tio e o sobrinho também aparecem como sesmeiros de *posse antiga* (27%) ao lado de outro imigrante, o açoriano Luís de Souza Cabeceiras. A qualificação de *doação* (18%) aparece para outras duas sesmarias, uma delas do dito e afamado Manoel. As quatro restantes classificam-se entre a *compra de posse antiga* (37%), como se sucedeu com **José Garcia de Oliveira**, imigrante açoriano.

Ao serem entrecruzadas as listas de posseiros e sesmeiros da região, somente José Garcia de Oliveira teve seu registro percebido nas duas situações⁶⁰. Em 1750, ao lado de sua esposa, a também açoriana Maria da Ajuda, batizou o pequeno José na capela de Santo Antônio da Bertioega e, no ínterim entre 1753 e 1763, levou outros sete filhos para receberem a unção batismal na paróquia de São José do Ribeirão de Alberto Dias. Alguns anos depois, em 1768, José de Oliveira recebera uma carta de sesmaria de “*meia légua em quadra*” – da qual parece não haver confirmação – na área de sertão próxima à Borda do Campo, cuja terra foi adquirida através da compra de uma posse antiga. Mais tarde, em 1780, foi listado com

⁶⁰ Possivelmente, naquele momento os ditos posseiros não se enquadravam entre os possuidores de escravos, já que este era requisito quase obrigatório para se confirmar a concessão de sesmaria.

uma possessão de “22 ou 25 anos” no ribeirão de Santa Rita, a qual estava “*povoada há cinco anos*”⁶¹.

O caso de José Garcia de Oliveira, além de ser demonstrativo da constante circulação de pessoas naquele período e da fluidez das fronteiras da capitania mineira, indica-nos a existência de um mercado de terras. Prática semelhante a que o imigrante empreendeu para adquirir a terra pela qual recebeu a carta de sesmária fora encontrada também no arrolamento de lançamento de posses nos sertões da Mantiqueira. Entre os 38 posseiros destacados neste trabalho, cinco indivíduos relataram aos oficiais do governo de dom Rodrigo José de Meneses o título das “*terras que houve por compra*”⁶².

De fato, as condições peculiares da sociedade mineira colonial possibilitara a constituição de um extenso mercado de terras desde o seu primeiro momento. Segundo Angelo Carrara (2007), a circulação monetária empreendida pela mineração somada ao movimento de ir e vir da população – agravadas por um desapego às leis – fizeram com que as terras mudassem de mãos a um ritmo nunca ocorrido no Brasil. Para o historiador, no contexto mineiro as cartas de sesmarias devem ser consideradas mais como garantias as posses já lançadas ou a terras já compradas. Em certos casos, na falta de outros instrumentos legais, como escrituras de compra e venda, eram as cartas de sesmarias que consolidavam o domínio da terra.

A procura por novas áreas parece ter sido um exercício frequente entre camponeses e fazendeiros, fosse pelo esgotamento do solo ou por diferentes necessidades em que tempo surgissem. De acordo com André Figueiredo Rodrigues (2002), em muitas ocasiões não era do interesse dos indivíduos informarem às autoridades o exato tamanho de suas terras, uma vez que a indefinição dos limites de suas propriedades possibilitava a expansão das áreas sob seus domínios a partir da incorporação de terras públicas ou de terceiros.

Para além de um conjunto de normas consubstanciado pelas Ordenações Filipinas para a concessão de sesmarias, observa-se que uma legislação voltada para o controle da ocupação fortuita, sobretudo, das extremidades inóspitas da capitania estivera efetivamente presente no discurso do poder, sendo a proibição da abertura de caminhos em direção a essas regiões afirmada e necessariamente reafirmada entre os anos de 1733 e 1755. No entanto, no nível do social, nota-se a predominância de práticas à revelia de leis que não estiveram em consonância com interesses ou necessidades particulares. Aproveitando-se das brechas da

⁶¹ AEAM. *Registros de Batismos*; APM. *Registros de sesmarias*. Seção Colonial, Códice 156, fls. 106-107; APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 45.

⁶² APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 41-48.

vigilância da Coroa, inflamada pela ausência de Câmara na região, e inspirando-se nos ganhos econômicos do maior potentado das terras adjacentes à Borda do Campo, centenas de indivíduos visualizaram a chance de afiançar o espaço para habitação, sobrevivência e rendimentos de suas famílias, o que promoveu o povoamento daqueles sertões⁶³.

Apesar da ventura de se encontrarem grandes extensões de terras disponíveis e transformá-las em propriedades privadas independente da graça de Sua Majestade, o conflito em torno da propriedade da terra não deixou de existir. Em novembro de 1790, José Rodrigues Braga – há pouco citado entre os posseiros – solicitou ao Conselho Ultramarino a mercê de devolução de seus terrenos que, segundo sua justificativa, teriam sido usurpados por João Pedro de Bustamante e Sá⁶⁴. Vinte e poucos anos antecedentes a esse, Alberto de Souza Monteiro registrara semelhante indignação em seu testamento. Conforme o relato transcrito anteriormente, o reinol solicitara à Sua Majestade o título de sesmária para suas posses motivado pelo conflito de propriedade envolvendo outro membro da família Bustamante e Sá:

(...) em certo tempo me pediu o defunto Antônio Fortes de Bustamante e Sá que plantasse nos matos [e] terras e, pela boa amizade que com ele tinha, lhe concedi. Passados alguns anos depois de sua morte, seu irmão José Fortes nela veio plantar da mesma forma. E por me faltar advertência de lhe pedir ressalvo o que por licença minha plantava nas ditas terras, (...) mente e consciência a posse de serem suas por nelas haver plantado desde um valo que abriu e tapou com cerca e pôs uma porteira na estrada para cima e que segue para a parte da Ibitipoca. Declaro que (...) serão as ditas terras inteiramente minhas pela minha fidelidade e confiar em falsos amigos, que possuo desde o dito valo até a capoeira chamada de Antônio de Oliveira, todas que vertem ao Ribeirão e com casas de vivenda, senzala, paiol e monjolo de socar milho; arvoredos e plantas que no dito sítio que moro se acharem.⁶⁵

Em um contexto de ocupação fortuita de pedaços de chão livres e férteis não é difícil de imaginar que esses tenham sido apenas dois de inúmeros casos de contraditória propriedade da terra. A indefinição dos limites geográficos dava aos posseiros a possibilidade de expandir os seus domínios, que, em muitos casos, poderia ocorrer em desvantagem de outrem. Ademais, a mobilidade no ir e vir de pessoas oriundas de todas as partes – que marcara o

⁶³ Sobre a inserção do poder real na vida cotidiana, António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier (1993) atentam para o esfacelamento da máquina imperial na formação do Império Ultramarino Português. Hespanha (2010) caracteriza a monarquia portuguesa como uma monarquia corporativa em que o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e também enquadrado pelos usos e práticas jurídico locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais ou afetivos, decorrentes de laços de amizade e clientelares. Oficiais régios desfrutavam de grande proteção de seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei – em muitos casos, as câmaras e instituições eclesiásticas ou senhoriais tiravam partido da fraqueza do poder real diante da vastidão do Império para ganhar um espaço de efetiva autonomia.

⁶⁴ Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. *Documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Minas Gerais*. AHU-Minas Gerais. Caixa 135, doc. 57.

⁶⁵ IPHAN/SJDR. Testamento de Alberto de Souza Monteiro: SJI-00958, Caixa 163, 1767.

povoamento da capitania de Minas Gerais – somada à morosidade no atendimento de pedidos de confirmação e demarcação de terras, certamente agravaram as tensões e os conflitos pela posse da terra ocupada.

Para além de um espaço de sobrevivência, o descortinar do povoamento daqueles matos distantes revelava a terra como um importante instrumento de sustentação de prestígio e poder: quanto maior a extensão territorial de um indivíduo, maior a sua área de influência. Possivelmente, o caso dos imigrantes minhotos José e Manoel Lopes de Oliveira – detentores do maior domínio de terras entre a Borda do Campo e os sertões a ela contíguos – fora excepcional diante da trajetória de outros tantos reinóis que ali se também se estabeleceram ou estiveram apenas de passagem. O exame da documentação tocante à propriedade da terra distinguiu apenas 18% de nosso universo de 271 imigrantes lusos entre posseiros (14%) e sesmeiros (4%). Mesmo para a minoria de indivíduos revelados entre sesmeiros, foi perceptível um acesso a terras muito mais pela posse e pela compra do que por uma benesse vinda do poder soberano para que explorassem a região. É importante que não percamos de vista que as poucas cartas de sesmarias que receberam a confirmação do Conselho Ultramarino foram aquelas recebidas pelos Lopes de Oliveira, os mesmos que também receberam as terras por títulos de *doação* e *recompensa* – elementos de reforço para o curso incomum de suas trajetórias quando comparadas às dos demais portugueses que ocuparam aquela região.

À luz destas constatações, é possível observar que o acesso a terras por parte dos imigrantes portugueses foi marcado pela posse de terras devolutas e pelo recurso ao mercado de terras outrora apossadas por terceiros. É bastante provável que estas tenham sido as práticas adotadas também pela sensível maioria (82%) de indivíduos que não deixaram rastros que nos permitiriam inferir sobre como teria ocorrido a conquista do espaço em que, conforme nos conta os inventários *post-mortem* de alguns, desenvolveram suas roças e currais e permaneceram com suas famílias até seus últimos fôlegos de vida.

3.2 *Bendito seja mesmo o sol de outras terras*⁶⁶

Desde os primeiros anos do século XVIII, verificou-se em Minas Gerais a coexistência das economias mineradora e agrícola. Segundo Diogo de Vasconcelos (1999), após os períodos de fome que provocaram o abandono de muitas minas, o governador da Capitania do

⁶⁶ PESSOA, Fernando. O Guardador de Rebanhos. In: *Poemas de Alberto Caetano*. Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993). p. 62. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/3447>>.

Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, mandou que os exploradores das terras mineiras plantassem cereais e legumes nas áreas próximas à região aurífera como uma medida para garantir a estabilidade dos arraiais.

Não obstante, inúmeros trabalhos frequentemente utilizaram a noção de decadência econômica para caracterizar a capitania em decorrência do declínio da produção do ouro, já sentido na década de 1740. Tendo a riqueza mineral como a linha mestra da ocupação do território que viria a ser Minas Gerais, as datas minerais constituíram a primeira forma legal de apropriação fundiária, existindo, também, uma crença equivocada de que os terrenos auríferos eram estéreis “*de tudo o que se ha mister para a vida humana*”, como escrevera o jesuíta Antonil (1837, p. 153). Conforme demonstraram Carlos Magno Guimarães e Liana Reis (1986), a realidade fora bem diferente:

(...) é necessário que se leve em conta dois aspectos importantes: por um lado, o fato de que a agricultura mineira do século XVIII estava perfeitamente adaptada às condições de fertilidade e relevo existentes da capitania; por outro lado, junto a uma nova lavra podia se estabelecer uma lavoura, mesmo porque não há homogeneidade na formação do terreno na área das minas. Esta falta de homogeneidade reflete a existência de terras agricultáveis mesmo nas áreas em que predomina um tipo de terreno não adequado à agricultura. (GUIMARÃES e REIS, 1986, p.15 *apud* FONSECA, 2011, p. 447)

Diogo de Vasconcelos (1999) aponta para a existência de roças de mantimentos nas moradias assentadas pelos primeiros povoadores mineiros sobre os lavradores de ouro; habitações que fizeram nascerem povoações em torno das capelas que erigiram. São, portanto, variados os trabalhos que apontam para o dinamismo das atividades produtivas de Minas Gerais, o que relativiza a ideia de esfacelamento econômico nos anos finais da década de 40. Para a segunda metade século XVIII, a já sentida diversificação econômica desde os primórdios da ocupação, sobretudo, a produção agropecuária, passa a ocupar a posição preeminente na economia mineira, anteriormente ocupada pelo ouro (ALMEIDA, 2010; CARRARA, 2007).

Em meio à diversidade econômica da capitania de Minas Gerais constatada por diferentes trabalhos, a esta altura interessa-nos perceber quais atividades os imigrantes portugueses desempenharam em suas propriedades no Brasil setecentista. Para isso, utilizaremos os inventários *post-mortem*, documentação que, além de descortinar alguns traços do perfil de nossos personagens – como seu nome, naturalidade, ofício, estado civil e número e identificação de seus filhos –, possibilita a reflexão acerca de sua situação econômica ao transparecer o tipo de suas propriedades; o que produziam; as suas criações; as

dívidas adquiridas ou favorecidas a terceiros; os objetos de sua casa – traduzindo traços da cultura material da propriedade –; a posse de cativos, entre outros elementos.

O cruzamento entre os assentos paroquiais de batismos – que apresentaram os 271 imigrantes portugueses personagens centrais deste trabalho – e os inventários *post-mortem* viabiliza uma articulação entre vidas individuais, família e o contexto em que estavam inseridos. Será, portanto, por meio dos inventários que buscaremos apreender um pouco mais da trajetória dos reinóis e sua capacidade de adquirir bens na América Portuguesa.

O histórico de dificuldades que culminaram na travessia do Atlântico aliado aos desafios de se embrenhar e constituir uma vivência em localidades dispostas à margem dos grandes centros mineradores da capitania parecem mesmo ter refletido no diminuto número de inventários *post-mortem* dispostos para esta análise. Sempre reverenciando os efeitos do tempo sobre a documentação e as possibilidades de perdas de manuscritos, em um primeiro momento, parece-nos que poucos desses imigrantes alcançaram o pecúlio suficiente para a abertura do processo de inventariação de seus bens. Uma segunda explicação para essa carência documental pode estar relacionada a uma concebível opção por novos movimentos migratórios em busca de melhores oportunidades. Contamos, portanto, com 48 inventários *post-mortem* com datas de abertura entre os anos de 1766 e 1819⁶⁷: uma análise restrita, mas não menos importante para nos evidenciar alguns elementos constitutivos da economia alcançada pelos reinóis a partir de suas experiências no Novo Mundo.

A análise do pecúlio acumulado pelos imigrantes inventariados poderá nos levar a apontamentos que revelem alguns dos indicativos responsáveis pelo baixo número de inventários *post-mortem* encontrados para reinóis que constituíram famílias em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira. Em suas pesquisas, Carla Almeida (2010) considerou como possuidores de pequenas fortunas aqueles com um patrimônio de até 500 libras; médias fortunas foram as daqueles cuja riqueza estivera entre 501 e 2000 libras e, por fim, das grandes fortunas fizeram parte aqueles com cabedal avaliado em 2001 libras para mais. Vejamos, portanto, qual foi o perfil de propriedade rural predominante entre os nossos protagonistas através do monte-mor dos inventariados.

⁶⁷ Entre os 48 inventários *post-mortem*, seis documentos apresentam a esposa dos imigrantes portugueses como inventariadas. Apesar de não retratar a totalidade dos bens alcançados até o último momento das vidas dos reinóis, os inventários de suas esposas contribuem imensamente para preencher a lacuna deixada pela ausência desta fonte em nome de alguns nossos personagens principais, uma vez que não deixa de descrever as suas unidades produtivas e de habitação.

TABELA 3:
Patrimônio de imigrantes portugueses que constituíram família em
comunidades rurais da Serra da Mantiqueira (em libra)⁶⁸

Faixas de Fortuna <i>Em libra</i>	Número de inventários por período			TOTAL <i>Geral</i>	
	<i>1760-1780</i>	<i>1781-1800</i>	<i>1800-1820</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
<i>Até 500,00</i>	4	8	2	14	29%
<i>501 – 2000,00</i>	5	13	4	22	46%
<i>2.001,00 ou mais</i>	-	1	2	3	6%
<i>Sem informação</i>	3	3	3	9	19%
TOTAL <i>Por período</i>	12 (25%)	25 (52%)	11 (23%)	48	100%

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

Os dados da *Tabela 3* nos revelam um grupo de imigrantes em que as pequenas e médias fortunas foram predominantes. A presença de riquezas maiores do que 2.001 libras é muito pequena em relação às outras faixas, representativa, portanto, daqueles imigrantes que tiveram uma trajetória de vida incomum em relação aos seus conterrâneos.

O período compreendido entre 1760 e primórdios da década 1780 é coincidente com o fim da trajetória de vida dos primeiros imigrantes lusos que habitaram as pequenas localidades da Serra da Mantiqueira e que, como abordado anteriormente, estiveram fadados aos reveses de uma região inóspita ainda por explorar. Foram 14 imigrantes (29%) identificados entre aqueles cujas fortunas ao final de suas vidas não ultrapassaram 500 libras. Desse total, nove indivíduos findaram suas trajetórias no dito período.

Um dos menores patrimônios erigidos entre os imigrantes, mas não menos dinâmico, e que se enquadra nesse período fora o de Alberto de Souza Monteiro, pai do primeiro batizando registrado na paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca. Ainda há pouco, alguns trechos de sua história foram narrados no item “3.1 Não sem lei, mas segundo leis diversas / Entre os homens reparte o fado” deste capítulo: um reinol que adquiriu sua propriedade através da posse de terras devolutas em uma área sertaneja da capitania de Minas Gerais e que, ao final de sua vida, defendeu em testamento o título de ser o único proprietário das terras em que construía um sítio com casas de vivenda, senzala, paiol e monjolo. Em sociedade com José Fortes de Bustamante e Sá, com o qual desacordava sobre a propriedade

⁶⁸ Para as conversões em libra, fora considerada a razão de 3,555 réis por libra esterlina-ouro, conforme a estimativa de Mircea Buescu (1973) para o século XVIII.

das referidas terras, possuía um quarto de lavra situado em seu sítio, “O Feijoaal”. Poucos porcos, uma vaca e três bois de carro – provavelmente para transporte da cultura da lavoura – formavam a criação que tivera seus cuidados também sob a responsabilidade dos sete cativos de seu plantel. Tudo isso avaliado em 1:219\$100 (342,925 libras).

O mais simplório patrimônio inventariado fora **Francisco Rodrigues da Fraga**, em 1777. Açoriano da Ilha das Flores, casou-se com Ângela Maria, uma paulista de Mogi. Em 1748, à capela de Santo Antônio da Bertioga levava José, caçula de seus quatro filhos, para receber os santos óleos do batismo. Em seu inventário *post-mortem* não há discriminação dos bens de raiz, nem mesmo de lavoura. Entre os instrumentos de trabalho, são descritas duas foices “velhas” e duas enxadas “muito velhas”. A pequena propriedade contava com alguns poucos animais: sete cabeças de porcos de terreiro e uma vaca. Na paragem denominada “O Paraíso”, nos “matos gerais da Borda do Campo”, o imigrante parece ter desenvolvido uma economia para subsistência familiar e não deixara de ser senhor possuidor de escravo: Rita Angola fora o bem mais valioso de um monte-mor avaliado em 259\$937 (73,118 libras)⁶⁹.

Ambos os casos são exemplares de reinóis que chegaram às áreas de sertão nos anos iniciais de sua ocupação. Os anos de 1730 a 1760 compreenderam a considerável taxa de 58% de batismos de filhos de imigrantes lusos em paróquias sertanejas próximas à freguesia da Borda do Campo – de um total de 525 cerimônias sacramentais realizadas no período⁷⁰. Esse ínterim também abrangeu dificuldades de naturezas diversas trazidas pelo encontro com o desconhecido: obstáculos e contratempos podem ter estendido o perfil da propriedade pouco afortunada de Francisco da Fraga a outros tantos imigrantes, cujo pecúlio erigido talvez não chegasse ao nível mínimo conveniente para os custos do processo de inventariação dos bens da família. Ora, até mesmo Alberto Monteiro, também enquadrado entre as pequenas fortunas, mas com uma vivência aparentemente mais próspera e dinâmica do que a de Francisco, viu-se diante do imbróglio de não ter a garantia da propriedade das terras que vinha explorando e cultivando desde a sua chegada a Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, cerca de trinta anos antes de sua morte. Possivelmente, a conjuntura da região naquele período tenha sido elementar para um quadro de tão poucas famílias com o patrimônio inventariado.

Apesar de todas as adversidades enfrentadas pelos primeiros povoadores, houve aqueles que desenvolveram economias mais significativas, enquadrando-se entre as riquezas medianas. **Francisco de Freitas** vivera com a sua família na paragem chamada Cachoeira,

⁶⁹IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Francisco Rodrigues da Fraga. Notação SJI-03701, Caixa 347, 1777.

⁷⁰Do total de 1.084 batismos, apresentado no item “2.2 Meu Manél bai pró Brazil...” do Capítulo II, 525 (48%) foram realizados entre os anos de 1730 e 1760. De 525, é certo que 308 cerimônias sacramentais ocorreram em áreas de sertão, a esta altura, ainda de ocupação proibida.

“ao pé do Garambéu”. Português natural da freguesia minhota de São Martinho de Val de Bairo se casou com Ana Portes da Silva, uma paulista de Taubaté, e teve sete filhos – a maioria batizada na capela de Santo Antônio da Bertiooga a partir de 1740⁷¹. O sítio em que habitaram era composto de “casas de vivenda coberta de telhas; paiol; senzalas cobertas de capim; monjolo coberto de telhas; com suas árvores de espinho; matos virgens e capoeiras; campos e seus logradouros” e avaliado em 1:000\$000⁷².

A principal atividade econômica da propriedade foi a pecuária, com um rebanho composto por 286 cabeças de gado vacum; 18 bois de carro; 67 cabeças de porcos; dois cavalos russos e dois cavalos castanhos. Juntos, os animais foram avaliados em 912\$500, uma considerável representação dentro do monte-mor de 2:778\$585 (781,599 libras). Quatro escravos de nação Benguela eram os responsáveis pela mão de obra, possivelmente reforçada pelos braços dos cinco filhos homens de Francisco de Freitas, todos em idade produtiva – entre 17 e 29 anos.

Ainda que a fonte não evidencie a cultura de alimentos ou de outros produtos da terra, ela nos indica tal prática por meio da descrição de sete enxadas, sete foices e seis machados, bem como de paiol e monjolo. Além do indicativo de produção agrícola, há o de comercialização do excedente devido à presença de um carretão; de dois carros aparelhados com cangas e tiradeiras e das 18 cabeças de bois de carro acima citadas, provavelmente empregados para o transporte. Entre as dívidas de Francisco de Freitas há um crédito para João Ignácio, “viandante do caminho”, elemento bastante sugestivo para as inferências acerca de uma possível venda produção remanescente.

Mesmo com um pecúlio modesto quando disposto em comparação ao dos proprietários mais ricos de outras regiões da capitania, Francisco de Freitas demonstrara ser um homem bem colocado na sociedade. Em seu testamento, com data de 20 de fevereiro de 1772, o imigrante expressara o desejo de ser amortilhado em hábito de sua “venerável” Ordem de São Francisco, da qual era irmão⁷³.

Ao analisar a evolução do monte-mor médio por capitania, Carla Almeida (2010) concluiu que até 1780 a média de riqueza dos moradores da comarca de Vila Rica fora 32% maior do que a dos habitantes da comarca do Rio das Mortes, região caracterizada pela pequena circulação monetária, fortes mecanismos de acumulação mercantil, prática produtiva extensiva. A partir dos anos seguintes, gradualmente esse perfil se inverteu: a riqueza média

⁷¹ AEAM e CMJF. *Registros de batismos* – diversos.

⁷² IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Francisco de Freitas. Notação: SJI-04258, Caixa 385, 1772.

⁷³ Testamento anexado ao inventário *post-mortem*. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Francisco de Freitas. Notação: SJI-04258, Caixa 385, 1772.

no Rio das Mortes fora crescendo enquanto a da comarca Vila Rica seguira um movimento de queda.

As mudanças do cenário econômico da capitania de Minas Gerais somadas ao desenvolvimento das regiões marginais aos grandes centros mineradores e a consequente transformação dos sertões proibidos da Mantiqueira em Colônia após a expedição de Dom Rodrigo José Meneses, certamente refletiram no aumento do número de famílias cujos bens puderam ser inventariados.

TABELA 4:
Evolução do monte-mor de imigrantes portugueses que constituíram família em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira

	Valor por período		
	Em libra		
	1760-1780	1781-1800	1800-1820
<i>Menor monte-mor</i>	73,118 (259\$937 réis)	125,077 (444\$650 réis)	308,931 (1:098\$250 réis)
<i>Maior monte-mor</i>	1193,211 (4:241\$867 réis)	2466,983 (8:770\$125 réis)	2509,521 (8:921\$350 réis)
<i>Riqueza total</i>	5.455,547	19.269,95	10.489,664
<i>Nº de Inventários*</i>	09	22	08
<i>Riqueza média</i>	606,171	875,906	1.311,208

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

*Foram retirados os nove inventários que não apresentam o valor do monte-mor.

Entre os anos de 1781 e 1800, o número de inventários *post-mortem* mais do que duplicou em relação aos decênios anteriores. Além do crescimento quantitativo da documentação, observado na *Tabela 3*, a *Tabela 4* torna ainda mais perceptível a gradativa prosperidade vivenciada pelos reinóis que habitaram a Serra da Mantiqueira: a riqueza média das duas segundas décadas cresceu 44,5% em relação a dos anos compreendidos entre 1760 e 1780. Este é o período em que a economia da comarca do Rio das Mortes passa a se destacar diante da conjuntura de outras partes da capitania, e também, segundo Almeida (2010), o de consolidação da diversificação econômica da capitania de Minas Gerais. Quando as atividades agropecuárias se posicionam no eixo central da economia mineira, até mesmo as pequenas

propriedades que já as praticavam se veem favorecidas. É também ao final desse período que o *corpus* documental começa a apontar a presença de imigrantes com grandes fortunas na região. Posteriormente, a faixa média de fortuna entre 1800 e 1820 sinaliza para um crescimento de 49,7% em relação ao período anterior.

João Rodrigues da Costa, português natural da freguesia de São Miguel das Marinhas, Arcebispado de Braga, no Minho, ocupa a posição de mais abastado inventariado identificado na documentação disponível para o presente trabalho. No Brasil, casara-se com Felícia Maria da Fonseca, mineira de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, com a qual tivera nove filhos batizados nas capelas de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, Santo Antônio da Bertioiga e Santa Rita de Ibitipoca⁷⁴.

Em 1780 João Rodrigues tivera uma posse moderna associada ao seu nome no Ribeirão de Brumado, nas proximidades de Conceição de Ibitipoca⁷⁵, localidade onde desenvolvera a Fazenda do Pilar, com “*casas de vivenda cobertas de telhas; moinho; paiol; (...) com terras de plantar e criar*” avaliada em 2:000\$000. Tivera também outra fazenda, essa de nome Esmeril, composta de “*casas de sobrado; moinho; paiol, tudo coberto de telhas; terras de plantar*”, com valor de 2:800\$000⁷⁶.

A produção de suas propriedades congregara atividades agrárias e pastoris. Embora o documento não explicita o produto das terras, há um expressivo número de instrumentos para a lide da agricultura: 15 enxadas, 2 cavadeiras, 13 foices, 5 machados. Do cultivo da terra da propriedade de João Rodrigues da Costa também se geravam outros produtos, dadas as presenças de moinho e de um forno de cobre utilizado para torrar farinha. As terras foram laboradas por cativos em idade produtiva de um plantel de 28 escravos, o segundo maior arrolado entre os inventários *post-mortem* coletados. Com idades entre oito meses e 70 anos – notória presença de famílias cativas – e de origens diversas (africanos, crioulos, pardos), os escravizados foram avaliados em cerca de 3:075\$000 – a considerar que o valor de dois cativos encontra-se ilegível no documento, a totalidade é pouco mais alta.

Os escravos também foram os responsáveis pelo cuidado da criação de 12 ovelhas, provavelmente para o fabrico de lã; 11 éguas; um cavalo; um potro e oito bestas “*arreadas e preparadas com suas cangalhas*”. Os artefatos para transporte de cargas dispostos nos lombos das bestas sugerem o comércio do produto das lavouras. O indicativo da participação

⁷⁴ AEAM e CMJF. *Registros de batismos* – diversos.

⁷⁵ APM. *ROGSE*. Seção Colonial, Códice 224, fl. 43.

⁷⁶ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de João Rodrigues da Costa e Felícia Maria da Fonseca. Notação: C-09, Caixa 52, 1812.

do imigrante no mercado se torna evidente ao observarmos as dívidas do casal arroladas no inventário, em que fora constado um débito 20\$000 ao cobrador de dízimos da Real Fazenda.

As dívidas para com a Real Fazenda não foram referentes apenas aos dízimos, ou seja, ao excedente de produção levado ao mercado. Foram listados outros dois débitos que também poderiam estar relacionados a uma segunda atividade praticada pelo imigrante: a mineração. Embora não conste a presença de ouro entre os bens inventariados, três almocafres e duas balanças foram listadas em meio aos instrumentos.

A diversificação econômica da propriedade de João Rodrigues da Costa lhe rendera uma considerável riqueza avaliada em 8:921\$350 (2.509,521 libras). Fora um homem socialmente distinto também por ostentar o posto de capitão da Companhia de Ordenanças e participar da Ordem Terceira de São Francisco, da qual fora irmão. Entretanto, a vivência ilustre do imigrante não excluiu a chegada de embaraços para a economia da família. Em 1810, Felícia Maria da Fonseca declarou em seu testamento que após o falecimento de seu marido lhe restaram muitas dívidas⁷⁷. Com muitas dificuldades, conta-nos, os débitos estavam sendo pagos “*não se conservando inteiramente a fábrica mineral e de lavoura que havia*”⁷⁸. Um dos encargos não quitados com a Real Fazenda chegara ao exorbitante valor de 3:500\$000!

As razões pontuais que levaram à inadimplência do casal em relação à arrecadação fiscal são ainda uma lacuna, mas passíveis de inferências. Segundo Carla Almeida (2010), até a década de 1770 a produção aurífera, apesar de discreta, fora suficientemente importante para manter a mineração como atividade produtiva principal – mesmo com o declínio iniciado na década de 1740. Como mencionado anteriormente, esse quadro muda a partir da década de 1780, quando as atividades agropecuárias se tornam o carro chefe da economia mineira. Nesse sentido, à altura de sua morte, no princípio do século XIX, a “fábrica mineral” de João Rodrigues da Costa já devia ter chegado a níveis baixíssimos de produção ou mesmo à inatividade. Possivelmente, em certo momento a família também tropeçara em obstáculos que geraram a queda do rendimento de seus negócios agrícolas, uma vez que para solver os débitos acumulados a viúva e os herdeiros começaram a reduzir o seu patrimônio.

Entre pequenas, médias e grandes fortunas, a maioria dos inventários *post-mortem* descortinaram propriedades com atividades econômicas dinâmicas, reforçando a ideia de

⁷⁷ Como o inventário de João Rodrigues da Costa foi aberto juntamente com o de sua esposa em 1812, não foi possível precisar o ano de seu falecimento. Sabemos que já em 1805 o governador de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, enviara uma carta ao Príncipe Regente, D. João, informando ter-se dado baixa do posto de capitão da Companhia de Ordenança do distrito de São Domingos do Brumado, termo da então Vila de Barbacena. Ação efetivada, provavelmente, após a morte do imigrante. (AHU. *Documentos avulsos relativos a Minas Gerais*. Caixa 175, doc. 3)

⁷⁸ IPHAN/SJDR. Testamento anexado ao inventário *post-mortem* de João Rodrigues da Costa e Felícia Maria da Fonseca. Notação: C-09, Caixa 52, 1812.

concomitância de atividades agrícola, pecuarista e mineradora na capitania de Minas Gerais setecentista. A comarca do Rio das Mortes, entre 1750 e 1779, demonstrara seu dinamismo com a mineração ainda presente e uma produção agropecuária mercantilizada (ALMEIDA, 2010). O intendente José João Teixeira Coelho assim descrevera a região em sua obra “*Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*”, concluída em 1780:

A comarca do Rio das Mortes é a mais vistosa e abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que, além da própria sustentação, prove toda a capitania de queijos, gados, carne de porco etc. (COELHO, 1994. p.79).

Uma propriedade que exemplifica a produção da região é a de **André Furtado de Mendonça**. Em 1783, André teve o processo de inventariação de seus bens aberto por sua esposa Maria Viegas do Sacramento e seus filhos Gonçalo e Joaquim. Imigrante lusitano proveniente das ilhas⁷⁹, enraizou-se na paragem Embotaia do Rio Grande Acima, nas proximidades da paróquia de Santana do Garambéu – localidade onde batizara a maioria de seus oito filhos. O sítio da família fora avaliado em 700\$000, composto por “*terras de planta; capoeiras; alguns matos virgens e campos; casas de vivenda; paiol; senzalas; monjolo e outras casas, tudo coberto de capim; árvores de espinho*”⁸⁰.

A agricultura fora uma de suas atividades econômicas, identificada pela descrição de 40 alqueires de feijão e 20 carros de milho em espiga, assim como pelo detalhamento das ferramentas de trabalho: cinco enxadas, seis foices, um machado e uma alavanca. Concomitante a esse ofício, André Furtado de Mendonça praticara a pecuária. Entre o rebanho inventariado estiveram 20 cabeças de porcos de tamanhos variados; dois cavalos, 36 cabeças de gado vacum e oito bois de carro, cujo somatório dos valores dos animais chegava a 157\$400.

Sua maior riqueza foi representada pela mão de obra escrava de sua gleba, composta por 11 cativos: seis de nações africanas Angola, Benguela e Cabinda, e quatro crioulos, estes últimos com idades abaixo de doze anos – indicativo de constituição de família dentro do plantel. Juntos, foram avaliados em 695\$000; com valores mais baixos para os escravos idosos, crianças e enfermos.

⁷⁹ Não há um consenso entre as fontes a respeito da naturalidade de André Furtado de Mendonça. O seu inventário *post-mortem* indica sua origem como sendo da Ilha da Madeira, assim como o assento de batismo de Joana, a quarta filha do casal, batizada em 1755. Nos lançamentos sacramentais de outros filhos, indica-se que o imigrante é proveniente de ilhas açorianas. A fim de se evitar equívocos, mencionaremos a sua origem de maneira genérica, apenas enunciando que André Furtado de Mendonça é um ilhéu.

⁸⁰ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* André Furtado de Mendonça. Notação: SJI-00893, Caixa 158, 1783.

Além desse domínio, André foi proprietário de 10 datas minerais na “estrada velha que vai para Ibitipoca”, na quantia de 16\$600, e sócio do capitão Vicente Ferreira da Silva – sobre o qual não foram encontradas maiores informações – na propriedade de outras 60 datas, com a sua parte avaliada em 62\$000. Apesar de não haver pormenores e menções a instrumentos ou objetos que remetam à prática mineradora realizada pelo imigrante em suas datas, é bastante provável que essa tenha sido mais um procedimento que conferiu o dinamismo econômico que sustentou a sua família na América Portuguesa.

Com uma fortuna mediana totalizada 1:797\$500 (505,652 libras), o reinol André Furtado, reforçado por um significativo plantel de escravos, fora capaz de não apenas prover o sustento de sua família, mas também produzir excedentes para serem comercializados, uma vez que a presença de bois e de carros equipados com cangas e tiradeiras fora atestada em seu inventário *post-mortem*. Entre as suas dívidas há um débito com Antônio da Costa, “mascate”, e outro especificado como “dízimo” a Alexandre dos Reis Silva, o que também pode sugerir as relações do imigrante com o mercado.

Para o horizonte setecentista mineiro, Angelo Carrara (2007) destaca duas paisagens rurais que igualmente se conformaram: as “minas” e os “currais”. As áreas de ocorrência das jazidas minerais ou nos caminhos que davam acesso a elas abrangeram os sítios de roças de mantimentos ou de engenhos de moer e fabricar os produtos da cana de açúcar. Já as zonas sertanejas compreenderam as fazendas e pastos de criar gado *vacum* e cavalar. Todavia, nos atenta o historiador, essa distinção não excluía a possibilidade de um sítio ser guindado à condição de fazenda, mesmo na região das minas.

Ao analisar a distribuição das atividades agropecuarista e mineradora na capitania após este rearranjo interno de atividade econômica principal, Carla Almeida (2010) observa – a partir de mapas estatísticos presentes na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino referentes a Minas Gerais para o ano de 1766 – que a comarca do Rio das Mortes, onde estivera inserida a freguesia da Borda do Campo e os sertões da Mantiqueira, não tivera nenhuma propriedade classificada como “fazenda”. As unidades classificadas como “roças” tiveram 72,6% de representação, somadas às “lavras”, numericamente inferiores com 27,4% de notabilidade.

Nos inventários dispostos para a presente análise não há uma divisão tão específica entre o tipo de propriedade e a produção a ela associada, como sugeriu o historiador Angelo Carrara (2007).

TABELA 5:
Tipos de propriedades rurais de imigrantes portugueses que habitaram
Serra da Mantiqueira – século XVIII

PROPRIEDADE RURAL	Nº	%
Fazenda		
Fazenda: 7	23	48%
Fazenda de cultura: 15		
Fazenda + data mineral: 1		
Sítio		
Sítio: 8	10	21%
Sítio + data mineral: 2		
Chácara	01	2%
Sesmaria	03	6%
Casa de morada	03	6%
N/C ou não especificado	08	17%
TOTAL	48	100%

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR. Inventários *post-mortem* – diversos.

A maioria das glebas (48%) fora denominada “fazenda”, seguida pelos “sítios” (21%) e dos bens de raiz que não apresentaram especificação alguma (17%). De maneira geral, as propriedades demonstraram uma grande diversidade entre as atividades que geravam a materialidade das famílias luso-brasileiras, o que dificultou o enquadramento das mesmas em tipologias e estruturas produtivas. Nesse sentido, optamos por uma designação genérica em que “propriedade rural” indica todo o conjunto agrário e habitacional onde os imigrantes puderam produzir suas economias e viver com os seus familiares.

Entre fazendas e sítios, três propriedades foram associadas a datas minerais. Em sua expedição pelos sertões da Mantiqueira, D. Rodrigo José de Meneses observava a prática da mineração em plena atividade naquela região, registrando outros sete reinóis que estavam a minerar no Rio do Peixe, local onde o governador interino assentara acampamento em 1780⁸¹. Além de datas minerais, alguns inventários *post-mortem* registraram as presenças de

⁸¹ APM. *ROGSE*, 1780-1782. Sessão Colonial, Códice 224, fl. 42.

instrumentos típicos da prática da mineração, como almocafres e bateias. O primeiro, uma pequena enxada pontiaguda utilizada na mineração para escavar ouro, foi listado em cinco inventários. A bateia, destinada ao depósito e lavagem do ouro nas águas minerais, foi encontrada em dois documentos. Um total de 13 propriedades contara com balança de peso, frequentemente utilizada para medir os rendimentos das atividades mineradoras.

O açoriano da Ilha de São Miguel, **Antônio da Costa Botelho**, foi proprietário de uma fazenda nas proximidades do Rio do Peixe, onde também teve oito datas de terras minerais. Possivelmente, a mineração tenha sido o carro chefe da economia de Antônio, ao menos por algum tempo. A atividade mineradora exigia um considerável número de mão de obra e o imigrante dispunha de uma senzala composta por 26 escravos, que se dedicavam à atividade equipados com seis “canoas de rio”, além de almocafres e machadinhas “de usar no rio”. Havia, ainda, dois fornos “de trabalho do rio”, provavelmente utilizado no processo de fundição do ouro. Uma barra de ouro fundido fora listada entre os bens da família em 1800; outros seis imigrantes tiveram “ouro lavrado”, “barra de ouro”, “ouro fundido” ou “chapa de ouro” descritos em seus inventários *post-mortem*⁸².

Decerto, a mineração não fora exclusiva e a sua propriedade seguiu a dinâmica das Minas Gerais de concomitância de distintas atividades econômicas. O inventário não aponta para a criação de animais, havendo apenas um burro, mas descortina a cultura do milho, com oito carros desse mesmo grão figurados no documento e uma terra manuseada com seis foices; três machados e sete enxadas.

De maneira semelhante se desenvolveu a propriedade de **Manoel dos Santos Castro**. Imigrante da região lusitana do Alentejo, se enraizara com a família nas terras “*que houve por título de compra (...) antes da proibição*” no Ribeirão de Brumado, em Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca⁸³. Sua fazenda, “Brumado da Ibitipoca”, foi inventariada em 1783 e entre os bens do imigrante também estiveram terras minerais: algumas situadas dentro de sua fazenda e outras 40 datas no Rio Grande, das quais dividiu sociedade com João Pedro de Bustamante e Sá⁸⁴.

Como Antônio da Costa Botelho, também foi senhor de 26 escravos – mão de obra de grande importância para a prática de minerar. O inventário não aponta para a criação de animais, havendo apenas um cavalo “velho”, tampouco para o fruto das terras lavradas com quatro enxadas, quatro foices e um machado. Mas descortina a presença de paiol, monjolo,

⁸² IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio da Costa Botelho. Notação: SJI-03602, Caixa: 34, 1800. ACAHMPAS, IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* – diversos.

⁸³ APM. *ROGSE*. Sessão Colonial, Códice 224, fl. 43.

⁸⁴ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Manoel dos Santos Castro. SJI-05983, Caixa 512, 1783.

moinho e forno de cobre: indicativos de produção e processamento de alimentos, como o milho.

Dadas as circunstâncias aqui já abordadas, não apenas de mineração se sustentaram e se desenvolveram as propriedades dos imigrantes lusos na Serra da Mantiqueira. A atividade, quando existente, dividira espaço com a agricultura e essa com a pecuária – os dois elementos substanciais da produção rural das glebas luso-brasileiras.

3.2.1 Agricultura

A paisagem rural lusitana fora marcada pelos “agros de pão, vinhas e hortas e pomares”⁸⁵. O solo de natureza pouco propícia à fertilidade sob os cuidados intensivos do homem minhoto e da abundância de águas dos rios, ribeiros, riachos e fontes, não só garantiam uma farta e diversificada alimentação para as famílias do Noroeste português – local de nascimento de 48,5% dos imigrantes estabelecidos na Serra da Mantiqueira –, como também direcionavam o excedente “para socorrer outras províncias” (COSTA, 1945, p. 11 *apud* DURÃES, 2000, p. 117).

As culturas dominantes na província do Entre-Douro-E-Minho eram o milho, o linho, o centeio e o vinho. Rodeada de árvores de carvalho, castanheiros, salgueiros, oliveiras e fruteiras, a agricultura da região foi definida em *campo-prado*, que, segundo Orlando Ribeiro (1945), corresponde à alternância de culturas de acordo com a época do ano: durante o inverno (prado) cultivava-se o trigo, o centeio e o linho; no verão (campo), o milho grosso.

“*Milho grosso, folha larga / À sombra do milho grosso namorei a minha amada*” canta a fadista Amália Rodrigues uma história de amor que se desenrola entre os sons dançantes dos bailaricos saloios: os bailes camponeses e aldeões lusitanos. O milho grosso – “milho de maçaroca”, “milhão”, “milho de maiz” para os portugueses (RIBEIRO, 1945, p. 175), ou “milho verde” para a cultura do Brasil – desde muito cedo encontrou no Noroeste luso as condições favoráveis para o seu cultivo, que se expandiu de maneira rápida: o gado que gerava o estrume necessário ao adubo da lavoura; a população densa, que gerava mão de obra e, pela precisão do consumo, estimulava a produção; e a possibilidade de prática de culturas intercaladas. Entre os milhos, plantava-se feijão, abóbora e hortaliças. Nas extremidades dos campos: árvores de frutos – “*com pés de laranja que chegam a produzir quatro ou cinco*

⁸⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS, Livro I, Título 26 §6.

carros de laranja” – ou uveiras onde se desenvolviam as vinhas (DURÃES, 2000, p. 117; RIBEIRO, 1945).

O *milho de estivada* foi uma variedade bastante cultivada entre os nortenhos. Esse tipo era de crescimento rápido e exigia poucas técnicas de cultura: “*semeado, depois de uma cavada ligeira, nos campos de centeio logo a seguir à ceifa. (...) O corte faz-se ainda a tempo de se semear centeio (...)*” (RIBEIRO, 1945, p. 178). Com o decorrer do tempo, o milho, que começou a ser cultivado para intercalar o plantio naquelas terras, começa a ganhar espaço central na produção rural. Segundo Orlando Ribeiro (1945), a grande capacidade de rendimento da cultura do grão tivera ainda mais importância no contexto de crescimento populacional no qual o Minho estivera inserido. Para suprir as necessidades alimentares de uma população densa, os campos de centeio também passaram a ser destinados ao milho em função de seu desenvolvimento em um curto espaço de tempo entre o plantio e a colheita.

Ao investigar as características naturais do território português e a sua complexa vida popular, Orlando Ribeiro (1945) avalia tudo o que o milho favoreceu, permitiu ou provocou em Portugal. O historiador fala em uma “revolução do milho”:

Depois da conquista romana, nenhuma alteração mais profunda se introduziu na monótona vida dos nossos campos: nem os árabes, com plantas novas e culturas de regadio, fizeram nada comparável. (...) supressão dos pousios; aumento da área regada; agricultura intensiva, variada, minuciosa; declínio do pastoreio por falta de espaços abertos à deambulação dos rebanhos; separação definitiva do campo e do bosque; maior iniciativa do trabalho familiar (...). A importância dessas transformações pode avaliar-se quem se lembrar que elas cobrem quase metade da área de Portugal, e que nessa área vivem três quartas partes de sua população (RIBEIRO, 1945, p. 188).

Levado da América para o Reino, o milho dos trópicos, por ser um cereal de regadio, se adaptou muito bem às regiões mais abundantes em chuvas e aquelas mais úmidas, próximas ao mar. As ilhas atlânticas, como o Arquipélago dos Açores – procedência de 38% dos imigrantes que compõe o grupo de personagens centrais deste trabalho –, também encontraram no milho uma rica fonte de sustento para a sua população. Desde as primeiras ocupações, o território açoriano apresentou-se como uma excelente área para o cultivo de plantas diversas, cuja produção poderia ser destinada às rotas comerciais. Assim, os portugueses foram introduzindo diferentes culturas no arquipélago ao longo dos séculos: vinha, trigo; cevada; fava; feijão; inhame; cana-de-açúcar, linho e pastel (MENESES, 2011; MACHADO, 1995).

A Ilha do Pico acolheu desde cedo o cultivo da videira, favorecido por seu imenso chão de pedras negras. O mesmo ocorreu na Ilha de São Jorge, com solos incompatíveis ao cultivo de cereais, porém ideais às vitícolas. Até meados do século XVII a produção açoriana de vinho, bebida bastante presente nos hábitos alimentares lusitanos, era muito mais para subsistência do que para uma participação no mercado. Para os tempos posteriores, o historiador Avelino de Freitas de Meneses (2011) aponta para uma “revolução da vinha”, que excede o consumo local e demanda a abertura da comercialização. O desenvolvimento da viticultura desencadeou o fabrico de aguardente: uma saída para sobrepujar o risco de deterioração dos vinhos e um estímulo às oportunidades comerciais em função de sua maior capacidade de resistência às travessias marítimas (MENESES, 2011).

A produção cerealífera açoriana teve um papel importantíssimo nas rotas comerciais, sendo o trigo uma das culturas que mais contribuíram para a integração do arquipélago à economia de mercado: entre o século XVI e meados do XVII os Açores chegaram a ser considerados como o “celeiro do reino”. No cultivo no trigo, destaca-se a Ilha de São Miguel, com uma rica agricultura movida por extensões de solos férteis que resultavam em colheitas abundantes: a produção do cereal não nutria apenas a população insular, como também provia Lisboa e os novos espaços adquiridos com a expansão marítima. Ademais, a ilha sobressaía-se pela produção de fruta, sobretudo, a laranja – que ganha maior fulgor em sua exportação no século XIX. Grande notoriedade também havia no cultivo e comercialização do pastel: uma planta que atingia cerca de 1,70 metros de altura, com longas folhas verdes e brilhantes. Seguida a ceifa, suas folhas eram prensadas em moinhos e reduzidas a um extrato ou “pasta” – daí a sua designação –, que era submetido a outros processos e transformado em pó. Após alguns dias de cuidados específicos, o produto estava pronto para ser utilizado como corante azul em tinturarias e pinturas (MENESES, 2011; MACHADO, 1995; SEQUEIRA, 2014).

Entre o final do século XVII e início do século XVIII, ambas as produções primeiras dos Açores irão se deparar com o decréscimo, que irá se acentuar na segunda metade dos setecentos. Neste momento, a Ilha de São Miguel encontrava-se sob uma conjuntura de grande seca e difusão de febres malignas que assolavam as mais tradicionais regiões de produção de trigo. O comércio do pastel, sobretudo, com a Inglaterra – com quem o trocava em tecidos e roupas –, tropeça na concorrência com as matérias-primas das áreas coloniais de outros continentes. Em longo prazo, tal conjuntura atingiu fortemente a produção agrícola do arquipélago e conduziu ao encerramento do ciclo do pastel (MENESES, 2011; MACHADO, 1995; GIL, 1981).

É nesse cenário que o cultivo do milho, introduzido nos Açores ainda no século XVI, começa a se destacar. Segundo relato do Padre Antônio Cordeiro, do ano de 1710, narrado por Margarida Machado (1995) – que teceu uma investigação acerca da produção de milho na Ilha de São Miguel – os grãos foram incorporados à agricultura açoriana para substituir a cultura do pastel. No entanto, conta-nos o sacerdote, o milho “*era mal aceite pela população*” ainda em meados dos seiscentos. Na centúria seguinte a pouca estima pela cultura do milho grosso será revertida e o mesmo passa a ser considerado um gênero precioso para a alimentação da população mais pobre, tornando frequente a afirmação: “*o milho único sustento do povo*” (MACHADO, 1995, p.180).

Nos solos férteis das Minas Gerais os imigrantes puderam desenvolver lavouras muito semelhantes às de suas terras de origem. O cenário agrário mineiro era composto por plantações de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, além das hortas e pomares formados, sobretudo, pelas chamadas árvores de espinho, como laranjeiras e limoeiros. Ao lado do feijão, o protagonismo alcançado pelo milho grosso no Reino também se fez presente na agricultura em torno das minas. Além da facilidade de transporte das sementes a distâncias consideráveis e do reduzido período entre o plantio e a colheita, o milho exigia, segundo Sérgio Buarque de Holanda, nada mais do que técnicas simples e rústicas para a elaboração de seus produtos. A versatilidade do milho levava à mesa dos mineiros o angu, o curau, a pamonha, o milho verde em espiga (o milho grosso lusitano), a canjica e a canjiquinha, a farinha – a qual Holanda denominou “o verdadeiro pão da terra” – e outros tantos produtos que agregaram o cotidiano alimentar das Minas Gerais. Além da culinária para consumo humano, o milho poderia ser utilizado como ração animal para as criações das propriedades rurais, formando o que Sérgio Buarque chamou de “complexo do milho” (CARRARA, 2007; HOLANDA, 1994, p. 182-189).

A passagem de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil nos oferece alguns detalhes acerca das culturas que predominaram o cenário rural mineiro:

Toda a sabedoria do lavrador consiste em queimar as matas e semear na época favorável. Pelo mês de setembro, quer dizer, pelo fim da seca, fazem-se, na terra coberta de cinzas, buracos afastados de três ou quatro pés, e põe-se em cada um deles alguns grãos de milho. (...) Pelos fins de janeiro, um pouco depois da fecundação do milho, plantam-se ordinariamente os feijões entre as estipes dessa gramínea; limpa-se ainda uma vez a terra entre a plantação do milho e o tempo da colheita, e, pelo mês de abril, faz-se a colheita do milho e do feijão ao mesmo tempo ou com poucos dias de intervalo. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 161)

Assim como o caso de André Furtado de Mendonça⁸⁶, ainda há pouco narrado, outros oito imigrantes inventariados tiveram a plantação de grãos discriminada pelos documentos: três associaram o cultivo de milho e feijão; outros três produziram apenas milho e outros dois apenas feijão – possivelmente, a conjugação da produção dos dois tipos de grãos fora uma realidade para a maioria dessas propriedades, mesmo que à altura da inventariação dos bens da família apenas um dos elementos se fez presente. Na propriedade do minhoto **Alexandre Lopes Raio**, por exemplo, foram listados 360 alqueires de milho e 10 alqueires de feijão em 1770. No ano de 1798, o inventário *post-mortem* da esposa do açoriano **Francisco Gonçalves da Costa** registrou a presença de 160 carros de milho e 40 alqueires de feijão⁸⁷.

Em vários exemplos aqui relatados, os inventários *post-mortem* não especificaram a existência de roças e lavouras nas propriedades ou os elementos cultivados nas terras. No entanto, os documentos indicaram a presença dos mesmos ao listar instrumentos como enxadas, foices, machados e cavadeiras; objetos de uso da agricultura e que, em menores ou maiores quantidades, foram praticamente unânimes no *corpus* documental. Há, ainda, a existência de paiol, compartimento utilizado para armazenamento de materiais e produtos agrícolas, em 15 propriedades inventariadas. Assim, o número de imigrantes que cultivaram grãos em suas terras, certamente, havia sido bem maior do que o contabilizado através das informações explicitadas pelos inventários.

Não nos esqueçamos do parecer de Francisco Antônio Rabelo – ajudante de ordens que comandou uma expedição em 1780 que saiu de Vila Rica rumo aos sertões da Mantiqueira a mando do governador –, que revelara a produção de arroz nos caminhos abertos das imediações do ribeirão de Santa Rita⁸⁸. Não há qualquer referência ao cultivo desse cereal nos inventários aqui dispostos, no entanto, segundo André Rodrigues (2002), muitas vezes o arroz era plantado no mesmo campo do milho e talvez por esse motivo não tenha sido arrolado na documentação.

Outras duas diferentes culturas foram identificadas na fazenda “O Barreiro”, à beira do Rio Grande, de propriedade do açoriano **João Gonçalves Valim**. Além de plantações de milho e feijão, entre os bens de João foram listados 68 arrobas de algodão e 10 alqueires de mamona⁸⁹. O plantio de algodão liga-se à manufatura têxtil, desenvolvida nas Minas Gerais

⁸⁶ Ver notas 79 e 80.

⁸⁷ Parte da história de Alexandre Lopes Raio fora contada na seção “2.3.3 *As relações compadrescas*” do segundo capítulo deste trabalho. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Alexandre Lopes Raio: Notação SJI-01553, Caixa 200, 1770; ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Josefa Maria do Espírito Santo: 1SVC, Caixa 20, Ordem 2, 1798.

⁸⁸ Ver nota 46.

⁸⁹ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de João Gonçalves Valim. SJI-00946, Caixa 143, 1819.

com o estímulo da produção para suprir as necessidades internas da capitania, como será abordada em detalhes mais adiante. A mamona foi uma planta muito utilizada para a produção de azeite, indispensável para a iluminação na época (MENESES, 2007; RODRIGUES, 2002).

Além da agricultura, os inventários apontaram para atividades de beneficiamento dos produtos da lavoura. Entre os 48 inventários *post-mortem*, dez apresentaram moinho, instrumento para a produção de farinha, e, entre esses, seis contaram com a presença de monjolo, equipamento destinado ao mesmo tipo de produção, porém, de uma qualidade mais espessa. Outras dez propriedades também dispuseram desse apetrecho e 27 inventários tiveram fornos de cobre ou de ferro arrolados entre os bens da família, muitos deles com a especificação de que eram utilizados para “torrar farinha”⁹⁰.

Embora a cultura de cana-de-açúcar nas glebas dos imigrantes portugueses não esteja amparada pela documentação, quatro indivíduos tiveram o porte de engenho registrado em seus inventários *post-mortem*. Sobre os efeitos da cana, como o açúcar; o melado; a rapadura e a aguardente, também não há menção direta nas fontes analisadas. A cachaça foi um produto com muita saída entre os trabalhadores das lavras, que se embebedavam a preços ínfimos gerados pela multiplicação de engenhos e engenhocas nas Minas Gerais (CARRARA, 2007; COELHO, 1994).

Em 1780, o governador D. Rodrigo José de Meneses empenhou-se em analisar diversos aspectos da economia da capitania de Minas Gerais a fim de compreender a instabilidade em que se achava o quadro econômico da Real Fazenda e, por conseguinte, lançar soluções para promover o reverso deste cenário. Nas anotações do documento *Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la*, o estabelecimento de engenhos de açúcar estivera sob os olhares de D. Rodrigo, que lançaram objeção a uma existente proibição do desenvolvimento de tal atividade. A interdição dos engenhos adivinha do receio de que os habitantes abandonassem a mineração para se dedicarem à rendosa produção da cachaça – produto que, segundo o governador, seria o principal objeto de contestação da Coroa sobre os efeitos dos engenhos⁹¹.

Contra tal proibição, o governador argumenta:

(...) onde uma sesmaria depois de ter abundantemente dado milho alguns anos fica totalmente infrutífera e incapaz de outra produção, que não seja a das canas de açúcar, por cujo meio se pode ainda tirar delas um partido considerável. Eu seria

⁹⁰ ACAHMPAS e IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* – diversos.

⁹¹ APM. *Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la – 1780. Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 2. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. p. 311-327.

pois desaparecer se derogasse a tal proibição, permitindo-se pública, e ilimitadamente os engenhos, promovendo-se a plantação de os canaviais e impondo a uma e outra cousa os direitos que se julgarem proporcionados para constituírem um novo ramo de renda *Reaes*, que virá a ser importante (...)⁹².

E sobre os benefícios do fabrico da cachaça, defende:

(...) a cachaça, principal objeto que nos mesmos engenhos se procura extrair, é bebida da primeira necessidade para os escravos, que andam metidos n'água todo o dia e que com este socorro resistem a tão grande trabalho, vivem mais sãos, e mais largo tempo; sendo experiência certa, qualquer o senhor que a não dá aos seus experimenta neles maior mortandade, que aquele que por este mando os anima, e fortifica⁹³.

Apesar da popularização da bebida, segundo Angelo Carrara (2007), somente os afortunados proprietários de alambiques podiam produzi-las. Entre os quatro reinóis detentores de engenho, um deles, o minhoto **Domingos Rodrigues Carneiro**, detinha o equipamento usado para a destilação da bebida: um alambique de cobre com o peso de 5 arrobas avaliado em 98\$000. Além desse apetrecho, foram arrolados dois tonéis, certamente destinados ao armazenamento e envelhecimento dos destilados⁹⁴.

O propósito da cachaça, ainda segundo Carrara (2007), seria o de ser um produto destinado ao mercado. A produção de feitos da cana-de-açúcar fora pouco expressiva entre as propriedades dos reinóis na Serra da Mantiqueira; a comercialização, porém, não era privilégio apenas desses produtos. Alguns casos narrados também apontaram para a participação dos imigrantes lusos no mercado constituído pela sociedade mineira. Mesmo quando não explicitada no documento, o arrolamento de alguns elementos, como dívidas ativas ou passivas com mercadores e “viandantes do caminho” ou mesmo para com a Fazenda Real, tornara a sua presença notória. Entre as dívidas passivas arroladas no inventário do imigrante alentejano Manoel dos Santos Castro, de 1783, há um débito de 24\$000 relativo a dízimos⁹⁵. Já em 1758 o reinol fora listado como devedor de 16 oitavas para com a Real Fazenda, também referente a dízimo⁹⁶.

⁹² APM. Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la – 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 2. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. p. 317

⁹³ Idem.

⁹⁴ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. Notação: SJI-03207, Caixa: R041, 1787.

⁹⁵ Ver notas 83 e 84. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Manoel dos Santos Castro. Notação: SJI-05983, Caixa: 512, 1783.

⁹⁶ APM. *Créditos de dízimos*. Casa do Contos, 2069, 1757-1767.

A partir do ano de 1715, os dízimos das Minas Gerais que eram administrados pela Provedoria da Real do Rio de Janeiro passaram a ser custodiados pela Provedoria de Minas Gerais. O tributo do dízimo em nome de um lavrador exprimia o valor correspondente à décima parte de sua produção agrícola comercializável – a produção voltada para o consumo da família era excluída da tributação. O método de cobrança do tributo não é, segundo Angelo Carrara (2003), muito claro. Não obstante, a série documental dos dízimos – que se inicia em 1750 –, de maneira geral, apresenta com muita clareza os registros dos nomes dos dizimistas, a data da avença, o endereço do devedor e o valor avençado. Por “avença” ficaram conhecidos os ajustes entre os lavradores e cobradores de dízimo.

Assim como Manoel dos Santos Castro, outros oito imigrantes aparecem como dizimistas em listas de 1753 e 1758. Nesses casos, a participação de reinóis no mercado é clara devido à própria finalidade do tributo a que estiveram sujeitos a pagar. Segundo Angelo Carrara (2007), as faixas de produção mais elevada, destinadas à circulação, estavam concentradas em poucas mãos. À vista disso, compreendemos o reduzido número de dizimistas entre o nosso grupo de análise. Ora, mesmo com produções menores, é bastante possível que outros mais podem ter participado de relações comerciais, mesmo à beira de estradas e caminhos, quando nos atentamos para alguns elementos úteis a tal prática descortinados pelos inventários *post-mortem*, como: bois de carro; bestas aparelhadas com cangalhas; carros e carretões – animais e equipamentos também destinados ao transporte da produção –; paiol para a estocagem de gêneros.

Um total de 18 inventários evidenciou a utilização de ao menos um meio de transporte, carro ou carretão, nas glebas. A fazenda de cultura do minhoto **Constantino Francisco Guimarães**, na paragem Curralinho, tivera 50 carros de milho e 50 alqueires de feijão listados no inventário de sua esposa, Ana Benta de Godói, aberto no ano de 1796. À época, a propriedade da família contava com quatro carros “com todos seus apetrechos”: certamente movidos pelos animais de uma criação de 32 bois de carro, que conduziam os grãos e os produtos resultantes do processamento dos mesmos, como a farinha de milho⁹⁷. A fazenda de Francisco Gonçalves da Costa – outrora mencionada como produtora de milho e feijão – contara com três carros; 12 “cangas e *viradeiras* arreadas para carro de boi” e quatro “cangas

⁹⁷ ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Constantino Francisco Guimarães. 1SVC, Caixa: 22, Ordem: 16, 1796.

aparelhadas”. Foram 34 bois de carro listados no inventário de sua esposa Josefa Maria do Espírito Santo, aberto em 1798: 18 deles foram designados “para todo serviço”⁹⁸.

Apesar de ambos os proprietários não terem aparecido nas listas de pagadores de dízimos, a extensão da produção de suas fazendas indica que eles se lançaram ao mercado. De acordo com Angelo Carrara (1997), as cifras desse tributo exprimiam essencialmente – mas não exclusivamente, uma vez que também comportara a participação de lavradores que levaram excedentes à comercialização – a produção de caráter escravista. Os dois casos são representativos das maiores escravarias encontradas entre os reinóis que habitaram as zonas rurais da capitania mineira: Constantino fora senhor de 27 cativos e Francisco, de 31.

Por hora, deixemos assuntos relativos à propriedade escrava em separado para uma análise posterior e nos atentemos às práticas pecuaristas identificadas não apenas nos casos de Constantino Francisco Guimarães e Francisco Gonçalves da Costa, como também em vários outros relatos.

3.2.2 Pecuária

Ao lado da produção agrícola, em que se destacou a produção de milho e feijão, estava a criação de animais – sobre a qual também poderia recair o tributo do dízimo. A cultura da terra não exigia um trabalho ininterrupto, pois se dependia do tempo ideal para realizar a colheita e o descanso do solo para a próxima cultura. Nesse intervalo, a mão de obra poderia se empregada em outras atividades rurais cotidianas e nas propriedades aqui analisadas encontramos significativas criações, a maioria delas a congregar o cuidado de diferentes animais.

⁹⁸ Ver nota 87. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Josefa Maria do Espírito Santo: 1SVC, Caixa 20, Ordem 2, 1798.

TABELA 6:
Criação de animais nas propriedades de imigrantes portugueses
que constituíram família em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira

<i>Animais</i>	<i>Total de animais</i>	<i>Nº de Inventários</i>
Gado vacum	2422	38
Gado cavalari	179	35
Muare e asinino	54	08
Suínos	1523	28
Ovinos	181	11
Nenhum animal	-	04

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR. Inventários *post-mortem* – diversos.

Entre os 48 inventários *post-mortem*, 44 descreveram a presença de animais em pequenas e médias criações de bovinos, equinos, suínos e ovinos. As aves – galinhas, codornas, peru – não apareceram na documentação e também foram pouco expressivas nos inventários analisados por Olanda Vilaça (2012) para o Baixo Minho. Para o caso minhoto, a ausência encontra-se associada ao fato de que os galináceos eram geralmente utilizados no pagamento de rendas de contratos de emprazamento. No Brasil colonial, as galinhas também eram animais caros e, por isso, utilizadas na alimentação, por exemplo, apenas em situações especiais: a canja era um remédio oferecido para a recuperação de pessoas adoentadas (ALGRANTI, 1997).

A criação mais expressiva em nossos inventários foi a de gado vacum. Nas áreas de sertão, por exemplo, a riqueza de um proprietário rural não era medida apenas pela extensão de suas terras e pelos escravos dos quais fosse senhor, mas também pelo número de cabeças de gado vacum ou cavalari que possuísse.

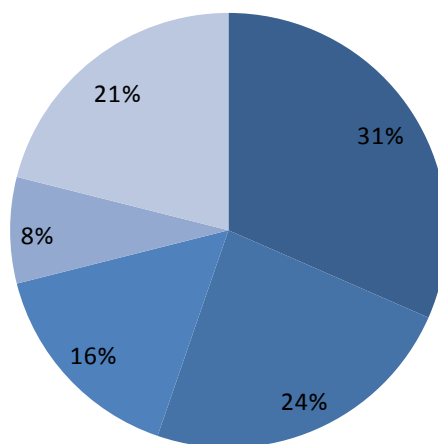
A criação de gado demandava áreas de pastagem, campos de vegetação rasteira e áreas bem providas de água que garantissem bons pastos. O espaço propício para a criação de gados se formava após uma efetiva degradação do ecossistema original pela lavoura. Naquele tempo, lavrar a terra era “*derrubar matas e capoeiras com machados, aproveitar troncos e galhos como lenhas depois de secos, atear fogo à área desmatada, destoucar com enxadões e picaretas troncos e raízes, covear a terra para receber as sementes com enxadas e, com elas, limpar ervas e matos rasteiros*”. Ao longo todo tempo, todo esse processo deixava a terra

estéril e a sua inadequação para a cultura de alimentos abria mais espaço para a criação de animais (CARRARA, 2007; MENESES, 2007, p. 345; RODRIGUES, 2002).

O gado vacum destaca-se pela sua presença em 38 (79%) inventários *post-mortem* e pelo grande número de animais contabilizados, que ultrapassou 2.400 cabeças entre bois de carro, touros, vacas, bezerros e novilhos.

GRÁFICO 5
Cabeças de gado vacum por propriedade

■ 1 a 10 ■ 11 a 40 ■ 41 a 70 ■ 71 a 100 ■ Acima de 100



Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

Em meio aos 38 criadores de bovinos, 12 indivíduos (31%) não chegaram a possuir mais do que dez cabeças de gado à altura do fim de suas vidas, que marca a abertura dos inventários que descreveram tal atividade. Somando-se os animais deste grupo, chegamos a apenas 63 cabeças, o que remete a pequenas criações destinadas ao trabalho do campo, como força para transporte e para o arado, ou mesmo para a produção de laticínios para consumo familiar.

O pequeno número de animais distribuídos entre 12 imigrantes contrasta com um rebanho de 1567 cabeças de gado divididos entre apenas oito criadores (21%), com rebanhos formados por mais de 100 reses. Os 18 imigrantes restantes dividem-se em: nove pecuaristas (24%) detentores de 11 a 40 cabeças; seis (16%) com rebanhos compostos por mais de 40 animais, porém, sem exceder 70 cabeças e, por fim, apenas três criadores (8%) com gados

contabilizados entre 71 e 100 cabeças de gado – um total de 792 animais. As maiores criações aqui observadas, além de abrigarem os animais utilizados para a lide rural e para a alimentação das famílias, também remetem aos animais destinados à engorda, a serem vendidos para terceiros e aos carretos para transportes variados.

Mesmo diretamente ligada à agricultura, a economia do Reino também esteve bastante integrada à pecuária, com frequências e proporções distintas de uma região para a outra a depender dos recursos naturais adequados para a sua prática. Dentro de uma economia dependente da terra, os animais cumpriram um importante papel pela assistência prestada às atividades agrícolas: geravam o estrume para fertilizar a terra e a força para mover arados e carros de transporte. Além de incrementarem as atividades rurais, enriqueciam os hábitos alimentares da população portuguesa (RIBEIRO, 1945).

No solo pobre da província do Entre-Douro-e-Minho, era o estrume do gado a matéria de primeiro valor para fertilizar a terra. Além disso, naquela região de constituição geológica montanhosa, atravessada por rios e vales profundos, os bois eram os únicos animais suficientemente resistentes para, atrelados a jugos ou cangas, puxarem os carros por caminhos que exigiam firmeza e equilíbrio do meio de condução. A tração animal movia para todas as partes cargas das mais variadas naturezas, como elenca Olanda Vilaça (2012) ao retomar a investigação de Fernando Galhano (1973) sobre os carros de bois em Portugal:

(...) matos para as cortes do gado; carregar os estrumes, as colheitas, os fenos, a lenha, as madeiras dos pinhais, o vinho ou as pedras para uma obra; transportava para a feira os gêneros que havia para vender; o leito do carro era utilizado para a matança do porco; e para além do transporte de variados produtos, o carro de bois servia também para transportar as pessoas para as romarias. (VILAÇA, 2012, p. 194)

A densidade populacional nortista, a qual Orlando Ribeiro (1945, p. 222) caracteriza de “colmeia humana”, reduzia o espaço para a vida pastoril. O historiador relembra uma afamada anedota que dizia que, no Minho, se um indivíduo deixar uma vaca a pastar em suas terras, involuntariamente ela estará estercoando a terra vizinha, dado o tamanho diminuto das propriedades. Apesar dos reveses, as condições ambientais da província a transformaram no maior centro de criação de gado de Portugal: aos bois e às vacas convêm prados com abundância de águas e montanhas onde a seca do verão pouco se faça sentir; um cenário típico do Noroeste lusitano.

No arquipélago dos Açores, a Ilha de São Jorge encontrou significativos rendimentos com a pecuária desde os primórdios de seu povoamento. Tal e qual o Noroeste, as

características morfológicas jorgenses foram determinantes para o desenvolvimento das pastagens: humidade e chuvas em abundância. Um relato do século XVI feito pelo sacerdote Gaspar Frutuoso já mencionava a vultosa prática pecuarista da ilha:

Há nela muito gado vacum, ovelhum e cabrum, do leite do qual se fazem muitos queijos em todo o ano, que dizem ser os melhores de todas as ilhas dos Açores, por causa dos pastos, e, ante todos, os queijos das ovelhas são os melhores, por o leite ser muito grosso e substancial. (FRUTUOSO, 1998, Livro VI, p. 108 *apud* MARQUES, 2015, p. 98)

Semelhante narrativa foi a do Padre Antônio Cordeiro para os setecentos, reafirmando a infinidade de espécies de animais criadas no campo. O gado bovino ocupou posição sobressalente na pecuária jorgense. A maioria das casas possuía uma junta de bois para trabalhos agrícolas e transporte: ainda em tenra idade, entre um ano e meio e três anos, os animais começavam a ser ensinados para a lide rural. Ao atingirem entre oito e dez anos, os bois eram colocados sob o regime de engorda e depois exportados a fim de serem abatidos para retirada e consumo de carne. A pecuária bovina na Ilha de São Jorge redundou em uma produção de carne capaz de abastecer não só os seus habitantes, como aglomerados urbanos de Angra e Horta, e na elaboração de queijos de grande qualidade (MARQUES, 2015; MENESES, 2011).

Para tecer uma análise acerca do patrimônio móvel no Baixo Minho ao final do Antigo Regime, Olanda Vilaça (2015) dispôs de 600 inventários orfanológicos datados entre 1750 e 1810, divididos igualmente entre os concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso. A substancial documentação contabilizou 751 reses bovinas, número que perdeu expressividade apenas para as criações ovinas e caprinas. Já para a Ilha de São Jorge, especificamente no concelho de Velas, Rui Marques (2015) identificou que a criação mais extensa de gado manifestada no século XVIII, de propriedade de um capitão, comportou 35 cabeças de animais entre bois, vacas e novilhos. Havia o predomínio de pequenas criações de gado bovino e muitas delas eram compartilhadas entre pessoas da mesma família a fins de negócios. A partilha da criação fora muitas vezes impulsionada pelas pastagens que se tornavam escassas, sendo oficiais de ordenanças e clérigos, possuidores de maiores extensões de terras, os mais procurados para se tornarem *meeiros* – em alguns casos, através de contratos.

Se ao chegarem às Minas os imigrantes já estavam familiarizados com a criação e o cuidado de gados, experiência adquirida ainda no Reino, o cenário brasileiro proporcionou a prática do velho hábito de uma maneira ampliada. A vastidão de terras abrigou rebanhos bem

maiores e de propriedade de um único indivíduo. A fazenda Ribeirão do Pinhal, em Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, de propriedade do açoriano **Domingos Gonçalves de Moraes**, é demonstrativa do quanto a atividade pecuarista dos imigrantes assumiram notáveis dimensões após a travessia. À época de seu falecimento, no início da década de 1780, a gleba era composta de casas de vivenda, moinho, paiol, monjolo “de fazer milho” e pomar. Entre as suas criações, foram registrados, 124 cabeças de gado – sendo nove bois de carro –; dois cavalos, um castanho e um rosilho; 24 porcos de terreiro e 12 ovelhas de tamanhos variados. As reses bovinas foram apreçadas em 250\$200, representantes de 16,5% de um patrimônio de 1:516\$181 (426,492 libras)⁹⁹.

A abastada fazenda do capitão minhoto **Domingos dos Reis Silva**, na Paragem de Pouso Real, na Borda do Campo, fora inventariada em 1785. Junto à cultura de milho e feijão, o imigrante praticara atividades pecuárias criando, àquela altura, 110 cabeças de porcos; sete carneiros; 23 éguas; quatro cavalos e 226 bovinos – 186 cabeças de gado e 40 bezerros. Uma das maiores criações bovinas, ocupando apenas 7% (464\$400) de uma das mais significativas fortunas identificadas entre os reinóis na Serra da Mantiqueira, avaliada em 6:490\$053 (1.825,053 libras)¹⁰⁰. A maior criação de gado vacum identificada entre reinóis na Serra da Mantiqueira, com 304 cabeças, pertencera ao também minhoto Francisco de Freitas, com propriedade inventariada em Santana do Garambéu em 1772. O rebanho bovino de Francisco foi avaliada em 837\$600, valor representante de 30% de todo o patrimônio da família, contabilizado em 2:778\$585 (781,542 libras)¹⁰¹.

Apesar de diminuto em relação ao gado vacum, o cavalari esteve presente em 35 (73%) das 48 propriedades inventariadas. Foram contabilizados 57 cavalos, cada propriedade com no máximo quatro animais; 84 éguas, que aparecem em números maiores, porém, em poucas propriedades; e 38 potros – um total de 179 animais. De maneira geral, as criações cavалares não foram extensas, com concentração de rebanhos em poucas propriedades. Enquanto 10, dos 35 proprietários de cavalos, contaram com apenas um animal; a fazenda do dito Domingos dos Reis Silva abrigara uma criação de 23 éguas e quatro cavalos¹⁰².

Semelhantes proporções foram identificadas entre as reses de mueres e asininos, que totalizaram 54 cabeças animais – 51 bestas e três burros – distribuídos entre oito imigrantes portugueses. **Antônio de Almeida Ramos**, português natural da província da Estremadura,

⁹⁹ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves de Moraes. Notação: R030, Caixa 165, 1783.

¹⁰⁰ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos dos Reis Silva. Notação: SJI-03910, Caixa: 361, 1785.

¹⁰¹ Ver nota 72. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Francisco de Freitas. Notação: SJI-04258, Caixa 385, 1772.

¹⁰² Ver nota 100.

detivera de 46% das bestas arroladas. A fazenda da Boa Vista, em Santa Rita de Ibitipoca, foi inventariada após o falecimento de Maria de Oliveira Pedrosa, esposa de Antônio, em 1798. Com casas de morada, matos virgens, capoeiras, paiol e monjolo, a propriedade contava naquele momento com oito bois de carro; 118 vacas; 95 novilhos; quatro cavalos (castanho, rosilho, mouro); seis éguas; quatro potros; 25 bestas e 50 cabeças de porcos¹⁰³.

O gado cavalariço, criados nas ervagens das bordas dos rios, também não foi numeroso ao norte de Portugal. Os levantamentos de Olanda Vilaça (2012) identificaram apenas 25 animais para os três concelhos do Baixo Minho por ela analisados entre os anos de 1750 e 1810. A região sul, com falta de áreas propícias para a pastagem bovina, foi a que mais recorreu aos cavalos e muares para assegurar as necessidades da agricultura: *“do cavalo a força e do burro a resistência e a sobriedade, na lavoura alentejana, ou aos burrinhos que no Algarve lavram a terra, puxam a nora, transportam as bilhas de água, o estrume, as colheitas e as pessoas”* (RIBEIRO, 1945, p. 134). Na Ilha de São Jorge, eram animais utilizados em passeios e simbolizavam ostentação e riqueza para as famílias. Aos camponeses era uma criação onerosa e pouco prática quando comparada às de asininos e muares, que demandavam baixos custos de sustento e desempenhavam bem os trabalhos de transporte (MARQUES, 2015).

Nas Minas, provavelmente os cavalos e os muares foram empregados ao percorrer de jornadas e ao transporte de cargas mais leves. As trilhas íngremes e o relevo acidentado das Minas Gerais exigiam um animal resistente para conduzir as cargas pesadas: os equinos, até então os animais utilizados para o transporte na América lusa, deram o espaço para o gado vacum na região mineira. Assim, desde muito cedo a criação de bovinos se destacou na capitania mineira para suprir o problema de transporte entre áreas longínquas. Ademais, foi identificada em muitas propriedades inventariadas a presença de logradouros, que eram rossios junto às casas que poderiam servir de estrumeira para a obtenção do adubo para a agricultura. Mas não só isso: a carne bovina e os laticínios foram alimentos presentes no cotidiano das Minas Gerais, e aquilo que não alimentava o homem incrementava as atividades artesanais e a produção econômica. O sebo, a sola e o couro eram utilizados para o fabrico de sabão; lubrificantes para as juntas de madeira; arreios; forros de caixas e móveis; confecção e reforma de sapatos, etc. (MENESES, 2007; RODRIGUES, 2002).

Os animais de pequeno porte, como porcos, ovelhas e carneiros, também tiveram um espaço significativo nas propriedades mineiras. A pecuária suína esteve presente em 58% dos sítios e fazendas inventariados. A menor criação suína fora a Francisco Rodrigues da Fraga,

¹⁰³ ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Maria de Oliveira Pedrosa. 2SVC, Caixa 48, 1798.

citado anteriormente como o detentor da mais simplória fortuna inventariada entre os imigrantes estabelecidos em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira. Ao lado de uma vaca, o imigrante criava, àquela altura, sete cabeças de porcos de terreiro¹⁰⁴. Na outra extremidade estivera a propriedade do minhoto **Francisco de Oliveira Braga**, com uma criação de 213 cabeças de porcos, avaliados em 93\$400 dentro de um monte-mor de 2:430\$400¹⁰⁵.

Fossem em criações de menor escala, desenvolvidas nos terreiros e quintais das casas para subsistência familiar, ou mesmo criações maiores que possivelmente destinaram a carne do animal ao mercado, foram contabilizadas 1.523 cabeças suínas distribuídas entre 28 propriedades de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira. Os quintais em torno das casas foram, frequentemente, espaços também utilizados para criações de porcos. A carne do animal, o toucinho e seus miúdos eram parte do cotidiano alimentar dos habitantes das Minas Gerais. Os alimentos estiveram nas mesas de escravos; de homens livres pobres e nos mais abastados banquetes de indivíduos economicamente distintos (MENESES, 2007; RODRIGUES, 2002).

A frequência da proteína do porco nas refeições dos mineiros é identificada no relato de John Mawe acerca da alimentação na capitania de Minas Gerais: “(...) *no almoço, feijão preto misturado com farinha de milho e um pouco de torresmo de toucinho frito ou carne cozida: ao jantar, um pedaço de porco assado; (...) na ceia só comem hortaliças cozidas e pequeno pedaço de toucinho pra lhes dar gosto*” (MAWE, 1978, p. 139 *apud* ALMEIDA, 2010, p. 97).

O corriqueiro consumo de carne suína nas Minas, de certo, teve grande influência da cultura alimentar lusitana. Em todas as partes do Reino, a proteína do porco foi a mais consumida dentre as carnes vermelhas, mesmo nas localidades com grandes criações bovinas. Esse era o animal criado apenas para fins alimentícios: “*ele dá a carne fresca ou salgada, o presunto, os enchidos, a gordura com que se tempera a comida. (...) pede-se-lhe apenas que coma, que aumente de corpulência e dê carne gorda e saborosa*” (RIBEIRO, 1945, p. 134). Ao alcançar este fim, o animal era sacrificado em um ritual festivo, a maior celebração rural que costumava ser realizada entre o dia de Reis, em janeiro, até o Entrudo, que precedia a entrada da quaresma. A carne suína era então consumida durante todo o ano, conservada na gordura extraída do próprio porco, a graxa. (RIBEIRO, 1945, MENESES, 2015).

¹⁰⁴ Ver nota 69. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Francisco Rodrigues da Fraga. Notação SJI-03701, Caixa 347, 1777.

¹⁰⁵ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Francisco de Oliveira Braga. SJI-04333, Caixa 392, 1770.

Na Ilha de São Jorge, o gado suíno estava presente em pelo menos dois terços das casas rurais. Nas famílias menos abastadas, muitas vezes o porco partilhava o espaço doméstico com os seus donos, especialmente a cozinha (SOUSA, 2003). No Baixo Minho, entre os decênios de 1750 a 1810, Olanda Vilaça (2012) encontrou um total de 516 cabeças de porcos, que eram criados não apenas para consumo próprio, mas também para vendê-los no mercado a fim de suprir necessidades econômicas com as quais as famílias de camponeses pudessem se deparar. Em famílias mais abastadas, o lucro da venda dos animais era aplicado em compras de terras ou bens de ostentação.

Como mencionado anteriormente, as criações de cabras e ovelhas foram identificadas como as mais frequentes para os três concelhos analisados por Olanda Vilaça (2012) no Baixo Minho: 758 animais da primeira espécie e 1.097 cabeças da segunda. Alguns inventários investigados pela historiadora apresentaram criações que chegaram a 30 e 40 ovelhas. Outros descortinaram rebanhos com 50 cabras. Os caprinos eram criados em função do leite, bebida predileta do homem do campo em detrimento do leite de vaca, mais consumido como matéria prima para a produção de manteiga. As ovelhas forneciam a lã e os queijos mais afamados, como Serra, Castelo Branco, Alentejo e Azeitão. De ambas as espécies também se aproveitavam a carne (RIBEIRO, 1945).

Como em Portugal continental, nas ilhas açorianas esses animais também se fizeram presentes nas criações, embora em menores proporções quando comparados ao gado bovino. Os rebanhos de ovelha viviam livres, em áreas baldias, nas pastagens mais íngremes e nas beiras dos caminhos. Além da carne e do leite utilizados para a alimentação, era a partir da lã dos ovinos que se fabricavam todo tipo de vestuário localmente, sobretudo, no século XVIII, quando o contato com o exterior era menos regular – mais tarde, panos e tecidos seriam importados da Inglaterra. As cabras eram criadas nas pastagens mais elevadas e, muitas das vezes, junto às habitações para a retirada do leite. A pele do animal era frequentemente utilizada para a confecção de sapatos (MARQUES, 2015; SOUSA, 2005).

Nas propriedades dos reinóis na Serra da Mantiqueira não foram constatadas as presenças de animais caprinos, ao menos no período de inventariação do patrimônio das famílias. Já as ovelhas e os carneiros foram criados em 11 glebas, totalizando 181 cabeças ovinas: 174 da primeira espécie e apenas sete da segunda. A fazenda de Domingos dos Reis Silva¹⁰⁶ foi a única a cuidar de carneiros, concentrando os sete animais em sua propriedade. A fazenda Ribeirão de Santa Anna, inventariada em 1788, fora de propriedade de **Manoel**

¹⁰⁶ Ver notas 100 e 102. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos dos Reis Silva. Notação: SJI-03910, Caixa: 361, 1785.

Pereira Bahia, natural do Arcebispado de Braga. Um notável número de animais compunha a pecuária daquelas terras que também foram de cultura: 54 cabeças de gado vacum, quatro potros; 80 porcos de terreiro e 40 ovelhas¹⁰⁷. O seu rebanho de ovelhas fora o maior entre os imigrantes que praticaram pastoreio, precedido pelo o do também minhoto Antônio Correa de Lacerda, composto por 30 ovinos¹⁰⁸. A menor criação foi a de João Antônio Nogueira, com seis animais. Os demais apresentaram rebanhos de oito a 15 ovinos, um deles, Domingos Rodrigues Carneiro, com 23 cabeças da espécie¹⁰⁹.

Como em Portugal continental e insular, é bastante provável que a criação de ovinos nas Minas, para além da produção de carnes e laticínios, tenha se voltado para o fabrico de lã. Ao lado da produção algodoeira, tal atividade incentivou a manufatura têxtil da capitania mineira ainda no século XVIII para suprir as demandas internas de seus habitantes, como veremos a seguir.

3.2.3 Artesanato rural e ofícios mecânicos

Até aqui, observamos a força da agricultura e da pecuária para as economias dos imigrantes portugueses que habitaram as localidades da Serra da Mantiqueira nos setecentos. As atividades agrícolas não exigiam trabalhos ininterruptos, pois havia a necessidade do resguardo do tempo entre plantio, colheita e descanso do solo. O calendário da agricultura, então, abria espaço para o cuidado de animais e ainda outras atividades voltadas para o suprimento de necessidades da lide do campo e das famílias, como a de tecelagem, de sapateiro, de carpinteiro e de ferreiro. Ainda que os inventários não revelem profissões específicas para os indivíduos aqui analisados, a descrição de instrumentos de ofícios descortinaram as práticas dos referidos misteres.

Muitos inventários *post-mortem* revelaram produtos têxteis nos ambientes domésticos das propriedades de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira: guardanapos; toalhas; lençóis; colchões; camas – aqui, compreendidas como todo o aparatado de tecido que compunha os leitos, constituídos, sobretudo, pelos catres – e panos de qualidades e quantidades diversas foram descritos na documentação. As roupas que adornavam as habitações e os corpos, além de contribuir para o equipamento doméstico, faziam parte do patrimônio das famílias. Por essa razão compreende-se a preocupação em inventariar e

¹⁰⁷ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Manoel Pereira Bahia. SJI-06818, Caixa 605, 1788.

¹⁰⁸ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio Corrêa de Lacerda. SJI-03167, caixa 305, 1794.

¹⁰⁹ Ver *Arranjo Familiar 3, Rede 1* e notas 22 e 94. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. Notação: SJI-03207, Caixa: R041, 1787.

estimar valores a elementos simples, mas de suma importância cotidiana e também intergeracional, uma vez que tecidos de valores mais elevados eram transmitidos de pais para filhos (MADUREIRA, 1992).

Quando inventariada, em 1796, a casa de Constantino Francisco Guimarães estava provida de guardanapos, toalha de mesa, lençóis, colchas e colchões de algodão, dois lençóis de linho e “uma toalha de Guimarães”¹¹⁰. Em um período em que muitos tecidos e vestuários eram importados do Reino, o complemento “Guimarães” ao lado da especificidade de um item têxtil demarca não apenas a aquisição de um produto no mercado externo, como também o alto padrão de qualidade do artigo. Quando falamos de manufatura de fios e panos no Império Português, é impossível não abordar o brilhantismo de Guimarães nesse campo. Desde muito cedo, o concelho se tornou referência na produção de linho, que, graças a sua sutileza, foi requisitado nos principais mercados lusitanos e estrangeiros, a incluir Espanha e Brasil (VILAÇA, 2012).

Havia duas categorias diferentes voltadas para a produção e transformação do linho. Uma delas estava assentada no ofício de tecelões profissionais, que se dedicavam integralmente a tal função. A outra se inseria nas unidades rurais, onde a transformação do linho em tecido era de responsabilidade das mulheres, que se organizavam nos tempos livres dos trabalhos domésticos e do campo para produzir para o autoconsumo e também para ajudar no pagamento das rendas aos senhorios das terras. O linho era cultivado nas pequenas leiras, fiado nas rocas e tecido no tear, instalado em qualquer dependência da habitação. A produção doméstica de panos, lençóis, toalhas e vestuários de linho foi bastante significativa na região: homens e mulheres eram vestidos e as habitações adornadas. Dos mais ricos aos mais pobres, todos usufruíam dos produtos da manufatura do linho. No entanto, a fibra não foi a única matéria prima da tecelagem. A lã extraída das ovelhas e o algodão, que assumiu posição de destaque quando a cultura do linho encontrou seu declínio, também tiveram papel importante na produção têxtil (VILAÇA, 2012; RIBEIRO, 1987).

Para freguesia de São Tiago de Ronfe, no concelho de Guimarães, Ana Silvia Scott (2012) notou que, entre os séculos XVIII e XIX, importante parcela da população estava inserida na produção artesanal do linho e, posteriormente, do algodão – ainda que as principais atividades cotidianas fossem ligadas a terra. Tal e qual diversas freguesias do concelho, a historiadora constatou para Ronfe inúmeras referências à presença de teares caseiros. A relevância dessa prática ganha ainda mais força ao tecer um levantamento da

¹¹⁰ Ver notas 87, 97, 98. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Constantino Francisco Guimarães. 1SVC, Caixa: 22, Ordem: 16, 1796.

ocupação dos habitantes da freguesia – a partir de registros paroquiais –, no qual Scott identificou um conjunto de atividades do ramo de fiação e tecelagem: “*assedadeiras de linho, coradeira, dobadeira de algodão, empregado no tinto, fabricante de tecidos, fiadeira, fiadeira de roca, fiadeira de linha, ocupado em tirar algodão, tecedeira, tecedeira de cotim, tecelão, tintureiro, torcedeira de linha, urdidor de cotins, urdideira*” (SCOTT, 2012, p. 413).

Como em Portugal continental, a vida econômica dos habitantes das ilhas relacionava-se de maneira estreita com as atividades agrícolas, de onde eram extraídos alimentos e as produções mais valorizadas para o mercado. Não obstante, a produção artesanal encontrou importante espaço para uma produção de autoconsumo, servindo de fonte de subsistência para as famílias camponesas. Nos Açores, no século XVII, a produção de linho fora expressiva e as ovelhas geravam a lã que vestia a maioria da população. Até a segunda metade do século seguinte, o Brasil era abastecido pela lã da significativa produção da Ilha de São Miguel (SOUSA, 2005).

A lã extraída da ovelha foi matéria-prima indispensável para a confecção do vestuário e dos adornos domésticos da população rural: barretes, capas, capotes, fatos de lã da terra, colchas e cobertas. O linho também tivera muita importância na vida camponesa cotidiana e, ao lado da lã, sustentava o artesanato doméstico. Como no Minho, muitas casas rurais tinham o seu tear e o trabalho era estritamente feminino, criando pequenos rendimentos que supriam as necessidades das famílias e contribuía para necessidades econômicas que pudessem surgir.

Nas Minas Gerais, o isolamento da capitania associado aos elevados custos de se importar tecidos estimulou o artesanato rural, que também compôs o horizonte agrário mineiro. Angelo Carrara (2007), ao retomar Karl Marx (1863), ressalta o quão caseira era essa indústria, sendo uma atividade secundária à agricultura. Apesar de suplementar, por boa parte do Brasil a produção de fios e panos foi disseminada, alcançando proporções que preocuparam a Coroa portuguesa.

Na década de 1770, Antônio de Noronha, então governador da capitania de Minas Gerais, advertiu as autoridades de Lisboa acerca da multiplicação dos estabelecimentos fabris nas Minas e em outras partes da Colônia, o que poderia ameaçar a importação de manufaturas lusitanas. Anos mais tarde o Reino emitiu o alvará de 5 de janeiro 1785, cujas medidas proibiam o fabrico de tecidos refinados, como o cetim; linho; veludo; os bordados de ouro e prata; os tecidos de lã, entre outros, excetuando os tecidos lisos e grosseiros que serviriam para “uso dos negros, para enfadar e empacotar fazendas e para outros misteres semelhantes” (CARVALHO, 1916, p. 10 *apud* LIBBY, 1995, p. 11).

Para Douglas Libby (1997, p. 99), o alvará de 1785 não passou de uma “tempestade em copo d’água”, uma vez que apenas treze teares foram apreendidos devido à tecelagem de tecidos proibidos – nenhum deles em Minas Gerais – e a produção têxtil não deixou de ser uma atividade marginal. Ora, como a máquina administrativa teria chegado às informações que levaram a esses confiscos? Na tentativa de se descobrir a quantidade de teares existentes na Colônia para, assim, mensurar a extensão da produção, a Coroa solicitou listagens que, sob a forma de listas nominativas, registraram variadas informações sobre os donos das máquinas, as pessoas que as manuseavam, bem como os rendimentos da atividade. Para Minas Gerais há o *Inventário dos teares existentes na capitania de Minas Gerais*, do ano de 1786, em que comandantes militares arrolaram cerca de 1500 teares pertencentes a dezenas de distritos de Minas Novas, Vila Nova da Rainha, Sabará e São João del Rei¹¹¹.

Nos distritos da vila de São João del Rei foram listados 559 proprietários de teares. Nesse rol, foram identificados 39 imigrantes portugueses integrantes do nosso universo de análise. Nascido na freguesia de Gandra, região minhota de Braga, **Luís Pires Mundim** assentara raízes em Santa Rita de Ibitipoca ao se casar com a paulista de Taubaté, Antônia da Luz, com quem tivera sete filhos. Na paragem do Bom Jardim, na dita localidade, fora proprietário de uma fazenda de cultura onde a mão de obra de 18 cativos também cuidara de criações de animais: gado vacum, cavalos, porcos e ovelhas¹¹². Em 1786 a atividade tecelã de sua propriedade foi registrada pela administração da capitania de Minas Gerais. A prática era exercida por suas filhas, provavelmente as duas – de quatro irmãs – solteiras e em idade produtiva: Rita e Luiza, à época com 13 e 12 anos, respectivamente. Com rendimento de dez varas ao ano, o imigrante alegara que a utilidade e o consumo de sua produção têxtil eram de exclusividade de sua família¹¹³. No inventário do casal, de 1790, foram arrolados lençóis de pano de linho; calda e toalha de mesa de algodão, cobertor e panos do mesmo material.

A maior produção têxtil foi identificada na propriedade do já citado Francisco Gonçalves de Costa, um dos mais abastados imigrantes inventariados entre o grupo aqui analisado. Ao lado da economia agropecuária, a Fazenda do Quilombo – onde o imigrante residia à época do falecimento de sua esposa Josefa Maria do Espírito Santo – desenvolvia o artesanato têxtil. Quatro rodas de fiar e um “tear e seus pertences” foram descritos no inventário de Josefa em 1798. Para o censo realizado pela Coroa em 1786, Francisco alegara

¹¹¹ APM. Inventário dos teares existentes em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 40. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1995.

¹¹² ACAHMPAS. Inventário de Luís Pires Mundim. 2SVC, Caixa 1, Ordem 15, 1790.

¹¹³ APM. Inventário dos teares existentes em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 40. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1995. p. *ilegível*.

que a atividade era desenvolvida por suas filhas e que a utilidade e o consumo da produção também eram familiares, sendo o rendimento da atividade tecelã de 100 varas ao ano¹¹⁴.

Dos 39 proprietários de teares, apenas 10 possuem inventário *post-mortem* dispostos para a nossa análise. Destes, somente três apresentaram os apetrechos entre os seus bens, como João Gonçalves Valim: o único imigrante a ter a cultura de algodão descrita em seu inventário¹¹⁵. No documento também constam duas rodas de fiar avaliadas em 2\$700. A mão de obra da manufatura têxtil cabia às filhas do reinol, que produziam cerca 90 varas anualmente para utilidade e consumo familiar¹¹⁶.

Há ainda outros seis imigrantes que tiveram o maquinário de produção têxtil arrolados em seus cabedais e, no entanto, não apareceram no *Inventário de teares existentes em Minas Gerais*. Ora, sabemos que ambos os documentos figuram um momento específico da vida destas pessoas, ocultando conquistas e perdas inerentes a uma trajetória completa, porém, esta não é a única justificativa para a baixa frequência destes objetos entre os itens inventariados. Em busca de tais instrumentos nos inventários lisboetas, Nuno Luís Madureira (1992) se deparou com a mesma raridade aqui identificada. Para o historiador, sendo a maioria desses instrumentos de madeira, o estado de conservação dos mesmos poderia estar degradado. Nessas condições, os valores a eles atribuídos seriam reduzidos e por esse motivo deixariam de ser relevantes para as partilhas e, assim, não eram listados entre os bens. O que a presença e a ausência de teares no *corpus* documental têm a nos dizer é que a prática da tecelagem pode ter ido muito além do que as fontes registraram e que, apesar de ser uma atividade secundária, possivelmente a indústria caseira também foi bastante presente na casa rural mineira.

Da menor à maior produção, que, conforme os exemplos, variaram entre 10 e 100 varas anuais nos lares de imigrantes lusos na Serra da Mantiqueira, observamos que os panos produzidos foram para consumo familiar – embora não descartemos a possibilidade de envio de certa quantidade à comercialização. Verificamos também que foi uma prática delegada às mulheres: em alguns casos, desenvolvidas pelas filhas dos proprietários rurais, em outros, por uma ou duas escravas.

Como já observado, a atividade de fiação e tecelagem como uma prática feminina foi culturalmente difundida no Reino. Às moças casadoiras importava que fossem prendadas

¹¹⁴ Ver notas 87 e 98. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Josefa Maria do Espírito Santo: 1SVC, Caixa 20, Ordem 2, 1798. APM. Inventário dos teares existentes em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 40. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1995. p. ilegível.

¹¹⁵ Ver nota 89. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de João Gonçalves Valim. SJI-00946, Caixa 143, 1819.

¹¹⁶ APM. Inventário dos teares existentes em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 40. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1995. p. 39-40.

nessa arte para confeccionarem o enxoval – lençóis, travesseiros, fronhas, toalhas – e cativar a família do noivo. Quando casadas, produziam para prover as necessidades familiares. Ao tecer uma análise sobre a indumentária nos séculos XVII e XVIII, Daniel Roche (2007) aponta para a relevância da habilidade com fios e agulhas na educação feminina. Para além da provisão de produtos, os apetrechos de produção têxtil eram dotados de simbologias que demarcavam as mulheres como honestas e laboriosas, não importando a camada social à qual pertencessem. A prática de fiar e tecer fora um imperativo para as mulheres do passado: “*Se os homens possuíam algumas destas peças, era porque as suas mães ou irmãs lhes ofereciam quando se casavam, quando iam para o seminário ou quando, simplesmente, partiam de casa*” (DURÃES, 200, p. 181; VILAÇA, 2012).

Outro ponto a ser destacado acerca da cultura de trabalho da mulher lusitana é o fato de a tecelagem, nas unidades camponesas minhotas, ser praticada nos intervalos do trabalho do campo. Às mulheres também recaíam boa parte das responsabilidades das tarefas fora de casa, na lide rural:

Ainda muito jovens, as raparigas guiam os carros de bois, caminhando na frente com um agulhão nas mãos, acompanhadas dos homens a quem cabe a tarefa de carregar e descarregar: conduzem o gado até o pasto e vigiam-no enquanto aí permanece. À medida que vão crescendo, cortam e trazem a erva para a casa, mondam o milho e o trigo, e fazem sua parte de todos os trabalhos agrícolas, com exceção do manejo do arado e do trabalho mais pesado da enxada. (CRAWFURD, 1880, p. 215 *apud* BRANDÃO, 1994, P. 35)

Papel semelhante desempenhavam as mulheres das Ilhas Atlânticas, como é possível observar através da descrição dos irmãos Bullar acerca da criação de gado miúdo em uma freguesia jorgense: “*Nos campos trabalhavam mulheres e homens, pastando o gado por ali perto. (...)*” (BULLAR, 1986, p. 285 *apud* MARQUES, 2015, p. 28). A mão de obra das famílias camponesas também era suplementada pelos trabalhos das crianças, que a partir dos sete anos de idade já começavam a dar a sua contribuição nas tarefas cotidianas. No Reino, as famílias formavam verdadeiros grupos de trabalho, dividindo a exploração agrícola entre os seus membros a fim de prover tudo o que fosse necessário ao agregado doméstico. Quando precisavam de uma força maior de trabalho, recorriam à mão de obra remunerada de jornaleiros e criados ou mesmo à gentileza de vizinhos (BRANDÃO, 1994).

Ora, a produção artesanal de tecidos nas propriedades rurais de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira, conforme observação anterior, fora da alçada da mão de obra

feminina, remetendo à cultura portuguesa. No entanto, os relatos dos militares responsáveis pela feitura das listas de proprietários de teares e atividade tecelã nas Minas Gerais, de maneira sutil, podem nos indicar uma diferença do hábito do Velho Mundo quando transladado para a América: “*Há tão bem muitos homens donos de rocas que tem seu tear para tecer algum fio de algodão fiado por mulheres, filhas e crianças inúteis para o trabalho do campo, que não passa de pano liso para uso doméstico (...)*”¹¹⁷.

No Brasil, os imigrantes se depararam com a possibilidade de serem senhores e proprietários de indivíduos que realizariam integralmente as atividades do campo: os negros escravizados. Ainda que os filhos em idade produtiva pudessem atuar nos serviços, a pujança da mão de obra estava assentada na presença de cativos. As formas de produção e de empregabilidade de mão de obra do Novo Mundo provocaram uma significativa mudança nas habituais dinâmicas de trabalho portuguesas, interferindo, inclusive, no papel da mulher na família. Aqui, mulheres, moças e “raparigas” não deixaram de realizar tarefas para o contributo da materialidade familiar, porém, não mais o fizeram fora do ambiente doméstico.

Nos quintais, ao redor das casas de morada, cabia às mulheres o cuidado de uma diversidade de plantas: frutas, hortaliças, temperos e especiarias que, cultivados nas áreas próximas à cozinha, davam qualidade à alimentação das famílias. No interior das casas e nas áreas externas a elas adjacentes encontrava-se a vivência das mulheres e de seus filhos ainda pequenos (MENESES, 2007). Sobre este aspecto, Auguste de Saint-Hilaire descrevera:

O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e pessoas que me demonstravam maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre. Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para elas uma compensação de seu cativo, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 145-146 *apud* MENESES, 2007, p. 350)

Além da produção têxtil, os inventários *post-mortem* descortinaram outras atividades que também atendiam as necessidades e a economia das famílias luso-brasileiras na Serra da Mantiqueira. Desenvolvidos por cativos ou pelos próprios imigrantes e seus familiares, os misteres de ferreiro, ferrador, carpinteiro e sapateiro foram apontados pela documentação através da descrição de ferramentas, instrumentos e materiais úteis a cada uma destas práticas.

¹¹⁷ APM. Inventário dos teares existentes em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 40. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1995. p. 126.

O ferro e os efeitos de sua transformação – instrumentos para a mineração e lide da terra; ferraduras para animais; ferros para marcar gado; utensílios domésticos, entre outros – eram mercadorias necessárias à vivência nas Minas, porém indisponíveis na capitania devido às proibições de sua produção e comercialização internas. O metal consumido deveria ser importado: um lucrativo negócio para a Coroa a custos onerosos para os colonos. Ao analisar os condicionantes econômicos da capitania mineira no início da década de 1780, D. Rodrigo José de Meneses reconhece as conveniências e a utilidade do estabelecimento de uma fábrica de ferro na região, apesar de seu incentivo ser oposto ao sistema da administração – em função do declínio que sofreria a arrecadação fiscal sobre a importação do ferro¹¹⁸. O governador apresenta, então, as razões de seu posicionamento:

Se em toda parte do mundo é este metal necessário, em nenhuma o é mais, que nestas Minas, qualquer falta que dele se experimente cessa toda qualidade do trabalho: seguem-se prejuízos irreparáveis, e é uma perda total. Fabricando-se aqui pode custar um preço muito mais modico, não obstante os direitos que se lhe devem impor (...), facilita-se deste modo a compra dele, concorre este artigo para que faça mais conta ao mineiro extrair o ouro tendo barato o ferro¹¹⁹.

Para além da diminuição dos custos que a fabricação de ferro traria aos colonos, o governador tece uma análise acerca da conjuntura internacional, alertando que conflitos entre os fornecedores do metal poderia deixar a Colônia sem o preciso material. Conclui D. Rodrigo: “que perda não resultaria ao Real Erário se por falta de ferro parasse o trabalho das Minas”¹²⁰. O governador então concede a um único ferreiro a licença de fabricar, em segredo, uma amostra de ferro para que pudessem ser avaliadas as condições para o fabrico do material na capitania:

Pouco depois me trouxe a que remeteu em barra, depois de ter feito nela todas as experiências que me persuadiram ser verdadeiro e bom ferro, ou talvez composição com todas as suas propriedades, e capaz de ser empregada em todas as obras em que se necessita daquele metal. Não me contentando com esta primeira experiência, para mais me capacitar das suas verdadeiras propriedades, mandei fazer fechadura, que também remeteu, a qual tira toda duvida da sua bondade, e préstimo.

¹¹⁸ APM. Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la – 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 2. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. p. 311-327.

¹¹⁹ APM. Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la – 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 2. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. p. 315.

¹²⁰ APM. Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la – 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 2. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. p. 316.

Após a experiência com o ferreiro, o D. Rodrigo Meneses certificara que na Colônia havia, portanto, eficiência não apenas para a obtenção de barras de ferro de boas qualidades, mas também dos variados artigos gerados pela transformação do metal. Garantindo à Coroa os seus direitos de taxaço sobre os lucros da produço, a fabricaço e comercializaço do ferro passaram a ser incentivadas no interior da capitania, tornando-se cada vez mais reconhecidas e corriqueiras.

Em Santana do Garambéu, a propriedade de Domingos Rodrigues Carneiro¹²¹, contara com uma tenda de ferreiro; duas bigornas, fole, malho e quatro martelos; avaliados em 27\$750. Na próspera fazenda do Pilar, de João Rodrigues da Costa¹²², havia uma tenda de ferreiro equipada com valor de 25\$000; “um aparelho de ferrar” composto de bigorna, martelo e outros objetos que não puderam ser identificados em função do desgaste do documento, além de uma corrente, 15 libras de ferro e um forno – tudo avaliado em 35\$730. Entre estes apetrechos, também fora listado um aparelho de ferrar, muito bem avaliado na quantia de 60\$300, de uso de João Gongo – um dos 28 escravos o reinol. Os instrumentos descritos nas duas propriedades formavam o conjunto de materiais utilizado para a fundiço e o fabrico de produtos de metal.

O ofício de ferreiro foi identificado apenas nesses dois casos. Os valores das ferramentas eram altos, não acessíveis a todos, tornando perceptível o quanto poderia ser difícil desenvolver a arte mecânica naquele tempo. Os apetrechos mais valorizados pertenceram também ao mais afortunado imigrante de nosso grupo de análise: João Rodrigues da Costa, que possuía um escravo dotado de habilidade específica para o exercício do serviço.

Sobre ferradores, a documentação deixa implícita a atividade de Antônio de Almeida Ramos¹²³ neste mister. Entre os bens que compunham as ferramentas de trabalho de sua unidade, a Fazenda da Boa Vista, estavam um tronco de ferro, uma bigorna, dois martelos para cravos – próprios para a remoço de ferraduras dos cascos de animais – e dois martelos de ferrar: tudo avaliado em 8\$900. Apesar de configurarem valores mais modestos, o inventário de Antônio foi o único a explicitar esses instrumentos.

A baixa ocorrência dos misteres ligados ao metal segue a tendência do Baixo Minho, identificada por Olanda Vilaça (2012). Em apenas 26 inventários de um universo de 600 documentos, a historiadora constatou a prática de artes e ofícios. Daqueles, somente dois

¹²¹ Ver *Arranjo Familiar 3, Rede 1*, notas 22, 94, 109. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. Notação: SJI-03207, Caixa: R041, 1787.

¹²² Ver notas 74, 75, 76, 77, 78. IPHAN/SJDR. Testamento anexado ao inventário *post-mortem* de João Rodrigues da Costa e Felícia Maria da Fonseca. Notação: C-09, Caixa 52, 1812.

¹²³ Ver nota 103. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Maria de Oliveira Pedrosa. 2SVC, Caixa 48, 1798.

indivíduos, a partir da descrição de seus instrumentos, parecem ter desenvolvido trabalhos de ferreiro – um em Barcelos e outro em Póvoa de Lanhoso. Para Vilaça, a justificativa para tal quadro também estaria pautada nos altos custos das ferramentas para ser-se artesão.

O ofício de carpinteiro foi o mais frequente entre os três concelhos analisados por Olanda Vilaça (2012), com 18 ocorrências. Para a Serra da Mantiqueira, constatamos dois possíveis casos de imigrantes que também se dedicaram à carpintaria. **Estevão Rodrigues Branco**, em 1803. Na Fazenda Córrego do Bugio – com casas de vivenda; terras de cultura; senzala; moinho; monjolo; laranjeiras e campos – foram encontradas 12 portas, uma porteira e sete janelas; apreçados em 13\$800¹²⁴. Entre os instrumentos: um trado, um martelinho, um martelo e um compasso; avaliados em 1\$400. Na gleba de João Gonçalves Valim¹²⁵ havia 17 tábuas, porta e janelas; com valores somados em 3\$600, e ainda: serra de mão, enxó, formão e “uns ferros de carapina” – instrumentos específicos para o trabalho com a madeira –; avaliados em 6\$600.

O mobiliário de madeira, como catres; mesas; bancos; cadeiras e armários, ainda que bastante reduzido e simplório, compunha a residência das famílias de imigrantes lusos nas comunidades rurais da Serra da Mantiqueira. Havia, ainda, a presença constante de caixas de tamanhos variados, destinadas ao estoque de alimentos e acomodação materiais têxteis, como roupas e enxovais. Não nos esqueçamos dos carros de bois e suas cangas e das canoas de rio; barris para a conservação de bebidas; caixas e tantos outros objetos triviais ao cotidiano rural que tinham a madeira como matéria base para a sua confecção. Em ambos os casos aqui narrados, verifica-se a produção artesanal conduzida para materiais de construção e não para a composição do ambiente e do utilitário doméstico e do trabalho do campo. No entanto, a identificação do saber da carpintaria entre os reinóis é passível da percepção de que os objetos que geravam algum aparato as propriedades dos reinóis nas Minas puderam ser construídos ali mesmo no interior das localidades que habitaram.

A residência de Domingos Gonçalves de Moraes, na Fazenda do Pinhal – anteriormente evidenciada devido a sua notável criação de animais desenvolvida concomitante agricultura¹²⁶ –, além de produzir artigos de natureza têxtil com dois teares dispostos para a fiação, também confeccionava ou ao menos realizava manutenção de calçados graças a uma banca de sapateiro equipada com martelos, tesoura, faca e outros apetrechos que não puderam ser

¹²⁴ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Estevão Rodrigues Branco. SJI-03881, Caixa 36, 1803.

¹²⁵ Ver notas 89, 115, 116. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de João Gonçalves Valim. SJI-00946, Caixa 143, 1819.

¹²⁶ Ver nota 99. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves de Moraes. Notação: R030, Caixa 165, 1783.

identificados em função do desgaste do documento. Conforme o primeiro relato sobre o imigrante, ao final de sua vida todo o seu patrimônio totalizou o modesto valor de 1:516\$181 (426,492 libras): quadro que não inibiu a capacidade familiar de suprir as necessidades alimentares e vestiarias de seus membros, além de propiciar uma possível participação no mercado da capitania.

Apolinário Batista Rodrigues, um dos poucos imigrantes da região de Lisboa enraizado na Serra da Mantiqueira, fora casado com Felícia de Jesus, uma mineira de Caeté. Os filhos do casal foram batizados na capela de São José de Alberto Dias entre 1754 e 1761. À época do falecimento do imigrante, em 1799, a família vivia em uma chácara com casas de vivenda, senzala, pomar com árvores de espinho e água abundante para o pasto. Uma pequena propriedade rural como outras tantas descritas entre os bens dos indivíduos de nosso grupo de análise, não fosse pela presença de uma “*casa de curtume*”¹²⁷.

A Ilha de São Jorge, de economia fortemente ligada à pecuária, fora uma grande produtora de couros até meados do século XIX, quando a atividade começaria a ser extinta em sequência da introdução de couros vindos de outros lugares e da falta de investimento. A curtimenta da pele animal era feita através de uma planta denominada sumagre, que depois de seca e triturada era aplicada ao couro, resultando em um material macio e de cor clara. Depois de curtido, o couro era surrado ou pisado pelo sapateiro para que ficasse mais flexível para a confecção de sapatos e outros adornos (MARQUES, 2015).

Nas Minas, marcada pela grande criação de gado, não poderia deixar de existir tal atividade. Na propriedade de Apolinário Batista Rodrigues, o trabalho de acabamento do couro animal destinou-se à confecção de sapatos, chapéus e bolsas. Com uma banca de sapateiro e seus apetrechos, avaliados em 2\$400, o reinol confeccionou os 35 pares novos de “chinelos de mulher” descritos em seu inventário, cada um com o valor de \$225. Com uma “forma de fazer chapéus” produziu os 22 “chapéus de sola novos” arrolados no documento, de unidade avaliada em \$150. Entre a produção artesã descrita naquele momento, há também 21 bolsas de “guardar alguma coisa”. A resenha de suas economias, da materialidade da produção e dos artigos confeccionados por Apolinário nos leva a considerar que o artesanato tenha sido o ofício primeiro do imigrante. O comércio da arte fabril foi o gerador do sustento familiar que, não obstante, é presumível que tenha contado com alguma pequena criação animal e alimentos da lavoura caseira. No inventário imigrante foram elencados um machado, uma enxada e uma sela aparelhada: a agricultura como “*uma atividade paralela, mas*

¹²⁷ AEAM. Registros de batismos – diversos. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Apolinário Batista Rodrigues. SJI-01798, Caixa 218, 1799.

fundamental, para fazer face às dificuldades da vida”, como sugere Olanda Vilaça (2012, p. 184) para os artesãos rurais do Baixo Minho.

Fosse apenas para suprir as necessidades familiares ou para gerar economias excedentes atendendo a demandas externas, as casas dos imigrantes lusitanos demonstraram terem alcançado uma significativa diversidade produtiva, independente do padrão de riqueza ao qual se inseriam. Autossuficiência também identificada pela historiografia portuguesa, que a denomina de polivalente, para a vida pregressa dos reinóis que habitaram a Serra da Mantiqueira.

Frequentemente o nível de consumo do Antigo Regime é definido dentro de uma “sociedade de escassez”, um momento em que possuir qualquer produto, seja ele rústico ou sofisticado, poderia ser um privilégio (MENESES, 2013). É dentro deste contexto que o fazer artesanal das propriedades de imigrantes portugueses se instala, mesmo com os mais simples apetrechos e ferramentas e as mais baixas frequências de cada mister. O artesanato rural, desempenhado por membros do agregado familiar ou pela mão de obra cativa, foi o responsável pela materialidade e instrumentalização *si ne qua non* das atividades agropastoris – os carros-chefes da economia mineira no decorrer da segunda metade do século XVIII – além de proporcionar o equipamento do ambiente doméstico e o adorno têxtil para esconder a nudez do corpo.

O número de artesãos encontrados é pequeno quando o inserimos em nosso universo de análise, composto por 271 reinóis chefes de famílias na Serra da Mantiqueira. São tarefas que exigiam um mínimo de especialidade e, em alguns casos, investimentos financeiros que ultrapassavam a alçada de muitos. Mais uma vez, é preciso também reiterar que documentos como os inventários *post-mortem* podem encobrir o exercício de tais atividades ao longo da trajetória dos indivíduos, uma vez que eles retratam um momento muito específico de suas vidas. Ou seja, o artesanato rural pode ter ido muito além do que as fontes descortinaram: na abastada propriedade de Antônio Corrêa de Lacerda, por exemplo, não foram identificados ferramentas e materiais de ofícios, no entanto, um de seus escravos foi descrito como carpinteiro¹²⁸.

Mesmo com esta baixa frequência de artes fabris, também presumível que um artigo em falta em uma propriedade poderia ser encontrado em uma unidade rural próxima que o produzisse, como os instrumentos de metal, por exemplo. A diversidade de atividades desenvolvidas em paralelo à economia subtraída do campo isentava os habitantes das

¹²⁸ Ver nota 108. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio Corrêa de Lacerda. SJI-03167, Caixa 305, 1794.

longínquas comunidades da Comarca do Rio das Mortes dos altos custos e das longas esperas da importação de produtos.

A produção da vida material no ambiente rural da capitania mineira também descortinou a importância da mulher na economia familiar. Como no Reino, o trabalho com os fios e produção de panos tornou-se um dos atributos femininos nas Minas: resguardadas à intimidade dos lares, esposas, filhas e algumas escravas desenvolviam atividades que supriam as necessidades da família e complementavam a agricultura – mesmo no interior das propriedades que contavam com a mão de obra cativa, sobre a qual recaía grande parte dos trabalhos.

3.2.4 Força de trabalho

Ainda há pouco observamos que a casa camponesa lusitana funcionava como um tipo de oficina familiar: homens, mulheres, rapazes, moças e crianças compunham a mão de obra da exploração agrícola para assegurar o desenvolvimento da economia das unidades produtivas que os sustentavam. Quando o calendário agrícola exigia reforços para estes braços, buscava-se o trabalho de terceiros: jornaleiros e criados, que cobravam pelos serviços, ou vizinhos, que gentilmente cooperavam com na realização de tarefas – e quando também precisavam, eram ajudados na realização de seus afazeres, criando uma prática comunitária.

De maneira regular, jornaleiros e jornaleiras eram solicitados, por exemplo, para atuarem na sacha do milho, que durava de 3 a 4 meses. Em geral, eles constituíam a força braçal dos trabalhos mais brutos, fazendo de tudo para sobreviverem: atuavam também como pedreiros, carpinteiros, serradores e pescadores. Os preços pelos serviços prestados variavam de acordo com o trabalho a ser executado; a idade e a robustez do indivíduo; além do tipo de acordo oferecido pelo contratante – o oferecimento de alimentação, por exemplo, barateava o valor do trabalho à jorna. (BRANDÃO, 1994; MARQUES 2015).

Nas Minas Gerais, a escravidão negra foi a forma de organização de trabalho mais frequente na estrutura da dinâmica social. A sociedade escravista assentava-se na ideia de desigualdade entre os homens e, sendo juridicamente diferenciados, enquanto tal eles deveriam ser tratados. Este era o princípio, regulamentado por leis, alvarás e ordens régias, que dava o aos indivíduos o direito de propriedade sobre outrem e o de aplicarem as mais diversas violências sobre os seus cativos – embora a violência fosse institucional, ela não impedia a existência de relações harmoniosas entre senhores e escravos (GUIMARÃES, 2007).

Embora houvesse variantes conforme as regiões e os sistemas de trabalhos de cada senhor, o escravo rural tinha um ritmo de trabalho que ia do nascer ao pôr do sol, com pausas para almoço e jantar. Aos proprietários das terras cabia a organização do trabalho dos cativos – papel assumido pelas mulheres quando se deparavam com a viuvez. Viajantes europeus, como Thomas Lindley (1802) e John Luccock (1808), destacaram a ociosidade da população branca do Brasil colonial, sobretudo, nas casas mais abastadas: até mesmo as tarefas domésticas eram executadas pelos escravos, ficando distantes da preocupação das senhoras. Ainda mais raro foi o trabalho feminino fora de casa, a não ser quando se deparavam com a viuvez e assumiam a organização da propriedade rural, outrora a cargo de seus maridos (SILVA, 1986).

Ao analisarmos o artesanato rural desenvolvido nas unidades chefiadas por imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira, constatamos o trabalho feminino em plena atividade. A economia doméstica europeia, em que desde muito cedo as meninas eram postas ao aprendizado e desempenho de funções cotidianas, fez-se presente nas pequenas comunidades rurais mineiras a fim de suprir as necessidades das famílias. Como também observado, houve uma diferença na prática desta cultura quando vivenciada na América, sobretudo, no que diz respeito ao perímetro de atuação feminina nas propriedades. Se no Reino moças e mulheres atuavam nos campos, pastos e no interior das habitações, aqui, quando trabalhavam, restringiram-se aos ambientes privados das casas.

A sociedade escravista mineira fez-se sentir nas propriedades dos imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – mesmo em pequenas unidades onde os membros das famílias em idade produtiva ainda atuassem nas atividades agropastoris. A posse de escravos não apenas alterou o sistema de acesso a mão de obra extra, como também interferiu na cultura de divisão do trabalho familiar a qual os reinóis estiveram habituados em suas experiências pregressas à travessia do Atlântico.

Dos 48 indivíduos que deixaram bens passíveis de serem inventariados, 96% foram senhores de escravos, com plantéis de tamanhos variados. Os 2% restantes dividem-se entre inventariados cujo documento está aparentemente incompleto. Entre eles, enquadra-se o inventário do imigrante natural da Ilha do Faial, **José Dutra**: a fonte não descreve os bens que compunham o patrimônio do ilhéu, porém, informa que o seu cabedal foi avaliado em 2:800\$000¹²⁹. Provavelmente, o reinol também foi um senhor de escravos, mas tal afirmação não pode ser efetuada em função da ausência de dados comprobatórios.

¹²⁹ ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de José Dutra. 2SVC, Caixa 3, Ordem 4, 1780.

TABELA 7:
Posse de escravos entre imigrantes portugueses
na Serra da Mantiqueira – século XVIII

<i>Nº de Escravos</i>	<i>Nº de Proprietários</i>	
0	-	-
1 a 5	12	25%
6 a 10	12	25%
11 a 15	09	19%
16 a 20	04	8%
20 a 30	07	15%
30 a 40	01	2%
41 ou mais	01	2%
Sem informação	02	4%
Total de Proprietários	48	100%

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

A partir do exame dos plantéis dos reinóis inventariados, chegamos a um total de 576 cativos distribuídos entre as 46 unidades escravistas. Os escravizados que viveram em companhia de, no máximo, 10 cativos habitaram 50% das unidades que estiveram sob o senhorio de imigrantes portugueses. Os plantéis que comportaram entre 11 e 20 escravos representaram 27% do total. Logo, as pequenas e médias propriedades escravas foram as que mais se fizeram presentes naquele momento (77%), indicando que havia uma significativa distribuição da mão de obra cativa e baixos níveis de concentração de escravos em unidades mais abastadas. Este perfil segue a tendência da paisagem social mineira, marcada pela presença majoritária de pequenos plantéis, ou, ainda, do Recôncavo baiano, onde predominavam as propriedades com até 19 escravos (BOTELHO, 2007; SCHWARTZ, 1988).

TABELA 8:
Número médio de escravos por faixas de fortunas

Faixas de Fortuna <i>Em libra</i>	<i>Nº de Inventários</i>	<i>Total de Escravos</i>		<i>Média de escravos</i>
<i>Até 500</i>	14	72	12%	5,1
<i>501 – 2000</i>	21	350	61%	16,6
<i>2001 ou mais</i>	03	97	17%	32,3
<i>S/ informação</i>	08	57	10%	-
TOTAL	46*	576	100%	

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

*Foram excluídos os dois inventários que não descreveram a posse de cativos. Um dos documentos enquadra-se entre as médias fortunas, 501-2000, e o outro, por não apresentar o valor do monte-mor, insere-se entre os “*Sem informação*”.

Como esperado, a partir da *Tabela 8*, foi perceptível que a média de cativos por plantel cresceu de acordo com o aumento das faixas de fortunas. O maior número de cativos pertencera ao capitão minhoto Antônio Corrêa de Lacerda, detentor do segundo maior patrimônio inventariado entre os indivíduos de nosso grupo de análise: foram 42 escravos avaliados em 2:370\$000 dentro de um monte-mor de 8:770\$125 (2.466,983)¹³⁰. Sua trajetória é, no entanto, atípica quando comparada a da maioria de seus conterrâneos – assim como os demais imigrantes que constituíram fortunas acima de 2000 libras.

A maior parte da mão de obra cativa arrolada nos 46 inventários concentrou-se entre os reinóis compuseram as riquezas médias, de 501 a 2000 libras, que também representam a maioria entre nosso universo de análise. Foram 350 escravos (61%) a estabelecerem uma média de 16,6 cativos por plantel: o cabedal de Francisco de Oliveira Braga, avaliado em 2:430\$400 (683,656 libras), comportou 13 cativos com valor total de 983\$000¹³¹; o de Luís Pires Mundim, de 2:552\$652 (718,045 libras), contemplou 18 escravos apreçados em 1:200\$000¹³².

Entre as pequenas fortunas estivera a menor quantidade de mão de obra escrava: 72 cativos com uma média de 5,1 homens por plantel. Ilustrativos são casos de Matias Cabral, com quatro escravos avaliados em 195\$000 dentro de um patrimônio de 945\$600 (265,991

¹³⁰ Ver notas 108 e 128. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio Corrêa de Lacerda. SJI-03167, Caixa 305, 1794.

¹³¹ Ver nota 105. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Francisco de Oliveira Braga. SJI-04333, Caixa 392, 1770.

¹³² Ver notas 112 e 113. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Luís Pires Mundim. 2SVC, Caixa 1, 1790.

libras)¹³³; de André Martins, com seis cativos com valores totalizados em 434\$000 em um monte-mor de 1:098\$250 (308,931 libras)¹³⁴.

Essas e outras situações reveladas pelos inventários *post-mortem* nos levam a pensar sobre a representação dos escravos nos ativos econômicos das famílias luso-brasileiras na Serra da Mantiqueira. Ao tecer uma análise sobre estancieiros, lavradores e comerciantes do Rio Grande do Sul, Helen Osório (1999, 2007) observou que os inventariantes mais pobres possuíam uma representação maior por parte dos escravos em todo o patrimônio. Para Minas Gerais, Carla Almeida (2010) identificou a mesma tendência entre pequenos e médios proprietários. Vejamos, em específico, a tabela para as localidades habitadas pelos reinóis de nosso grupo de análise:

TABELA 9:
Representação dos escravos na composição do patrimônio de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII

Faixas de Fortuna <i>Em libra</i>	Riqueza Total <i>Em libra</i>	% da riqueza	Valor dos escravos <i>Em libra</i>	% dos escravos	% dos escravos na riqueza <i>Por Faixa</i>
<i>Até 500</i>	3.977,197	11%	1.463,853	13%	37%
<i>501 – 2000</i>	23.319,2078*	68%	7.661,434	67%	33%
<i>2001 ou mais</i>	7.131,134	21%	2.305,766	20%	32%
<i>S/ informação</i>	-	-	988,185	-	-
TOTAL	34.427,538	100%	11.431,053	100%	

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

*A riqueza total das fortunas medianas, entre 501 e 2000 libras, obteve o valor de 24.106,83 libras. No entanto, para esta análise foi retirado o monte-mor de José Dutra (787,623libras), que não teve a propriedade escrava descrita no documento. O outro imigrante sem cativos declarados na fonte, Paulo Pereira da Mota, já está inserido entre os inventariados que também não apresentaram valor de monte-mor, no grupo “*Sem informação*”.

Para a análise da representatividade escrava nas fortunas dos imigrantes optamos por subtrair os valores dos 57 cativos que foram descritos em inventários que não apresentaram o total do monte-mor, uma vez que permaneceria a lacuna da relação entre eles e o cabedal de seus respectivos senhores. Com exceção destes, os escravos, em conjunto, foram avaliados em 11.431,053 libras (40:580\$238): 33% do somatório das três faixas de fortunas, totalizado em 34.427,538 libras (122:389\$897).

¹³³ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Matias Cabral. SJI-05503, Caixa 468, 1781.

¹³⁴ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de André Martins. SJI-011238, Caixa 18, 1810.

Observa-se, a partir da *Tabela 9*, que o percentual da importância da posse de escravos no patrimônio das famílias tendeu a declinar com o aumento da faixa de fortuna: 37% para a primeira, 33% para a segunda e 32% para a terceira. Entre os detentores de cabedais mais alargados haveria maiores opções de investimentos e diversificação de negócios, reduzindo o peso dos cativos na composição patrimonial – justificativa que Helen Osório (1999, 2007) aplica para a tendência do Rio Grande do Sul, a qual a mineira se assemelha.

O sítio de **Manoel Lourenço de Barros**, na paragem “O Bom Jardim dos Gerais”, em Santa Rita de Ibitipoca, lhe rendera um cabedal de 4:241\$867 (1.193,211 libras). Inventariada em 1773, a propriedade dispunha de um plantel constituído por 19 cativos, sendo seis ainda crianças com idades entre 3 e 8 anos. A escravaria do imigrante foi avaliada em 1:451\$000 (408,157 libras): 34% de toda a fortuna de Manoel de Barros, ficando um pouco abaixo apenas dos bens de raiz, que, com 2:050\$000 (576,656 libras), ocuparam a importância de 48% do patrimônio da família. Terra e cativos foram os seus principais ativos econômicos¹³⁵.

Aos menos abastados, a mão de obra cativa seria um investimento possível e acessível às suas economias, além de demarca-los socialmente (OSÓRIO, 1999). Na Paragem do Bom Retiro, “no alto da Mantiqueira”, residiu a família de Luís de Almeida Moreira, um imigrante oriundo da freguesia de Santa Eulália, Bispado de Lamego, região da Estremadura¹³⁶. Quando inventariada, em 1784, as terras foram avaliadas em 300\$000, onde, naquela altura, foram criadas cinco reses bovinas entre grandes e pequenas, dois cavalos – um deles já “muito velho e calejado dos pés” – e 30 cabeças de porcos. Entre os instrumentos para a lide da terra: dois machados e duas enxadas. Mesmo com uma propriedade modesta, o reinol foi senhor de um cativo: Francisco, um africano de nação angolana, apreçado em 100\$000¹³⁷.

Certamente, o trabalho cotidiano contara com a força braçal dos filhos de Luís Moreira. Com a mineira Quitéria Nunes Leal, tivera oito filhos. À época de seu falecimento, as meninas, Maria, Euzébia e Lauriana, eram ainda crianças com idades entre quatro e oito anos. Já os cinco rapazes estavam em idade produtiva: o mais velho com 21 anos e o mais novo com dez. Solteiros, formavam a mão de obra da propriedade do pai – até mesmo o caçula, João, que em tenra idade já devia ter a sua participação nos afazeres diários que geravam a economia familiar.

Para além de uma força extra de trabalho, Francisco Angola configurou um importante investimento efetuado pelo reinol. Se a simplória propriedade rural de Luís de Almeida

¹³⁵ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Manoel Lourenço de Barros. SJI-03073, Caixa 30, 1773.

¹³⁶ AEAM. *Registros de batismos* – diversos.

¹³⁷ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Luís de Almeida Moreira. SJI-010112, Caixa 168, 1784.

Moreira não lhe conferia um cabedal suficiente para se destacar entre os demais imigrantes portugueses, a posse de um cativo concebeu a ele o *status* de senhor, promovendo a sua ascensão na estratificada sociedade mineira. Ademais, o único escravo representara significativos 19% da pequena riqueza da família, avaliada em 529\$380 (148,911 libras). A representação do cativo nos ativos econômicos foi precedida apenas pela terra, que figurou 57% do valor de todo o patrimônio.

Naquele mesmo ano, 1784, fora inventariada a propriedade da família do minhoto Antônio Martins Gonçalves na paragem denominada “A ponte alta”. Os bens de raiz, se houveram, não foram descritos no documento e pouquíssimos bens móveis foram arrolados: seis pratos de estanho já muito usados; um forno de cobre de torrar farinha e um tacho também de cobre. Entre os animais: 14 cabeças de gado vacum; cinco bois de carro e um cavalo castanho – juntos, seus valores somaram 55\$200¹³⁸.

Semelhante à gleba de Luís de Almeida Moreira, a de Antônio Martins Gonçalves mostrou-se bastante simplória, com um monte-mor avaliado em 811\$000 (228,270 libras). Os animais foram representantes de 7% do patrimônio do imigrante, sendo a posse de oito escravos a base de sua diminuta riqueza: Manoel e Rafael, ambos de nação Angola, e o casal Antônio Angola e Eugênia “preta” – alforriada pela viúva de Antônio no momento da feitura do inventário – com seus quatro filhos. O plantel foi avaliado em 710\$000, ou seja, os cativos configuraram vultosos 87% do cabedal da família do reinol! Não fossem os escravos, é bastante provável que não tivesse sido aberto o processo de inventariação dos bens do casal.

De certo, a mão de obra escrava foi muito importante pequena propriedade, visto que Antônio Martins Gonçalves e sua esposa, a mineira Rita Martins Bahia, só tiveram uma filha: Genoveva, batizada em 1766 na capela de Santo Antônio da Bertioiga¹³⁹. Ademais, é perceptível a aplicabilidade de suas economias em cativos. Após adquirir escravos já adultos, naturalmente o imigrante teve a extensão de seu plantel duplicada em função da constituição de uma família escrava em seu interior, gerando quatro crioulos, que, embora não constem suas idades, foram avaliados em 320\$000 – dois deles com valores acima dos de seus pais.

As fontes não nos fornecem outros dados acerca da vivência de Antônio Gonçalves e sua família. Se os escravos somavam aproximadamente 90% de toda a sua pequena fortuna, em que condições a família do imigrante e o seu plantel teriam vivido naquela propriedade rural? Juridicamente, os dois grupos eram diferentes, com superioridade para o homem branco. No entanto, a pobreza do reinol à época de seu falecimento pode nos indicar que a

¹³⁸ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio Martins Gonçalves. SJI-09311 (R-13), Caixa 99, 1784.

¹³⁹ AEAM. Registros de batismos – diversos.

modéstia dos hábitos cotidianos se deu tanto para escravos, quanto para senhores. Quantos espaços, momentos e alimentos não teriam sido compartilhados entre os dois grupos diariamente? Apesar da ínfima economia, Antônio Martins Gonçalves alcançara o *status* de senhor de escravos.

Do patrimônio mais modesto ao mais abastado, fora perceptível que, ao lado dos bens de raiz – independente de suas extensões –, os escravos representaram significativos ativos para as economias. Conquistado espaço de chão que Portugal já não lhes podia oferecer, os reinóis então buscaram elementos de distinção na estratificada sociedade da América Lusa, entre eles, a condição de senhor de mão de obra cativa.

Para além do investimento em mão de obra sobre a qual recairia o peso do trabalho, possuir o controle sobre uma pessoa juridicamente impossibilidade de ser dona de si mesma era ostentar de uma posição social distinta e bem demarcada. A posse de um único cativo era já suficiente para manutenção do *status* social do homem livre e, quanto maior fosse seu plantel, maior seria o seu domínio sobre indivíduos hierarquicamente inferiores: se a manutenção do prestígio e estatuto não acontecesse pela significância dos bens de raiz da família, ela poderia vir com a qualidade de ser-se senhor de outrem.

CAPÍTULO IV

“Meto-me para dentro, e fecho a janela Trazem o candeeiro e dão as boas-noites”¹⁴⁰

*Oxalá a minha vida seja sempre isto:
O dia cheio de sol, ou suave de chuva,
Ou tempestuoso como se acabasse o Mundo,
A tarde suave e os ranchos que passam
Fitados com interesse da janela,
O último olhar amigo dado ao sossego das árvores,
E depois, fechada a janela, o candeeiro aceso,
Sem ler nada, sem pensar em nada, nem dormir,
Sentir a vida correr por mim como um rio por seu leito,
E lá fora um grande silêncio como um deus que dorme.*

Trecho de “O guardador de rebanhos” – Fernando Pessoa

No século XVIII, Rafael Bluteau registrou o significado de casa como sendo *“uma morada de casas, edifício em que vive uma família, com seus móveis & alfaías, amparadas das injúrias do tempo”* (1728, p. 172). A moradia seria, de acordo com Daniel Roche (2000), o centro da vida humana: a finalidade primeira da casa era o abrigo contra as variações climáticas e surpresas da natureza, era o perímetro de acolhimento e segurança de indivíduos. Nesse refúgio, os indivíduos vivenciavam convivência familiar e as relações sociais, criando um espaço de intimidade.

Como ressalta Roche (2000, p. 119), a casa é um *“produto do tempo e produtora de temporalidades diversas”*, logo, ela integrou-se *“a todos os movimentos econômicos e sociais que transformaram o mundo”*. Desta maneira, as funcionalidades dos lares foram sendo moldadas ao longo do tempo até alcançar o perfil de um ambiente de exercício da vida privada.

Em *“História Social da Criança e da Família”*, Philippe Ariès (2006) discorre sobre os caminhos norteadores das transformações pelas quais passaram a família no decorrer dos séculos. As novas conotações da infância e o estreitar dos laços afetivos e conscientes entre pais e filhos fizeram nascer uma necessidade de isolamento: *“O sentimento da família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo. Por muito tempo, as condições da vida quotidiana não permitiram esse entrincheiramento necessário da família.”* (ARIÈS, 2006, p. 164).

A sociedade do Antigo Regime foi marcada pelas clientelas hierarquizadas. Formar esses grupos exigia um exercício de contatos cotidianos traduzidos em frequentes visitas,

¹⁴⁰ PESSOA, Fernando. O Guardador de Rebanhos. In: _____. *Poemas de Alberto Caetano*. Lisboa: Ática, 1993. p.72. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/1117>>.

encontros e trocas. Até o século XVII, as casas recebiam grandes movimentações como um espaço de sociabilidades: não havia separação entre vida profissional, privada e social.

Vivia-se em salas onde se fazia de tudo. Nelas se comia, por exemplo, mas não em mesas especiais: a famosa “mesa de jantar” não existia. Na hora das refeições, armavam-se mesas sobre cavaletes dobráveis (...). Nessas mesmas salas onde se comia, também se dormia, se dançava, se trabalhava e se recebiam visitas. (...) o cômodo onde ficava a cama nem por isso era um quarto de dormir. Continuava a ser um lugar público. Consequentemente, era preciso colocar cortinas em torno da cama, cortinas que se abriam ou fechavam à vontade, para defender a intimidade de seus ocupantes (ARIÈS, 2006, p. 180-181).

Na centúria seguinte, a família, em processo de transformações afetivas e sociais, começa a estabelecer os limites de uma vida particular. As visitas a qualquer hora deixaram de ser usuais e passaram a ser realizadas em dias específicos de recepções ou com aviso prévio através do envio de bilhetes e correspondências. No interior das casas, cada cômodo recebeu a sua função: os quartos para a vida privada; o salão para a vida social e o gabinete para a vida profissional. A reorganização das residências abriu espaço para a intimidade familiar em ambientes privativos, afastados do mundo social (ARIÈS, 2006).

Foi entre o final século XVIII e início do XIX que a clássica distinção entre público e privado fez-se sentir no Brasil Colonial. A noção de público e privado está, para Fernando Novais (1997), associada à formação da nacionalidade. A rigor, não existiria uma “vida privada” anterior ao dito período, visto que, pelo encontro de culturas diversas no território brasileiro, as condições de privacidade estariam ainda em desenvolvimento. No processo de formação de um sentimento nacional, os níveis de público e privado conviviam de maneira imbricada. Para demonstrar a ligação entre as duas esferas, o historiador destaca um trecho bastante interessante escrito pelo Frei Vicente do Salvador na terceira década de do século XVII:

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue, e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa (Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil (1500-1627)* apud NOVAIS, 1997, p. 14).

A fala do cronista, além de evidenciar que os níveis público e privado estavam inextricavelmente ligados, revela que as duas esferas apresentavam-se de forma curiosamente invertida. A imbricação é demonstrativa do que a Colônia tinha em comum com o Reino – uma vez que a conexão entre público e privado fora marcante na Época Moderna –, e na

inversão residiria a peculiaridade do hábito quando vivenciado no Novo Mundo, que provocou estranheza ao olhar do frade europeu. A vida privada no Brasil formou-se, portanto, a partir da articulação e adaptação de hábitos e costumes diversos, considerando as especificidades da América Portuguesa que renderam contornos particulares aos espaços para o exercício de vivências apartadas da vida pública.

Para o presente trabalho, interessa-nos conhecer o espaço em que os imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira puderam conviver intimamente com os seus familiares, os limites que as fontes da época denominam “portas adentro”. Sem dúvidas, em regiões longínquas, sertanejas, marcadas pela dispersão dos habitantes e pela rusticidade dos caminhos; os locais para sociabilidade eram escassos, limitando-se às paróquias em dias de missa e festejos religiosos. Nesse cenário, as casas assumiram um importante significado para o exercício da convivência. Aqui, importa-nos não apenas essa imaterialidade das moradias mineiras, como também o aparato material que proporcionou o mínimo de conforto para a vivência dos reinóis na América.

4.1 Espaço doméstico rural

Pensar a casa de morada na Serra da Mantiqueira setecentista é fazer, antes de tudo, uma abordagem acerca da casa rural. A característica primeira dessa tipologia é da funcionalidade que lhe é imperativa: além do resguardo da família, ela é uma unidade de trabalho que abriga os instrumentos, as colheitas, os animais e toda a produção econômica. A tipificação da casa rural não se baseia apenas nos materiais empregados em sua construção e no seu plano exterior, mas, sobretudo, em sua finalidade que resulta da relação entre homem, gados e coisas. (ROCHE, 2000; DEMANGEON, 1998 *apud* VILAÇA, 2015).

Entre 1809 e 1810, John Mawe, ao passar por Minas Gerais descrevera toda a movimentação e dinamismo da vida cotidiana que se desenrolava em todo o espaço agrário, que era também o doméstico:

O complexo agropecuário deve também ser visualizado pelo lado animado por pessoas e animais interagindo nele, no desempenho de variadas tarefas, na luta do dia-a-dia, produzindo e consumindo. Do preparo da terra ao cultivo da roça, colheita e transporte no moroso carro de bois norteado pelo carreiro e seu candeieiro. (...) Até mesmo no âmbito doméstico, nas lidas da casa, o vai-e-vem de escravas e de moleques, a preparação de produtos destinados à alimentação: doces, biscoitos, carne; das refeições triviais diárias às variadas iguarias dos dias de festa; e mais fabricação de sabão, fiação de algodão e de lã para a tecelagem rústica e confecção de roupas. Os cuidados com as crianças; a chegada de hóspede e o convívio no meio familiar. (MARTINS, 1998, p. 37 *apud* BENICASA, 2010, p. 7-8)

Sendo a casa um “*palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários*”, o seu aspecto exterior não deve ser posto à margem da análise, uma vez que as características de seu entorno podem revelar importantes questões da vida de seus habitantes. Assim, quintais; jardins; hortas; plantas e edificações de anexos, delimitados por muros, eram parte do espaço doméstico (LEMOS, 1989, p. 9; ALGRANTI, 1997), como revela o olhar de Auguste Saint-Hilaire sobre a Fazenda do Ribeirão, em São João Del Rei:

As benfeitorias desta fazenda obedecem ao mesmo sistema de todas as outras desta comarca [Rio das Mortes]. Um muro de pedra seca, mais ou menos da altura de um homem, rodeia em parte um pátio muito vasto, no fundo do qual ficam enfileiradas, umas ao lado das outras, as casas dos negros, as pequenas construções que servem de depósitos e locais de beneficiamento dos produtos agrícolas, e a casa do dono (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 46).

No subcapítulo anterior, quando tratamos da exploração agropastoril, pudemos observar a presença e a funcionalidade desses edifícios secundários que rodeavam a residência das famílias e davam apoio às atividades econômicas preeminentes: telheiros que protegiam engenhos, moinhos e monjolos para a produção e feitura dos alimentos colhidos; paiol para armazenamento de víveres e depósito de maquinários e instrumentos agrícolas; e senzalas, que eram as moradas dos escravos.

Se o espaço doméstico rural era todo desenvolvido para responder às necessidades de seus habitantes, ultrapassando, inclusive, os limites do teto da moradia, como teria sido a edificação central dessas habitações? Qual teria sido a aparência das casas de morada das famílias luso-brasileiras na Serra da Mantiqueira? Em que tipologia se enquadravam os espaços em que homens, mulheres e crianças se recostavam para o descanso da lide diária e se reuniam para momentos apartados dos olhares externos?

As normas relativas à construção de moradias foram herdadas de Portugal, que apresentava aspectos arquitetônicos variados em função das diversidades geoclimáticas de suas regiões. Ao Norte, zona proveniente da maioria dos imigrantes que se estabeleceram nos matos gerais da Mantiqueira, prevaleceram as casas erguidas de pedras e quase sempre elevadas do chão. Ao Sul, as casas eram de taipas ou tijolos de adobe ou cozidos, aderidas ao relevo do solo (LEMOS, 1993). Devemos considerar, ainda, a arquitetura das ilhas atlânticas, de onde saiu parte considerável de nossos personagens de análise. Até o século XVI, a grande maioria das casas açorianas e madeirenses era erguida em madeira – material abundante e servido localmente – e pouco a pouco se impôs a construção de pedras unidas por cerro e

alguma quantidade de barro com o aperfeiçoamento de técnicas para a difícil pedra vulcânica (SOUZA, 2011).

Trazidas para o contexto brasileiro, um território de dimensões continentais e, por isso, muito diverso, as técnicas e tipologias levaram um tempo para serem adaptadas. As adaptações arquitetônicas fizeram com que as casas brasileiras apresentassem características que as singularizaram, exprimindo, portanto, uma arquitetura residencial americana. Vários foram os fatores determinantes para o nascimento de uma moradia típica brasileira, como: o clima, as longas distâncias entre as áreas rurais e urbanas e alguns aspectos de natureza social, como o isolamento feminino e as práticas religiosas no ambiente doméstico. Em alguns lugares, sobretudo, de áreas urbanas se conseguiu com certo êxito a aproximação com os partidos arquitetônicos do Reino. No caso de Minas Gerais, por exemplo, a forte presença portuguesa atraída pelo ouro e pedras preciosas influenciou vigorosamente o aspecto externo das construções. Já as casas rurais caracterizaram-se pela falta de uniformidade, optando por materiais mais práticos que atendessem às necessidades locais, sem nenhuma intensão plástica (BENICASA, 2010; LEMOS, 1989; 1993).

Depois de conhecer o contexto em que imigrantes portugueses adentraram as terras que habitaram até o fim de suas vidas, torna-se bastante instigante aceder à imagem de suas casas de morada. No entanto, esse mesmo contexto que aguça a curiosidade é o que propicia obstáculos que impedem a visibilidade desses importantes espaços. Sabemos que os edifícios foram erguidos em meio a dificuldades inerentes às localidades mineiras que ainda passavam pelo processo de vir a ser, de descobertas e desenvolvimento. Ademais, também foi perceptível a predominância de economias modestas, apesar de todo o dinamismo produtivo, entre os reinóis que tiveram os bens inventariados. Logo, como de consenso historiográfico, quanto mais simplório o cabedal erguido pelos indivíduos do passado, mais escassos os rastros que contemplem detalhes e singularidades de suas vivências.

Os inventários *post-mortem*, corpus documental que nos permitem adentrar ao ambiente doméstico a partir da descrição dos bens do inventariado, muito pouco nos disseram sobre a aparência e formas das casas de morada dos imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira: tipologia das casas; materiais empregados nas construções; quantidade de cômodos, bem como suas finalidades. Porém, mesmo diante de poucos dados, algumas sutilezas que acompanham as informações sobre os bens imóveis, aliadas às descrições de cronistas e viajantes europeus e às narrativas acadêmicas acerca do cotidiano da Colônia, podem suscitar certas inferências.

Quando pensamos a Serra da Mantiqueira em suas primeiras décadas de ocupação, com seus respectivos sertões, não é difícil vislumbrar um ambiente marcado por profunda rusticidade. Seguramente, as estruturas erguidas em suas localidades seriam um retrato de todo esse contexto. Segundo o arquiteto Vladimir Benincasa (2010), os muros e cercas que delimitavam o espaço doméstico rural mineiro seguiram o perfil das propriedades minhotas, comumente cercadas por paliçadas ou muro de pedra seca – alvenaria que dispensa rejunte e alcança sua forma a partir da estabilização das pedras pela sua intercalação com outras. Quanto às técnicas construtivas das moradias, entre as casas rurais mineiras setecentistas predominaram as estruturas de madeira, abundantes nos ditos matos gerais, preenchidas por taipa de mão e adobe, que se apoiavam em pés direito ou esteios de pedra ou madeira. Esta composição dava um perfil mais orgânico às casas, que podiam crescer e diminuir conforme a necessidade, além da imensa possibilidade de se trabalhar as aberturas – portas e janelas –, cujos vãos restantes seriam preenchidos com pau a pique ou adobe, compondo as paredes.

Quando observamos especialmente as propriedades habitadas por imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira, constatamos – dentro dos limites impostos pelos inventários *post-mortem* –, algumas daquelas características registradas por europeus que estiveram de passagem pelas Minas e pelas narrativas historiográficas, por exemplo: a fazenda do lisboeta Tomás Pereira da Silva tivera toda a sua área circundada por muros de pedra; o quintal do ilhéu Antônio da Costa Botelho, contíguo à casa de morada, fora cercado de paus; e os pomares de Domingos Gonçalves de Moraes e de Constantino Francisco Guimarães, delimitados por cercadas de madeira¹⁴¹.

No que tange à construção das casas de morada, o *corpus* documental deixou rastros somente sobre o que diz respeito à cobertura das moradias. No início da Época Moderna, as casas das Ilhas portuguesas recebiam a palha para protegê-las das intempéries. Assim com a arquitetura de pedra substituiu a de madeira com o passar dos séculos, a cobertura de telha se fez preeminente nessas construções. Em algumas regiões generalizou-se, ainda, a tradição da cobertura em barro, denominada “salão”: um tipo de cobertura constituída por materiais vulcânicos decompostos que, além de proporcionar a barreira com o meio externo, funcionava como um excelente regulador térmico (SOUZA, 2011).

A casa camponesa minhota – da qual as Minas herdaram o perfil de edificações distribuídas em torno da casa de morada, comumente cercadas por muros ou cercas – era,

¹⁴¹ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio da Costa Botelho. SJI-03602, Caixa 34, 1800; Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves de Moraes. R030, Caixa 165, 1783; Inventário *post-mortem* de Tomás Pereira da Silva. C-28, 1812. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Constantino Francisco Guimarães. 1SVC, Caixa 22, Ordem 16, 1796.

geralmente, edificada em pedra e barro ou apenas pedra. Ao desenvolver uma detalhada investigação sobre essas moradias, Margarida Durães (2000), constatou que, mesmo com semelhanças existentes entre as estruturas habitacionais da região, a cobertura das moradias portava um significado que ultrapassava o da utilidade do material. De maneira geral, as coberturas eram de colmo, uma palha comprida que se usa para cobrir edificações. Quando eram telhadas, significava certa riqueza de seus habitantes ou progressos pelos quais estivessem passando: se a situação econômica melhorasse, o lavrador se via com cabedal que poderia ser investido na melhoria de sua habitação, introduzindo, por exemplo, a telha.

Para Fernand Braudel (1995), os telhados eram uma espécie de mapa social. A partir de uma pintura que representava uma aldeia da Época Moderna, o historiador francês chegou a uma distinção entre camponeses pobres e camponeses abastados: as casas dos primeiros, cobertas de colmo, receberam uma cor cinzenta; já as moradias dos outros, com coberturas de telha, foram pintadas em vermelho. Segundo Braudel, ter uma casa coberta de telha era sinônimo de distinção social para as famílias que viveram no século XVIII.

Para a Serra da Mantiqueira, a descrição das coberturas não foi unânime em entre o universo de 48 propriedades inventariadas. Porém, o número de caracterizações da estrutura superior que protegia as residências de intempéries apontou para apenas três casas cobertas de capim e 22 moradias telhadas. De maneira geral, os edifícios de anexos receberam coberturas mais simples, de capim, enquanto as casas de morada, conforme a constatação quantitativa, receberam telhas. Os edifícios secundários só foram também telhados em propriedades mais abastadas¹⁴².

Duas das três habitações cobertas de capim foram inventariadas em 1767 e 1770, respectivamente – período coincidente com o fim da trajetória de vida dos primeiros imigrantes que habitaram as pequenas localidades da região e que, conforme explanação efetuada nos subcapítulos anteriores, estiveram fadados a maiores dificuldades. É imaginável que as primeiras edificações tenham sido de perfis ainda mais simples e rústicos do que as que foram erguidas posteriormente.

A estrutura dos edifícios erguidos por nossos personagens demonstraram uma ascensão socioeconômica para esses indivíduos quando a colocamos sob o olhar comparativo com as vivências pregressas à migração para o Brasil. Porém, a presença majoritária de casas de morada cobertas de telhas, descortinada por inventários que contemplam todos os níveis de riqueza, pode revelar que tal elemento não foi um indicador de estatuto para o contexto da

¹⁴² ACAHMPAS e IPHAN/SJDR. Inventários *post-mortem* – diversos.

América Lusa. É importante a lembrança de que as técnicas de construção trazidas do Reino tiveram de ser adaptadas ao clima brasileiro. No caso das coberturas das moradias, o calor dos trópicos exigia o emprego de arcabouços que amenizassem a temperatura e foram as telhas que, segundo Carlos Lemos (1993), permitiram com mais facilidade a circulação do ar pela casa adentro. Logo, o contexto brasileiro não apenas solidificou a superioridade das telhas, uma vez que a palha ou o capim eram mais leves, de durabilidade mais curta e suscetíveis a incêndios, como as transformou em uma estrutura de primeira necessidade ao bem estar dos habitantes – funcionalidade bastante semelhante ao tipo de cobertura que se difundiu entre as ilhas açorianas e madeirenses.

Um dos elementos mais característicos da arquitetura rural mineira, de acordo com Benincasa (2010) teria sido o alpendre – uma espécie de varanda geralmente localizada na parte frontal das casas –, que representava um limite físico entre as áreas social e íntima. Naquele tempo, a ausência de locais de pouso aliada à vagarosa locomoção de longas distâncias tornavam a hospitalidade de viajantes uma obrigação social. Quando a hospedagem era oferecida, aos hóspedes era vedado o acesso ao interior das moradias, cabendo-lhes o abrigo dos alpendres, onde podiam armar suas redes e se proteger das chuvas. Em habitações mais abastadas, poderia haver quarto para hospedaria ao lado do alpendre. Na ausência desse espaço, os visitantes eram frequentemente instalados nos edifícios de anexo, que abrigavam o monjolo e as casas de farinha, por exemplo (ALGRANTI, 1997; LEMOS, 1993).

Como mencionamos anteriormente, ao abordarmos a mão de obra feminina, mesmo algumas áreas externas à casa de morada não deixaram de serem reservadas a vivências tão privativas quanto a dos interiores das moradias. É o caso dos quintais, ou jardins, como são denominados pelas palavras de viajantes estrangeiros. Eram nessas áreas que a vida doméstica das mulheres se desenvolvia: plantava-se os alimentos e temperos para consumo cotidiano; criava-se animais de pequeno porte e instalava-se pequenas oficinas, como a de tecelagem. Nos quintais as mulheres passavam boa parte do tempo, enquanto os homens cuidavam dos trabalhos do campo e das pastagens. Os relatos de Auguste de Saint-Hilaire, registrados no início do século XIX, descreveram a interdição dessas áreas, geralmente situadas ao fundo das casas, à presença de desconhecidos ou pessoas alheias à participação da vida íntima das famílias¹⁴³. Hábitos como esses, atentamente descritos por viajantes que passaram pelo Brasil, demonstram a dificuldade de acesso ao interior das casas e o preservar da intimidade familiar,

¹⁴³ Ver citação da página 134.

tolhida às visitas e até mesmo aos conhecidos ou parentelas mais afastados (ALGRANTI, 1997; MENESES, 2007).

Quanto às dependências internas das casas, os documentos que remetem ao nosso grupo de análise nada exprimem sobre as suas dimensões e funções das acomodações. As casas menos abastadas do Brasil colonial – do campo ou da cidade – foram marcadas pelo reduzido número de cômodos e, conseqüentemente, pela superposição de funções e atividades que neles se desenvolviam. Muitas vezes, a casa era formada por um ou dois aposentos, nos quais se dormiam todos os membros da família e chegavam a abrigar pequenas oficinas. Em suas incursões pela Colônia, John Mawe observou que as casas dos lavradores eram “*miseráveis choupanas de um andar*”, sendo a cozinha “*um compartimento imundo, com o chão lamacento, desnivelado, cheio de possas d’água onde pousam as panelas de barro, em que cozinham a carne. O lugar fica cheio de fumaça que, por falta de chaminé, atravessa as portas e se espalha pelos outros compartimentos deixando tudo enegrecido de fuligem*” (MAWE, 1978, p. 68 *apud* ALGRANTI, 1997, p. 100).

Os pequenos cubículos minhotos, como designa Margarida Durães (2000), também apresentavam poucas divisões em seus interiores e em alguns casos, uma só divisão era simultaneamente utilizada como cozinha, sala e quarto, onde se aglomeravam todos os membros da família. A historiadora percebeu, ainda, a ausência de chaminés, levando-a a crer que a fumaça das lareiras e cozinhas saía pela porta, pelas fissuras dos telhados ou através de telhas levantadas – situação agravada pela frequente inexistência de janelas em função do tipo de arquitetura. Em casos de casa bicelular ou pluricelular, a cozinha poderia deixar de estar inserida nos espaços de repouso da família, o que evitaria tal desconforto (VILAÇA, 2012).

A casa açoriana setecentista também tivera tamanhos diminutos, com um interior de dois ou três compartimentos. Mas a cozinha era formada num corpo independente que, segundo Élvio Souza (2011), seguia a tradição romana e era a maneira de prevenir incêndios. Decerto, foi para evitar desconfortos e acidentes que encontramos para as propriedades dos reinóis nas Minas Gerais alguns casos em que a cozinha recebeu uma edificação externa à casa de morada. A gleba de Tomás Pereira da Silva tivera uma “casa de cozinha” entre seus anexos, assim como a fazenda de José Rodrigues Carneiro¹⁴⁴.

Nas regiões mais frias da Europa, o fogo ou as áreas onde se encontravam o fogão serviam de espaços de aconchego: ali, as famílias se reuniam para desfrutar do calor das

¹⁴⁴ IPHAN/SHDR. Inventário *post-mortem* de Tomás Pereira da Silva. C-28, 1812; PC. Inventário de José Rodrigues Carneiro, 1818. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgGL/joserodriguescarneiro1818analourencadesouza1811.htm>>.

chamas depois das refeições invernais. Mais uma vez, o calor tropical exigiu mudanças. As altas temperaturas dos fogões e a fumaça das chamas transformariam o interior das residências em ambientes pouco suportáveis para serem ocupados. As pequenas propriedades que contavam com alguma mão de obra cativa, mas não dispunham de senzala, tinham, sobretudo, nas cozinhas o ambiente para repouso dos escravos, que, próximos ao fogão, dormiam em esteiras (ALGRANTI, 1997; LEMOS, 1976).

Ora, em meio à simplicidade estrutural das casas de morada rurais nas Minas, não é difícil de imaginar que tudo pudesse se passar à vista de todos, remetendo à promiscuidade familiar abordada por Philippe Ariès (2006), que era resultante das exíguas dimensões das habitações de camponeses franceses. No entanto, um detalhe nos chamou a atenção na maneira como foram elencadas as moradias de algumas propriedades da Serra da Mantiqueira: “uma morada de casas”, “casas de vivenda”, “um sítio com casas de vivenda coberta de telhas e outra morada de casas que parte da banda de cima”¹⁴⁵. A pluralidade nas descrições pode suscitar a existência de inúmeros pequenos edifícios espalhados pelo terreno destinados à moradia, deixando-nos entrever uma necessidade de intimidade e independência por parte dos reinóis que habitaram a região. Possivelmente, descendentes e agregados, fossem solteiros ou casados, poderiam residir na propriedade desfrutando de espaços privativos e, em consequência, desimpediriam a vivência mais íntima entre os demais membros da família.

A pluralidade mineira assemelhou-se ao tipo de vivência minhota, identificada por Durães (2000). Referências como “da casinha de baixo” e “as casas da parte nascente” levaram a historiadora a entrever que descendentes celibatários e viúvas poderiam viver de maneira autônoma em espaços a eles reservados enquanto se mantivessem naqueles estados. Para Margarida Durães, esse tipo de vivência alimentou o espírito individualista do camponês do Minho, fazendo jus ao ditado que diz: “*quem casa quer casa*”, ao qual ela sugere que seja acrescido de “*quem não casa, também a quer*” (DURÃES, 2000, p. 167-168).

Tendo conhecido um pouco do espaço e das estruturas habitacionais de portugueses enraizados em comunidades rurais das Minas setecentistas, aguça-nos o desejo de explorar o recheio de suas casas. Decerto, os pequenos espaços dos cômodos, que poderiam ser divididos entre diversas pessoas, não abrigaram um vasto mobiliário. Também é possível que a rusticidade do meio tenha condicionado a opção pelo equipamento de primeira necessidade:

¹⁴⁵ ACAHMPAS e IPHAN/SJDR. Inventários *post-mortem* – diversos.

não nos esqueçamos de que a unidade doméstica do campo era dotada de funcionalidade para o desempenho das atividades cotidianas. Vejamos.

4.2 Portas adentro

O interesse pelo vislumbre da imagem interna das casas rurais e sertanejas habitadas por imigrantes nas Minas Gerais setecentistas ultrapassa a curiosidade e almeja a compreensão do valor que os objetos de mobília e de utilidade tiveram para aquelas famílias. As guarnições domésticas – muitas vezes denominadas por “trastes” pelos louvados – são testemunhas de um contexto e de costumes, capazes de conceber mensagens que referenciam uma época. Estamos falando de uma sociedade em que as residências, fossem de baixos ou elevados estatutos, caracterizaram-se pela precariedade do equipamento doméstico – salvas algumas exceções, como convencionado pela historiografia brasileira. Nesse cenário, mesmo a presença exígua de certos elementos pode refletir o *modus vivendi* de reinóis na Serra da Mantiqueira, exprimindo seus comportamentos ao nível alimentar, higiênico e social – uma vez que a posse de certos objetos poderia constituir alguma distinção.

A precariedade e modéstia do mobiliário nos ambientes domésticos, comum a toda Colônia, fica evidente nas narrativas de viajantes. No início do século XIX, Saint-Hilaire descrevera a simplicidade de uma fazenda mineira:

(...) Não se conhecem nas casas de fazendeiros nenhum desses móveis que acumulamos em nossos aposentos, guardam-se as roupas nas malas, ou, antes, dependuram-se em cordas, a fim de preservá-las da umidade e dos insetos. As cadeiras são raras, e as pessoas se sentam em bancos, tamboretas de madeira e escabelos. Nas casas dos ricos, os leitos são os móveis que merecem mais cuidados, as cortinas e as colchas são muitas vezes de damasco, e os lençóis de um tecido de algodão muito fino, têm guarnições de renda. Quanto ao colchão, compõe-se simplesmente de um fardo de palha de milho desfiada; mas, em país tão quente, dormir-se-ia pior sobre lã ou penas. (SAINT-HILAIRE, 1775, p. 96 *apud* BENICASA, 2010, p. 14)

O olhar atento do naturalista francês, sem dúvidas, se deu pela sensação de contraste com o interior das casas europeias. O século XVIII assistiu ao desenvolvimento econômico da classe média e, conseqüentemente, ao crescimento da procura por móveis de decoração. A França, ao lado da Inglaterra, foi um dos mais importantes centros de produção de mobiliário: desde o século XVI, Paris dispunha de todas as ferramentas e técnicas de construção de móveis. A banalização no mobiliário no cotidiano, bem como a percepção da importância das peças, se deu não apenas pela capacidade aquisitiva dos indivíduos, mas também pelo cabedal

sociocultural dos locais onde viviam. Em Portugal, por exemplo, o mobiliário era influenciado pela produção francesa e inglesa e ainda assistiu à criação de tipologias próprias por parte de seus marceneiros e ensambladores, no entanto, as novidades tardavam a chegar a fazer parte do dia a dia de toda a população (ROCHE, 2000; VILAÇA, 2012).

Certamente, com o Brasil não foi diferente. As casas luso-americanas ainda contavam com o agravante das longas distâncias, tempos de espera e elevados custos de objetos importados. E aqui, especificamente, estamos a falar do interior de casas rurais, em sua maioria de espaços exíguos, onde dificilmente se comportaria bens móveis abundantes e diversificados. Além das dimensões das acomodações, há a questão da sobreposição de finalidades: comia-se, dormia-se e convivia-se em um mesmo espaço.

De maneira geral, os inventários *post-mortem* revelaram as casas de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira como ambientes praticamente nus no que toca ao mobiliário. Objetos com finalidade apenas decorativa deram lugar àqueles que atendiam às necessidades básicas do dia a dia. Bens móveis poucos diversificados que, entre as casas modestas e abastadas, só se diferenciaram pela quantidade, pela qualidade do material a partir do qual foram produzidos e pelos seus estados de conservação. Apesar da utilidade cotidiana, a diversidade quantitativa revelou moradias nas quais certos móveis não fizeram parte do patrimônio familiar.

Para acessarmos os bens móveis que equiparam as casas e os hábitos de reinóis na Serra da Mantiqueira setecentista, bem como compreendermos suas finalidades para as famílias, consideramos pertinente adotarmos uma divisão de acordo com os seus usos. Para tanto, nos inspiramos em categorias aderidas por Olanda Vilaça (2012) para sua análise sobre patrimônios móveis do Baixo Minho, com algumas modificações coesas às informações extraídas dos inventários *post-mortem* mineiros. Na primeira subdivisão estarão inseridos os mobiliários, compreendidos em: móveis de guarda; móveis de descanso e repouso; e móveis de utilidade. No segundo agrupamento estarão os objetos que guarneceram as moradas e os de uso pessoal dos imigrantes, a partir das seguintes esferas: utensílios domésticos; roupas de casa; higiene; vestuário; joias e adornos; armamentos e objetos de devoção.

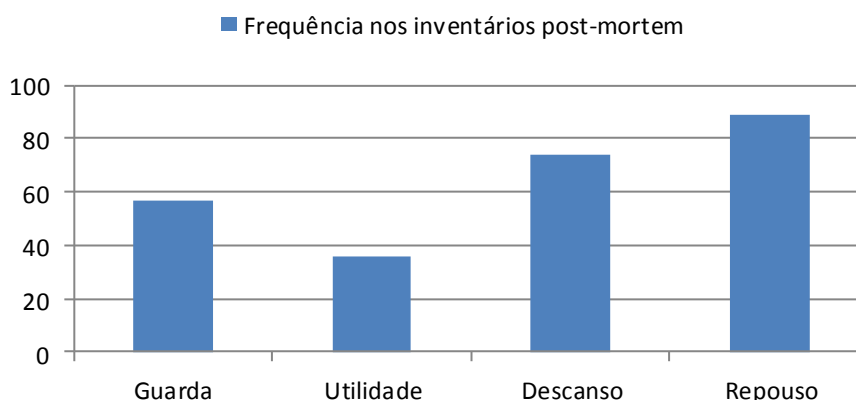
4.2.1 Mobiliário

O surgimento do mobiliário tradicional se insere nas exigências concebidas para que produtos, coisas e bens pudessem ser conservados. O definidor da necessidade e da utilidade de cada móvel estivera relacionado às condições da vida familiar e dessas mesmas

circunstâncias se dependia a diversificação da mobília. Para populações rurais e urbanas, o essencial era resolver parcimônias relativas ao trabalho, ao descanso, ao sono, ao preparo dos alimentos e à sociabilidade (ROCHE, 2000).

Pois bem, nesta primeira análise foram agrupadas as mobílias que compuseram o interior das casas de nossos personagens. O gráfico a seguir representa a frequência com que o mobiliário das quatro tipologias – guarda; utilidade; descanso e repouso – apareceu entre as 48 propriedades inventariadas.

GRÁFICO 6:
Distribuição do mobiliário por funcionalidade nos inventários *post-mortem* de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII



Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

A maior quantidade de móveis fora representada pelas mobílias de *repouso*: um total de 89 peças distribuídas entre 27 casas, ou seja, 56% das residências foram equipadas com camas, catres e preguiceiras. O mobiliário que compôs a tipologia *descanso*, representada por bancos e tamboretas, totalizou 70 peças repartidas entre 17 propriedades (35%). Com 57 mobílias, entre armários, baús e canastras, os móveis de *guarda* foram descritos por 69% dos documentos, ou seja, 33 inventários *post-mortem*. Por fim, 36 mesas representaram o mobiliário de *utilidade*, fazendo-se presentes em 28 moradias (58%).

Se mudarmos nosso olhar sobre os dados explanados no parágrafo anterior, iremos perceber que os móveis de *guarda* foram os que se estenderam para o maior número de domicílios (69%), seguidos por: *utilidade* (58%); *repouso* (56%) e *descanso* (35%). Reitera-se, portanto, que a quantidade de peças variou de uma casa para a outra e que a presença deste ou daquele móvel não foi unânime em todas as propriedades. É também importante salientar

que outros tantos móveis podem ser inseridos em cada uma das ditas categorias, como bancas e bufetes entre as mobílias de utilidade ou escabelos e canapés na tipologia de descanso. No entanto, nossa análise centrar-se-á no mobiliário descortinado pelos inventários *post-mortem* dispostos para o presente trabalho.

TABELA 10:
Composição do mobiliário do interior das casas de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira – século XVIII

Tipologia	Total de móveis	Nº de inventários
<i>Guarda</i>	57	33 (69%)
Armário	04	04
Baú	04	03
Caixa	46	29
Canastra	03	02
<i>Utilidade</i>	36	28 (58%)
Mesa	36	28
<i>Repouso</i>	89	27 (56%)
Cama ou colchão	16	07
Catre	60	23
Leito	01	01
Preguiceira	12	04
<i>Descanso</i>	70	17 (35%)
Banco	53	17
Tamborete	17	05

Fonte: ACAHMPAS e IPHAN/SJDR, Inventários *post-mortem* – diversos.

A resguardar as diferentes proporções com que o mobiliário das quatro tipologias acima descritas apareceu nos inventários *post-mortem*, em uma análise preliminar na *Tabela 10* é possível vislumbrar que casas dos reinóis nas Minas foram guarnecidas basicamente por caixas, mesas, catres e bancos. No entanto, esses números encobrem pormenores que melhor caracterizam o equipamento dessas propriedades.

Embora os móveis de guarda tenham sido os mais sobressalentes em função de suas descrições no maior número de inventários, os documentos revelaram que tais residências

dispunham de pouquíssimas mobílias destinadas ao acondicionar do quer que fosse. Armários, baús, caixas e canastras – nenhum outro além desses – foram as mobílias de guarda identificadas nas casas de nossos protagonistas. A utilização desses tipos de móveis se desenvolveu, conforme o diagnóstico Daniel Roche (2000), com a necessidade de organização dos objetos que se multiplicavam dentro do espaço íntimo que, na Época Moderna, estava a passar por modificações. O “escondido” simbolizava limpeza, opondo-se ao que ficava amontoado e espalhado pelo chão, expostos à vista: a nascente vivência privada prezava pelo secreto.

O uso de armário, baú e canastra foi de ínfima amplitude nas propriedades dos imigrantes, contrapondo-se à percepção de Daniel Roche (2000) de que o baú foi o móvel baixo mais recorrente nas zonas rurais do período moderno. A casa de Domingos Rodrigues Carneiro contara com um baú pequeno encorado de moscóvia e ornado com fechaduras, avaliado em 2\$400. A de Antônio Corrêa de Lacerda, com dois baús “velhos” avaliados em 2\$000, cada. A peça de Alexandre Lopes Raio, sem referência à matéria-prima ou estado de conservação, alcançara o valor de 3\$600¹⁴⁶.

A baixa frequência dos baús também foi identificada por Olanda Vilaça para casa rural no Baixo Minho, sob a justificativa de que eram usados por famílias de economias mais abastadas. É bastante provável que o fundamento da historiadora portuguesa também se aplique à realidade do contexto aqui abordado: Antônio Corrêa de Lacerda ostentou uma grande fortuna, com um monte-mor de 8:770\$125 (2.466,883 libras) e Domingos Rodrigues Carneiro constituiu um significativo cabedal, avaliado em 4:771\$785 (1.342,274). A trajetória de Alexandre Lopes Raio foi bem mais modesta do que a de seus compatriotas: poucos bens móveis constituíram a guarnição de sua habitação e o baú, sem dúvida, foi um objeto de importante valor dentro de um patrimônio de 1:293\$932 (363,975 libras). Relembremos, então, que Alexandre, mesmo com uma economia pequena, foi um homem bem relacionado naquela sociedade, estabelecendo laços espirituais e econômicos com a família do afamado Manoel Lopes de Oliveira: vínculos que, certamente, lhe auferiu ganhos e benefícios de naturezas diversas¹⁴⁷.

Os armários, segundo Daniel Roche (2000), traduziam certo aburguesamento: ao estabelecer possibilidade de ordens vertical e horizontal, o mobiliário superava a aparência de amontoado característica do interior de caixas, arcas e baús, nos quais era necessário remexer

¹⁴⁶ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. SJI-03207, Caixa: R041, 1787; IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio Corrêa de Lacerda. SJI-03167, Caixa 305, 1794; IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Alexandre Lopes Raio: Notação SJI-01553, Caixa 200, 1770.

¹⁴⁷ Apadrinhamentos de Manoel Lopes de Oliveira, na seção 2.3.3 *As relações compadrescas* do Capítulo II.

para retirar objetos. A presença de armários seguiu lógica semelhante à dos baús na Serra da Mantiqueira: somente os ostentaram as residências com maior diversidade de mobiliário, logo, as de economias maiores. O desfrute da peça limitou-se, ainda, a apenas uma unidade em cada propriedade que tivera seu uso descrito no inventário, como revela a *Tabela 10*. O dito Domingos Rodrigues Carneiro foi um dos poucos imigrantes a portar um armário em sua residência.

Foi a caixa, sem dúvida, o móvel fundamental para a organização do espaço doméstico dos imigrantes lusitanos em localidades rurais mineiras. Um total de 46 peças distribuídas entre 29 propriedades comportou tamanhos variados (caixetas, caixas e caixões); presença ou ausência de fechadura; estados de conservação diversos, tendendo para o desgaste (“muito usada”; “velha”); e uma maioria de caixas produzidas em pau-liso, uma madeira de qualidade mais vulgar. Em caixas guardava-se de tudo: alimentos para consumo diário e excedentes de produção; vestuário; têxteis do lar; utensílios; joias; documentos. Colocadas sobre estrados acima do chão, eram resguardadas do ataque de roedores e da ação da umidade (ALGRANTI, 1997).

Enquanto para o Noroeste português e para as Minas as caixas também foram os meios ideais para a proteção e conservação dos produtos da lavoura, nas Ilhas Atlânticas a sua funcionalidade não assumiu tal perfil. Para o armazenamento de cereais foi bastante comum guardá-los dentro de enormes vasos de cerâmica e, em seguida, acondicioná-los em covas com o cuidado de não transpassar umidade para os alimentos. Por mais que os produtos da terra fossem semelhantes entre os três espaços, os hábitos ilhéus podem ter sido marcados por maiores distinções em função de seu quadro natural. Mas isso não inibiu o uso de tão corriqueiro mobiliário, que, talvez, tenha se restringido mais aos usos no interior do ambiente doméstico. Vemo-las presentes na descrição de João Marinho dos Santos acerca da modéstia das habitações açorianas: “(...) o tecto é desfarrado, as divisórias são painéis de madeira, a luminosidade bastante escassa e o recheio relativamente pobre: uma cama ou um leito, uma caixa, poucos assentos...” (SANTOS, 1989, vol. I, p. 161 *apud* SOUZA, 2011, p. 316).

Presentes em casas de todos os estatutos socioeconômicos, as caixas se destacam, ainda, por sua multifuncionalidade. Assim como os demais móveis baixos – baús e canastras –, podiam vir a servir aparadores para as refeições ou mesmo de leitos, a depender suas dimensões, para repouso e descanso. Em Portugal, de norte a sul, este tipo de móvel de guarda, em forma de paralelepípedo e com abertura através de tampa, também foi o mais utilizado, como atesta Olanda Vilaça (2012) e Margarida Durães (2000).

Mobiliário de acomodação de objetos e, por vezes, de utilidades variadas, os móveis de guarda também se destinaram à preservação do patrimônio familiar. Era dentro destas peças que poderia estar o tesouro do agregado, passado de geração a geração: enxoval de casamento; tecidos de qualidades superiores; dote; joias e adornos e, por que não, as memórias de pessoas cheias de lembranças recolhidas pelos caminhos que as levaram às Minas? Nas palavras de Olanda Vilaça (2012, p. 234), “guardar, na maior parte dos casos, era para sempre”.

Se no Reino os móveis de utilidade traduziram-se em mesas, bufetes e bancas (VILAÇA, 2012; DURÃES, 2000), na mineira Serra da Mantiqueira os reinóis contaram apenas com as primeiras, que guarneceram 58% das propriedades inventariadas – nota-se, portanto, que nem mesmo as mesas estiveram presentes em todas as residências. Aparelhando moradias de todos os estatutos socioeconômicos, as variações da peça se deram apenas no que diz respeito à quantidade de móveis dispostos por propriedades – algumas chegaram a possuir três mesas –; à presença ou ausência de gavetas; à dimensão (“grande”, “com seis palmos de comprimento”); ao estado de conservação (“já muito usada”, “velha”) e à matéria-prima: pau-liso, pau de cedro e pau-preto.

“Móvel de casa assentado em três ou quatro pés, com superfície plana, em que se põem os pratos com o comer”: eis a funcionalidade primeira da mesa, descrita por Raphael Bluteau (1728, p. 446). Além de um bem útil aos hábitos do dia a dia, a mobília alcançara o significado simbólico de ser a peça a reunir em seu entorno os membros da família. Se no século XVI a mesa inspirava maneiras de civilidade, no século XVIII ela vai ditar o nascimento do prazer de refeições realizadas em grupo: é o transfigurar da alimentação em relações sociais, como percebe Daniel Roche (2000).

Não nos esqueçamos de que estamos a falar de um cenário essencialmente rural: na ausência de mesas, a multifuncionalidade dos móveis guarda, sobretudo, os baixos e de sentido horizontal, tornou indispensável a aquisição de mobiliário de utilidade para o equipamento das casas – que, por vezes, eram de tamanhos diminutos para comportar tanta mobília. Esse jogo de superposições de funções, no entanto, não anulava a importância do móvel que, por motivos variados, estivera ausente. Como ressalta Daniel Roche, as mobílias não são isoláveis, elas estão inseridas em uma rede de relações materiais e sensíveis: compreendendo as suas práticas, entende-se que “não existe móvel inútil” (ROCHE, 2000, p. 231).

Certamente, nas casas de imigrantes portugueses, as caixas grandes cumpriram bem a função dos móveis destinados à refeição e às sociabilidades, o que remete à tardia percepção

da especialização das peças do mobiliário, que, até o século XIX, sobretudo, para os espaços campestres, tinha suas funcionalidades moveáveis e adaptáveis (ROCHE, 2000). Margarida Durães (2000) e Olanda Vilaça (2012) também identificaram uma reduzida presença de mesas e bancas nos testamentos e inventários orfanológicos minhotos: de maneira lenta essas populações acompanharam as transformações dos comportamentos sociais no decorrer dos setecentos.

Em um espaço doméstico totalmente organizado para a sobrevivência e desenvolvimento econômico da família, os móveis de *repouso* e *descanso* cumpriram importantíssima função de cuidar da saúde corpos que dia-a-dia precisavam desempenhar tarefas extenuantes e fadigasas. Em todo o mobiliário arrolado no *corpus* documental, foram os móveis destinados às necessidades do sono os mais numerosos: 89 peças, entre camas, colchões, catres, leito e preguiceiras, distribuídas entre 27 propriedades – consideremos também as suas características de uso, que, por vezes, poderia ser individual.

É importante sinalizar que, a partir das informações extraídas dos inventários, entendemos a peça “cama” como uma mobília composta apenas por elementos têxteis, sem a estrutura de madeira que lhe daria sustentação: “uma cama preparada com um lençol de pano de linho, fronha e coberta de algodão”¹⁴⁸; “outra cama que se compõe de dois lençóis de linho, com seu travesseiro do mesmo material, com sua coberta de algodão”¹⁴⁹.

O móvel de repouso assumira desde muito cedo um caráter simbólico que o colocava em uma posição primordial pelas suas funcionalidades que remetiam à proteção e ao isolamento: “*A cama elevava o indivíduo acima do chão, protegia o adormecido do frio, mas principalmente garantia para a intimidade do casal e a sexualidade um retiro impossível de ser criado no espaço da coabitação tradicional*” (ROCHE, 2000, p. 234). Não possuir pelo menos um catre ou um colchão era, segundo Olanda Vilaça (2012), marca de grande pobreza. Em Portugal – de norte ao sul –, no século XVIII, nem todos os domicílios possuíam cama ou outro móvel de repouso: a palha, então, poderia ser usada para este fim. Para o Baixo Minho, a historiadora constatou que 42% de 600 inventários descreveram tais móveis, revelando, ainda, a inexistência de relação entre quantidade de mobília e pessoas que habitavam uma casa.

Para a Serra da Mantiqueira, apesar do expressivo número de móveis de repouso quando comparado ao das outras categorias, foi perceptível a concentração de diferentes peças em certas propriedades. A morada do minhoto Agostinho Pereira dispunha de três catres de pau-

¹⁴⁸ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos dos Reis Silva. Notação: SJI-03910, Caixa: 361, 1785.

¹⁴⁹ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. SJI-03207, Caixa: R041, 1787.

liso e três camas de algodão cobertas de lona; a de seu conterrâneo, Antônio Francisco da Venda, de um catre e duas preguiceiras. Na fazenda de João Rodrigues da Costa havia quatro catres de pau-liso, três catres torneados e três preguiceiras; na casa de Domingos Rodrigues Carneiro, três camas de algodão; um catre de pau-liso; um leito de pau-preto torneado e com cabeceira também torneada; e seis preguiceiras cobertas de couro. A título de exemplo, apenas quatro moradias convergiram 34% do total de móveis de repouso descritos por 27 inventários!

Foram 21 (44%) propriedades inventariadas a não revelar o uso de camas, colchões, catres e preguiceiras. Decerto, em muitas das casas de imigrantes portugueses repetiu-se a rusticidade do Reino de se dormir em colchões de palha, como também observou o naturalista francês ao passar por uma fazenda mineira no início do século XIX¹⁵⁰. O conforto, como assegura Olanda Vilaça, não assumira posição de destaque naquele período:

Consumidos pela rudeza do trabalho do campo, “de sol a sol”, as suas forças e aspirações eram quase todas canalizadas para o exterior e não para o interior da casa. Dormiam em qualquer sítio, no quarto, na sala, na eira ou no palheiro. Camas, catres, leitos e barras não eram os únicos móveis usados para o sono; o solo, as caixas, as arcas, as tábuas, a palha, assumiam, de igual modo, a função de um móvel de repouso. (VILAÇA, 2012, p. 258)

Por fim, os menos frequentes bens que compuseram o mobiliário das casas de moradas de imigrantes de nosso grupo de análise foram os móveis de descanso, representados por bancos e tamboretas. Um total de 74 mobílias fora descortinada por apenas 18 inventários *post-mortem* e, tal e qual os demais móveis, o número de peças variou de uma casa para a outra. Novamente, a multifuncionalidade das caixas, tão presentes na maioria das habitações, também pode ter cumprido a função das peças destinadas a assentos.

Como a tipologia indica, os assentos atenderam às necessidades de tréguas entre uma atividade e outra, bem como permitiram fazer a organização dos espaços de convívio. Entre os séculos XVII e XVIII, as casas de campo europeias foram guarnecidas por tamboretas e cadeiras. No entanto, embora ambas as peças tivessem a mesma funcionalidade, havia diferentes importâncias sociais entre cada uma delas: a utilização de cadeiras demonstrava riqueza e traços de distinção, pois o seu sentido útil transpassava o de descanso ao caminhar para a acepção da comodidade da conversação. Os assentos também atuavam como uma marca de classe e de hierarquias (ROCHE, 200). Não seria surpreendente, portanto, a ausência de cadeiras nas casas aqui analisadas, tão marcadas pela simplicidade e pelo caráter funcional

¹⁵⁰ Ver citação na página 157.

dos equipamentos domésticos, sempre dispostos de maneira que o dia-a-dia da lide rural fosse potencializado.

Em Portugal, os bancos denominavam os assentos coletivos. No século XVIII, os ambientes urbanos ou mais abastados deixaram de tê-los como guarnições dos espaços internos, transferindo-os para jardins, corredores e áreas de serventia. No entanto, nos meios rurais eles continuavam a ser utilizados no interior das casas e no Baixo Minho os bancos foram os móveis de descanso a ocuparem a posição de destaque (VILAÇA, 2012). Entre as casas de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira repetiu-se o perfil minhoto: foram contabilizados 53 bancos e 17 tamboretas, ambos caracterizados pela ausência de encosto e braços de apoio.

Em geral, os assentos se diversificaram de uma propriedade para a outra em função de suas dimensões e pela matéria-prima com que foram construídos. Entre os poucos documentos que tiveram o material do móvel especificado, destacaram-se o pau-liso e o pau de cedro, as madeiras mais comuns identificadas entre o mobiliário das famílias de imigrantes portugueses de nosso grupo de análise. Observamos, ainda, que mesmo entre esses móveis de significados modestos houve espaço para a demarcação da hierarquia social: a abastada Fazenda do Pilar, do minhoto João Rodrigues da Costa, como outras tantas, teve em bancos de pau-liso e tamboretas a composição do mobiliário de descanso. O que diferenciou seus móveis das demais casas foi a cobertura de damasco em todos os tamboretas, um tecido de altíssima qualidade, ornado em alto relevo, que sinalizava distinção e riqueza a que o ostentasse¹⁵¹.

4.2.2 Objetos

A Época Moderna assistiu a transformação dos níveis de consumo incitada pela alteração na relação entre oferta de produtos e a demanda por eles, com indícios cada vez maiores de que o imperativo seria o da necessidade de bens de diversas naturezas. Tal como o mobiliário, multiplicaram-se objetos e produtos oferecidos ao suprimento daquilo que Daniel Roche (2000) denomina exigências do uso.

Para a realidade aqui analisada, decerto identificaremos a imposição de poucos objetos e de características banais, ou seja, aqueles de uso cotidiano, corriqueiros na maioria das casas,

¹⁵¹ Ver notas 74, 75, 76, 77, 78 e 122. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de João Rodrigues da Costa e Felícia Maria da Fonseca. Notação: C-09, Caixa 52, 1812.

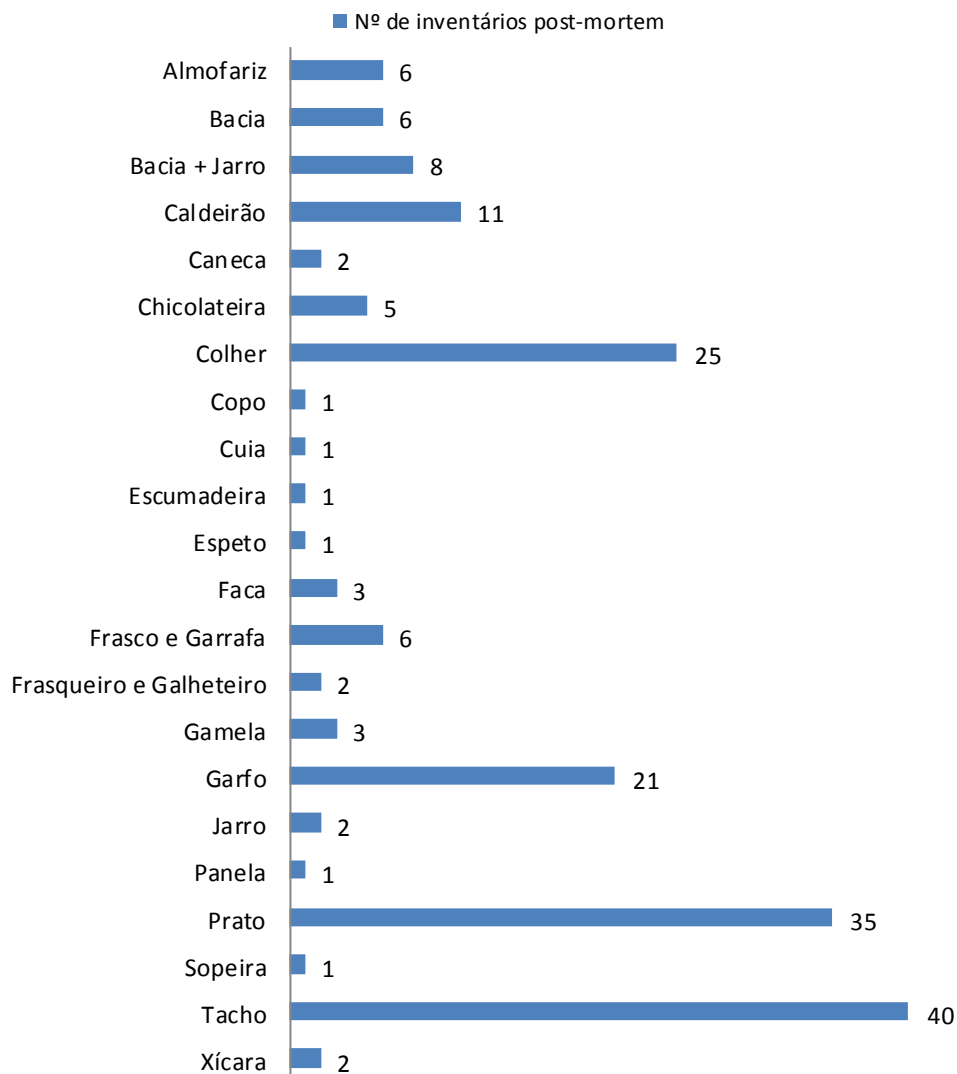
em detrimento de produtos menos básicos ou mesmo de luxo. A banalidade das coisas, no entanto, não encobre a sua importância útil: “o bem banal é essencial e responde a necessidades reais e indispensáveis, sem as quais a vida não se faz ou se faz com dificuldade” (MENESES, 2013, p. 47).

De bens de utilidade doméstica a objetos de uso pessoal, buscaremos, portanto, perceber o que representou a essencialidade das casas e hábitos de imigrantes portugueses enraizados em comunidades rurais mineiras. Diante da rusticidade e exiguidade material, houve espaço para o porte de algum bem material de valor, mesmo que simbólico? Ou ainda: que tipo de materialidade agregava distinção a essas famílias? Vejamos.

a) Utensílios domésticos

A partir da leitura dos inventários *post-mortem*, foram denominados utensílios domésticos todos os objetos destinados ao preparo de alimentos, como caldeiras, tachos e panelas; assim como aqueles empregados nas refeições: talheres, pratos, garrafas, copos, entre outros. Do universo de 48 inventariados, 95% propriedades tiveram bens dessa natureza descritos pela documentação.

Gráfico 7:
Utensílios domésticos nos inventários *post-mortem* de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII



Fonte: Inventários *post-mortem* – diversos. – ACAHMPAS e IPHAN/SJDR.

Ao analisarmos a composição do utilitário doméstico descortinada pelo *Gráfico 7*, observamos que a cozinha da casa luso-brasileira na Serra da Mantiqueira setecentista foi pouco dotada de utensílios e com baixa diversificação. Percebe-se que a maioria das famílias inventariadas investiu muito pouco em instrumentos do lar, destacando-se o mínimo para o cozimento e suporte dos alimentos durante as refeições: tachos, pratos, garfos e colheres.

O tacho, um vasilhame largo destinado ao preparo de grandes quantidades de comidas, doces e até mesmo sabão, foi o utensílio que esteve presente no maior número de casas: um total de 91 peças, sendo 65% de cobre, distribuídas entre 40 propriedades (83%). Nos fogões

a lenha com trempes de pedras ou alvenaria, tão característicos da casa rural, tachos de tamanhos variados assumiram o protagonismo diante das panelas, recipientes de mesma utilidade, porém, encontradas apenas em casa de Antônio de Almeida Ramos: duas unidades, sendo uma de ferro¹⁵². Também no Minho e nos Açores foram as peças as se destacarem na cozedura dos alimentos. Nas Ilhas ainda podiam ser utilizados recipientes feitos de cerâmica, mas esses eram já escassos em função do crescimento do uso de tachos de metal entre os anos finais do século XVII e início do XVIII (SOUZA, 2011; VILAÇA, 2012).

Os pratos, descritos por 35 inventários *post-mortem* (73%), destacaram-se quantitativamente ao totalizarem 435 peças. Os mais comuns foram os pratos de estanho, representantes de 85% do conjunto identificado. Na casa de **Manoel Fernandes dos Santos**, em Santa Rita de Ibitipoca, as peças foram ainda mais rústicas: seis pratos de barro compuseram o utilitário¹⁵³. Já na fazenda de João Rodrigues da Costa houve espaço para a boa louça, com 29 pratos de tamanhos variados de “*louças do Porto*”, complementados pelo uso de seis xícaras “*da Índia*” – um requinte para o ato de comer reservado a essa única família, que também deteve o maior patrimônio inventariado de nosso universo de análise¹⁵⁴.

Entre os talheres o espaço para o uso de peças de qualidades superiores foi pouco mais alargado. Em meio à superioridade de colheres e garfos de latão e metal – 272 peças distribuídas entre 22 propriedades –, nove famílias tiveram utensílios de prata – 91 peças. As facas tiveram presença ínfima na documentação; um total de seis objetos descrito em três casas: quatro com cabo de prata e uma com cabo de osso¹⁵⁵.

Ainda que os talheres tenham sido numerosos e estes números nos pareçam importantes, foi perceptível que 48% das casas não tiveram tais peças arroladas nos inventários *post-mortem*. Para o Minho, Olanda Vilaça (2012) constatou dados muito próximos: 51% dos inventários não registraram esse tipo de utensílio. Na Época Moderna, justifica a historiadora, ainda era comum comer com dedos, sobretudo, entre as camadas mais pobres: os talheres eram raros e foram definitivamente adotados pelas zonas rurais somente no século XIX. No Brasil colonial, em todas as classes sociais comia-se com as mãos ainda no adentrar dessa centúria. Em visita a Salvador nessa mesma época, Lindley observou que era “costume do país comer com as mãos, mesmo que os convidados fossem finos” (LINDLEY, 1969, p. 63 *apud* ALGRANTI, 1997, p.122).

¹⁵² Ver notas 103 e 123. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Maria de Oliveira Pedrosa. 2SVC, Caixa 48, 1798.

¹⁵³ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Manoel Fernandes dos Santos. SJI-06625, Caixa 573, 1781.

¹⁵⁴ Ver notas 74, 75, 76, 77, 78, 122 e 151. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de João Rodrigues da Costa e Felícia Maria da Fonseca. Notação: C-09, Caixa 52, 1812.

¹⁵⁵ ACAHMPAS e IPHAN/SJDR. Inventários *post-mortem* – diversos.

No entanto, 52% de nosso universo inventariado demonstrou alguma civilidade à mesa – tão afirmada como uma imposição aos estratos sociais mais abastados – por parte dos imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira setecentista, mesmo em meio à rusticidade ambiente até aqui revelada por dados diversos. Além disso, a presença de algumas peças de qualidades distintas, como os talheres de prata, dão-nos a imagem de que em certas ocasiões a modéstia cotidiana dava lugar à ações mais cerimoniosas durante as refeições.

b) Roupas de casa

Na seção 3.2 *Bendito seja mesmo o sol de outras terras*, no trecho destinado ao artesanato rural, observamos que a produção têxtil foi uma das atividades desenvolvidas nas dinâmicas propriedades de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira. Por meio da fiação e da tecelagem, esposas, filhas e escravas confeccionavam vestuários e aparatos de tecido para toda a família e espaço doméstico.

Como também abordado anteriormente, os bens têxteis também eram passíveis de serem transmitidos em herança e por isso eram arrolados nos inventários *post-mortem*. Mas é importante considerar que o estado de conservação dos mesmos definiria a sua intergeracionalidade. Ora, talvez por esse sentido apenas uma minoria composta por 12 documentos (25%) descreveu tais peças, que, em geral, eram lençóis, colchas, toalhas e guardanapos.

TABELA 11:
***Roupas de casa nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses
 que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII***

Tipologia	Total de roupas	Nº de inventários
<i>Cama</i>	62	10
Cobertor	04	02
Colcha	10	04
Fronha	06	02
Lençol	42	10
<i>Mesa</i>	67	12
Toalha	06	06
Guardanapo	52	09
Toalha de mão	09	03
<i>Sem especificação</i>	26	12
Toalha	22	10
“Panos”	04	02

Fonte: Inventários *post-mortem* – diversos. – ACAHMPAS e IPHAN/SJDR.

Entre as 62 roupas de cama, 42% das peças não tiveram o material usado na confecção descrito nos documentos. Entre as que apresentaram tal descrição, destacam-se o algodão com 29% e o linho com 24%, sendo o lençol o protagonista da segunda qualidade. Mais uma vez, João Rodrigues da Costa se distancia da realidade da maioria dos imigrantes de nosso grupo de análise ao ostentar colchas de tecidos finos: uma de seda e duas de cambraia, além de seis lençóis sem bordados em linho – tudo avaliado em 13\$400¹⁵⁶.

A mesma tendência se verifica entre panos e toalhas diversas e aquelas especificadas como sendo de uso à mesa: 33% das peças não apresentaram o material de sua composição; 46% eram de algodão; 19% de linho e os 2% restantes foram representados por duas “*toalhas de Guimarães*”.

Como revelado no item 3.2.3 *Artesanato rural e ofícios mecânicos*, os tecidos produzidos pelas mulheres das famílias dos imigrantes eram de algodão grosso, de uma

¹⁵⁶ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de João Rodrigues da Costa e Felícia Maria da Fonseca. Notação: C-09, Caixa 52, 1812.

qualidade inferior para que, como vimos, a produção lusitana destinada à exportação para o Brasil não fosse afetada. Há entre esses 12 inventários uma considerável parcela de artigos de linho, um tecido que também era considerado fino no contexto da Colônia. Possivelmente eram peças de enxoval, dotadas de valores não apenas econômicos, mas também afetivos. Peças como essas poderiam transpassar a função de ser útil ao cotidiano, servindo de objetos de ostentação e também de penhor para situações de maiores necessidades, como revela Olanda Vilaça (2012).

A presença de artigos como guardanapos e toalhas de mão também é reveladora do quanto as casas rurais de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira já sentiam as transformações da sociedade. Assim como os talheres demonstraram noções de civilidade em um período em que ainda era comum os habitantes das zonas rurais se alimentarem com os dedos, a utilização desses elementos têxteis revela que as boas maneiras à mesa faziam parte dessas famílias.

c) *Higiene*

Entre utensílios domésticos e roupas de casa, foram identificadas algumas peças que também podem remeter aos hábitos de higiene dos imigrantes portugueses. A esses, acrescentamos outros mais revelados pelo *corpus* documental.

TABELA 12:

Utensílios de higiene nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII

Objetos	Total	Nº de inventários
Bacia	15	06
Bacia + Jarro	08	08
Cuspideira	01	01
Lavador de cabelos	01	01
Toalha de mão	09	03

Fonte: Inventários *post-mortem* – diversos. – ACAHMPAS e IPHAN/SJDR.

Entre os hábitos de higiene do Brasil colonial estivera o ato de lavar as mãos antes e depois das refeições utilizando uma bacia acompanhada de um jarro d'água. Era comum que

escravos prestassem esse serviço aos habitantes ou convidados, disponibilizando, ainda, uma toalha de mão para que os convivas pudesse se secar. Antes de dormir, os mesmos tipos de objetos eram usados para fazer a limpeza dos pés, uma forma de prevenir infecções, como o bicho-de-pé (ALGRANTI, 1997).

Bacias e jarros também poderiam ser empregados na limpeza e refresco corporal. Viajantes europeus de passagem pelo Brasil no período colonial registraram o costume de os habitantes lhes oferecerem banho quente – com água aquecida pelas chamas do fogão à lenha – para aliviar as fadigas do dia ou, ao menos, água em temperatura ambiente e toalha para que pudessem refrescar-se (ALGRANTI, 1997). O inventário de Constantino Francisco Guimarães listou um curioso “*lavador de cabelo*”, sobre o qual não há mais informações a não ser o seu valor, que foi de 2\$000¹⁵⁷. Já o de José Martins de Almeida listou uma peça ligada ao aliviar de outro tipo de necessidade do corpo: uma cuspeira de estanho avaliada em \$300¹⁵⁸.

Para as necessidades fisiológicas não houve nenhuma menção a objetos como urinóis e bispotes – penicos – nos inventários *post-mortem* e o mesmo se passou na documentação analisada por Olanda Vilaça (2012) sobre o Baixo Minho. Segundo a historiadora, durante o dia, as necessidades eram feitas nas áreas externas a casa, ao ar livre, e a noite bacias destinadas a esses fins ocupavam os seus espaços nas habitações. Possivelmente, esse também foi um hábito entre os imigrantes lusitanos que habitara a Serra da Mantiqueira. Embora a finalidade das bacias não tenha sido especificada pelo documento, parte delas pode, sim, ter sido destinada a atender as essas parcimônias.

Os utensílios específicos para o suprimento das necessidades de higiene do corpo foram poucos na documentação disposta para esse trabalho. Porém, essa baixa frequência já é reveladora da existência de preocupações nesse âmbito, que, possivelmente, são reflexos de toda a transformação relacionada ao convívio social e familiar pela qual a Europa vinha passando na Época Moderna e que começava a se fazer sentir na América Lusa.

d) *Vestuário*

Dentro da composição têxtil seria bastante interessante vislumbrar o vestuário dos membros dessas famílias rurais. Como outros objetos e adornos, os trajes também são uma

¹⁵⁷ Ver notas 87, 97, 98, 110. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Constantino Francisco Guimarães. 1SVC, Caixa: 22, Ordem: 16, 1796.

¹⁵⁸ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de José Martins de Almeida. SJI-06481, Caixa 559, 1780.

forma de caracterizar a hierarquia, pois eles marcam pertencas e distâncias e estabelece relações entre o indivíduo e a sociedade: através das roupas, as pessoas transmitem ao outro o estrato social a que pertencem (ROCHE, 2000; VILAÇA, 2012).

TABELA 13:

Vestuário nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII

Peças	Total	Nº de inventários
Calça	02	01
Camisa de linho	04	01
Capote	02	02
Casaca	01	01
Ceroula de linho	04	01
Chapéu de sol	01	01
Meia de algodão (par)	01	01

Fonte: Inventários *post-mortem* – diversos. – ACAHMPAS e IPHAN/SJDR.

As peças apresentadas na *Tabela 15* foram descritas por apenas quatro inventários. A ausência de inventariação de roupas do corpo ocorreu, inclusive, nos documentos referentes a famílias de economias mais abastadas. Essa lacuna é justificada por Daniel Roche (2000), com o qual compactuamos, pelo fato de o vestuário ser considerado como bem pessoal, motivo que o tiraria da divisão entre os herdeiros.

Apesar do número reduzido, a descrição das peças pelos louvados foi, de certa forma, detalhada. No inventário de José Martins de Almeida, de 1780, foram declarados: um par de meias de algodão de \$300; quatro ceroulas de pano de linho avaliadas em \$750 e quatro camisas também de linho com valores somados em 4\$000¹⁵⁹. No de Paulo Pereira da Mota: um capote de pano “já com seu uso” avaliado em 8\$000; uma calça de pano azul de 9\$600 e uma calça de baeta – um tecido felpudo de lã ou algodão grosso – de 5\$000¹⁶⁰.

¹⁵⁹ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de José Martins de Almeida. SJI-06481, Caixa 559, 1780.

¹⁶⁰ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Paulo Pereira da Mota. SJI-06487, Caixa 559, 1766.

A casaca de Domingos Rodrigues Carneiro era de “*pano de cor rosa*” e “*forrada*”, acompanhada de abotoadura. A ele também pertencera um chapéu de sol de 2\$400¹⁶¹. A presença de cores contrastava com a sobriedade das peças mais comuns dos habitantes de áreas rurais, em tons crus de linho e algodão. E esse diferencial poderia refletir poder e luxo: tons escuros, como azul e preto; e exuberantes, como o vermelho, o carmesim e o avinhado, são cores que atuam como indicadores de riqueza (VILAÇA, 2012).

Relembremos, então, que Domingos Carneiro e seus irmãos constituíram uma economia mais abastada quando comparada a de seus conterrâneos. Pelo baixo número de vestuário inventariado aliado aos valores significativos das peças, parece-nos que os louvados não listaram toda a roupa de corpo pertencente aos falecidos, mas apenas aquelas que seriam passíveis de herança. Diante de tudo que até aqui foi narrado, não seria duvidosa a proeminência de trajes simples, em algodão, com poucos ou ausentes pormenores decorativos, mas sem deixar de haver espaço para o porte de algum traje especial para usar aos domingos, em missas, romarias e festejos religiosos.

e) *Jóias e adornos*

A rusticidade e simplicidade camponesa minhota eram interrompidas por jóias e ornatos de ouro, as principais peças do jogo entre estatutos e aparências. O uso de jóias pelas mulheres constituía uma característica marcante da sociedade rural do Minho, contrastando com a sobriedade das peças de vestuário:

“(…) coberta de cadeias, grilhões, correr de ouro, que vai do regatozito manso dos fios, tenuíssimos traços de ligação de nada e tudo, e acaba nas torrentes dos cordões grossos, de muitas voltas, emoldurantes dos seus, depois de descerem pesadamente pelo pescoço... Vagalham então, sobre o peito que oferece com mansidão pascal o sacrifício ao ouro, à tirania do ouro, todas as catapultas dos grilhões com o estendal opulento dos pendentos. Corações, cruces, relicários, imagens, medalhas, por vezes de grandeza inverossímil e em número a maravilhar, oscilam e chocam-se no peito... Das orelhas correm outras fulgurações. Como sinetas a bambolear nas duas torres do tempo”. Assim, “a mulher com traje carregado de ouro, torna-se andor da S^a da Presunção”. (CHAVES, s.d., p. 55-56 *apud* DURÃES, 2000, p. 193)

¹⁶¹ Ver *Arranjo 3, Rede 1*, notas 22, 94, 109, 121, 141. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. Notação: SJI-03207, Caixa: R041, 1787.

Colares e brincos eram peças fundamentais que qualquer camponesa minhota deveria possuir para exibir em ocasiões festivas e romarias: “*Tudo de ouro reluzente, que atraia e chame a atenção para os predicados das raparigas casadoiras e para o êxito dos maridos das casadas*” (DURÃES, 2000, p. 194). Os ritos da aparência eram a principal finalidade da posse de ouro, tudo para venerar e enaltecer a beleza da mulher e, sobretudo, a família à qual ela pertencia. Era bastante comum equipar com peças de ouro o enxoval têxtil das moças que esperavam pelo casamento. Além da distinção social, adquirir joias era uma forma de entesourar e valorizar o patrimônio familiar e, em ocasiões de maiores necessidades, as peças poderiam ser penhoradas e empregadas em custos e serviços (DURÃES, 2000).

Apesar de nossos personagens centrais terem vivido nas Minas do ouro, a ostentação da camponesa minhota parece não ter sido vivenciada entre as famílias da Serra da Mantiqueira. Apenas seis inventários *post-mortem* (12,5%) revelaram a posse de joias e adornos de ouro e prata entre os imigrantes portugueses – em poucas unidades para cada documento.

Para o Baixo Minho, Olanda Vilaça (2012) identificou um número relativamente baixo de inventários com joias, mas sugere que não significa que os demais agregados domésticos não as tivessem. Para esse quadro a historiadora sugere três justificativas: 1) as joias poderiam ter sido legadas em testamento ou em vida; 2) por serem consideradas objetos de uso pessoal não fariam parte do patrimônio do casal; 3) omissão das joias para evitar custos altos com a feitura do inventário. Talvez as três razões, ou ao menos parte delas, também justifiquem a ausência das joias em nosso universo documental, mas, quanto a isso, permanecemos no campo das suposições.

Vejamos, então, os objetos descortinados pelos seis inventários *post-mortem*.

TABELA 14:
*Jóias e adornos nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses
que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII*

Jóias e adornos	Total de peças	Nº de inventários
Brinco de ouro (par)	02	02
Botões de ouro (par)	04	01
Broche de ouro	01	01
Coração de ouro	01	01
Cordão de ouro	02	02
Espora de prata (par)	01	01
Fivela de prata (par)	03	03

Fonte: Inventários *post-mortem* – diversos. – ACAHMPAS e IPHAN/SJDR.

Brincos, cordões, broche, botões e acessórios de prata compuseram as jóias arroladas no *corpus* documental. Peças que não pertenceram apenas ao universo feminino, mas também ao masculino em função da presença de botões – de punhos de camisas e casacos –, de fivelas – de pescoço, sapato e calça – e de esporas.

Foi na casa de Domingos Gonçalves de Moraes, em Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, que encontramos o maior número de peças de ouro: quatro pares de botões, “uns brincos pendentes” e um coração de ouro. Porém, “*tudo velho e quebrado*”, estado que já pouco poderia conferir beleza e ostentação à Escolástica de Oliveira, esposa do reinol¹⁶². O valor de 5\$700 conferido às peças contrasta com as bem apreçadas jóias do patrimônio de José Martins de Almeida: “*um broche de ouro com seu cordão também de ouro*”, avaliadas em 21\$655 – possivelmente, um bem expressivo em seu patrimônio, que, infelizmente, não teve o seu valor total informado pelo inventário do imigrante¹⁶³. Um cordão de ouro avaliado em 12\$800 foi o objeto de maior valor arrolado no inventário do minhoto Alexandre Lopes

¹⁶² Ver notas 99, 126, 141. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves de Moraes. Notação: R030, Caixa 165, 1783.

¹⁶³ Ver notas 158 e 159. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de José Martins de Almeida. SJI-06481, Caixa 559, 1780.

Raio, cujo patrimônio atingiu 1:293\$932 (363,975 libras). Possivelmente, peça do dote de sua esposa, Micaela dos Santos, uma imigrante açoriana¹⁶⁴.

Decerto, as joias conferiram distinção a estas famílias, sobretudo, porque o cenário destas histórias de famílias é essencialmente rural, nas quais o porte de bens de luxo coube a poucas exceções. Sem dúvidas, foram também peças de significativa representação econômica ao agregar valor às fortunas das famílias para além do saldo adquirido com produções e negócios.

Outro tipo de objeto, além de sua função útil, expressou-se economicamente no cabedal de um grupo de imigrantes em razão do material que o constituía ou, ao menos, lhe proporcionava algum ornamento – sobretudo, a prataria. Estamos falando de armas: brancas e de fogo.

f) Armas

Um total de 16 inventários *post-mortem* revelou o porte de armas entre os imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira, descortinando 24 peças entre armas de fogo e armas brancas. Vejamos.

¹⁶⁴ Ver notas 25, 81, 146. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Alexandre Lopes Raio: Notação SJI-01553, Caixa 200, 1770.

TABELA 15:
*Armas nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses
que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII*

Armas	Total	Nº de inventários
Branca	12	09
Catana	01	01
Espada	06	04
Espadim	04	04
Florete	01	01
Fogo	12	09
Bacamarte	02	02
“Arma de fogo”	01	01
Espingarda	08	07
Pistola	01	01

Fonte: Inventários *post-mortem* – diversos. – ACAHMPAS e IPHAN/SJDR.

Quando pensamos em uma ocupação de áreas cobertas por matos e florestas, com uma fauna rica e um ambiente repleto de surpresas trazidas pelo desconhecido, a presença de armamentos é naturalmente compreensível nesse contexto por seus imperativos funcionais de caça e proteção. Todavia, o que nos chama a atenção é a presença de peças de luxo – sobretudo, entre as armas brancas –, que, como peças de coleções, não eram ostentadas por suas utilidades práticas, mas por seus valores simbólicos e, conseqüentemente, econômicos.

Entre os bens de Constantino Francisco Guimarães havia uma catana, um tipo de faca comprida e larga, com punhos de prata avaliada em 3\$600; bem como um florete, uma arma semelhante à espada, porém, de lâmina flexível, com o valor de 9\$600¹⁶⁵. Domingos Rodrigues Carneiro ostentara um espadim com punho de prata apreçado em 7\$200¹⁶⁶ e Luís Pinto da Costa, um espadim com punhos e guarnições de prata, além de um bacamarte – ambos sem os respectivos valores¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Ver notas 87, 97, 98, 110, 157. ACAHMPAS. Inventário *post-mortem* de Constantino Francisco Guimarães. 1SVC, Caixa: 22, Ordem: 16, 1796.

¹⁶⁶ Ver *Arranjo Familiar 3, Rede 1*, notas 22, 94, 109, 141. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. Notação: SJI-03207, Caixa: R041, 1787.

¹⁶⁷ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Luís Pinto da Costa. Notação: SJI-04878, Caixa: 428, 1785.

As armas de fogo também foram bem avaliadas pelos louvados: a espingarda “*velha*” de Tomás Pereira da Silva foi apreçada em 4\$800¹⁶⁸; a de Manoel Martins Bahia¹⁶⁹ e a “*arma de fogo velha*” de Luís de Almeida Moreira¹⁷⁰ receberam o valor de 3\$600, cada uma. É importante salientar que a maioria dos imigrantes que portaram armas não ostentavam patentes militares, por quem comumente eram manuseados os armamentos. Entre os 16 reinóis aqui inseridos, apenas três ocupavam cargos milicianos, como o capitães Manoel dos Santos Castro – que possuía um espadim avaliado em 7\$200; um bacamarte “*curto e velho*” de 2\$400 e um par de pistolas “*velhas*” também apreçado em 2\$400¹⁷¹ – e Domingos dos Reis Silva, com um espadim de punho de prata, a arma de maior valor dentre todas listadas pelo conjunto de documentos: 12\$000¹⁷².

Se as joias usadas pelas mulheres exteriorizava algum estatuto para as famílias, parecemos que de igual maneira se sucedia com a ostentação de peças de prata por parte dos homens. Ao lado de fivelas e esporas, o porte de armas com ornamentos de prata demarcavam distinção e *status* ao também simbolizar o poder material do agregado.

Apesar da baixa frequência de objetos de luxo entre os imigrantes portugueses que habitaram as pequenas localidades rurais da Serra da Mantiqueira setecentista, possivelmente as peças de ourivesaria assumiram, para além do aporte financeiro, o maior simbolismo dentro do patrimônio familiar. Eram objetos dotados de valor afetivo, recebidos em momentos especiais da vida de seus membros – como o casamento –, e, por isso, guardavam memórias que poderiam ser transmitidas de geração em geração.

g) *Religião e Devoção*

A vivência da fé Católica manifestou-se entre nossos personagens não apenas pelo sacramentar das uniões matrimoniais e dos vínculos estabelecidos pelo batismo do recém-nascido. No Brasil colonial, seguindo o costume lusitano, as casas recebiam símbolos e objetos que remetiam ao Reino dos Céus. O exercício da fé cristã já começava ao despertar e, mesmo distante das igrejas, aproveitava-se de diversos momentos para elevar a alma junto a Deus: nas paredes, pequenos quadros com imagens de anjos da guarda e santos; nas

¹⁶⁸ Ver nota 141 e 144. IPHAN/SHDR. Inventário *post-mortem* de Tomás Pereira da Silva. C-28.

¹⁶⁹ IPHAN/SHDR. Inventário *post-mortem* de Manoel Martins Bahia. SJI-06818, Caixa 605, 1788.

¹⁷⁰ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Luís de Almeida Moreira. SJI-010112, Caixa 168, 1784.

¹⁷¹ Ver notas 83, 84, 95.. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Manoel dos Santos Castro. Notação: SJI-05983, Caixa: 512, 1783.

¹⁷² Ver notas 100, 102, 106. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos dos Reis Silva. Notação: SJI-03910, Caixa: 361, 1785.

cabeceiras das camas, rosários dependurados e, próximas a elas, uma pequena concha com água benta (MOTT, 1997).

A casa de morada era o local para exercício da religiosidade privada. Nas zonas rurais foi comum hastear bandeira com a imagem do santo de devoção no espaço externo da propriedade para revelar aos visitantes a preferência da devoção familiar. No interior das casas, as famílias mais abastadas possuíam um quarto especial – o quarto dos santos – e outras tantas conservavam os objetos santos em cômodos diversos: amuletos; nichos com imagens e oratórios de todo tipo e tamanho, muitas vezes ricamente adornados, compunham o material religioso para a realização de orações, rituais e até horas canônicas. A prática da religiosidade no espaço doméstico é demonstrativa de uma vida íntima em ascensão na Colônia (ALGRANTI, 1997; MOTT, 1997).

Em nosso universo de 48 imigrantes portugueses inventariados, identificamos a presença do sagrado no interior de apenas 11 habitações através de oratórios, imagens de santos ou de Cristo e livros com temáticas aparentemente espirituais.

TABELA 16:
Objetos religiosos e de devoção nos inventários post-mortem de imigrantes portugueses que habitaram a Serra da Mantiqueira – Século XVIII

Objetos	Total	Nº de inventários
<i>Oratório com imagens</i>	06	05
Menino Jesus	02	02
N. S. da Conceição	02	02
N. S. das Dores	01	01
Santo Antônio	03	03
São Brás	01	01
“Senhor Crucificado”	02	02
<i>Oratório sem imagens</i>	04	04
-	-	-
<i>Imagens avulsas</i>	07	02
N. S. da Conceição	01	01
Nossa Senhora I.	01	01
Santo Antônio	01	01
“Santo Cristo”	04	01
<i>Medalhas e amuletos</i>	02	02
Lâmina de Santo Ignácio	01	01
[I.]leto de São Francisco	01	01
<i>Livros</i>	03	01
“A pele do convertido”	01	01
“Frag... I. divino”	01	01
“Mestre da vida”	01	01

Fonte: Inventários *post-mortem* – diversos. – ACAHMPAS e IPHAN/SJDR.

Entre os 11 inventários, foram identificados nove oratórios; seis deles acompanhados por imagens de santos de devoção. As peças variaram quanto ao material com que foram construídos – pau, pau-liso, madeira e cedro foram os tipos descritos pelos louvados – e às

dimensões: os oratórios pequenos tiveram valores entre 1\$600 e 2\$400 e os demais foram apreçados entre 4\$000 e 6\$000.

Alguns inventários revelaram a presença de imagens avulsas, independentes de oratórios. A família de Luís Pinto da Costa era devota de Santo Antônio, cuja imagem encontrava-se bastante deteriorada à época da feitura de seu inventário, em 1785: “*com um braço quebrado e o pescoço grudado com cera da terra*”¹⁷³. A de Manoel Fernandes dos Santos destinou a sua fé ao “*Santo Cristo*” através de quatro imagens do mesmo e à Nossa Senhora da Conceição, feita de barro¹⁷⁴.

A família de José Martins de Almeida vivera seus momentos privados de devoção diante de um oratório de madeira com imagens do “Senhor Crucificado”; de Nossa Senhora da Conceição com coroa de prata; de Santo Antônio e do Menino Jesus, ambos ornados com resplendor de prata – tudo avaliado em 17\$000. Foi também em sua casa que identificamos três livros com títulos que sugerem a religiosidade do leitor – havia uma quarta obra, porém, todo o título não pôde ser lido em função do desgaste do inventário *post-mortem*. “*A pele do convertido*”, “*Mestre da vida*” e “*Frag... I. divino*” – o último exemplar também com interferência da dificuldade de leitura do documento – fizeram parte da leitura do imigrante e parece-nos demonstrar a sua busca por orientação espiritual¹⁷⁵.

Na primeira metade do século XVIII foi publicado na Espanha um manual intitulado “*Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*”, escrito pelo frade dominicano João de Castro. A semelhança entre esse título e o da obra listada entre os bens do reinol pode indicar que José Martins de Almeida tivera um exemplar, o que não seria difícil, já que os escritos do religioso da Ordem de São Domingos mereceram várias traduções e reedições. A obra foi escrita com o objetivo de instruir os leitores acerca dos preceitos da religião católica para que pudessem ser encaminhados à virtude, à perfeição e, em consequência, à vida eterna (FLECK e DILLMANN, 2012).

Para além desses 11 inventários que descreveram objetos dedicados ao exercício da fé cristã no interior das residências, outros três descortinaram a existência de capela ou ermida nas áreas externas às casas. Em propriedades rurais mais abastadas era comum a construção de uma capela ou ermida próxima à casa de morada, onde um sacerdote prestava assistência religiosa à família e aos escravos. Ali se celebravam casamentos, batizados e primeiras comunhões, podendo, até mesmo atender pessoas que habitavam nas proximidades (MOTT,

¹⁷³ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Luís Pinto da Costa. Notação: SJI-04878, Caixa: 428, 1785.

¹⁷⁴ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Manoel Fernandes dos Santos. SJI-06625, Caixa 573, 1781.

¹⁷⁵ IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de José Martins de Almeida. SJI-06481, Caixa 559, 1780.

1997). Alguns dos filhos do capitão minhoto Antônio Corrêa de Lacerda foram batizados na ermida de sua fazenda, “Bom Jardim”, em Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo¹⁷⁶. Infelizmente, seu inventário, aberto em 1794, não relatou informações sobre o edifício religioso do imigrante. Sobre suas peças religiosas, o documento listou apenas uma “*lâmina de Santo Ignácio guarnecida em metal dourado*”, avaliada 4\$800¹⁷⁷.

Em Santana do Garambéu, na propriedade de Domingos Rodrigues Carneiro, também havia uma capela com todo o seu ornamento de tecido e castiçais de prata; um missal – livro com as principais orações para as celebrações –; uma imagem de “*Senhora de Santa Anna de quatro palmos de comprimento, encerada e dourada*” e outra de São João com as mesmas características: tudo avaliado em 69\$200¹⁷⁸.

Para além das funções religiosas, é perceptível a questão do *status* associado não apenas aos edifícios, mas também aos objetos presentes no interior das casas. Detalhes em prataria; peças que, mesmo em madeira vulgar, alcançaram valores mais altos do que o próprio mobiliário do espaço doméstico de nosso grupo de análise: ambientes sacramentados e, ao mesmo tempo, distintos. Dadas essas características, talvez esteja justificada a baixa frequência de oratórios e imagens nas propriedades inventariadas, o que não quer dizer que os hábitos cristãos não foram praticados pela maioria das famílias: quem sabe, para essas, as visitas às capelas não foram mais frequentes?

¹⁷⁶ AEAM e CMJF. Registros de batismos – diversos.

¹⁷⁷ Ver notas 108, 128, 130, 146. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Antônio Corrêa de Lacerda. SJI-03167, Caixa 305, 1794.

¹⁷⁸ Ver *Arranjo Familiar 3, Rede 1*, notas 22, 94, 109, 141, 166. IPHAN/SJDR. Inventário *post-mortem* de Domingos Rodrigues Carneiro. Notação: SJI-03207, Caixa: R041, 1787.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da conjuntura de uma sociedade periférica aos grandes centros mineradores e administrativos da Capitania de Minas Gerais, o grupo de imigrantes portugueses que se estabeleceram em comunidades rurais da Serra da Mantiqueira setecentista precisou adotar uma série de escolhas e decisões para suprir as necessidades decorrentes da exploração de tão longínquas terras.

A considerar as variantes comportamentais, foi perceptível uma maioria de reinóis que realizou a travessia do Atlântico ainda solteira e que, em solo mineiro, precisou assumir um papel ativo no jogo relacional da sociedade para tentar realizar o sonhado projeto de enriquecimento e de acesso a terras na América.

Neste jogo relacional, a escolha matrimonial aparece como uma das primeiras ações de caráter decisivo das quais os reinóis estiveram sujeitos no Novo Mundo. Em um momento em que a Coroa desenvolvia políticas de preservação da pureza de sangue, a distante e ruralizada Serra da Mantiqueira não ofereceu a todos os imigrantes lusos que acolheu opções de esposas de mesma qualidade social. Assim como identificamos indivíduos que tenderam a reunir-se com mulheres brancas para resguardar o *status* social do homem português, outros tantos se uniram a mulheres indígenas, negras e mestiças. Longe dos olhares da administração portuguesa, parte desses reinóis pôde exercer suas escolhas de forma mais livre e coerente com as condições e possibilidades apresentadas pela região.

A sacralização das uniões configurou domicílios muito semelhantes à casa camponesa portuguesa: núcleos familiares com cerca de sete filhos legítimos por casal. O batismo da prole representou a extensão da família através das relações compadrescas, em que pais, padrinhos e batizados inseriam-se em uma rede de proteção e solidariedade capaz de promover meios para sobrepujar dificuldades que pudessem surgir ao longo de suas vidas. Os arranjos estreitados na pia batismal atuaram como meios capazes de mobilizar recursos, materiais e imateriais, para alavancar a posição social destes homens – a considerar que eles estiveram inseridos em uma sociedade estamental, cujo prestígio social fora um princípio fortemente hierarquizante.

Os laços matrimoniais e de afinidade proporcionaram, portanto, estabilidade e segurança para estes indivíduos que, em sua maioria, partiram de sua terra natal sem benefícios legais da Coroa e contando apenas com um projeto pessoal de mudança de vida no além-mar. Os arranjos sociais foram os responsáveis pelo enraizamento dos reinóis nas

Minas: se regressaram à terra natal em algum momento, o é certo que não permaneceram em Portugal.

Quando olhamos para os aspectos econômicos da vida nossos personagens, torna-se notório que o grupo aqui analisado não se constituiu de ilustres homens do Reino, que para as Minas se dirigiam para ocupar postos administrativos e militares no processo colonizador. Ele se compusera de uma presença majoritária de migrantes vindos de áreas rurais portuguesas em busca não apenas de enriquecimento de ouro, mas também pela possibilidade de garantir um pedaço de chão fértil e agricultável.

A Capitania de Minas Gerais, com suas áreas em expansão, revelava-se um poderoso chamariz para imigrantes portugueses que no Reino encontravam-se impossibilitados de uma mobilidade socioeconômica baseada na propriedade de terras. Mesmo com todos os esforços empreendidos para a sobrevivência da família camponesa – lançando mão, inclusive, do sobrepujar de leis –, uma numerosa parcela da população portuguesa estivera excluída do domínio da terra. Perante este cenário, a possibilidade de conquista de um espaço de chão nas terras desabitadas e ainda não cultivadas nos matos gerais representara um importante recurso para a migração livre de particulares e indivíduos isolados que não contavam com a mercê de Sua Majestade.

O que antes da travessia do Atlântico representara uma possibilidade, o Novo Mundo transformou em realidade: o solo brasileiro concedera àqueles homens o mínimo do *status* inerente à propriedade da terra naquele período, ou seja, independente da extensão de seus domínios eles se tornaram os senhores da gleba de onde extraíam a sua sobrevivência. Ademais, as fronteiras movediças das Minas Gerais proporcionaram a expansão dos limites de suas propriedades, condicionando-os à oportunidade de incorporação de novas terras, o que se contrapõe às pequeninas extensões das explorações enfiteutas das regiões lusas de onde vieram os imigrantes que se instalaram na Serra da Mantiqueira no século XVIII.

Ora, é identificável o alcance de uma mobilidade socioeconômica quando essas primeiras conquistas na América são colocadas sob a comparação com o contexto que os homens deixaram para trás ao partirem de Portugal. No entanto, tal conquista não comportou poucos desafios: se no Reino a adoção de estratégias foi necessária para a sobrevivência das famílias que dependiam do cultivo da terra para alimentar-se e manter-se; a vida no Brasil trouxera novas dificuldades e embaraços. Para além dos perigos de se embrenhar em uma região inóspita, mais uma vez aqueles homens se viram diante da inevitabilidade de colocarem as necessidades individuais à frente das normas legais de ocupação das terras. Tornaram-se proprietários, mas, para uma maioria de migrantes lusos estabelecidos na Serra

da Mantiqueira, incluindo suas áreas de sertão, o esforço para preservar a sua condição de senhor e possuidor de terras parece ter se prolongado por toda a sua vivência do outro lado do Atlântico.

As propriedades rurais de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira demonstraram grande diversidade produtiva, independente do porte e cabedal alcançado por cada uma delas. Os inventários *post-mortem*, mesmo com sua quantidade restrita, apontaram para a proeminência de pequenas e médias fortunas capazes de se dinamizarem para gerar a materialidade da família.

Ainda em meio a alguns sinais de mineração, as economias dos reinóis seguiram as transformações pelas quais a Comarca do Rio das Mortes estava a passar na segunda metade do século XVIII e tiveram nas atividades agrícolas e pecuaristas as bases de seu desenvolvimento. A produção cerealífera, sobretudo, de milho, e a criação de gado vacum foram as que mais se destacaram na economia agropastoril. Perfil bastante semelhante ao do Noroeste português e de algumas ilhas dos Açores. Apesar da identidade produtiva, nas Minas ela encontrou um cenário propício para ser realizada em proporções alargadas: vastas terras com solos férteis e abundância em água – quadro que o Reino já não poderia oferecer aos seus habitantes em função da densidade populacional e de um conjunto de leis que regiam a transmissão dos bens de raiz que deixava parcelas da sociedade excluídas do acesso a terras.

Em algumas propriedades, o excedente produtivo destinou-se ao mercado interno e incrementou a economia da família. De maneira quase unânime, excedente econômico foi aplicado em cativos, que se tornaram um dos principais ativos do patrimônio dos imigrantes portugueses. Se o *status* e distinção não foram alcançados pelo cabedal gerado pelos bens de raiz, a propriedade escrava foi um caminho acessível para a manutenção do estatuto dos reinóis em uma conjuntura fortemente marcada pela estratificação social.

Além da demarcação social, a mão de obra cativa deu um novo significado para a cultura de trabalho familiar trazido das terras lusitanas. Se lá as mulheres e as crianças participavam ativamente da lide nos campos e pastos, aqui elas foram recolhidas para o interior das unidades domésticas e designadas apenas para as atividades desenvolvidas nos espaços privados. Aos escravos recaíram, portanto, o peso dos trabalhos agropastoris.

O trabalho feminino, no entanto, não deixou de contribuir para a prosperidade do agregado. Tal como no Reino, a falta de produtos de primeira necessidade estimulou o nascimento da indústria doméstica. Tecelagem, ferraria, carpintaria e sapataria foram reveladas pela materialidade dos inventários como atividades realizadas entre os imigrantes de nosso universo de análise, o que nos levou a perceber uma tendência à autossuficiência em

algumas propriedades rurais pertencentes a reinóis na Serra da Mantiqueira. Nesse universo, às mulheres e às filhas dos imigrantes couberam os trabalhos de fiação e manuseio de teares para a produção de artigos têxteis para toda a família, seguindo a cultura da Época Moderna de educação feminina. No entanto, como apontado anteriormente, seus trabalhos eram executados em ambientes privados e sobre esses espaços também recaíram os nossos olhares.

Vislumbrar vivências mais íntimas a partir de reduzidas informações reveladas por um número também restrito de documentos tornou-se um trabalho desafiador, mas passível de levantamento de importantes inferências sobre a utilidade e simbologia imperativas à materialidade que compôs a casa rural de imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira setecentista.

A começar pela arquitetura das casas rurais mantiqueirenses, se os inventários *post-mortem* não foram descritivos o suficiente sobre os seus aspectos, com sutileza eles nos revelaram espaços domésticos bastante semelhantes aos dos locais de origem de nossos personagens: casas de morada ladeadas por edifícios de anexo funcionais para as atividades agropastoris; toda a área contornada por muros de pedra ou cercas de madeira e presença de “casas de cozinha” erigidas externamente ao ambiente de descanso e repouso da família para se evitar incômodos com a fumaça das chamas dos fogões e incêndios.

Mas também apontaram para a dessemelhança: um bem estrutural, representativo de *status* e crescimento econômico para a casa minhota, foi de uso, de certa forma, corriqueiro nas habitações mineiras por questões basicamente utilitárias. Sem negar a evidente superioridade das telhas em detrimento das coberturas de palha ou capim, elas foram as estruturas mais adequadas para gerar ventilação no interior de casas erguidas no calor dos trópicos, independente do estatuto a elas inerentes.

Quanto ao equipamento para a vivência privada, no interior das habitações repetiram-se a rusticidade e a escassez de objetos característicos da casa camponesa lusitana – tanto da província do Entre-Douro-e-Minho quanto de Portugal insular –, como também das demais localidades do Brasil colonial. Com algumas exceções, que atuaram como contraponto diante do perfil geral do grupo analisado, parece-nos que a simplicidade e a modéstia foram regras para essas famílias.

O equipamento doméstico limitou-se ao essencial para a sobrevivência e para a rentabilidade da produção agrícola. Como percebido ao longo todo o *Capítulo III*, ainda que os produtos e a cultura da terra não fossem revelados pela documentação, os instrumentos e ferramentas para a lide rural estiveram ali presentes de maneira quase unânime. Ao passo que o mobiliário, os utensílios domésticos e demais objetos – descritos no *Capítulo IV* –

parcamente apareceram no *corpus* documental. Nota-se, portanto, que a preocupação primeira direcionava-se a atender as necessidades de produção e, conseqüentemente, de subsistência.

Diante da exiguidade material, também marcada pela baixa diversidade de peças, ainda foi possível perceber uma necessidade de diferenciar e demarcar o estatuto social por meio do porte de certos objetos. Se o mesmo tipo de mobiliário esteve presente entre casas de diferentes faixas econômicas, nas mais abastadas os móveis receberam materiais e detalhamentos de qualidades superiores – pau-preto, madeiras torneadas, damasco, moscóvia –, enquanto nas famílias mais modestas, quando houve, eles apenas cumpriram o objetivo de responder as necessidades do cotidiano sem grandes pormenores.

À mesa, talheres de prata transformaram as refeições em momentos cerimoniais para algumas famílias em um contexto em que comer com os dedos ainda era um hábito comum: na Colônia e no Reino. Pouco mais da metade dos inventários apresentaram talheres – a maioria de latão e metal –, remetendo a uma nascente civilidade à mesa da casa rural. Consoante a este perfil, os pratos de estanho estiveram presentes em 85% das casas que portaram esse tipo de utensílio, em detrimento da boa louça utilizada pelas atípicas famílias de grandes fortunas.

Se no Minho a ourivesaria complementou a indumentária de maneira significativa para promover a distinção da família, na Serra da Mantiqueira esse hábito parece ter sido pouco comum. Tão poucos quanto o vestuário foram os adornos e joias inventariados, restringindo-se a poucas ocorrências e destacando-se as famílias mais abastadas e que, certamente, teriam hábitos de sociabilidade mais apurados. Possivelmente, para a grande maioria as vestes e seus pormenores seguiram a modéstia e a simplicidade características do cenário em que constituíram suas vidas.

O porte de armas, sobretudo as armas brancas, em função de seus detalhes em prataria, também remeteram *status* para os imigrantes, mas poucos detiveram tais artefatos. De igual maneira, as casas que tiveram espaços sacralizados pelos bens de devoção não apenas conceberam a privacidade religiosa para os seus habitantes, como também portaram um elemento de distinção para as famílias. A religião Católica era universal no grupo de imigrantes portugueses, no entanto, poucos foram os inventários que descortinaram uma materialidade para cultos de caráter privativo – por mais simples que oratórios e imagens possam parecer a partir das descrições efetuadas pelos louvados.

Uma investigação pormenorizada descortinou um grupo essencialmente modesto, cujos bens móveis relacionaram-se ao suprimento de necessidades básicas e à sobrevivência familiar. A exiguidade móvel do interior da maioria das casas conviveu com algumas

exceções em que o conforto e refinamento se fizeram presentes em função dos jogos de aparências de uma sociedade fortemente hierarquizada. Relembremos, ainda, que pudemos observar a materialidade de apenas 48 propriedades, ou seja, 17% de um total de 271 habitações: quão simplória não teria sido a vida dos reinóis que não alcançaram o pecúlio suficiente para a feitura de seus inventários *post-mortem*?

Percebe-se, portanto, o imperativo da rusticidade e uma vivência muito mais voltada para a área externa do espaço doméstico: antes de compor a aparência do corpo e equipar o interior da casa de morada, os imigrantes portugueses que ocuparam a Serra da Mantiqueira setecentista investiram na materialidade que geraria o sustento da família e ativos econômicos para o patrimônio do casal. Aos outros consumos, dava-se a vez se as economias excedentes assim permitissem.

Independente das conjunturas abrigadas pelas duas margens do Império Português, a vivência nas Minas em inúmeros fatores se assemelhou à do Reino: o perfil familiar, a relação com a terra e a importância a ela desprendida, as formas de se erguer um espaço doméstico capaz de otimizar o cotidiano produtivo, os hábitos alimentares, as maneiras de se praticar a devoção à fé cristã, o grau de relevância do exercício de uma vida de caráter privativo, a busca por elementos cujo simbolismo distinguiriam os indivíduos face à sociedade...

Mas quando nos atentamos para as sutilezas das diferenças, é claramente perceptível a influência do escravismo sobre as dessemelhanças. Em toda a composição econômica dos reinóis que viveram na Serra da Mantiqueira, não foram joias ou artigos de luxo a ocupar a posição dos bens mais valiosos. Da família mais modesta à mais abastada, esse papel foi desempenhado pela propriedade escrava, tão bem avaliada quanto as possessões fundiárias.

O investimento em mão de obra cativa cumpria, sozinho, os principais anseios da casa rural: o rendimento da produção para gerar economia, a posse de bens que agregassem valor ao patrimônio e o desfrute do *status* de ser-se senhor de outrem, que demarcaria esses indivíduos no jogo das hierarquias sociais. Para além de outros fatores, diante desse distintivo estrutural não há como deixar de recorrer à precisa expressão de José Newton de Meneses: “*Minas é portuguesa, mas não é Portugal*”.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>.

Constituições Sinodais – Diocese de Angra. 1560. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/CONSTITUICOESSIDONAIIS-DIOCESEANGRA/ CONSTITUICOESSIDONAIIS-DIOCESEANGRA_item1/index.html>.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa – recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendada e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typgraphia Lacerdina, 1789. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>.

- **Associação Cultural do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi (ACAHMPAS)**

13 Inventários *post-mortem*.

Grupos: 1SVC e 2 SVC.

Caixas: 1, 3, 15, 16, 20, 22, 36, 48, 77, 89, 96.

Anos: 1790 – 1812.

- **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**

610 Assentos paroquiais de batismos.

Anos: 1738 – 1787.

- **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**

Requerimento de José Rodrigues Braga, morador em Ibitipoca, freguesia da Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, solicitando a mercê da devolução dos seus terrenos, que foram usurpados por João Pedro de Bustamante e Sá. AHU – Minas Gerais – 10117 [Cx. 135, D. 10466].

Confirmação de sesmaria de Antônio da Rosa de Oliveira. AHU – Minas Gerais – [Cx. 62, D. 71].

Confirmação de sesmaria de José Lopes de Oliveira. AHU – Minas Gerais – [Cx. 84, D. 65].

Confirmação de sesmaria de Manuel Lopes de Oliveira. AHU – Minas Gerais – [Cx. 58, D. 80].

- **Arquivo Público Mineiro (APM)**

Contas correntes dos créditos de dízimos do contrato de João de Souza de Lisboa, da Comarca do Rio das Mortes.

Casa dos Contos.

Livros: 2039 / 2069.

Anos: 1751-1756 / 1757-167.

Registros de Sesmarias – Inventários de cartas de sesmarias. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=754>>

Seção Colonial.

Códices: 90, 94, 106, 112, 119, 125, 127, 146, 156, 172, 234, 275, 352.

Anos: 1747 – 1798.

Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la – 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 2. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. p. 311-327. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=72>>.

Inventário dos teares existentes em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 40. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1995. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=724&op=1>>.

Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado, 1780-1782. Sessão Colonial, Códice 224. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=226>>.

- **Cúria Metropolitana de Juiz de Fora (CMJF)**

474 Assentos paroquiais de batismos.

Anos: 1750 – 1799.

- **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / São João del Rei (IPHAN/SJDR)**

35 Inventários *post-mortem* – diversos.

Notação: SJI.

Caixas: C-47, C-28, C-25, R-041, R-055, R-075, 18, 30, 34, 36, 52, 99, 143, 158, 163, 165, 168, 200, 218, 282, 287, 305, 322, 347, 358, 361, 385, 387, 428, 468, 512, 559, 573, 605.

Anos: 1766 – 1819.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais – Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

_____. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2006. p. 71-100.

AMORIM, Maria Norberta. Mobilidade demográfica numa cidade portuária. A Matriz da Hosrta entre os séculos XVIII e XX. In: SANTOS, Carlota (Coord.). *Família, Espaço e*

Patrimônio. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar <<Cultura, Espaço e Memória>>, 2015.

_____. *As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime: o caso de Ronfe (Guimarães) e Poiães (Freixo)*. Revista de Guimarães, n° 103, 1993. p. 47-63.

_____. Nupcialidade e fecundidade de diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores). In: *Boln de la Asociación de Demografía Histórica*. XI, 2, 1993. p. 55-73.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* Rio de Janeiro: Tyo. Imp. E Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222266>>.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2010.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENICASA, Vladimir. Casas rurais mineiras e do nordeste paulista. In: *Resgate*. vol. XVIII, n. 20. Campinas: Unicamp, 2010. p. 02-36.

BOISSEVAN, Jeremy. Apresentando ‘Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões’. In: B.FELDMAN-BIANCO (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

BOTELHO, Tarcísio; ANDRADE, Mateus; LEMOS, Gustavo (Orgs.). *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

BOXER, Charles L. *A idade do ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Século XV-XVIII. As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

BRETTELL, Caroline; METCALF, Alida. Family customs in Portugal and Brazil: transatlantic parallels. In: *Continuity and Change*. n.3, v.8, 1993. p. 365-388.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal– Família e Sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

BULLAR, Joseph; BULLAR, Henry. *Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

_____. *A Real Fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP, 2003.

_____. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-187)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARVALHO, Daniel. *Notícia histórica sobre o algodão em Minas*. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, 1916.

CAVAZZANI, André Luiz M. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá, 1750-1830*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2013.

- COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Artur Boavida. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontade. In: *Arquipélago – História*. 2ª série, VII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003. p. 99-122.
- COSTA, Agostinho Rebelo da. *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto (1789)*. Porto: 1945.
- DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. Caxambu, 2004.
- _____. A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII. In: *Ler História*. n. 43. Lisboa, 2002. p. 57-83.
- _____. Filhos e enteados: práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga – século XVIII e XIX). In: *Cadernos do Noroeste - Série História*. Portugal: 2001. p. 175-218.
- _____. *Herança e sucessão – Leis, práticas e costumes no Termo de Braga. Séculos XVIII-XIX*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento – Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FAVARO, Cleci Eulália. Os lenços de namorados. Tradição, cultura popular e afetividade. In: *Fronteiras – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD*. v.13. n.24. Dourados, jul./dez. 2011. p. 151-168.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Origines de la familia moderna*. Barcelona, 1979.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. “A Vossa graça nos nossos sentimentos”: a devoção à Virgem como garantia da salvação das almas em um manual de devoção do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. vol. 32, n. 63. São Paulo, 2012.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Orgs.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa – Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 21-126.

FRUTUOSO, Gaspar. *Saudades da Terra*. Livro VI. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira Furtado. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

GIL, Maria Olímpia da Rocha. Os Açores e a nova economia de mercado (séculos XVI-XVII). In: *Revista dos Açores*, Série Ciências Humanas, n. 3. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1981.

GODINHO, Vitorino Magalhães. L’Emigration portugaise (XVè-XXè siècles) Une constante structurale et lês responses aux changements du monde. In: *Revista de História Econômica e Social*. n° 01. Lisboa, 1978. p. 5-32.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Carvalho. (Orgs.). *Exercícios de Micro-História*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, FAFICH-UFMG, 1986. p. 7-36.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão e quilombos nas Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007. p. 439-454.

HAMEISTER, Martha. O Continente e o Arquipélago: os povoadores da freguesia de São Pedro do Rio Grande e os nativos das ilhas do Açores (século XVIII). In: SCOTT, A.S.V.; BERUTE, G. S.; MATOS, P.T. *Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir*

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. A constituição do Império Português – Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 163-188.

_____. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. In: *Análise Social*. vol. XXVIII (123-124), Lisboa, 1993. p. 951-973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

_____. Metais e pedras preciosas. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. I, v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras: Geoprocessamento aplicado aos Módulos Rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2015.

LEMOS, Carlos. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*. Nova Série. n.1. São Paulo, 1993.

_____. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

LEMOS, Gusthavo; RODRIGUES, Luiz Fernando Lopez. Distinguir e enraizar nas Minas Gerais: estratégias da elite local da freguesia de Guarapiranga (1750-1850). In: *Anais do II Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEWKOWICZ, Ida. Concubinato e casamento nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 531-547.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. In: *Estudos Econômicos*. v. 27. n.1. São Paulo: USP, 1997. p. 97-125.

_____. Introdução – Inventário dos teares existentes em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 40. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1995. p. 11-13.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil (1802-1803)*. São Paulo: Nacional, 1969.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. *Topoi*. vol. I, n. 17, jul-dez. 2008, p. 45-66.

MACHADO, Margarida Vaz do Rego. O Milho nos finais de setecentos na ilha de São Miguel. In: *Revista Arquipélago – História*. 2ª Série. vol. I. 1995, p. 175-188.

MADEIRA, Artur Boavida; RODRIGUES, José Damião; MATOS, Paulo Lopes. População e família de uma vida açoriana: as Velas da Ilha de São Jorge (1766-1799). In: *Sociedade e População*. n. 4. 1998. p. 59-93.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade: espaço e quotidiano* (Lisboa, 1740-1830). Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

MARQUES, Rui Duarte Brasil. *Sociedade e economia no concelho das Velas nos séculos XVIII-XIX*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2015.

MARTINS, H. T. *Sedes de Fazendas Mineiras*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MARX, Karl. *O capital* [1863]. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil* (1807-1810). São Paulo: Edusp, 1978.

MENESES, Avelino de Freitas de. Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII. In: SCOTTI, Ana Silvia V.; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de. (Orgs.). *Gentes das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores do Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Os ilhéus na colonização do Brasil. O caso das gentes do Pico na década de 1720. In: *Arquipélago – História*. 2ª série, III. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1999. p. 251-264.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais* (1750-1808). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

_____. A terra de quem lavra e semeia: alimento cotidiano em Minas Colonial. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 2007. p. 337-358.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 155-220.

NADALIN, Sergio Odilon. Sugestões metodológicas: O compadrio a partir dos Registros Paroquiais. In: *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 1994. p. 297-314.

_____. A demografia na perspectiva histórica. In: *Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora NBS Ltda., 1994.

NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na Colônia. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-39.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

_____. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v XLVIII. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2012. p. 100-115.

_____. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). In: *Varia História*. vol 27, n. 46. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos colonial. In: ECHEVERRI, A. M. A., FLORENTINO, M.; VALENCIA, C. E. (Orgs). *Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas: estudos regionais de história colonial brasileira e neogranadina*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 165-196.

_____. Indivíduos, famílias e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. In: ALMEIDA, C.; OLIVEIRA, M. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2009. p. 209-238.

OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PEREIRA, Ana. Luiza de Castro. *Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799*. Tese de doutorado. Braga, Universidade do Minho, 2009.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010.

RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the Mineiro family. *History of the American Historical Review*. n. 4, vol.73, 1993. p. 639-662.

_____. Do Minho a Minas. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 44. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2008. p. 132-153.

RESENDE, Edna. Maria. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo. In: *Mal-Estar e Sociedade*. Ano II, n. 2. Barbacena, 2009. p. 121-143

RIBEIRO, Orlando. Entre-Douro-e-Minho. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. 1. Série, vol. III. Porto, 1987. p. 5-11.

_____. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

ROCHA, Gilberta P. N.; RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida; MONTEIRO, Albertino. O Arquipélago dos Açores como região de fronteira. In: *Arquipélago – História*. 2ª série, IX. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2005. p.105-140.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Senac, 2007.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2002.

RODRIGUES, José Damião. Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América. In: *Anos 90*. v. 17, n. 32. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 17-43.

_____. Sociedade e administração nos açores (século XV-XVIII): o caso de Santa Maria. In: *Arquipélago – História*. 2ª série, I. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995. p. 33-63.

ROWLAND, Robert. *População, Família e Sociedade: Portugal – séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editorial Nacional, 1938. 1 t. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/>>.

_____. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*. Paris: Grimbart et Dorez, 1830. 2 t.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 1975.

_____. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1974.

SANTOS, João Marinho dos. *Os Açores nos séculos XV e XVI*. Vol. I e II. Ponta Delgada: SREC, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português – séculos XVIII e XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

_____. Gentes das Ilhas: migração açoriana para o Rio Grande de São Pedro. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 2012.

_____. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: *Paper- Congresso de História Económica de Zaragoza*. Universidad de Zaragoza, 2001. Disponível em: <<http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

_____. Desvios morais nas duas margens do Atlântico: o concubinato no Minho e em Minas Gerais nos anos setecentos. In: *Revista População e Sociedade*. n. 7. Porto: 2001. p. 129-158.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; MATOS, P.T.; SANTOS, C.; BERUTE, G.; S. CARVALHO, G. P. Casais de Ilhéus: a migração do Arquipélago dos Açores para o Rio Grande de São Pedro (décadas de 1740 a 1790). In: *Anais do X Congreso de la Asociación de Demografía*. Albacete: ADEH, 2013.

SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. SERRÃO, José Vicente. *Demografia e agricultura no Portugal do século 18*, Lisboa, 1987.

SEQUEIRA, Joana. *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Portu: Universidade do Porto, 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822. v. VIII. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

SOUSA, João Duarte de. *Ilha de São Jorge: apontamentos históricos e descrição topográfica*. Velas: Câmara Municipal de Velas, 2003.

SOUSA, Paulo Silveira e. A gestão social da propriedade na Ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX. In: *Arquipélago – História*. 2ª série, XI-XII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2007-2008. p. 73-122.

_____. Campesinato e pequena atividade artesanal: a produção de lã e de linho nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo (1850-1930). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXIII. Angra do Heroísmo, 2005. p. 45-70.

SOUZA, Élvio Duarte Martins. *Ilhas da Arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. *Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII*. 1998, p. 15-16.

_____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

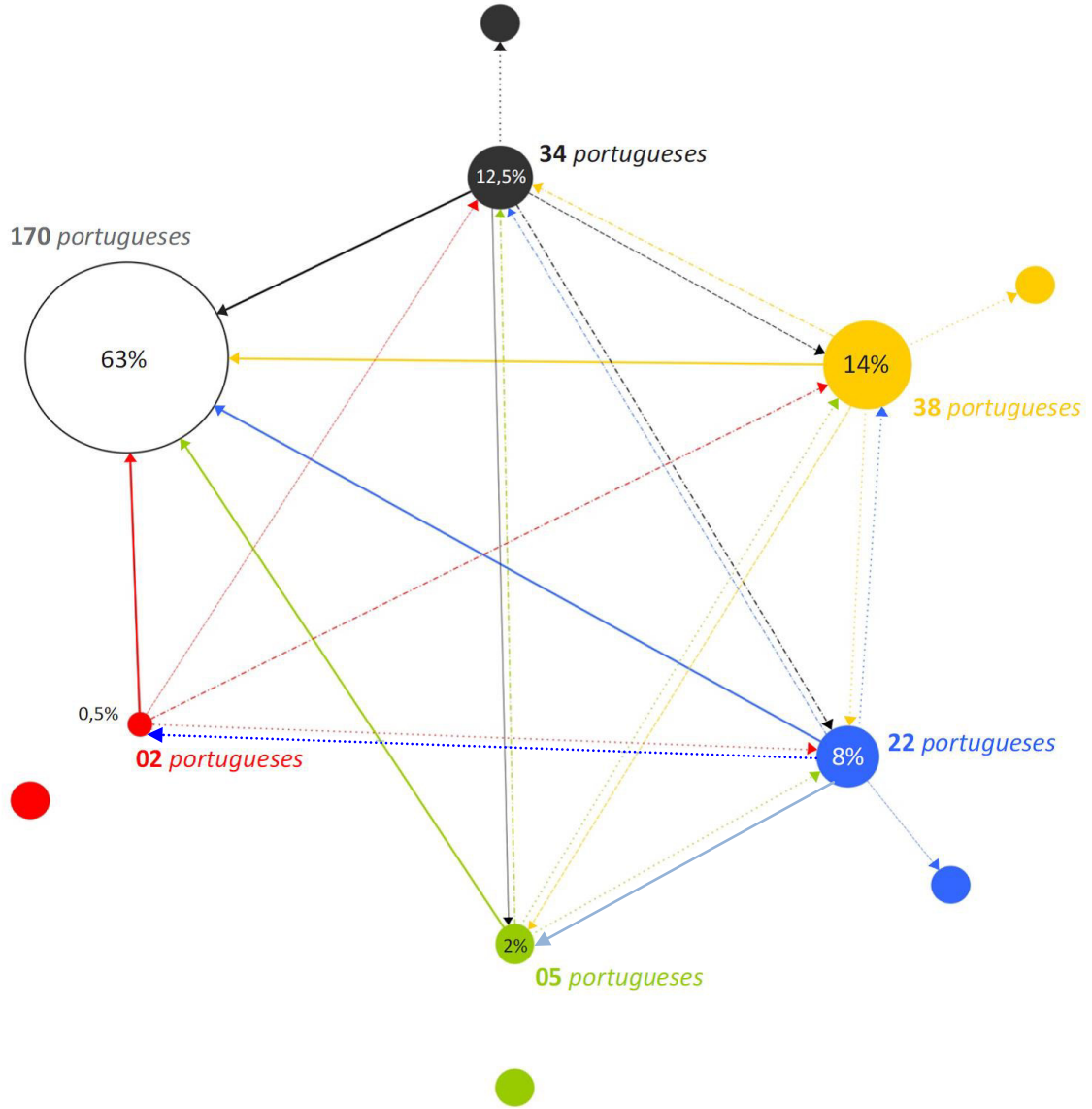
VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VASCONCELOS, Diogo Pereira de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

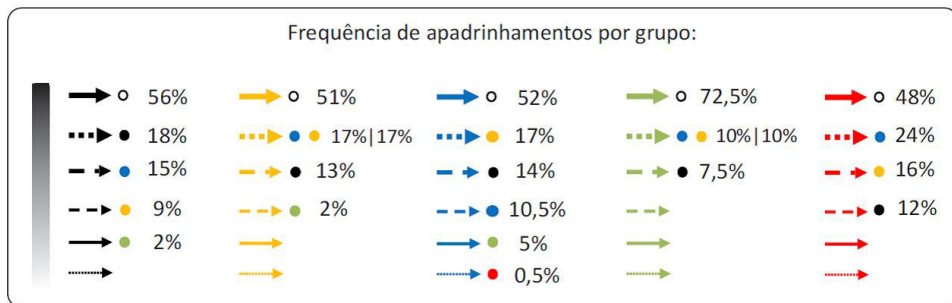
VILAÇA, Olanda. *Cultura material e patrimônio móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho, 2012.

APÊNDICE

Relações compadrescas entre imigrantes portugueses na Serra da Mantiqueira – século XVIII



Número de apadrinhamentos por indivíduo: ○ 0 ● 1 ● 2-3 ● 4-6 ● 7-9 ● 10 ou mais



Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – diversos. AEAM e CMJF.